

André Ruas de Aguiar

**ANALISANDO O FLORIPA 2030:
UM MODELO HEGEMÔNICO DE CIDADE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Aguiar, André Ruas de

Analisando o Floripa 2030 : um modelo hegemônico de cidade / André Ruas de Aguiar ; orientador, Lino Fernando Bragança Peres - Florianópolis, SC, 2015.

227 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano. 2. Plano Diretor. 3. Hegemonia I. Peres, Lino Fernando Bragança. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade. III. Título.

André Ruas de Aguiar

**ANALISANDO O FLORIPA 2030:
UM MODELO HEGEMÔNICO DE CIDADE**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 19 de Março de 2015.

Profª. Adriana Marques Rossetto, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Lino Fernando Bragança Peres, Dr.
Orientador

Prof. Paulo Marcos Borges Rizzo, Dr.
Membro

Prof. Elson Manoel Pereira, Dr.
Membro

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Governo Brasileiro, que nos últimos doze anos revitalizou a Universidade Pública do país. Permitindo que milhões de brasileiros pudessem renovar as esperanças em estudar nas melhores instituições de ensino superior. Governo este que renovou o significado da aliança entre ensino, pesquisa e extensão; que revigorou a pós-graduação, incentivando a pesquisa e os pesquisadores através de programas e bolsas que buscam compreender melhor o Brasil, na sua totalidade e em cada uma de suas milhões de especificidades.

Com isso sou extremamente grato a Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade e a todos os Professores que permitiram meu ingresso em seu quadro de pesquisadores, apesar de todas as minhas debilidades. Muito agradecido a Adriana, colega Servidora, que prontamente se apresentava para dirimir nossas dúvidas e para nos apurar quando errávamos, ou faltávamos com nossas obrigações.

Um agradecimento especial a meu orientador Lino Peres, um incansável lutador/pesquisador/amante das cidades e dos povos segregados que as habitam. Uma grande referência de caráter e coerência entre o que professa e o que vive em seu cotidiano de cidadão, militante e de mero mortal. Um exemplo pra vida toda.

Agradecer a Florianópolis, cidade que além de cenário de minha pesquisa me acolheu há 20 anos, em um momento de completa carência de referências identitárias e de profundo sentimento de desterramento.

Agradeço as minhas famílias originais, pois delas nasci e com elas aprendi a diferenciar o certo do errado, a ter padrões civilizacionais e a constituir meu lastro cultural, político e social. A saber que o amor pode ser expresso direta e/ou tacitamente, mas que ele é intenso, imperfeito, dolorido, colorido, tangível e intangível e tudo isso pode ser embalado em um pequeno e frágil corpo, como o de minha mãe, Jaíra Ruas.

Agradeço a todas as famílias que me acolheram em Santa Catarina, mas especialmente e por ordem cronológica, aquelas que fizeram uma pessoa diferente. Aquela família que proporcionou a eu conhecer minha primeira filha, Sofia Ely Ruas de Aguiar, cuja mãe Janete Ely me aguentou por longos anos sem arredar os pés de suas convicções, apesar de meu comportamento errático, me ensinando muito sobre o exercício da paciência e perseverança; e aquela família que mais

recentemente me apresentou a Alice Azibeirom Pomar Ruas de Aguiar, cuja mãe Cláudia Azibeirom Pomar me proporciona enorme alegria, paz e amor, me fazendo ter a convicção de que posso melhorar e de que estaremos juntos por muitos anos, enfrentando o desafio da coexistência em meio as diferenças.

Por fim, agradeço aos Comunistas do Brasil que me apresentaram ao Marxismo e ao Materialismo Histórico e Dialético. Método científico e filosófico, ao qual estou sendo introduzido, mas que, mesmo neste estágio inicial de meu aprendizado, me permite desopilar e desobliterar a mente e o coração. Limpando-os do obscurantismo perpetrado pelas forças reacionárias e conservadoras que campeiam diuturnamente o cotidiano de qualquer vivente, em especial o meu, que mesmo tendo enveredado pelo maravilhoso mundo das Ciências Econômicas, fui levado pela vida a buscar outras ciências para poder melhor compreender o mundo e enfim encontrar o Urbanismo, a Arquitetura e a História da Cidade.

RESUMO

O Plano Diretor de Florianópolis, ao longo dos anos, tem sido palco de intensa disputa entre diferentes escolas de pensamento. Diferenças que refletem a dimensão mais profunda da luta de classes na política e na economia local. No meio dessa luta, o papel do bloco hegemônico no poder se destaca, apesar de viver intensa disputa interna, onde as suas facções se revezam no comando da Prefeitura Municipal, se apresentando a seus congêneres e os outros moradores da cidade, cada um em um dado momento histórico, como sendo o melhor e o mais adequado para assegurar a transferência de mais-valia produzida socialmente na direção dos interesses particulares, sendo a ocupação e produção do espaço urbano o palco privilegiado para que essa transferência se concretize. Neste contexto, o bloco hegemônico formulou a Floripa 2030 na pressa de responder às contradições geradas por suas práticas até então perpetrados na cidade. O Floripa 2030 nasceu em 2008 e se apresentou como a agenda do desenvolvimento sustentável para Florianópolis na região e, desde então, é o instrumento catalisador dos interesses do bloco, mesmo mantendo suas diferenças internas, preservou o projeto consensualizado e pautou todos os debates sobre o futuro da cidade a partir daquele momento, obtendo o sucesso esperado com a aprovação do Plano Diretor de 2013.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Plano Diretor. Hegemonia.

ABSTRACT

The Director Plan of Florianópolis, over the years, has been the scene of intense dispute between different schools of thought. Differences that reflect the deeper dimension of class struggle in politics and the local economy. In the midst of this struggle, the role of hegemonic bloc in power stands out, despite living intense internal strife, where their factions revesam in charge of City Hall, presenting their congeners and other residents of the city, each in a given historical moment, to be the best and the most appropriate to ensure the transfer of surplus value socially produced in the direction of private interests, and the occupation and production of urban space the privileged stage for this transfer to occur. In this context, the hegemonic bloc formulated the Floripa 2030 in the rush to respond to the contradictions generated by their practices hitherto perpetrated in the city. The Floripa 2030 was born in 2008 and introduced himself as the sustainable development agenda to Florianopolis in the region and, since then, is the catalyst instrument of the bloc's interests, while maintaining their internal differences, preserved the consensualizado project and guided all the discussions on the future of the city from that moment, getting the expected success with the approval of the Master Plan 2013.

Keywords: Urban Planning. Plan. Hegemony.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Centro de Florianópolis, vista aérea -1938 e 2014.....	19
Imagem 2 - Abrangência territorial.....	37
Imagem 3 - Estratégias.....	42
Imagem 4 - Polos símbolos de qualidade.....	42
Imagem 5 - Cidade ilha, multicultural e polinuclear.....	43
Imagem 6 - Reserva de Biosfera Urbana.....	44
Imagem 7 - Modelo Duplo H.....	45
Imagem 8 - Demanda por mobilidade pública.....	46
Imagem 9 - Localização dos Empreendimentos MCMV GF.....	116
Imagem 10 - Intervenções nas OUC's centrais.....	165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição das Localidades por região de Florianópolis.....	80
Mapa 2 - Domicílio particulares permanentes por rendimento em SM. 93	
Mapa 3 - Alteração de zoneamento – Parâmetros em %.....	104
Mapa 4 - Operações Urbanas Consorciadas.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Evolução da população de Florianópolis, de 1960 a 2014/01.....
- Gráfico 2 - Domicílios por região da cidade, em relação ao total, 2000 – 2010.....
- Gráfico 3 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar Florianópolis SM – 2010.....
- Gráfico 4 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, peso por região em relação à cidade.....
- Gráfico 5 - Alteração do zoneamento de Florianópolis. 2000 – 2013.....
- Gráfico 6 - Alteração do zoneamento por região da cidade. 2000 – 2013.....
- Gráfico 7 - Valorização imobiliária, Florianópolis 2000 – 2013.....
- Gráfico 8 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Norte. 2000 – 2013.....
- Gráfico 9 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Centro. 2000 – 2013.....
- Gráfico 10 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Leste. 2000 – 2013.....
- Gráfico 11 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Continente. 2000 – 2013.....
- Gráfico 12 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Sul. 2000 – 2013.....
- Gráfico 13 - Origem das propostas de Alteração de Zoneamento
- Gráfico 14 - Intervenções da PMF no período de 1997 a 2012.....
- Gráfico 15 - Investimentos da PMF no período de 1997 a 2012
- Gráfico 16 – Intervenções Deinfra em Florianópolis. 2003 – 2013
- Gráfico 17 – Investimento do Governo do Estado em Florianópolis. 2003 – 2013.....
- Gráfico 18 - Consulta de Viabilidade de Projetos 1996 – 2012, em %.....

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Núcleo Metropolitano.....	
Tabela 2 - População de Florianópolis de 1960 a 2014/01.....	
Tabela 3 - Taxa de crescimento da população de Florianópolis de 1960 a 2014/01.....	
Tabela 4 - Domicílios por região da cidade, em relação ao total, 2000 – 2010.....	
Tabela 5 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar.....	
Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010.....	
Tabela 7 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, Continente.....	
Tabela 8 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, peso por região em relação à cidade.....	
Tabela 9 - Domicílios particulares permanentes (unidades), variação entre 2000 – 2010, Sul.....	
Tabela 10 - Parâmetros para análise das alterações de zoneamento.....	
Tabela 11 - Alteração do zoneamento de Florianópolis. 2000 – 2013.....	
Tabela 12 - Alteração do zoneamento por região da cidade . 2000 – 2013.....	
Tabela 13 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Norte. 2000 – 2013.....	
Tabela 14 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Centro. 2000 – 2013.....	
Tabela 15 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Leste. 2000 – 2013.....	
Tabela 16 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Continente. 2000 - 2013.....	
Tabela 17 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Sul. 2000 – 2013.....	
Tabela 18 - Origem das propostas de Alteração de Zoneamento.....	
Tabela 19 - Intervenções da PMF no período de 1997 a 2012.....	
Tabela 20 - Investimentos da PMF no período de 1997 a 2012.....	

Tabela 21 - Investimento do Governo do Estado em Florianópolis. 2003 – 2013.....	
Tabela 22 - Consulta de Viabilidade de Projetos 1996 – 2012, em %.....	

LISTA DE SIGLAS

ACATE – Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia

APE – Associação de Poupança e Empréstimo

APL – Arranjo Produtivo Local

BNH – Banco Nacional de Habitação

BSA – Business Software Aliance

CCI – Cédula de Crédito Imobiliário

CEPA – Centro de Estudos e Planificação do Ambiente

CMF – Câmara Municipal de Florianópolis

COHAB – Companhia de Habitação

CRI – Certificação de Recebíveis Imobiliários

CUB – Custo Unitário Básico

FCIC – Fórum Criatividade e Imagem da Cidade

FCP – Fundação Casa Popular

FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FII – Fundo de Investimento Imobiliário

GSC – Governo do Estado de Santa Catarina

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Territorial Urbano

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

ISS – Imposto Sobre Serviço

MPOG – Ministério do Planejamento e Gestão

ONU – Organização das Nações Unidas

PD – Plano Diretor

PDP – Plano Diretor Participativo

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNDU – Programa das Nações Unidas
RBU – Reserva da Biosfera Urbana
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCI – Sociedade de Crédito Imobiliário
SCTECON – Scottish Economic Societe
SEPURB – Secretaria de Política Urbana no MPOG
SERFHAU – Serviço Federal de Habitação Urbana
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SFI – Sistema Financeiro Imoiliário
SINDUSCON -Sindicato da Insdústria da Construção Civil
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMO – Secretaria Municipal de Obras
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Imagem 1 - Centro de Florianópolis, vista aérea -1938 e 2014



SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	
1	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	PERCURSO DA PESQUISA.....	30
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	30
1.3	PROPOSTA DE TRABALHO.....	31
1.4	OBJETIVOS.....	35
2	O FLORIPA 2030: INICIANDO O DESTRINCHE.....	37
2.1	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL, CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS.....	37
2.2	O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO.....	48
2.2.1	Turismo e ocupação espacial.....	50
2.2.2	Economia do Conhecimento.....	54
2.2.3	Economia criativa: em busca de um entendimento.....	59
2.2.4	Cultura e desenvolvimento.....	61
2.2.5	Globalização, a mercadoria cidade e a cultura como recurso	63
2.3	O DISCURSO.....	66
2.3.1	Projetos dentro do Projeto.....	70
3	A CIDADE REAL: MIGRAÇÃO, INVESTIMENTO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	75
3.1	MIGRAÇÕES.....	76
3.2	DOMICÍLIO, POPULAÇÃO E RENDIMENTO.....	83
3.3	POPULAÇÃO E DOMICÍLIO.....	84
3.4	DOMICÍLIO POR RENDIMENTOS.....	87
3.5	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO.....	94
3.6	OBRAS DA PMF.....	105
3.7	INVESTIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO NA CIDADE	108
3.8	CONSULTA PRIVADA DE VIABILIDADE.....	110
4	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	113
4.1	CIDADE E A LUTA DE CLASSES.....	113
4.2	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	114
4.3	O ESPAÇO-MERCADORIA.....	117
4.4	AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO.....	120
4.5	O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	121
4.6	A RENDA COMO FATOR ESTRATÉGICO.....	122

5	REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA, CRISE FINANCEIRA E PLANO DIRETOR DE/EM FLORIANÓPOLIS.....	127
5.1	O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS CRISES...	128
5.1.1	Marx e o papel do crédito para as crises do capitalismo.....	132
5.2	CAPITAL FINANCEIRO E A BOLHA.....	136
5.3	A REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E O MODELO DE CIDADE.....	141
5.4	O BRASIL, SUA INTEGRAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E A IMPORTAÇÃO DE MODELOS.....	145
5.5	PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS 2013: BREVE ANÁLISE DO DISCURSO.....	160
6	CONCLUSÃO.....	173
	REFERÊNCIAS.....	179
	APÊNDICE 1 - ENTREVISTA COM ELIZENIA PRADO BECKER,189 PRESIDENTE DO FLORIPA AMANHÃ....	189
	APÊNDICE 2 - ENTREVISTA COM SR. HELIO BAIROS, PRESIDENTE DO SINDUSCON, EM 11 DE SETEMBRO DE 2014.....	205
	ANEXO 1 – FOLDER FLORIANÓPOLIS: CAPITAL DA INOVAÇÃO.....	219
	ANEXO 2 –SANTA CATARINA: REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO.....	221

APRESENTAÇÃO

Esta é a versão que exprime a conclusão da pesquisa, certamente têm-se temas para uma proposta mais ampla de trabalho, mas não é o caso agora. O caminho percorrido foi árido, tortuoso e com barreiras que gradativamente e na medida do possível, foram sendo enfrentadas. O que está sendo defendido é uma evolução do projeto inicial, especialmente pela opção de não se limitar à análise do discurso que justifica o objeto de pesquisa, mas justamente a partir do discurso presente no Floripa 2030, analisar aspectos concretos que o sustenta e o que dele se gerou. Em síntese este trabalho é uma análise crítica da concepção de cidade defendida através do Floripa 2030 e seus efeitos.

A proposta inicial era discorrer sobre o discurso, tanto o explícito quanto o implícito presente no documento intitulado Floripa 2030: Agenda estratégica de desenvolvimento sustentável para Florianópolis na Região; dissecando-o, identificando a essência de suas propostas e como estas estariam expressas na nova proposta de PD - Plano Diretor para a cidade.

Argumentou-se, no projeto, que o documento de PD encaminhado à sociedade pela PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2010, nada mais era do que uma melhoria do que estava expresso no Floripa 2030. Porém com o passar do tempo e de inúmeras controvérsias que chegaram ao ponto do MPF-Ministério Público Federal interferir na questão, a proposta de PD que estava em debate foi substituída por outra, consequência da mudança da direção à frente da PMF. A princípio o discurso e o paradigma que permitiu tal alternância no poder da capital se apresentara como sendo contrário ao que se assistiu até dezembro de 2012. Colocando assim em dúvida o escopo e a escala deste trabalho.

Eis que, ao longo de 2013, como prometido em campanha, o novo mandatário da cidade retoma o debate do PD. Recompõe a equipe do IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis com técnicos reconhecidos pelo histórico de trabalhos sobre Florianópolis e por suas trajetórias acadêmicas, enterrando de vez o CEPA -Centro de Estudos e Planificação do Ambiente. Realiza-se em abril de 2013 um evento na UFSC, chamando todos os interessados para que conheçam os “novos” paradigmas que guiarão o novo processo de construção do PD. Em maio o núcleo gestor do plano, que conduziu os debates desde 2006, retoma as atividades após três anos de suspensão dos trabalhos, em

2010. E mesmo que de forma atabalhoada, em julho é realizada a Conferência das Cidades.

Porém, encerrado esse ciclo de aparente abertura e renovação, aquilo que timidamente ressurgia, mais uma vez foi abortado. Em agosto, o núcleo gestor do PD novamente é desmontado e em 18 de outubro de 2013, através da mensagem 073/2013 a PMF – apresenta à CMF - Câmara Municipal de Vereadores o Projeto de Lei Complementar que “Institui o Plano Diretor de Urbanismo de Florianópolis, que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão”. O Projeto foi encaminhado para processamento no dia 21/10/2013, gerando no dia 23/10/2013 o Projeto de Lei complementar 1.292/2013.

Depois de muita pressão, uma audiência pública para debater este novo momento é convocada pela CMF. Em 06/11/2013, na ALESC, com o auditório Antonieta de Barros lotado se pôde viver a dimensão da controvérsia, visualizar os rostos de todos os interesses envolvidos e constatar que mais uma vez, a PMF perdera a oportunidade de dialogar com toda a cidade. Por mais que alguns dos que compareceram tenham pedido a fala para externarem seus interesses individuais ou dos grupos a que pertenciam, uníssona foi a crítica em relação as opções feitas pela PMF, a falta de transparência, a carência de elementos técnicos e o tempo disponibilizado para que se pudesse realmente elaborar um plano que representasse toda a cidade.

E dando sequência à celeridade das coisas, as mais de 600 emendas apresentadas pelos vereadores foram à votação no dia 27/11/2013, sendo também nesta data realizada a primeira votação do Plano em si, deixando para 30 dias depois, 27/12/2013 a segunda votação, que ratificou o feito anterior. Por fim, a publicação do novo Plano Diretor no Diário oficial no dia 17/01/2014, Lei 482/2013.

Os eventos que se sucederam ao longo do processo de aprovação do Plano Diretor contribuíram significativamente para uma digressão nas intenções iniciais do presente trabalho, mas dois aspectos foram relevantes para a retomada do eixo: 1 – Mesmo com a derrota da equipe que estava à frente da gestão da PMF e que foi responsável direta pela formulação do Floripa 2030, em outubro de 2012 e sua substituição por outra, composta e eleita com base em um discurso de contestação das práticas perpetradas até então, a essência da proposta de 2010 se manteve e está materializada no plano aprovado em 2013. 2 – Paradoxalmente, as fissuras no bloco de poder que hegemoniza a política na cidade geraram contradições que atrasaram a efetivação dos

intentos da fração que agora gerencia a cidade e paralisaram seus projetos mais ousados relacionados à produção do espaço na cidade, barreiras que nem mesmo a “verdadeira” oposição, que atua no frágil, porém barulhento movimento social conseguiu infligir.

A tônica intrínseca ao processo, como também ao projeto de plano diretor, deu margem para que quase se perdesse o lócus do até então escolhido objeto da pesquisa deste trabalho, dadas as circunstâncias de como tudo se desencadeou no ano de 2013; contudo, avaliando o conteúdo dos documentos produzidos pelas PMF de 2006 até 2013; analisando as propostas de alteração de zoneamento aprovadas pela CMF no período de 1999 até 2013, em especial as que alteram o plano de 97, além das apresentadas especialmente para o atual PD; avaliando o que foi publicado pela mídia local e pelas diversas correntes de opinião sobre o processo de definição do Plano; e especialmente por se ter tomado contato, mais recentemente, com instigante literatura que trata da reestruturação do mercado imobiliário nacional e mundial, o Floripa 2030 retomou sua relevância como objeto de pesquisa.

Esta reafirmação se dá pelo fato de ser o Floripa 2030 a primeira proposta concreta de planejamento para toda a cidade. Aglutinou a Lei 2193/85, que versa sobre os Balneários e LC 01/97, que versa sobre o distrito sede. Formulado sobre os auspícios do Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001, da Lei Complementar 025 de 04/01/2001 que transforma todas as Áreas de Exploração Rural do interior da ilha em Áreas Residências Exclusivas. E quiçá, por ele refletir a forma com que a reestruturação do mercado imobiliário global, até a crise de 2008, afetou o pensamento dos planejadores urbanos.

Com isso, ao longo do trabalho serão apresentadas evidências de que a essência o Floripa 2030 é a expressão local e conjuntural de um movimento de longa duração intrínseco ao setor imobiliário da cidade e sua busca por conexão com o mercado global.

Como forma de consubstanciar tal hipótese serão apresentados dados referentes ao investimento público por parte da PMF e GSC – Governo do Estado de Santa Catarina na cidade, no período de 2000 a 2010; as emendas de alterações do zoneamento da cidade no período de 1999 a 2013; solicitação de aprovação de projetos construtivos junto à SMDU/PMF, também no período de 2000 a 2010; variação demográfica e análise comparativa entre os censos de 2000 e 2010, bairro a bairro da cidade; e análise dos principais argumentos que sustentaram a definição do atual plano diretor, além da pesquisa bibliográfica pertinente.

1 INTRODUÇÃO

O processo de constituição de um plano de desenvolvimento que atenda às demandas e aos interesses dos ocupantes da chamada região da Grande Florianópolis, historicamente, é pauta de contundente debate entre os principais atores sociais da região.

Os debates, na maioria das vezes, vêm à tona nos momentos que cercam o processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, inclusive, em certas ocasiões, com maior veemência do que em períodos eleitorais. Tal relevância está assentada em inúmeros interesses, preponderantemente os econômicos, mas também o poder político, o controle social e outros elementos que cercam o ordenamento de uso do solo urbano.

Uma das variáveis que requer uma atenção especial, por ser intrínseca a todos os interesses envolvidos, é a ideologia. É o interesse subjacente ao fenômeno, àquele que determina a práxis dos setores que estão no poder da cidade, ao procurar legitimar seus movimentos através de um discurso, ou de uma representação que inverte e/ou oculta a realidade da maioria da sociedade (CHAUI: 1997, p.35).

Há antes de todas as dimensões - arquitetônica, urbanística, cultural e econômica - uma demarcação política e ideológica que sustenta a contenda e esta orienta as múltiplas concepções existentes sobre a cidade. Em meio a tal diversidade, duas posições políticas possuem um projeto de cidade mais nítido e por isso possuem intervenções mais contundentes: a que vislumbra e luta por uma cidade onde as pessoas sejam entendidas como a prioridade, ou seja, que considera de absoluta importância o interesse da maioria dos que nela nasceram, ou escolheram-na para viver; e outra perspectiva que enxerga e entende a cidade como uma oportunidade, uma unidade de negócio, passível de ser gerida como uma empresa.

Ambas as concepções são defendidas a partir de parâmetros políticos e ideológicos nítidos, porém antagonísticos. Conseqüentemente, a forma como se apresentam à sociedade revela as diferenças próprias às suas origens de classe. A primeira abertamente apresenta-se como uma concepção de sociedade, onde a cidade e o mundo estão em transformação e os atores sociais são seres históricos, ou melhor, historicamente modificam e são modificados ao longo do processo em que estão inseridos. A segunda apresenta-se como isenta de posições políticas, amparada por um discurso tecnicista e calçada em uma rede de interesses que transcendem as fronteiras regionais. Interpreta o fluxo da

história como sendo linear e conseqüentemente que a força motriz que impulsionará a cidade para um futuro moderno, adequando-a ao século XXI, só será exitosa dependendo da integração da cidade ao inexorável movimento da globalização. No momento, na cidade de Florianópolis a segunda concepção é a hegemônica e está à frente do Paço Municipal.¹

Os acontecimentos relacionados à elaboração do Plano Diretor de Florianópolis que era para ter ido à votação na CMF em 2010, onde o poder público local, desconsiderando o Estatuto da Cidade e todo um processo participativo de diagnose, “convidou” uma consultoria estrangeira para formular o referido instrumento, utilizando como justificativa o discurso de que agora era chegado o momento de uma ação mais técnica e que o construído pela comunidade, apesar de possuir relevância, seria apenas considerado na elaboração das propostas técnicas e de gestão (IPUF: 2010), explicita a natureza do conflito e anuncia as características do processo que se seguiu até 2014, mesmo tendo mudado os mandatários da cidade.

Demarcando a distinção entre a “comunidade” e o corpo técnico, os dirigentes municipais, já em 2010 explicitam sua concepção de que a primeira não possuía “condições” de dar continuidade ao processo que fora desenvolvido até aquele momento, posição mantida pelos novos mandatários da cidade em 2013. Discorrem uma fala que desconsidera toda a realidade que envolveu as ações comunitárias, acadêmicas, setoriais e institucionais relacionadas ao Plano Diretor nos últimos oito anos, revestindo-o com um tecnicismo neutro, onde “a ciência é considerada o lugar não-ideológico” (REZENDE:1982, p. 26).

Curiosamente, percebe-se que o discurso, os atores-chaves, e, inclusive, parte do conteúdo das propostas de plano, eram conhecidos de outras contendas, tais como o caso da proposta de Plano Diretor do Campeche². Porém estas “ideias” tomaram melhores contornos, por

¹ Neste trabalho não será aprofundado aspectos intrínsecos a luta de classes que moldou a paisagem da cidade. Optou-se por analisar aspectos que modularam o pensar e o agir do Bloco Hegemônico, sem esquecer que a contrapartida a este impetrada por pelo movimento social, muitas das vezes, conduziu o poder local e seus sócios maiores e menores por caminhos mais longos do que os planejados, até alcançarem seus objetivos. Contudo as fissuras internas ao Bloco de Poder foram, ao longo da história da cidade, percalços tão importantes quanto os defensores de um projeto alternativo de cidade e portanto crê-se que mereçam uma melhor atenção.

² Para melhor compreender como se deu o debate e luta entorno do Plano Diretor do Campeche, ler a tese de Doutorado do Professor Paulo Marcos Borges Rizzo: *O Planejamento Urbano no Contexto da Globalização: Caso*

abranjer toda a cidade, em 2008, naquilo que foi apresentado à sociedade florianopolitana como sendo a “Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região”, o Projeto Floripa 2030.

Proposta construída pela Organização não Governamental FloripaAmanhã e conduzida metodologicamente pela Fundação CEPA, consultoria argentina que posteriormente viria a ser contratada para dar o aporte técnico à elaboração da proposta de Plano Diretor de Florianópolis apresentada em 2010. Tal agenda contou com o suporte material do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

No Floripa 2030 é apresentado como início para sua construção o documento elaborado em 2007 pelo pesquisador Paulo Campanário do IPUF, intitulado Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050). Campanário apresenta, através de modelo estatístico, a perspectiva de Florianópolis chegar a 2050 com uma população de residentes na ordem de 876 mil habitantes e com população flutuante decorrente do fluxo de turistas na ordem de 455,52 mil habitantes a mais, no mesmo ano. (Campanário: 2007, p. 08)

Segundo a publicação do Floripa 2030, a cidade por “enquadrarse na descrição de atrator, ou de atraente de migratório típico” por causa da estagnação das atividades econômicas de outras regiões do país e pela qualidade de vida da cidade, atingirá no ano de 2030, em projeção, considerando o histórico migratório desde 1950, uma população de 1.303.118 (um milhão, trezentos e três mil, cento e dezoito) habitantes, somando os residentes e flutuantes. (FLORIPA AMANHÃ:2008, p.12)³

do Plano. Diretor do Campeche em Florianópolis, Santa Catarina. Disponível in: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101054>>.

³ Squera, em sua dissertação apresentada ao PósArq., ao analisar os índices de ocupação das praias de Florianópolis e sua relação com a densidade populacional da cidade chegou a um resultado próximo ao apresentado pelo FloripaAmanhã, através do Floripa 2030, acerca da perspectiva populacional para 2030. Ele afirma que se prevalecer ao longo dos anos o ordenamento previsto na no PD então vigente, a cidade teria um população residente na ordem de 1.310.030 habitantes. Mais detalhes ver **SQUERA**, Jorge Rebollo. Índices de ocupação de praias e densidade populacional: caso da ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006

Outro ponto a ser considerado no Floripa 2030 é a metodologia trabalhada para a formatação do projeto. Segundo dados contidos no documento que o publiciza, a metodologia foi considerada como participativa por ter contado com a presença de 148 pessoas, representando 84 entidades, instituições e de seguimentos sociais da região.

1.1 PERCURSO DA PESQUISA

No primeiro momento uma das hipóteses que se pretendia comprovar com este trabalho é a de que com a formulação do Floripa 2030 e os agentes que se organizaram para elaborá-lo, de uma certa forma, estavam apresentando suas propostas à sociedade florianopolitana e pretendiam que compusessem, dentro de um processo aberto de disputa, próprio de momentos como estes, o conteúdo do Plano Diretor (PDP) de Florianópolis. Porém, ao longo da pesquisa o que se percebeu foi um movimento de quase simbiose entre as duas propostas, em uma explícita tentativa de abstração da participação popular da construção do plano.

Como consequência da análise e dos fatos que se sucederam, levanta-se a hipótese de que no projeto, Floripa 2030, está a essência daquilo que o setor de mais alta renda da cidade concebe como sendo o central para o futuro de Florianópolis. Na perspectiva de se encontrarem elementos que iluminem o caminho deste trabalho será usado como método de análise o Materialismo Histórico, lançando-se mão de bibliografias e dados quantitativos.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A postura da prefeitura em 2010, ao suspender o processo de consulta participativa que culminou em ações judiciais⁴ e de rua, permitiu que a CEPA, mesma organização que conduziu a elaboração do Floripa 2030, fosse contratada e se responsabilizasse pela “sistematização” da proposta de PDP. Coincidência, ou não, o que se

⁴ No dia 18/03/2010 a PMF convocou uma audiência pública para apresentar a nova proposta de PD. A população presente na audiência inviabilizou o intento e entrou com uma representação junto ao Ministério Público Federal. Essa representação deu origem a um inquérito civil e a uma recomendação a PMF, de autoria da Procuradora Ana Lúcia Hartmann. Essas ações adiaram a entrega do Plano à CMF, deixando para a gestão seguinte a incumbência de elaborar um plano para a cidade.

seguiu, expressos na forma de documentos lançados pela PMF referentes ao PDP, foi quase uma adaptação do conteúdo do Floripa 2030.

Por conseguinte o novo “espaço” criado pelo FloriaAmanhã, o FCIC - Fórum Criatividade e Imagem da Cidade, tem a função precípua de “dar continuidade ao Floripa2030” reunindo as diversas entidades entorno da proposta e “tem como desafio construir uma cidade com mais qualidade estética, inovadora, com criatividade, refinamento, agregando arte na construção da cidade e discutindo a estética urbana” (FLORIPAAMANHÃ: 2013)

A primeira consequência mais sensível deste processo foi a mudança da nomenclatura do Plano Diretor, de Participativo passou a ser de Desenvolvimento Sustentável, demonstrando a ruptura que houve desde 2006 com os processos democráticos e assinalando novas dinâmicas de uso do espaço da cidade, porém não de forma nítida, como se demonstrará ao longo do trabalho que se segue.

1.3 PROPOSTA DE TRABALHO

Por fim, o que se tentará demonstrar é que distante de uma neutralidade e de uma pretensa preocupação altruísta com a cidade, o Floripa 2030 e suas derivações são elaborações que visam adequar Florianópolis aos interesses da camada de mais alta renda em conectar a cidade ao mercado imobiliário internacional, e alijar a maioria dos que aqui moram do direito à ela.

As principais variáveis a serem analisadas no processo da pesquisa sobre o Floripa 2030 e seu impacto sobre a cidade está no histórico e na dimensão sócio espacial da ocupação de Florianópolis. Entender a dinâmica de produção e ocupação do espaço da cidade, os agentes produtores, a dinâmica populacional e o papel do Estado e como esse movimento faz parte da dinâmica imobiliária nacional e internacional.

Desde a metade do século XX “a cidade” optou como eixo de desenvolvimento o sentido norte da ilha, em detrimento da camada continental e das demais regiões, porém a ocupação da referida região dá-se desde o período anterior, decorrente de um processo de expropriação de áreas comunais, no início para exploração agrária e depois em benefício de agentes imobiliários ligados ao turismo, a empresários, políticos e ao próprio Estado. A atividade turística que tem

na “utilização das praias como áreas de banho e lazer” foi a grande dinamizadora desse movimento. (SUGAI:1994, p. 58).

Apesar de o Floripa 2030 propor a polinuclearidade como sendo uma “nova” dinâmica de uso do solo da cidade e que deve ser expressa na forma de políticas e leis que incentivem a desconcentração e dispersem usos e ocupação do solo por todo o território, a dinâmica espacial inaugurada no início do século XX, a de privilegiar o sentido norte da ilha, foi sustentada pelo Estado ao longo de todo o período e ainda o é hoje, no início do século XXI e determina decisões públicas e privadas de investimento, consequentemente intensificando processos de valorização da terra e apropriação da renda proveniente de sua exploração.

A partir de dados obtidos junto a órgãos públicos – PMF, GSC – Governo do Estado de Santa Catarina, CMF - Câmara Municipal de Florianópolis e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - pretende-se demonstrar que a dinâmica de produção e ocupação na cidade privilegia uma região em detrimento das demais. E que esta tendência não advém de simples desejo dos agentes produtores do espaço, mas que possui bases objetivas onde a apropriação da renda da terra é a variável chave.

Optou-se por dados do período entre 1996 a 2013, por atravessarem diferentes gestões à frente do poder municipal, que possuem “divergências” apesar de comporem o mesmo bloco de poder, demonstrando que independentemente de quem governa, a lógica de produção do espaço da cidade permanece.

Os dados provenientes da PMF foram obtidos através de solicitação feita à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e Secretaria Municipal de Obras (SMO). Os dados do Governo do Estado estão disponíveis no site do Departamento Estadual de Infraestrutura e só foram acessados em razão da Lei de Transparência⁵. Os dados do IBGE e da CMF foram obtidos através de visitas a estes órgãos e de solicitação a seus funcionários, cujo atendimento foi exemplar.

Boa parte dos dados foi obtida em planilhas eletrônicas e em arquivos digitalizados, mas em forma bruta, apenas distribuídos por ordem cronológica. Optou-se então para melhor facilitar a análise editá-los, assim fazer sua distribuição territorial de forma simples, considerando o posicionamento geográfico das localidades, bairros e

⁵ Lei N° 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

distritos, com exceção da porção continental e centro, ou seja, os dados serão distribuídos apenas em: norte, sul, leste, centro e continente.

O desafio foi grande, em especial com os dados da PMF, pois foi necessário ultrapassar diversas barreiras para se conseguir editá-los de uma forma que atendessem à necessidade da pesquisa. Primeiro, porque as planilhas foram compostas apenas para controle dos engenheiros, seja para registro das solicitações de análise dos projetos, caso as da SMDU, seja para mero controle de execução das obras, caso as da SMO. Segundo, que os termos não necessariamente respeitavam uma norma, especialmente na transição entre as gestões da PMF de 2004 e 2005, exemplo o surgimento da Operação Tapete Preto, que na SMO englobava todo o processo de recapeamento asfáltico da cidade em uma mesma referência.

Também é desse período a descentralização de execução orçamentária, isto é, parte das obras, especialmente as de equipamentos públicos, deixou de ser executada pela SMO e passou para as respectivas secretarias – saúde, educação, turismo, continente, etc., deixando inclusive a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças sem o controle efetivo sobre a execução do orçamento, obrigando a limitar a análise dos dados às tendências de aplicação dos recursos e não podendo se aprofundar nos detalhes que permitiriam desenvolver uma avaliação mais acurada dos dados. Terceiro aspecto complicador foi a incompatibilidade terminológica entre as planilhas, em especial aos diversos nomes dados às localidades da cidade. Foram encontrados mais de 90 termos diferentes, obrigando arbitrariamente a filtrar os nomes com base nos bairros conhecidos, dentro dos distritos oficialmente reconhecidos.

Na PMF a mais complicada das barreiras foi a liberação das informações, demonstrando a não existência de um protocolo sobre a manipulação e divulgação de dados públicos. Enquanto na SMDU os dados foram prontamente liberados, na SMO foram necessários quatro meses de espera e na SMH - Secretaria Municipal de Habitação não foi dado acesso aos dados, sendo que para esta última foi afeito junto à coordenação do PGAU-Cidade um ofício apresentando o autor desse trabalho e mais uma comissão composta por outros bolsistas do programa também interessados pelas informações da SMH, colocando-nos à disposição desta Secretaria para ajudá-la, caso necessário, a sistematizar os dados que por ventura estejam dispersos nos arquivos. Mas só retornaram respostas evasivas.

Em relação aos dados do governo do Estado, o acesso foi obtido pelo site do DEINFRA, porém como lá estão informações de todo o Estado, delimitou-se a análise a informações sobre investimentos no sistema viário estadual presente na cidade. Observa-se que também foram carregadas informações sobre equipamentos públicos de grande impacto, como a ponte Hercílio Luz e o Aeroporto homônimo.

No sentido inverso ao da PMF, na CMF, onde se buscaram os dados referentes às alterações de zoneamento do período compreendido entre 2000 e 2013, além do processo referente ao PD aprovado em 27/12/2013 e publicado no DO em 17/01/2014, o acesso foi prontamente permitido pelo funcionário responsável. A questão aqui é que foram dezenas de gigabytes de material, em milhares de páginas para serem analisadas. Devido ao escopo desse trabalho concentrou-se em um pequeno número de variáveis que serão apresentadas no ponto pertinente. No IBGE foi obtido dados sobre o movimento demográfico da cidade e na análise procurar-se-á correlacionar este comportamento com a dinâmica espacial da cidade. Para facilitar o estudo, será feita uma comparação entre os censos de 2000 e 2010, bairro a bairro, usando as variáveis População Residente e Rendimento das mesmas.

Nesse contexto o Floripa 2030 será compreendido como o estudo de caso. Os “agentes produtores do espaço urbano – promotores imobiliários e seus parceiros institucionais, financeiros e do setor público” (Fix: 2007) atuantes em Florianópolis será o objeto de estudo.

Por fim, foram obtidas duas entrevistas com atores chaves no debate sobre a cidade. Zilda Becker, presidenta do FloripaAmanhã e Hélio Bairros, presidente do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis. As entrevistas foram feitas com base em questionário semiestruturado e seu resultado serviu como base para argumentos apresentados ao longo do texto. A íntegra das mesmas está disponibilizada no anexo do trabalho.

1.4 OBJETIVOS

Geral

- A partir dos documentos que compõem o Floripa 2030, avaliar seus reflexos na produção do espaço na cidade, desvendar qual é o projeto pretendido para a cidade e região e descrever sua essência.

Específicos

- Descrever o que nos documentos que compõem o Floripa 2030 são elementos ideológicos e/ou de concepção de cidade, a partir do referencial teórico que sustenta o lá descrito, ou dele divirja.

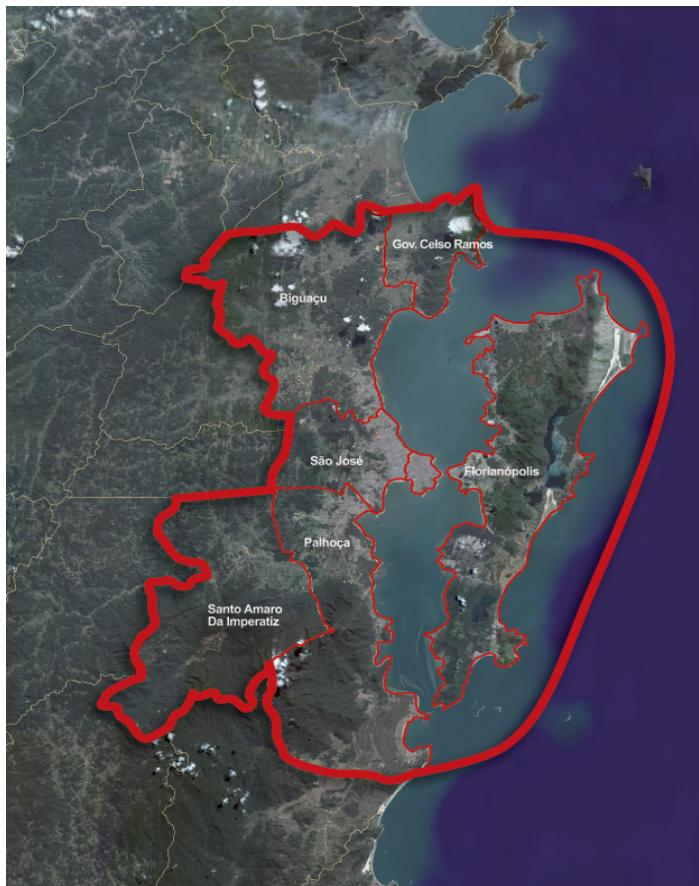
- Identificar as tendências de ocupação territorial de Florianópolis, no intento de comprovar o processo de segregação regional e interurbana, espacializando os dados (alteração de zoneamento, investimento público, demanda construtiva, dinâmica demográfica) obtidos de fontes relacionadas ao poder público.

- Compreender o que de essencial do Floripa 2030 consubstanciou a formulação do Plano Diretor aprovado pela CMF, ao final de 2013.

2 O FLORIPA 2030: INICIANDO O DESTRINCHE

2.1 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL, CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS

Imagem 2 - Abrangência territorial



Nesta primeira abordagem, será apresentado o conteúdo do documento que carrega a tarefa de sintetizar o Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. As premissas e a abrangência estão apoiadas na perspectiva de que em Florianópolis, no ano de 2030, habitará 1.303.118 (um milhão, trezentos e três mil, cento e dezoito) pessoas e como consequência é necessário

que se prepare a cidade através da “elaboração de estratégias consensuadas de desenvolvimento sustentável econômico-produtivo, sociocultural e urbano-territorial para Florianópolis na Região” (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p. 8)

As estratégias devem ser consensuadas considerando a realidade regional e trazem para o plano as demais cidades que fazem fronteira com a capital dos catarinenses: Palhoça, São José, Biguaçu, Governador Celso Ramos e Santo Amaro da Imperatriz. Porém, afirma que “O processo focou seu olhar no Município de Florianópolis e sua relação com a região.” (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p. 9)

O alcance do debate, na forma como foi apresentado no documento, e que, segundo o mesmo, permeou os encontros que formulou a proposta, conseguiu abranger diversos e controversos temas. Tais como:

Orientações sobre desenvolvimento social e econômico (turismo, indústria, conhecimento, produção rural, pesca e serviços, etc.); Descentralização territorial e diversificação das oportunidades econômicas; Orientações sobre as inovações tecnológicas sustentáveis; Identificação de modalidades de desenvolvimento de atividades náuticas e portuárias compatíveis com as demais atividades marinhas; Modalidades de atuação para o desenvolvimento turístico sustentável e a quebra de sazonalidade da demanda; Avaliação do estado e mecanismos de conservação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial; Avaliação do horizonte de crescimento populacional e suas atividades; Produção acordada da cidade, mediante o desenho dos mecanismos de gestão e dos sistemas de informação, monitoramento e tomada de decisões sobre as diretrizes de desenvolvimento urbano; Caracterização das estratégias para o sistema de mobilidade (transporte público e privado); Orientações sobre alternativas para a solução dos problemas habitacionais dos setores de menores recursos; Orientações para a complementação das redes de saneamento e previsão de água potável, assim como o tratamento de resíduos sólidos e líquidos e energia. (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p. 10)

A metodologia aplicada na formulação da “agenda” foi a chamada FOFA, ou SWAT em inglês⁶, visou à elaboração das estratégias que levaram à construção de quatro cenários, sendo três a partir de diagnósticos e um quarto como sendo o chamado “cenário síntese”.

Os três primeiros cenários são descritos da seguinte forma:

Crescimento populacional direcionado ao continente; máxima qualidade turística e ambiental: “O primeiro cenário identificado é o de um crescimento populacional e de atividades econômicas melhor distribuídas entre a ilha e as áreas urbanas adjacentes do lado do continente, de maneira a manter a ilha dentro do limite de sua capacidade antrópica razoável para a conservação de seus grandes atributos ambientais e turísticos, e ao mesmo tempo para alcançar maiores oportunidades de crescimento econômico e social naquelas áreas do continente, que ao invés de ser entendidas como periferias de Florianópolis, podem passar a funcionar como as principais centralidades produtivas no sistema metropolitano de Florianópolis. Por estas características se decidi chamar este cenário de “Vancouver-Sydney”, em analogia a estas belas cidades que têm uma área metropolitana de grande poder econômico, sem prejuízo do enorme cuidado turístico e ambiental de suas belas áreas naturais e ilhas.”

Máximo crescimento populacional na ilha; metrópole globalizada: “No segundo cenário se dá lugar ao máximo crescimento de habitantes e

⁶ Esta afirmação é do autor deste trabalho devido identificar que os gráficos apresentados no texto do Floripa 2030 e resultante das reuniões de grupos de trabalho como sendo os produzidos ao se aplicar a técnica. A ferramenta SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats), ou FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é utilizada para fazer análises de cenários e usada como base para elaboração de planejamentos estratégicos. A princípio para ser utilizada com empresas que se preocupavam com seu posicionamento em meio a concorrência. Foi desenvolvida na Universidade de Standford na década de 1960, mas no final dos anos 1980 foi assimilada pelos gestores públicos como um bom instrumento para se gerir as cidades. Esta informação foi confirmada em entrevista pela Presidenta do FloripaAmanhã, Sra. Zelda Becker em entrevista anexa.

diversidade populacional. Decidiu-se chamar este cenário de “Rio - Cingapura”, em analogia com as grandes cidades, com aspecto muito belo, tanto em seu cenário natural quanto no construído, onde se enfrentam situações de alta densidade e conflitos sociais em alguns de seus setores, assim como uma forte pressão sobre os ecossistemas naturais nos quais estão inseridos. De alguma forma, este é o cenário das tendências de investimento atuais, com grande riqueza de oportunidades econômicas e crescentes crises socioambientais.”

Baixo crescimento e dispersão na ocupação territorial: No terceiro cenário, domina a vontade de atender os desejos de muitos setores de habitantes locais, no sentido de propiciar padrões de baixa ocupação do solo e baixa densidade. Este é um cenário contraditório, pois junto com a ideia da conservação de padrões tradicionais da ilha, e opostos às tendências dos principais investimentos atuais, forçaria uma ocupação em áreas frágeis e valiosas. De alguma forma, é um cenário pouco factível porque não explica como direcionar o crescimento urbano previsto, ainda que esteja no imaginário de muitos habitantes e no sonho da casa unifamiliar.

O cenário síntese decorre principalmente daquilo que os formuladores do programa chamaram de fortalezas presentes nos cenários anteriores.

Crescimento moderado, direcionando o restante do aumento populacional esperado para o continente com base em medidas de promoção, estímulo e acompanhado por investimento em infraestrutura e habitação social; Fortalecimento do esquema polinuclear como a melhor opção para proporcionar este crescimento, descongestionando o distrito central de uma carga excessiva e evitando a dispersão suburbana; Turismo com valor agregado, crescendo antes em qualidade que em quantidade; Melhoramento dos transportes públicos de massa. (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p. 28)

A partir desse cenário e com base no que foi denominado como sendo as fortalezas e oportunidades da/para a cidade e respondendo às ameaças e debilidades, foram formulados seis subsistemas de intervenção. São eles:

A – Polinuclearidade: Polinuclearidade na ilha: acentuar as centralidades atuais, sobretudo as externas ao distrito central, para que recebam um crescimento racional, mais destinado à sua consolidação que a uma grande expansão.

B – Continente: Expansão e fortalecimento de centralidades no continente para onde se buscaria direcionar o maior crescimento populacional previsto, estimulado por investimentos em infraestrutura e atividades produtivas com alta geração de emprego.

C – Centralidades Descontínuas: De alguma maneira, mesmo na ilha é possível estimular núcleos urbanos, pequenos e descontínuos, de modo a acentuar a polinuclearidade e a desconcentração do distrito central, e aproximar as atividades terciárias e de serviços às áreas rurais da ilha.

D – Biosfera em Ambiente Urbano: Malha de concentração natural e cultural como suporte territorial dominante na ilha, aplicando o conceito de reserva de biosfera em ambiente urbano, de modo a conseguir um mosaico contínuo e interpenetrado com as áreas de policentralidade.

E – Mobilidade: O sistema seria interconectado por um esquema de mobilidade em forma de duplo “h”, com um eixo central sobre a costa oeste da ilha, complementado como circuito paisagístico na costa oeste e fortes ligações náuticas.

F – Habitação Social. Finalmente, o crescimento habitacional de interesse social deveria consolidar os núcleos urbanos existentes, preenchendo seus vazios, e evitando a dispersão suburbana, que atenta contra todos os pontos antes mencionados e é responsável por grandes consequências de exclusão social e territorial.
(FLORIPAAMANHÃ: 2008, pg 31)

Por fim, também com base no considerado fortalezas e ameaças, o conjunto dos atores envolvidos chegou a cinco estratégias:

Imagem 3 - Estratégias



Imagem 4 - Polos símbolos de qualidade

1 – Florianópolis, sinônimo de qualidade;

- a. Política de economia do conhecimento
- b. Política de qualidade urbana
- c. Política de qualidade turística
- d. Política de qualidade dos serviços públicos.

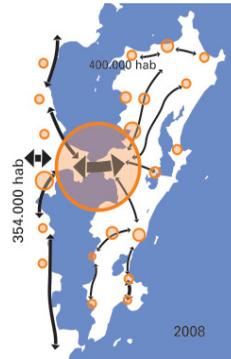
Estratégia apresenta os nichos de desenvolvimento e de atratividade para a cidade. O turismo, atividade que recebe investimentos desde a década de 70 e a grande “novidade”: a economia do conhecimento, que tem nas universidades, parques tecnológicos e investimento público disponíveis na cidade, como variáveis que podem atrair empreendedores e profissionais qualificados.



Imagem 5 - Cidade ilha, multicultural e polinuclear

2 – Cidade ilha multicultural e polinuclear;

- a. Política de distribuição do crescimento populacional para conseguir uma cidade polinuclear;
- b. Políticas de espaços e equipamentos públicos;
- c. Políticas de centralidade e multiculturalidade.



Esta estratégia observa a cidade como um mosaico que necessita transcender “de uma sociedade na qual existem diversas culturas para uma sociedade multicultural.” (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p. 38). E a partir da interligação das diversas centralidades, formando uma rede urbana, este desafio tende a ser superado, livrando as diversas aglomerações de “intensos procedimentos de ruptura sócio-espacial” (Ibid, p. 38).

Neste ponto o documento avalia que os “problemas que atingem os âmbitos social, econômico, urbano e ambiental” da cidade se devem à condição de ser monocêntrica, ou seja, que a cidade é organizada em torno de em um único centro, onde foram desenvolvidas as raízes político-administrativas e sociais da cidade. Essa centralidade gera por condições concretas movimentos pendulares entre o centro e o subúrbio e até mesmo com os municípios vizinhos que não conseguem por si só suprirem suas necessidades, como consequência são geradas as rupturas supracitadas, podendo “levar ao caos generalizado caso não se adotem políticas de mudança de desenvolvimento” (Ibid, p. 39). Como saída o Floripa 2030 propõe a multipolaridade ou o policentrismo.

As políticas citadas no início da descrição desta estratégia compõem o leque central de alternativas apontadas pelo documento como sendo os alicerces da multipolaridade ou policentralidade. Considerando que todas elas devem compreender as limitações naturais da ilha, “aproveitar as características naturais excepcionais como delimitadores efetivos dos territórios humanos.” Com isso, sobressai-se a preocupação com o contingente populacional que será atraído a/pela

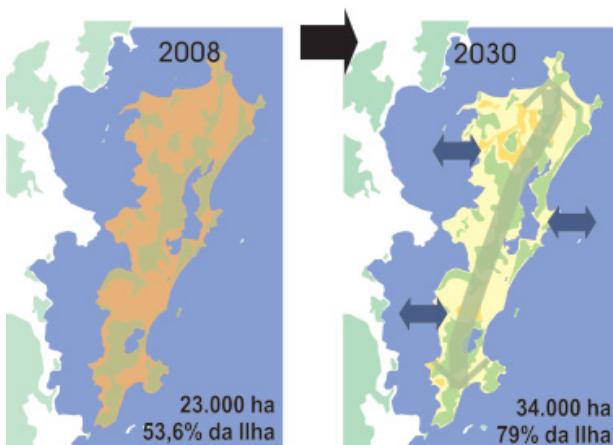
cidade, tornando-se premente a redistribuição desse contingente, mas sendo “cauteloso” com a segregação sócio-espacial. A meta dessas políticas é permitir que na ilha se acomodem 600 mil habitantes, cerca de 46% do contingente esperado para 2030.

A estratégia propõe direcionar o crescimento populacional esperado, distribuindo-o entre os distintos núcleos do município de Florianópolis, e articulando com os municípios da área metropolitana mediante acordos, haja disponibilidade compatível de serviços e infraestrutura. (...) A necessária hierarquia das funções urbanas e a centralidade exercida por Florianópolis devem evitar a segregação socioespacial. (Ibid, p. 40)

3 – Pioneira em reserva de biosfera em ambiente urbano;

- a. Política de institucionalização da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano.
- b. Política de desenvolvimento de práticas produtivas brandas.
- c. Políticas institucionais para a mudança do paradigma atual de desenvolvimento e consumo para a promoção da sustentabilidade.
- d. Política metropolitana de gerenciamento costeiro.

Imagem 6 - Reserva de Biosfera Urbana



Essa estratégia tem como principal locus a devastação ambiental causada pela ocupação urbana desordenada. Parte da condição da cidade já pertencer à faixa de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como um fator positivo para que na ilha se implantasse a Reserva de Biosfera Urbana.

Tal debate teve início na cidade em 2005, numa oficina que reunia sociedade civil, governos, universidades para que se debatesse o conceito e os parâmetros que acabaram de serem formulados pela UNESCO através do Programa MAB (Man and Biosphere) e como estes poderiam ser aplicados em Florianópolis, através de um sustentável processo de adequação do zoneamento urbano.

No Floripa 2030 é defendido que as áreas de preservação passassem dos então 53,6% do território para 79%, sendo que as áreas existentes eram descontínuas e que para se adequarem à condição de RBU deveriam ser interligadas.

O gráfico seguinte põe em evidência o passo, de uma situação atual onde somente 50% da ilha é área de conservação e com marcantes descontinuidades neste mosaico ecológico; até o cenário proposto onde quase 80% da Ilha em área conservada e com importantes novidades na continuidade e contiguidade do mosaico ecológico preservado. São também bastante destacadas as questões do patrimônio cultural, a investigação e a educação para a sustentabilidade. (Ibid, p. 51)

Imagem 7 - Modelo Duplo H.



4 – Em busca de uma melhor mobilidade pública;

A mobilidade é apresentada como sendo um problema decorrente das poucas opções de deslocamento disponíveis, tanto as que ligam o continente a ilha, quanto as que servem de ligação entre as centralidades espalhadas pela ilha.

O congestionamento é a questão a ser resolvida. Para tal sugere-se a ampliação das alternativas

de deslocamento e um modelo denominado de Duplo H, que permitiria compreender melhor os fluxos.

Como medidas de maior impacto aparecem as sugestões: mais uma ponte, ou túnel que ligue o continente à ilha; transporte náutico; dois novos eixos de mobilidade: “dois paralelos às baías, um no continente e outro na ilha; e um novo traçado da estrada BR116, como via de circulação fora da área conurbada e outra conectividade de caráter paisagístico na costa leste.” (Ibid., p. 52)

Compondo a estratégia é apresentada a Política de Mobilidade Pública. Composta de três programas que organizam sete projetos.

Imagem 8 - Demanda por mobilidade pública

Demanda de maior mobilidade pública		
ESTRATEGIA 4		
DEMANDA DE MAIOR MOBILIDADE PÚBLICA <i>interconectando o continente com a ilha e todas as centralidades dentro desta</i>		
Políticas	Programas	Projetos
Política de mobilidade pública	Programa alternativas de transporte coletivo: capacidades, origem e destino em relação ao reforço da polinuclearidade proposta. A polinuclearidade resolve muito mais os problemas de mobilidade do que o sistema viário por si mesmo. A solução de polinúcleos ajuda diminuir movimentos e trânsito.	Projeto revisão do sistema de transporte coletivo procurando eficiência.
		Projeto de atualização dos estudos de origem e destino vinculados ao modelo.
		Projeto de integração do sistema viário focado no transporte coletivo.
	Programa de adensamento junto aos corredores de transporte coletivo.	Projeto de implantação do sistema de transporte marítimo.
	Programa de integração do transporte coletivo de Florianópolis com a Região Metropolitana.	Projeto de promoção de redes cicloviárias.
		Projeto de implantação de logística de transporte de carga.
		Projeto de campanha de gestão de tráfego.

- **Programas**
 1. Alternativas de transporte coletivo: capacidades, origem e destino em relação ao reforço da polinuclearidade proposta;
 2. Adensamento junto aos corredores de transporte coletivo;
 3. Integração do transporte coletivo de Florianópolis com a Região Metropolitana.
- **Projetos**
 1. Revisão do sistema de transporte coletivo, visando eficiência;

2. Atualização dos estudos de origem e destino vinculados ao modelo;
3. Integração do sistema viário focado no transporte coletivo;
4. Implantação do sistema de transporte marítimo;
5. Promoção de redes cicloviárias;
6. Implantação de logística de transporte de carga;
7. Campanha de gerência de tráfego.

5 – Integração dos municípios da grande Florianópolis.

Por fim a quinta estratégia apresenta a necessidade de fazer um pacto com os atores dos arranjos institucionais locais. Esse pacto teria como centro uma agenda desenvolvimento para a região. Prevê a construção de um manifesto contendo um protocolo de intenção, sendo que o mesmo deve ser assinado por todos.

Aponta para criação de uma entidade local que congregue os municípios previstos na carta inicial, decorrendo desta prevê-se a criação de um consórcio intermunicipal “que viabilize o desenvolvimento integrado dos municípios tendo em vista as estratégias Floripa 2030”. Ficando a cargo do grupo gestor das estratégias o desenho institucional do consórcio.

O documento avança apresentando as diretrizes para o referido consórcio, são elas:

O objetivo do consórcio é a criação da agenda comum de desenvolvimento das estratégias Floripa 2030 com o compromisso de que estas estratégias sejam transformadas em políticas públicas; Verificar a legislação para criação de consórcios intermunicipais; Avaliar a relação de interdependência entre os municípios; O consórcio poderá aderir a outros projetos que tenham princípios e afinidades com a agenda; A entidade local deverá ter como função a agenda de planejamento municipal de Florianópolis. (Ibid, p. 55)

Por fim, vale ressaltar que o Floripa 2030 se apresenta com a alternativa às mazelas que afligem Florianópolis, contudo se se observar atentamente o descrito como estratégias para o desenvolvimento sustentável da cidade perceberia-se o potencial segregador das mesmas e dos projetos de políticas públicas decorrentes.

Como exemplo a estratégia três: Pioneira em Reserva de Biosfera Urbana, que irá ser melhor tratada mais adiante no texto. A proposta de se aumentar de 53,6% para 79% na ILHA o contingente de área de preservação, guarda em sua aparente boa intenção duas perversidades: 1 – a necessidade de reordenar o zoneamento dos 25,4% das terras, na sua maioria ocupada irregularmente, gerando assim um custo financeiro e social de desapropriação, realocação de um grande contingente de pessoas, que na sua maioria estão localizadas nas encostas e em outras áreas vulneráveis social e ambientalmente. Remanejando assim, aqueles que não possuem alternativas para continuar morando na Ilha para o continente, onde poderiam recompor suas residências, mas jamais o tecido social quebrado no processo, como já foi proposto para a comunidade da Ponta do Leal, Papaquara, Vila União, Queimada, Monte Cristo, Chico Mendes, dentre outras histórias similares da cidade.

A segunda perversidade está no intrínseco processo de valorização imobiliária, pelo qual as áreas habitáveis passaria. Este seria intenso, rápido e de certa forma percebido por toda a cidade, resguardando uma ou outra localidade que seriam pontos fora da curva, mas na média toda a terra da ilha valorizaria a taxas elevadíssimas, garantindo assim uma elevação no preço do espaço construído e do solo urbano de forma artificial, favorecendo os grande proprietários e a especulação, por um lado e por outro 1 - inviabilizando a permanência na ilha de pessoas que não possuem um mínimo de poder aquisitivo para custear sua moradia, pois até mesmo o custo da casa própria sofreria uma elevação em razão da elevação do IPTU e demais taxas; 2 – Impediria qualquer pessoa que não tivesse condições mínimas de custear um padrão elevado de gastos imobiliários de optar por morar na ILHA.

Seguindo essa mesma lógica, a de segregação sócio-espacial pelos mecanismos econômicos e financeiros relacionados ao capital imobiliário, é que estão calcados os pilares do projeto de desenvolvimento embutidos no Floripa 2030, como será visto adiante.

2.2 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Como exposto anteriormente, o Floripa 2030 tem em seu bojo um projeto de desenvolvimento, sendo que parte dele é explícita e outra que está subentendida. No momento será desenvolvida a face aparente desse projeto, com o objetivo de compreendê-la no contexto da promoção imobiliária na cidade.

Florianópolis volta e meia é tomada pelo debate sobre sua vocação econômica e sobre seu projeto de desenvolvimento. Esse tema sempre tomou a mente dos pensadores e políticos locais, dos governantes, do empresariado e se supões que seja de interesse da população, em especial daquela porção que tem no trabalho assalariado sua fonte de rendimentos.

A lógica econômica, invariavelmente, independente da escala, determina o processo de urbanização das cidades. Todos os instrumentos urbanísticos, em especial o plano diretor, acabam por serem guiados por esta lógica, de busca por uma otimização do uso e ocupação do espaço urbano segundo uma preocupação com o futuro da cidade.

Sobre isso Pimenta (2013) adverte:

Considerando-se o espaço como resultado de relações econômicas e espaciais, fica difícil compreender um Plano diretor que não parte de fatores motores do desenvolvimento econômico, quando são eles que determinam, em última instância a configuração espacial e a dinâmica urbana. [...] A consideração desses fatores deve determinar sua lógica locacional que, por sua vez, vai agir desigualmente sobre os espaços urbanos e regionais e, conseqüentemente na geração de emprego e na atração de mão de obra, assim com da atividades complementares, vinculadas à produção propriamente dita e à reprodução da força de trabalho (PIMENTA: 2013, p. 97)

O Floripa 2030 não fugiu a este propósito, ou de compreender e espacializar as determinantes econômicas, contudo planificar uma visão de cidade que seja relativamente consensuada entre os diversos atores da cidade sobre qual é sua “vocação”, nunca foi simples e o que por fim aconteceu foi a opção por alocação de investimentos em uma ou duas tendências, as que melhor atenderiam aos interesses do setor hegemônico.

Por exemplo, a opção pelo turismo enquanto tema e o norte da ilha enquanto localização não se deu por um acaso, é consequência de um processo histórico de debates, divergências, de conquistas e perdas para a cidade, mas é o que desde a década de 1970 se reforça como sendo o caminho natural para o desenvolvimento da cidade.

A questão colocada é: em meio a uma crise global que tem base na financeirização do mercado imobiliário, quando os capitais do

mundo inteiro estão em busca por valorizarem-se, mas resguardando-se de novos percalços, Florianópolis conseguirá manter-se distante e desenvolver um projeto próprio ajustando sua matriz de desenvolvimento econômico-histórica, que tem no turismo uma de suas principais atividades e a essa matriz agregando outras variáveis “criativas” como a economia do conhecimento e cultura? Ou melhor, será este o principal objetivo do projeto?

Os debates que o Floripa 2030 trazem seguem duas outras questões: a) existe vocação de uma cidade ou esse discurso é reflexo dos interesses intrínsecos aos agentes que a dirigem e que conseguem, com base em certos mitos, arrefecer uma parcela de sua população? b) é possível uma cidade ser gestada na busca paradoxal por inserção em circuitos globais de investimentos, e manter-se imutável do ponto de vista cultural, de sua tipologia construtiva e morfológica?

Para melhor debatermos essa questão, retomaremos os temas apresentados no início deste trabalho sobre as estratégias de desenvolvimento apresentadas no documento que publiciza o Floripa2030: Turismo, Economia do Conhecimento e Cultura. Porém será introduzida a temática da Economia Criativa por se ter chegado à conclusão que este conceito abarca a integração dos três nichos.

2.2.1 Turismo e ocupação espacial

Como fonte principal de debate sobre o tema, lançaremos mão dos estudos desenvolvidos por Helton Ouriques. Neste primeiro momento especialmente o livro inspirado em sua dissertação de mestrado: Turismo em Florianópolis: uma indústria pós-moderna, de 1998.

Ouriques nos afirma que o discurso do turismo como uma vocação natural da cidade possui bases concretas, como a baixa participação histórica da indústria na economia da região e a cidade ser eminentemente administrativa e comercial. Porém, a tese de que essas condições fazem do turismo uma vocação é parte de um discurso que ganhou força a partir da década de 80 e de forte conteúdo ideológico. Segundo Ouriques, historicamente e em diversas partes do mundo com as atividades ligadas ao turismo, vêm junto à expansão urbana, a valorização da terra, o processo de desidentificação cultural e degradação ambiental alterando a paisagem das localidades agraciadas com os empreendimentos na área. (OURIQUES: 1998, p. 11)

Em Florianópolis a situação não foi diferente. Os anos de crescimento do turismo como nicho a ser explorado economicamente foram marcados por um processo de intenso desenvolvimento da parte norte da ilha. Àquela porção da cidade foi destinada grande parte dos investimentos em infraestrutura de saneamento básico e viário, dentre outros como será visto mais adiante, sem falar nas alterações da legislação para uso da terra, fundamentalmente para se dar vazão às demandas geradas pelas atividades turísticas. A consequência desse processo foi justamente ter-se o norte da ilha, durante muitas décadas, o principal vetor de desenvolvimento da cidade enquanto outras áreas não logravam da mesma “urbanidade”.

São anos marcados pelo surgimento de novos focos de expansão urbana, ligados ao turismo e ao lazer, como as áreas situadas ao norte da ilha. E assim, a paisagem da orla marítima, como resultado de processos naturais e do agir humano, tem alterada sua fisionomia, através da implementação das condições mais propícias à valorização do valor: abertura e pavimentação de vias de acesso, loteamentos, hotéis, restaurante, etc. (Ibid)

Há um certo senso comum sobre o papel do turismo para a cidade, mesmo os que levantam críticas as restringem a modalidades de atividades e a advertências como o respeito ao meio ambiente, melhoria no atendimento, preços praticados; etc. A maioria dos promotores imobiliários e culturais locais defende o turismo como um dos vetores fundamentais de desenvolvimento para a cidade e traz o discurso de ser uma economia sustentável do ponto de vista ambiental e social.

Contudo esse é um discurso que conta com resistências dadas pela vida cotidiana. A fala sobre ser da natureza da cidade a vocação ao turismo, em especial o contemplativo passa por contestações dentro do próprio circuito que se beneficia, pois a atividade passa por uma estagnação econômico-financeira e perdeu o posto de principal geradora de riquezas para as TICs, que serão tratadas mais adiante.

Mesmo nessa situação, a justificativa que se apresenta limita-se a localizar na sazonalidade as causas da turbulência pela qual passa o setor. Busca-se como alternativas outras modalidades que atraiam uma nova clientela: eventos (carnaval fora de época, campeonatos de surf), turismo de negócios, congressos, festas, festivais, casas noturnas, etc., mas se evita fazer o debate de fundo sobre o tema: como estão sendo

tratados os recursos que fazem do turismo tornar-se rentável. Ouriques é taxativo sobre qual é “a verdadeira base de sustentação [do turismo]: a exploração da força de trabalho.” (Ibid, p. 15)

A questão da força de trabalho remete o debate para o perfil das externalidades geradas. Do ponto de vista da população local, moradora da cidade, Ouriques questiona: “que benefícios palpáveis para os habitantes dos locais afetados por estas atividades podem ser percebidos” e completa: “O que notamos é que o produto turístico é por natureza excludente, posto que seu consumo é seletivo embora se fale de turismo em massa, expressão absolutamente errônea, em razão de só participarem dele parcelas minoritárias das populações mundial e nacional. (Ibidem, p. 12)

O turismo como parte do setor de serviços, não sendo uma indústria, possui um grande contingente de mão de obra informal e com baixo salário. Independente do período do ano, do tipo de turismo, ou da localidade. (OURIQUES: 2007, p.10)

Do ponto de vista do emprego, já que é daí que se extrai a real sustentabilidade do setor a questão apresentada pelo autor é: que tipo de emprego é este gerado pelo turismo? O autor em trabalho mais recente atualiza essas informações com dados da Organização Mundial do Turismo e da Organização Mundial do Trabalho.

Essas fontes afirmam que mundialmente “os empregos do turismo são precários, temporários, com remunerações abaixo da média, baixos índices de sindicalização, com baixa qualificação, utilização intensiva de trabalho infantil e feminino, que tem remuneração inferior ao trabalho masculino adulto.” (OURIQUES: 2006, p. 3)

É bom frisar que é justamente “da exploração da força de trabalho que nascem os lucros do turismo, e não da paisagem, como se diz.” (Ibidem, 2006, p. 13). Essa fala de 2006 consubstancia as falas que expressam as demandas de 2012 dos trabalhadores do setor, que reivindicam dentre várias questões um piso de R\$ 920,00, elevação do percentual de adicional noturno, fim do banco de horas e aumento dos intervalos e estabilidade. (MARTTINS: 2012, p. 02) Enquanto os patrões reclamam da alta rotatividade da mão de obra e do baixo interesse desses em se aperfeiçoar, sendo que se capacitar não significa aumento de salário, melhores condições de trabalho e estabilidade.

A questão da sustentabilidade também compõe a marca do turismo como sendo um segmento limpo, porém Ouriques questiona isso a partir da perceptível alteração da paisagem natural da cidade pelas edificações relacionadas direta, ou indiretamente ao segmento; das

mudanças culturais das comunidades históricas das localidades aprazíveis; e também pela precarização do trabalho. O tema ambiental também entra nesse circuito e é duplamente paradoxal.

O primeiro paradoxo se dá em ter na natureza um dos atrativos, porém a primeira consequência da expansão da atividade turística é a alteração desta mesma paisagem sendo os sítios naturais substituídos por edificações que para manter o status, cada vez mais tem de criar novos atrativos encarecendo seus custos, seus preços e restringindo cada vez mais a clientela. O outro paradoxo está na tese de ser limpa, porém quanto mais intensa a atividade mais rejeitos são eliminados, combinando isso com a precariedade do sistema de saneamento que foi assentado de forma duvidosa, esses dejetos tendem a serem liberados na natureza. Isso falando dos provenientes das instalações formais (hotéis, pousadas e restaurantes), não se está analisando as atividades informais e o comportamento dos turistas, que volta e meia são notícias nos jornais locais.

Do ponto de vista da expansão do mercado imobiliário, Ouriques afirma que há uma relação direta entre esses dois movimentos, ou seja, entre o atrativo turístico e a produção e ocupação do espaço:

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolveu-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte norte da Ilha de Santa Catarina, locais de até então relativa estagnação socioeconômica, onde predominavam comunidades pesqueira-artesanais. (OURIQUES: 1998, 61)

Do ponto de vista da ocupação do espaço, ou seja, da “preferência” na ocupação do solo, o norte da ilha continua sendo o eixo preferencial de crescimento da cidade. Para efeitos comparativos veja que de 1996 a 2012 cerca de 46% das apresentações de projetos na prefeitura requerendo permissão para se construir edificações comerciais e/ou residenciais multifamiliares optaram por localidades ao norte da ilha, ou que apontavam naquele sentido, enquanto que para o sul apenas foram solicitadas 11% das autorizações.⁷

⁷ Fonte: SMDU; Organização própria.

Quando o turismo é alicerçado nas tradições e na cultura, a situação pode ser ainda mais complexa, pois, não necessariamente, o que está sendo vendido é uma tradição e faz parte da cultura de determinada comunidade, ou o que esta comunidade possui de tradição gera interesse comercial. Em ambos os casos todos os elementos que caracterizam as comunidades como tal, necessitam para atender a uma demanda turística externa, serem descaracterizados, ou até mesmo inventados. Mais uma vez, vê-se prevalecendo o valor de troca sobre o valor de uso. (Ibid, 2007)

Essas reinvenções, ou até mesmo invenções, alteram completamente o uso do espaço para essas comunidades, gerando na sua maioria uma desidentificação desse espaço, não impedindo, portanto, o deslocamento desse contingente, ou de seus descendentes para outras áreas, ou atividades mais dinâmicas, gerando outras repaginações. Geram também outro paradoxo que em última instância está relacionado à precariedade da força de trabalho e com a ocupação e produção do espaço.

Um dos elementos contido nas propagandas que promovem a cidade invariavelmente se encontra indicativos sobre a cultura local e seu caráter pitoresco, porém “ao mesmo tempo em que se busca resgatar as tradições em benefício da indústria do turismo, os modos de vida não regidos por relações tipicamente capitalistas entram em processo de decadência e mesmo de extinção.” (Ibid: 2006, p. 4)

A consequência dessas opções é de um esgotamento do referido modelo, seja do ponto de vista urbanístico, seja do ponto de vista econômico, seja no cultural. Morar e/ou empreender em Florianópolis está cada vez mais caro, tanto do ponto de vista das famílias, quanto das empresas. O plano apresenta algumas alternativas, são elas: economia do conhecimento, economia criativa e cultura.

2.2.2 Economia do Conhecimento

Há algum tempo, dentro dos aparatos estatais, o turismo vem perdendo espaço para a chamada Economia do Conhecimento quanto setor da economia local a ser destinado parcela importante de incentivo.

Dentro de uma perspectiva do marketing global das cidades, fazer Florianópolis ser reconhecida como uma Cidade Inteligente, ou pelo menos, um polo importante no desenvolvimento das TICs, seria um passo importante para seu ingresso neste circuito tão privilegiado de cidades, contudo, seguindo a perspectiva apresentada no Floripa 2030 a

proposta seria desenvolvida na cidade por um prisma segregador e concentrador, bem diferente da essência do que se concebe quanto Cidades Inteligentes.

[...] as Cidades Inteligentes são como comunidades que usam o que existe de mais moderno em recursos tecnológicos e arquitetônicos como resposta aos desafios impostos pelo crescimento populacional. A ideia é criar ambientes sustentáveis, eficientes, com alto grau de conectividade e, consequentemente, com excelentes níveis de qualidade de vida. (BARBOSA et al.: 2013, p. 28)

O peso do setor na economia local é importante. Segundo dados disponibilizados pela ACATE - Associação Catarinense de Empresas em Tecnologia e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado o setor de tecnologia já é responsável por 45% do PIB da cidade. Dados da Secretaria Municipal da Fazenda, em 2010 apenas com a produção de software as empresas da cidade faturaram cerca de R\$602 milhões de reais, sendo R\$12 milhões recolhidos aos cofres públicos na forma de INSS, 10% do arrecadado em toda a cidade, ficando apenas atrás das instituições financeiras. (PEREIRA/INOVA@SC: 2012)⁸.

O APL - Arranjo Produtivo Local do setor na cidade está bem consolidado e é o maior do Estado em termos de empresas, faturamento e empregos gerados. Conta com forte apoio governamental, das três esferas seja na forma de investimento direto, financiamento e isenção fiscal – as empresas de tecnologia desde 1988 estão isentas de IPTU e ISS. (DOSSIÊ SP: 2008 p. 04)

O APL de Florianópolis teve, em suas origens, os investimentos feitos por entidades do setor público. A história remonta aos anos 70, quando existiam na cidade três agentes pioneiros: a UFSC

⁸ A Inova@SC “É a entidade responsável por promover a inovação em todo o estado de Santa Catarina. A Inova@SC estrutura, implementa, desenvolve e gerencia a Política de Inovação e Tecnologia do Estado de Santa Catarina, de forma a promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado. Com este objetivo, coordena um sistema de informações estratégicas, viabiliza ações estruturantes em prol da dinâmica de inovação tecnológica nas empresas e entidades catarinenses e intensifica a cooperação e a sinergia entre o Governo, Centros de Conhecimento (Universidades e Centros de Pesquisa), Empresas e Sociedade.”

[...], Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC) e Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL). Desse tripé formado originaram-se as primeiras empresas da área de informática de Florianópolis (merecem menção as empresas Intelbrás e Dígitro, no setor de equipamentos de telecomunicação) e uma segunda geração de instituições fomentadoras de empresas de alta tecnologia: Fundação Certi, criada junto à UFSC em 1984 com o apoio em parte com recursos públicos e em parte com recursos oriundos da prestação de serviços às empresas; incubadora Celta, criada em 1986 pela Fundação Certi e segunda incubadora criada no Brasil. [...] No início da década de 1990, o Governo do Estado, liderando um conjunto de entidades, lança o “Projeto Tecnópolis” – uma tentativa de política integrada de desenvolvimento regional, compreendendo a implantação de parques de empresas de alta tecnologia, incubadora, instituições de fomento, formação de recursos humanos etc. (CARIO et al.:2008, p. 244)

As aglomerações nesta área, na região da grande Florianópolis têm como principais características: a) a de serem formadas por micro e pequenas empresas voltadas ao desenvolvimento de software e forte complementaridade com outras atividades afins; b) é uma indústria intensiva em conhecimento, porém rarefeita em trabalho, apesar de sofrer escassez de mão de obra especializada; c) possui forte integração institucional, especialmente como universidades, fontes de fomento públicas e com estruturas governamentais, que por sinal vêm investindo grandes somas no setor; d) possui uma forte interdependência horizontal, ou seja, por mais que as empresas concorram no mercado o desenvolvido por uma pode e tende a ser compartilhado com outra gerando sinergias, nesse aspecto as incubadoras e instituições de ensino jogam um importante papel. (CARIO, p. 102)

A microrregião de Florianópolis conta com a presença de médias e grandes empresas num total de 257, das quais 190 estão no município de Florianópolis. Apresenta produção diversificada nas classes das divisões selecionadas especialmente nas atividades de informática e

serviços relacionados. O emprego, nas três divisões, representa 2,32% do emprego da microrregião, o que deve ser relativizado considerando tanto a alta intensidade na região do emprego no setor de serviços, quanto à baixa intensidade da mão de obra neste tipo de atividade. Contudo, o que evidencia a importância desta base produtiva local é a densidade observada pelo número de empresas, sugerindo a possibilidade de significativas sinergias locais, num ambiente no qual a presença de importantes instituições de ensino e pesquisa pode potencializar tais interações. (CARIO, p. 104)

A carência de mão de obra no setor é um dos gargalos identificados e que impede de avançarem mais. Busca-se mão de obra qualificada fora da cidade para suprimir essa demanda, porém essa importação tende a gerar impactos à cidade como um todo. Contudo o segmento, seguindo o exemplo dos demais segmentos da economia de mercado, vê como responsabilidade do Estado o suprimento dessa carência, desde o ensino fundamental, até o de pós-graduação, assim exigindo um direcionamento do sistema educacional para tal finalidade e usando como discurso ideológico a possível perda de competitividade do Brasil no cenário mundial, caso o Estado não atendesse a esta necessidade.

Segundo a organização Business Software Alliance (BSA) os itens que ajudaram o Brasil a avançar em alguns rankings que medem a competitividade no setor foram: os investimentos em pesquisas e em infraestrutura e alguns itens da categoria capital humano, como por exemplo, o número de formandos nas áreas de ciências e engenharia, que aumentou. No entanto, afirma a referida organização que o Brasil permaneceu estagnado no que tange à qualidade de habilidades tecnológicas, gerando temores acerca da escassez de profissionais de tecnologia da informação qualificados para atender a demanda. (ACATE: 2012 p. 28)

O crescimento desse setor na economia traz uma série de reflexões, principalmente por ser uma realidade relativamente nova para os pesquisadores de diversas áreas, inclusive a dimensão do impacto que

causará no modus-operandi da cidade. O que se percebe no imediato é que em razão do dinamismo e dos resultados econômicos que rapidamente proporciona, é um segmento atraente. De fato é importante que o Estado invista e procure orientar seu posicionamento estratégico em escala local e global, porém não se pode ter ilusões quanto aos seus benefícios para a urbe como um todo, no curto prazo.

Por exemplo, do ponto de vista do impacto populacional: por ser um ramo intensivo em conhecimento e não em mão de obra, atrai de outras localidades, ou retém aqui, um contingente que chega a ter faixa salarial média elevada, que busca um padrão de vida elevado – adquire carros e buscam habitação de qualidade, como consequência aumentando o contingente de carros na cidade e contribuindo para a elevação do preço dos imóveis da cidade. Considerando que há um grande esforço para se atrair e produzir mão de obra que supram a demanda do arranjo local, estes são fatores importantes a serem considerados.

Do ponto de vista urbanístico, “pesquisas sobre a inserção de outros tipos do modelo espacial recomendado para parques tecnológicos [...] em nossas cidades indicam vários graus e tipos de rupturas nos tecidos urbano e social, como segregação, gentrificação e redução de mobilidade.” (Silva: 2006).

Este movimento gera do ponto de vista do preço da terra uma elevação das áreas ao entorno, encarecendo qualquer empreendimento que venha a se instalar na proximidade, criando barreiras a sua ocupação, ou seja, impedindo, inclusive, que parte da força de trabalho que atua nos parques possa morar por perto, obrigando-as a se deslocarem pendularmente entre trabalho e casa, impactando a infraestrutura urbana.

Vieira (1995) identifica essa realidade quando estudou a implantação da indústria de tecnologia em Florianópolis. Na época duas zonas de deslocamentos já impactavam a vida da cidade: a da Trindade e a de São José, e outra estava em implantação: a do Saco Grande, todas tendo como referência o centro de Florianópolis e a UFSC.

A autora demonstra que são várias as razões para a escolha das referidas localidades para implantação dos parques: distância que estes se encontram dos polos de formação da força de trabalho, de parceiros para o desenvolvimento da tecnologia e dos clientes. Porém apresenta a proximidade destes com as residências dos empresários como sendo a variável mais simbólica do impacto que os parques tecnológicos causaram na dinâmica da cidade.

Há uma importante diferença nas distâncias percorridas pelos diversos atores que desenvolvem suas atividades nos parques. Em relação a empresas instaladas na Trindade os empresários, engenheiros e técnicos de nível superior fazem um trajeto mais curto que os funcionários com escolaridade de nível médio. Os primeiros habitavam, em média, a no máximo 4 quilômetros do local de trabalho e ainda possuíam condições de optar por caminhos com menos tráfego.

Dos empresários 43% habitavam o Centro, 38% moravam na Trindade e imediações e cerca de 19% na Lagoa da Conceição, Campeche e Estreito, estes últimos mais distantes, mas seus percursos não demandavam cruzar o centro da cidade. Em relação aos engenheiros e demais técnicos de nível superior, a situação é mais interessante: 76% moravam no próprio bairro da empresa, sendo 8% morando no centro e o mesmo tanto, em média, morando na “periferia” (Sambaqui, lagoa e Rio Vermelho) respectivamente.

Em compensação 85% dos trabalhadores de nível médio habita a mais de 15 quilômetros de distância do local de trabalho, residindo na porção continental de Florianópolis, mas também em Palhoça, São José e Biguaçu. Obrigados a enfrentar o congestionamento nos horários de maior fluxo para conseguirem chegar ao local de trabalho e retornarem, sendo que grande parte percorre o trajeto de ônibus, em duas linhas. (VIEIRA: 1995, p. 65)⁹

2.2.3 Economia criativa: em busca de um entendimento

Seguindo no debate sobre a combinação sugerida, as estratégias que são apresentadas como alternativas aos gargalos no desenvolvimento econômico da cidade conduz à compreensão de que as estratégias 1 e 2 do documento está tratando da economia criativa. Aqui será feita uma digressão no tema central desse texto em favor de uma melhor compreensão dessa “nova” modalidade na economia.

A economia criativa é um conceito ainda em construção, mas as experiências em torno dele estão inspirando uma série de ações pelo mundo a tê-la como alternativa de política de desenvolvimento para países e cidades. O conceito se origina do termo *indústria criativa inspirado* no projeto Creative Nation, da Austrália, de 1994, sendo que possui como essência a compreensão da “importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das

⁹ VIEIRA, Sheila. A indústria de alta tecnologia em Florianópolis. Dissertação Mestrado. Florianópolis.PPGE/UFSC, 1995.

tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas” (REIS: 2008, p.16).

A experiência mais estudada e difundida é a Inglesa, da segunda metade da década de 90 do século passado. Sua difusão se dá por ser eficaz em quatro aspectos considerados fundamentais:

1 - como resposta a um quadro socioeconômico global em transformação; 2 - privilegiar os setores de maior vantagem competitiva para o país e reordenar as prioridades públicas para fomentá-los; 3 - divulgar estatísticas reveladoras da representatividade das indústrias criativas na riqueza nacional (7,3% do PIB, em 2005) e com crescimento recorrentemente significativo (6% ao ano, no período 1997-2005, frente a 3% do total); 4 - reconhecer o potencial da produção criativa para projetar uma nova imagem do país, interna e externamente, sob os slogans “Creative Britain” e “Cool Britannia”, com a decorrente atratividade de turismo, investimentos externos e talentos que sustentassem um programa de ações complexo. (REIS, p.18)

As críticas advêm daqueles que entendem que uma política de desenvolvimento que tem como base a cultura gera impactos negativos à política cultural, pois neste caso possui um foco demasiado nos agregados estatísticos da economia, em especial o PIB e à taxa de crescimento da economia, secundarizando a inclusão socioeconômica de segmentos marginalizados e por fim há a crítica acerca de sua abrangência.

Conforme documento do SCOTTECON, uma rede de economistas escoceses que representa 12 universidades: “O problema é que enquanto as indústrias culturais podem ser definidas como as que geram significado simbólico, as definições oficiais de indústrias criativas não fazem referência a ele e poderiam envolver qualquer tipo de atividade criativa. (REIS, p.17)

Outro questionamento comum à economia criativa é de seu grau de inovação, já que na essência pode simplificá-la como recombinação de fatores tendo a tecnologia e a criatividade como principais variáveis.

A princípio o que a faz ganhar o status de porta de saída para a crise econômica pela qual passam alguns países é justamente a proeminência do fator criatividade. Pois este motiva novos horizontes seja em termos de modelos de negócios, arranjos institucionais e processos organizacionais que em tese galvanizam um leque mais amplo de atores sociais. (REIS, p. 23)

A questão chave dentro deste aparato conceitual, mas especificamente dentro da variável criatividade, está o papel da cultura quanto determinante para a efetividade e eficácia dessa proposta de desenvolvimento.

Da chamada economia da experiência reconhece o valor da originalidade, dos processos colaborativos e a prevalência de aspectos intangíveis na geração de valor, fortemente ancorada na cultura e em sua diversidade. Da economia do conhecimento toma a ênfase no trinômio: tecnologia, mão de obra capacitada e geração de direitos de propriedade intelectual, explicando porque para alguns autores (KNELL; OAKLEY, 2007) os setores da economia criativa integram a economia do conhecimento, [...] Da economia da cultura propõe a valorização da autenticidade e do intangível cultural único e inimitável, abrindo as comportas das aspirações dos países em desenvolvimento de ter um recurso abundante em suas mãos. (REIS: 2008, p. 24)

A questão em torno da cultura mexe com diversas dimensões e, portanto, é necessário um zelo ao abordá-la, especialmente por estar se propondo entender sua real dimensão no objeto em análise e do olhar que está subjacente a este. O caráter ideológico e o seu uso no marketing da cidade já foram abordados anteriormente e certamente retornar-se-á a eles. Aqui daremos sequência ao debate de seu papel no projeto de desenvolvimento.

2.2.4 Cultura e desenvolvimento

Barros (2009) traz como melhor caracterização sobre o que é a cultura a ótica desenvolvida no âmbito da antropologia:

Um processo através do qual o homem atribui sentido ao mundo. Código através dos quais

pessoas, grupos e sociedades classificam e ordenam a realidade. A cultura é a instância em que o homem realiza sua humanidade. Como fenômeno anterior e exterior ao indivíduo, a cultura realiza-se quando incorporada e tornada identidade." (BARROS: 2009, p. 28)

Seguindo esta linha de raciocínio Barros afirma que não se pode conceber culturas estáticas e “sim que há sociedades em que o lembrar ocupa uma centralidade estruturante e outras em que a memória possui menor pregnância do passado [...] Lembrar e esquecer são no entanto dois momentos de toda e qualquer cultura.” (Ibid, p.29)

Alerta, no entanto, estar falando de extremos polarizados como forma de reafirmar a incapacidade de se conceber a cultura como sendo estática e que é justamente nesta tensão, inerente à mesma, que se compreende a real dinâmica da relação entre cultura e desenvolvimento.

O alerta continua soando ao chamar atenção para possíveis modelos de sociedades que se configuram em torno desses extremos. De um polo aquelas que entendem sua história como sendo a única história e que fazem das diferenças uma ameaça; esses modelos tendem a serem exemplos de sociedades ortodoxas e totalitárias. Do outro, aquelas que “vivem do culto às mudanças [...] aprisionadas à incompetência de lidar com a memória. São sociedades de mercado em que o consumo define a produção e o mercado configura-se como principal instituição”. (Ibid, p. 29)

Os extremos podem se encontrar quando se avalia os impactos que ambas as vertentes tendem a causar às respectivas sociedades. São posturas conservadoras em última instância, onde toda a potencialidade própria da diversidade cultural é negada, seja pelo medo das mudanças, seja pela efemeridade das mesmas. O diverso deixa de ser a variável que permite que o “homem realize sua humanidade” e passa a ser mais uma mercadoria, ou a ser perseguido e oprimido. A relação entre a cultura e o desenvolvimento pede que se construa outro paradigma de sociedade e de cultura, o que Barros chama de “Cultura da Mudança”.

A Cultura da Mudança é, portanto, resultado de uma disponibilidade para o futuro, para o novo, para o desconhecido: o resultado da capacidade de abertura para o mundo [...] Há mudanças e mudanças. Mudanças que produzem movimento e desenvolvimento e mudanças que consolidam permanências (Ibid, p. 31)

A mudança que produz movimento e desenvolvimento, quando se rompe com o dogma de que a Cultura – concebida apenas enquanto tradição – é um entrave para o desenvolvimento, atinge a esfera das relações de trocas globais, percebe-se que no mesmo instante em que se está trocando mercadorias, tecnologias, estão sendo intensificadas as trocas culturais.

Conseguindo assim ampliar o próprio conceito de desenvolvimento para além das realizações econômicas, mas também alcançando o desenvolvimento humano. “O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas” (PNUD: Apud Ibid, p. 31)

Ganha-se com isso um forte estímulo para o enfrentamento à ideia de progresso contínuo e linear, a favor de um conceito mais complexo de desenvolvimento, debate este travado em múltiplas dimensões da relação entre a cultura e o desenvolvimento: política, social, econômica, subjetiva e imaterial e uma transversal. Esta última intrínseca a social, por se compreender que “há sempre uma dimensão cultural na educação, na saúde, no trabalho, etc.” (Ibid, p. 32)

Barros avança quando estabelece que haja pressupostos para um melhor amadurecimento desse debate entre cultura e desenvolvimento: 1- Perspectiva do crescimento autossustentado; 2 – A busca da harmonia entre a lógica do simbólico e a razão do mercado; 3 – A busca do respeito ao patrimônio natural e o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial; 4 – A redução das desigualdades locais, regionais e mundiais; 5 – A constituição dessa integração a partir de um modelo democrático de decisões. (Ibid, p. 33)

A partir desses pressupostos supõe-se a necessidade de se construir convergências entre as diversas partes envolvidas na edificação desse processo de desenvolvimento. Porém, ao se considerar os fatores que levam a criatividade à condição de variável agregadora de valor e da cultura como fator econômico, está intrínseca a compreensão do simbólico ser tratado como mercadoria.

2.2.5 Globalização, a mercadoria cidade e a cultura como recurso

O discurso que eleva a cultura à condição de importante ativo político, ideológico e econômico em escala global, ainda mais quando está aliada às TICs - Novas Tecnologias da Informação e Comunicação,

aponta no sentido de elevar as cidades, onde estas variáveis convergem, a um novo protagonismo e a compor o conjunto restrito das recém denominadas cidades globais.

No entanto as mudanças paradigmáticas promovidas por essa composição (cultura, tecnologia, cidades globais) geram grandes consequências, tanto para aquelas cidades que por razões diversas não alcançam a este patamar, quanto para as populações segregadas nas/das cidades globais. Do ponto de vista da economia fica explícito que as novas configurações das cidades, ressaltando o aspecto migratório que leva a 54% da população mundial a viver em cidades, sendo que na América Latina este contingente chega a 80%, são as variáveis que atraem as grandes linhas de investimento, contudo esses investimentos carregam consigo suas exigências e conseqüentemente suas mazelas.

As exigências desses investimentos trazem à baila novos discursos para que sejam melhores aceitos como o da sustentabilidade. Um discurso mais palatável responde a necessidade de se gerir a cidade como uma unidade de negócio, que antes de acolher aos que lá vivem tem também que gerar lucros e para tal se lança mão de processos de remodelação urbana seja de larga escala – quadras, bairros, cidade inteira, sejam pontuais, quase como acupuntura; o importante é que essas cidades passem a atrair novos investimentos e os que moram nelas, ou visitantes gastem somas vultosas de recursos.

A Cultura observada de forma isolada dentro do plano está sujeita a processos parecidos com os do turismo. Sua reinvenção, ou adaptação para ser comercializada é uma tendência presente e entendida apenas como um recurso (YÚDICE: 2004, p. 25), um instrumento apensado ao turismo que tem com razão precípua a de agregar valor, de atrair a atenção para a mercadoria que ocupa o melhor lugar da vitrine.

Contudo a situação vai mais além. O que se está propondo é colocar, lado a lado, eventos culturais forâneos para competir em pé de igualdade com atrações artísticas locais, em aparelhos públicos criados nos diversos núcleos da cidade. Desconsiderando os aparelhos e as manifestações já existentes e especialmente, as características específicas de cada população dessas localidades. A proposta tende a gerar um processo de homogeneização intenso e de acelerada descaracterização das comunidades e conseqüentemente da cidade. (OLIVEIRA: 2009, p. 34).

Arantes (2002) aborda esse aspecto como sendo parte integrante de um processo de mercantilização da cidade, onde a cultura é a pedra angular, e compõe a “estratégia fatal” em torno da construção de um

“pensamento único das cidades”, forjado pela simbiose entre “o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico”. Nessa direção, busca o “encadeamento objetivo” do chamado “culturalismo empresarial”. A autora sacramenta:

Trata-se claramente de uma estratégia autodestrutiva, e mesmo assim a corrida rumo ao desastre continua, como é próprio da natureza de um sistema que hierarquiza e estratifica, porque o seu desenvolvimento não pode deixar de ser desigual (ARANTES: 2002, p. 28)



A cultura diretamente como mecanismo de valoração da mercadoria cidade, ou como agregada ao turismo assume sua faceta de recurso flexível e gerenciável. A criatividade deixa de ser um elemento da dádiva¹⁰ e passa a ser uma mercadoria comercializável. Nesse processo o patrimônio só é valorizado,

quando atende a uma demanda de mercado e não ao fortalecimento de uma identidade histórica, e a arte passa a servir de canal de valorização de uma outra mercadoria e não a elevação espiritual das pessoas que a apreciam, ou de contribuir para elevar um tecido social esmagado pela pasteurização da cultura de massa.

Com o advento das novas tecnologias, essa relação conflituosa se faz quase que de forma imediata: localiza-se uma demanda, cria-se uma intervenção e a comercializa; simultaneamente essa tecnologia, decorrente de outro processo criativo e intenso é a mercadoria que está no balcão. No caso de Florianópolis, como dito anteriormente, o setor de

¹⁰ A dádiva tem por objetivo a aliança e a criação, assim como a produção colaborativa, ao contrário dos interesses instrumentais. A relação social da dádiva visa a intersubjetividade e contempla o vínculo social. O sistema do dom situa-se, portanto, no lado oposto do sistema mercantil. Mais detalhes ler em LIMA, Clóvis R.M. et al.. Trabalho Imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva. IN: Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Vol XIII, n.1, Ene. - Abril de 2011. Disponível em:

<<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/40/20>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

tecnologia já é responsável por grande parte do PIB da cidade, situação que levou à confecção de uma marca para a cidade que absorve, dentro de uma lógica Schumpeteriana¹¹, os slogans de cidade com a melhor qualidade de vida e o de capital turística do Mercosul e lança Florianópolis: Capital da Inovação, condição difundida pelo mundo através de panfletos em inglês e encartes em jornais estrangeiros.¹²

Aparentemente o processo que se pretende com o Floripa 2030, em longo prazo, ao invés de sanar os gargalos de Florianópolis e região próxima – mobilidade urbana, saneamento e abastecimento de água, degradação ambiental, ocupação irregular do solo, etc. - tenderá a aprofundá-los. Porém, a cada momento vemos que o discurso e as práticas denunciadas pelos autores aqui citados e por outros continuam sendo implantadas e conseguindo convencer mais e mais pessoas, até mesmo de setores do campo dito mais avançados.

2.3 O DISCURSO

Ao ler o documento do Floripa 2030, no primeiro momento se tem apenas uma noção da grandeza do que está sendo proposto. Planejar toda a cidade e sua relação com uma parcela da região é de fato um monumental esforço político, econômico e cultural. Porém, a questão que se levanta e que está na essência do objeto, portanto muitas vezes disfarçado é: o que motiva tal empenho?

Ao definir como empreitada compreender o discurso hegemônico presente no Floripa 2030, o que está se estava propondo era encontrar em suas entranhas sua motivação, as causas que levaram o Bloco a elaborá-lo e fazer dele sua agenda de intervenção na cidade. Propõe-se dialogar criticamente com ele e transcendê-lo, pois uma empreitada como a que ele anuncia, dadas as instituições e leis a que está sujeito o planejamento urbano no Brasil, obrigatoriamente seu reflexo se daria tanto no Plano Diretor da capital, conforme foi dito anteriormente, como reverberaria em outra escala, tendo visto que Florianópolis frequenta as páginas dos principais meios de comunicação do mundo.

¹¹ Está se referindo ao conceito de Destruição Criativa. Desenvolvido pelo economista Joseph Schumpeter seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942.

¹² Publicação do Financial Times: *Brazil Confidential* de 2010 e material publicitário da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, ambos nos anexos.

Na entrevista concedida pela Presidente da Ong, Floripa Amanhã e pelo Presidente do Sinduscon, Elizenia Prado Becker e Helio Bairros respectivamente, percebeu-se o essencial para que sejam compreendidas as razões que levaram a formulação do objeto da pesquisa, o Floripa 2030, e poque ele é o elemento que galvaniza os interesses da camada de mais alta renda da cidade.

Na fala de ambos ficou explícito que há fissuras no bloco hegemônico no poder. As divergências sobre os procedimentos e mecanismos que deveriam ser utilizados para a tomada de decisões e de intervenções na cidade. Questionou-se o tempo político como um elemento que trava o debate e que leva o poder público a tomar decisões atabalhoadas e ineficientes no curto prazo, sem pensar estrategicamente a cidade e muito menos no interesses comuns ao Bloco.

Questionam a competência dos mandatários, no sentido de não permitirem que novas ideias sejam implantadas, para além daquelas formuladas pelos integrantes do governo municipal. Becker explicita isso ao ser questionada sobre as razões de a PMF não considerarem os espaços de trocas de saberes (assembleias do PD) na formulação Plano Diretor, ela afirma categoricamente que a questão chave é a incompetência do poder público.

Bairros questionado sobre o papel do atua Plano para a cidade narrou a surpresa com que recebeu a agenda de elaboração e votação do Plano Diretor. Explicitou que todos se sentiram enganados pela PMF, pois quando estavam em reunião do Núcleo Gestor, ressentindo-se da recorrente ausência dos representantes do poder público, os mesmos estavam formulando o Plano Diretor em reuniões paralelas.

Porém essas divergências de forma como organizam a intervenção na cidade não deveria ser considerada a raiz das relações entre esses atores, pois naquilo que essencialmente motiva os debates sobre como se deve organizara ocupação e produção do espaço em Florianópolis encontra-se a convergência. A policentralidade, através de mecanismos previstos em lei que permitam a elevação do preço da terra e a segregação sócio-espacial aglutina o Bloco. Inclusive vários querem assumir a paternidade da proposta, como deixou bem explícito Bairros ao afirmar que já em 2006 o Sinduscon apresentou a ideia de multicentralidade e transversalidade no debate do Plano Diretor.

O que se percebeu das entrevistas? O Floriapa 2030 conseguiu convergir o que é essencial em termos de organização espacial, do ponto de vista do Bloco Hegemônico: uma cidade com qualidade, aprazível e eficiente, para poucos. Em todo o documento fica implícito que se está

buscando, para além de soluções urbanísticas para a cidade, um projeto de desenvolvimento mais amplo e com um forte viés de inserção desta cidade em um circuito internacional dinamizado pelos mecanismos intrínsecos à chamada globalização.

O alinhamento conceitual da proposta começa a ser desenhado desde o início, quando a mesma apresenta como ferramenta para a extração das estratégias de intervenção o planejamento estratégico corporativo, adaptado às condições de gestão de uma cidade. Arantes, Rezende e Linhares entendem que esse instrumento e as dimensões decorrentes tendem a levar a um processo de redução no pensar a cidade. (Rezende:1982; Arantes:1998; Linhares:2008).

O planejamento estratégico corporativo decompõe e reduz o papel da cidade e de seus atores a uma unidade de negócio. Organiza-se conforme uma empresa, onde a eficiência e o resultado são o objetivo final. São empregados, inclusive, jargões típicos de uma empresa, como: flexibilidade de gestão, qualidade total, dentre outros. (ARANTES:2002, p. 20)

Outro aspecto a ser ressaltado é a notória predileção dos que elaboraram o projeto por atividades econômicas que já fazem parte do cotidiano da cidade e que vem desenhando seus contornos nos últimos 20 anos: o turismo e a chamada economia do conhecimento. O projeto as apresenta reivindicando uma nova roupagem, mas reforçando a crença de serem elas as únicas portadoras de condições de alçar a cidade a um novo patamar de desenvolvimento. A cultura também aparece como um dos eixos de intervenção, porém é apresentada de forma subalternizada, como uma variável valorizadora das outras duas e como um elemento homogeneizador. A estratégia 01, Florianópolis sinônimo de qualidade reflete este pensamento.

Vale observar que boa parte das atividades consideradas dinamizadoras tem como base as mesmas linhas entendidas como alternativa de desenvolvimento, ou seja, a cultura, o turismo e a economia do conhecimento: “eventos, centros de eventos e convenções; Parques tecnológicos, Universidades; design, moda, móveis, maricultura, logística aeroportuária, náutica, remo, atracadouros, marinas, gastronomia, reciclagens, centros de iniciativas e incubadoras de empreendimentos”. (FLORIPAAMANHÃ: 2008, p.44)

A proposta também versa sobre a necessidade de se garantir uma certa equidade entre as localidades da cidade. Propõe para isso ações polinucleadas através de 12 subprogramas para Florianópolis e mais um para cada cidade da região. Ações estas que para seu desenvolvimento

contariam com parcerias entre o poder público, iniciativa privada e universidades.

A busca desta equidade, traduzida pela estratégia 02: Cidade multicultural e polinuclearidade, gerará intervenções, que em decorrência de sua natureza e objetivos, tendem a gerar um processo gentrificante¹³, que em longo prazo impedirá que setores de baixa e até mesmo de média renda se instalem na ilha, deixando a porção continental como única alternativa. Alcançando o previsto no cenário síntese: “Crescimento moderado, direcionando o restante do aumento populacional esperado para o continente com base em medidas de promoção, estímulo e acompanhado por investimento em infraestrutura e habitação social (...)” (Ibid, p.56)

As pesquisas apontam para que se creia que na essência o Flóripa 2030 é fruto de um processo histórico na cidade, no qual o Bloco Dirigente vem ao longo dos anos criando instrumentos de planificação intuindo harmonizar a cidade às suas expectativas de crescimento, sendo que a história demonstra que, em parte, essas propostas não tem origem nas demandas do povo, mas sim de um choque de interesses das camadas de mais alta renda, como aponta Sugai em sua dissertação de mestrado (SUGAI:1994)

Sugai nos lembra dessa prática quando nos apresenta a virada promovida pelo Plano Diretor de 1955 em Florianópolis, onde urbanistas inspirados na Carta de Atenas de 41, no nacional desenvolvimentismo e impregnados do discurso modernista, “movidos pelo ideal de que o ambiente construído poderia ser um instrumento de transformação social” acabavam “negando a cidade tradicional e propondo uma nova cidade sob os moldes da nova ordem arquitetônica”, (SUGAI & SOUZA: 1994, p. 07), porém aquilo que foi efetivado atendeu às necessidades de uma parte minoritária da população local. Nem aos modernistas, nem a população no geral, mas aos detentores do capital.

¹³ Gentrificação: Conceito trabalhado por diversos autores, mas melhor desenvolvido pelo geógrafo marxista Neil Smith, associado diretamente com os chamados processos de requalificação do espaço urbano, mas que tem-se como efeito, “uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano”. (MENDES: 2010, p. 23)

Essa casta, as do detentores do capital, em Florianópolis especificamente, vem ao longo dos anos justificando suas ações através do discurso da necessidade de se promover a vocação da cidade, ou seja, de encontrar o veio pelo qual a cidade vai se destacar no cenário nacional e assim trazer frutos e dividendos econômicos para todos. Cobram do poder público iniciativas que consolidem os projetos apresentados e que arquem com os custos de implantação dos mesmos, tendo como contrapartida e geração de receitas para o município através de impostos e geração de emprego.

Contudo, na prática o processo não se dá como anunciado. Os empregos gerados não são da qualidade e quantidade demandada e a geração de receita via impostos não suprem os gastos efetivamente dispensados pelo poder público. A frente irá se debater justamente o projeto que está subjacente ao Floriapa 2030.

2.3.1 Projetos dentro do Projeto

A questão que vem à tona é a de que, para além do projeto em si, o Florpa2030 é a síntese de uma concepção presente em um segmento da sociedade florianopolitana e que devido à correlação de forças, consequência de um discurso pretensamente homogeneizador sobre a cidade, encontra-se nos espaços de poder, seja em âmbito municipal, seja estadual e que tem na apropriação da renda da terra sua trajetória e propósito. Como será visto mais adiante ao analisarmos graficamente o dados obtidos junto às instituições do Estado.

O Estado, aparentemente é o principal indutor do processo de redefinição do espaço urbano de Florianópolis. Nesse contexto do debate não se pode deixar de analisar as múltiplas determinações que amalgamam o Estado em um contexto geral – determinações políticas, econômicas, sociais, humanas e jurídicas (CASTRO:2011, p. 33), em especial dentro da realidade brasileira e fundamentalmente em suas manifestações locais.

Do ponto de vista da constituição de um projeto de desenvolvimento para a cidade, abordar-se-á por dois caminhos o tema. Um primeiro em concordância com Souza de que “Um conceito de desenvolvimento [...] precisa acentuar a ideia de cada povo, cada grupo social; deve possuir a autonomia necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas características culturais” (Souza:1996, p. 10). Portanto, a partir daí tem-se a percepção de que as linhas apresentadas como alternativas para o desenvolvimento da

cidade, presentes no Floripa2030 estão mais próximas de uma interpretação sobre o que é importante para a cidade pelo olhar da camada de mais alta renda, do que realmente aquilo que o conjunto de seus habitantes carece, privilegiando o fortalecimento do mercado imobiliário.

O segundo viés de questionamento está lastreado no entendimento de que as propostas relativas ao turismo, à cultura e à economia do conhecimento possuem, dentre outras características a de serem, se trabalhadas da forma como se propõe, precarizantes do ponto de vista do trabalho; excludentes, do ponto de vista do acesso à produção pelo consumo e em especial o turismo também de impacto negativo, ambientalmente falando.

Seguindo dentro da proposta de desenvolvimento, crê-se ser necessário fazer um esclarecimento sobre a economia do conhecimento. Pois, além de causar impacto ambíguo no mundo de trabalho, do ponto de vista da relação com o meio também se percebe um processo de desintegração ambiental e cultural. Dentro de uma perspectiva de projeto urbano, o discurso é contestado pela implantação no Brasil de modelos globais de parques tecnológicos, de forma acrítica. Há controvérsias sobre os impactos nas cidades em torno da implantação desses parques. Debatem-se benefícios e os problemas decorrentes dos “clusters” tecnológicos. (ZOUAIN: 2003, p.196)

No que concerne à cultura, quanto aspecto identitário de uma população, ou seja que a define quanto comunidade. Há por parte do grupo formulador da “agenda” um discurso de viés estagnante e folclorizante, como se o patrimônio material e imaterial devesse ser preservado ou para compor o discurso da integração de processos, o moderno com o histórico; ou para compor a paisagem a ser comercializada, atendendo a demanda do turismo e aos outros componentes da matriz de desenvolvimento proposta, ou seja, como mero recurso. (YÚDICE:2011, p. 25)

A política propõe uma cidade polinucleada, com malhas urbanas conectadas por vias panorâmicas e paisagens emblemáticas que facilitem a possibilidade de aumento de densidade e de usos mistos em certas regiões ou setores tanto de Florianópolis como na região continental como estratégia para conseguir uma cidade multipolar. / A diversidade e pluralidade cultural próprias de uma capital do estado baseadas nas atividades tradicionais/culturais com potencial para geração

de emprego e renda e na existência de capital intelectual capaz de fortalecer e gerar novos setores criativos da economia (tecnologia, mídias criativas, design, gastronomia, centros de pesquisas e desenvolvimento, ensino superior). (FLORIPAMANHÃ: 2008, p. 41)

Esses aspectos relativos ao projeto de desenvolvimento (cultura e TICs) podem ser analisados conjuntamente e serem compreendidos dentro de um conceito geral: o de Economia Criativa. Tal conceito ainda está em processo de amadurecimento no mundo, mas que desde o início da década de 90 do século passado, vem crescendo e ganhando espaço. De um certo ponto de vista, do que se pretende demonstrar com essa pesquisa, é um debate secundário, comparando-o com os interesses que envolvem a busca pela apropriação da renda da terra. Porém, um serve ao outro.

A economia criativa aparece no texto do Floripa 2030 como parte da política de centralidade e multiculturalidade, derivada por sua vez da Estratégia 02: Cidade Multicultural e Polinucleada, quando a mesma propõe o fortalecimento e a geração de “novos setores criativos da economia (tecnologia, mídias criativas, design, gastronomia, centros de pesquisas e desenvolvimento, ensino superior)” (Ibid, p.41), portanto merece ser minimamente analisado, para que se compreenda seu papel na estratégia central.

O aspecto ambiental é pautado pelo tema da RBU - Reserva da Biosfera Urbana. A RBU é parte do programa da UNESCO conhecido como Homem e Biosfera, MAB em inglês, criado em 1968, resultado da conferência sobre a biosfera, em Paris. Em outubro de 2004, a Unesco, através da coordenação do Conselho Internacional do MAB desenvolve o marco conceitual e legal que integra as RBUs existentes no mundo em uma rede. (UNESCO: 2004, p.2)

Essa rede com a finalidade de desenvolver em áreas densamente populosas, iniciativas de integração do meio ambiente com a crescente urbanização. Pauta-se pela combinação entre o crescente do fluxo migratório para as grandes cidades e a diminuição das áreas verdes preservadas. De princípio o debate em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, teve início já em 2005/06 com a realização de um seminário conduzido pela Fundação CEPA, com apoio

institucional do governo do Estado e da Prefeitura de Florianópolis, onde diversos atores do sociedade civil participaram¹⁴.

Em 2006 por iniciativa da PMF, GSC e CMF e sob coordenação da CEPA foi formulada a “Proposta Conceitual para um Projeto Piloto de Implementação do Modelo de Reserva de Biosfera em Ambiente Urbano, no marco da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”. A partir desse momento o conceito de RBU orientou diversas ações partindo do poder público e envolvendo diversos outros atores sociais da cidade através de seminários, encontros, debates, etc., passando pela formulação do Floripa 2030 e culminando com a alteração do título do Plano Diretor da cidade, que passou de Plano Diretor Participativo, para Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis, em 2010. Essa mudança representa uma alteração na essência do discurso, mas não do conteúdo da proposta.

Pimenta (2013) ao analisar o efeitos da proposta de RBU sobre o PD de 2010 identifica uma série de incoerências entre o que está definido no SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação e o PD, além de “omissões nos mapas e falsidade no uso dos termos no texto do projeto”.

Ele afirma:

O projeto terá como um dos impactos o desmatamento da Mata Atlântica, e por consequência a fragmentação dos seus remanescentes, fato contraditório ao que o Programa da RBU propões em seu modelo. Ainda, a proposta passa por cima de diversas outras leis que restringem o uso do solo. (PIMENTA: 2013, 171)

Na proposta de PD de 2013 o conceito de RBU foi abandonado justamente por requerer uma série de adequações nas leis e nos mapas

¹⁴ Estiveram presente neste seminário representantes das seguintes instituições e entidades: PMF, CMF, IPUF, Sapiens Parque, CEPA, CERTI, UFECO, FloripaAmanhã, Comitê da Baía da Lagoa, Amigos de Carijós, Instituto Ambiente Sul, Instituto Socio Ambiental Campeche, Forum da Cidade, Aliança Nativa, IAB, OAB, CREA, APRENDER Ent. Ecológica, Comitê Estadual da RB Mata Atlântica, Associação Caeté, Conselho Comunitário dos Ingleses, CBI, Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente, Laboratório e Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, CGH, CGA, DICH, Museu de Antropologia da UFSC, UNIVALI – Lab. Ecoturismo, FATMA, FLORAM, SDS, IGOF, FAPESC, IBAMA, IPHAN, Fundação Franklin Cascaes, ACIF, Convention Bureau e SINDUSCON.

que restringiriam os reais interesses dos promotores imobiliários e colocaria o poder público em forte contradição, passíveis de ajuizamento. Contudo, com será visto mais adiante, o discurso da sustentabilidade ambiental foi reformulado sustenta a tese da busca do equilíbrio entre o binômio preservação e transformação.

Na próxima etapa será apresentada aquilo que será entendido com a Cidade Real. Uma serie dados será apresentado com o intuito de desnudar as transformações pelas quais as cidade passou, os principais atores indutores desse movimento, sua tendência e consequências. Crê-se que com isso ficará mais simples compreender o contexto em que o Floripa 2030 está inserido e as decorrências do mesmo.

3 A CIDADE REAL: MIGRAÇÃO, INVESTIMENTO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL¹⁵

O Floripa 2030 tem com um de seus referenciais mais importantes o texto “Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050)”, produzido pelo IPUF, sob a responsabilidade do pesquisador Paulo Campanário.

Neste estudo é apresentado como projeção populacional para a cidade para o ano de 2050, o quantitativo de 876.159 habitantes permanentes e com a população flutuante, em especial na temporada, na ordem de 1.331.771 habitantes. Considerando que no censo do IBGE de 2010 a população permanente dos 13 municípios da Grande Florianópolis somava 877.706 habitantes¹⁶ e que os elementos que, segundo o autor do estudo, fazem da cidade um polo atrator (qualidade de vida, empregabilidade, infraestrutura) por mais que se possa relativizar, continuam compondo a pauta da propaganda oficial da cidade, pode-se concluir que a hipótese de uma sobrecarga populacional decorrente do constante fluxo migratório não está distante da realidade.

Campanário afirma que por mais importante que sejam os municípios vizinhos a Florianópolis para a contenção do fluxo migratório, a capital continuará sendo a cidade que mais atrairá a maior parte do fluxo migratório destinado à região.

Palhoça se destaca pelas taxas de crescimento, de 1980 a 2000, mais elevadas, em média, que todos os outros. Biguaçu e Florianópolis têm comportamentos parecidos, intermediários; São José ostenta taxas ligeiramente menos elevadas que estes dois últimos e os restantes exibem taxas de crescimento sensivelmente inferiores [...]. Os maiores, por crescerem de maneira parecida a Florianópolis, ou seja, em torno da média, são já hoje, objetivamente, polos de atração populacional, evitando o crescimento excessivamente desordenado da capital. Apesar destas áreas de expansão periféricas, Florianópolis

¹⁵ O mapa que abre este capítulo foi desenvolvido pelo autor com sentido meramente ilustrativo e com a finalidade única de referenciar os dados e as informações que serão apresentadas, da mesma forma às localidades. O mapa não é preciso e não pode ser entendido como um trabalho de cartografia.

¹⁶ Censo IBGE 2010

será o município que mais crescerá no futuro.
(CAMPANÁRIO: 2007, p. 8)

Entender em que medida o estudo apresentado por Campanário refletiu a dinâmica demográfica de Florianópolis e região que viria a ser experimentada nos anos seguintes, é importante para que se extraia do Floripa 2030 o que possui de ciência e apresente com mais nitidez o que nele é de cunho ideológico e passível de uma análise mais criteriosa. Para tal será lançado mão de outros autores que debatem a questão da migração em Santa Catarina e na região da Grande Florianópolis, como parte introdutória a apresentação e análise de dados obtidos nas fontes apresentadas na apresentação.

3.1 MIGRAÇÕES

Segundo Miotto (2012) o elevado grau de urbanização e de desruralização de Santa Catarina nos últimos anos foram influenciados pela reestruturação e modernização produtiva nas atividades do meio rural. A taxa de urbanização hoje em SC está na casa dos 83,99%, enquanto na década de 70, do século passado era de 43,23%.

No fim do século XX e início do XXI desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Uma evidência disso é que os dez maiores municípios do estado responderam em 2010 por quase 40% do total da população. (MIOTTO: 2012, p.35)

Dois são os movimentos decorrentes do fenômeno da desruralização/urbanização catarinense: 1 - importante dinâmica ao entorno dos municípios atratores, gerando uma crescente taxa de ocupação na periferia dessas cidades, adensando e formando aglomerados urbanos; 2 - a incapacidade de cidades polos do interior em conseguirem amortecer os fluxos migratórios de suas regiões, caso de Chapecó e com destaque Lages. A litoralização passa a ser a marca desse processo em SC e forma uma área praticamente contígua de sul a norte, com grande destaque para a região da grande Florianópolis.

Por este movimento Miotto conclui: “mesmo que SC tenha se tornado, no final do século passado, receptor líquido de migrantes em

relação a outras regiões do país, a migração interna passou a ser elemento fundamental na dinâmica demográfica”. E a concentração populacional decorrente deste movimento é resultado das desigualdades intrarregionais do estado, com correspondência nas desigualdades intraurbanas. (MIOTO: 2008, p. 08)

Considerando o fato de Florianópolis não ser uma cidade industrial, mas, sim, voltada aos serviços, somado a isto a condição de ser capital do Estado, ou seja, de se concentrar aqui as estruturas de decisão e gestão das três esferas federativas; do turismo e o segmento de alta tecnologia serem os pontos fortes de sua economia, temos combinadas as condições que fazem dela um atrator típico de fluxos migratórios, tanto de pessoas, quanto de empresas prestadoras de serviço ao estado e a outros ramos da iniciativa privada. Em síntese, um espaço de concentração de capital.

E como diz Singer:

Os fatores de expulsão definem a área de onde se originam esses fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas as quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são gerados por empresas capitalistas, como os que são prestados por repartições governamentais, empresa públicas e por indivíduos autônomos. (SINGER: 1995, p. 41)¹⁷

A questão que se fortalece com a análise dos impactos do processo migratório para Florianópolis, é o caráter de classe de sua urbanização, da divisão social do trabalho plasmada em seu território e na região. Lembramos, com isso o tema abordado anteriormente sobre o conteúdo de classe do Floripa 2030 e do plano diretor da cidade. Não se pode abstrair que a ocupação da cidade está calcada na produção do espaço nos moldes capitalistas, pelo contrário ela é organizada para que os interesses da classe de mais alta renda sejam melhor acomodados.

¹⁷ SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995

Singer afirma que “a problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural [...] de um processo mais profundo de transformação da estrutura de classes e dos modos de produção em presença”. (Ibid, p. 28) Ou seja, na essência de todos o fenômeno urbano está a luta de classes que se desenvolve naquele momento, naquela realidade histórica específica, em relação direta com a luta que está em curso em todo o sistema, em escala global. Não há como abstrair um do outro. O processo migratório e seu impacto na urbe é um desses fenômenos.

No caso de Florianópolis, o processo migratório e seus impactos vêm sendo estudados há algum tempo. Especialmente para se compreender a formação de áreas vulneráveis na entrada da cidade e nas encostas do maciço central, demonstrando o caráter de classe da divisão social e espacial da migração na cidade.

Miranda (2001) alerta para a eminência de desmonte do modelo catarinense de equilíbrio urbano quando demonstra o impacto da migração na formação de favelas em Florianópolis e região. Foca sua análise na região conurbada da capital e com base em dados do censo de 2000 apresenta um quadro importante em que Palhoça, Biguaçu, São José e Florianópolis, na década de 90, conformaram uma das regiões que mais cresceu no Estado, sendo que os quatro municípios estavam entre os que mais crescerem no Brasil.

Palhoça, Biguaçu, São José e Florianópolis formam o núcleo que centraliza e capitaliza todos os grandes investimentos da região, a maior parte da população e o maior número de construções(...) Por outro lado, é o polo desenvolvido que atrai o migrante, gera as favelas e o déficit habitacional. São mais de 194 mil unidades habitacionais, com uma população de 651 mil habitantes. (MIRANDA: 2001, p. 22)

Mioto (2012) demonstrou a continuidade deste movimento demográfico no período seguinte, entre 2000 e 2010, ao comparar a evolução das dez maiores cidades do Estado, sendo que dentre elas figuraram três que compõem a região conurbada florianopolitana (Florianópolis, São José e Palhoça) com 768.915 habitantes em 2010. Levando em consideração que os mesmos tinham 462.616 em 2000, chegamos a um crescimento na ordem de 66,21%, em 10 anos apenas.

Sugai nos aponta que a realidade é de segregação sócio-espacial e que boa parcela da população de Florianópolis e da área conurbada vivia

em condição lastimáveis. Apresenta dados do Censo de 2000, onde 10% da população viviam abaixo da linha da pobreza, sendo que 36% destes habitavam a parte insular da cidade e 64% a porção continental, além disso, 14% da população florianopolitana e 12% da população da área conurbada habitam as 171 áreas de informalidade e pobreza localizadas e cadastradas pela pesquisa INFOSOLO¹⁸ de 2005. (SUGAI: 2009, p. 165)

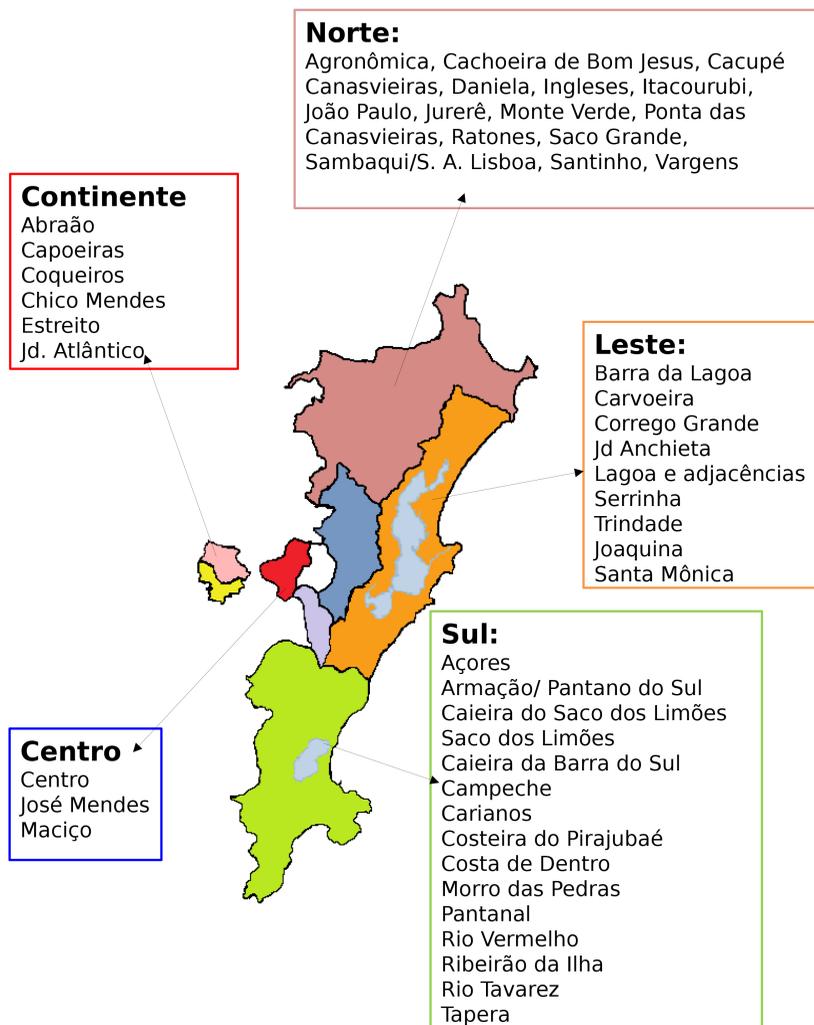
Porém tanto Sugai, quanto Miranda apresentam uma variável importante ao debate, um outro perfil de migrante que escolhe Florianópolis como seu destino: os de alta renda, e de como o Estado lida com este fenômeno, pois estes também geram impactos na cidade e região, contudo de outra ordem, pois mobilizam de forma célere as instituições públicas e privadas, nas quais se organizam tanto para atenderem às suas demandas, como para aproveitarem dos recursos que estes migrantes trazem para a cidade.

Para Miranda é notória a predileção do Estado e de seus dirigentes para com investimentos que fortaleçam a produção do espaço, que atendam às demandas dos donos de terra da cidade, mesmo que a opção por estes investimentos negligencie a necessidade da população como um todo.

Os investimentos do Estado nem sempre foram revertidos em benefícios para todos. Um exemplo foi a construção da Beira Mar Norte, em Florianópolis. Esta obra, construída nos anos 80, com certeza beneficiou a cidade, porém loteadores e especuladores imobiliários da região da Beira mar, passando pela Agrônômica até a Trindade, tiveram lucros espetaculares com a valorização de seus terrenos. Tais lucros nem de longe beneficiaram as favelas nos morros, a poucos metros da avenida, onde viviam e ainda vivem milhares de famílias em condições de extrema pobreza. (MIRANDA: 2001, p. 24)

¹⁸ A rede de pesquisa INFOSOLO desenvolve, desde 2004, pesquisa sobre o mercado imobiliário informal do solo urbano em diversas regiões metropolitanas brasileiras. Esta rede de pesquisadores efetua investigações em oito capitais brasileiras (Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, São Paulo – FAU/USO, Brasília – UnB, Salvador – FAU/UFBA, Porto Alegre – UFRGS, Florianópolis – PGAU-Cidade/UFSC, Recife – UFPE e Belém – UFPA)

Mapa 1 - Distribuição das Localidades por região de Florianópolis



Ao mesmo tempo que estes investimentos serviam para valorizar as terras dos grandes proprietários locais, a infraestrutura proporcionada por eles servia como elementos que compunham as peças de marketing usadas para atrair novos empreendimentos para a cidade e conseqüentemente migrantes de alta renda, que na sua maioria são muito

bem vindos e bem tratados. Tratamento oposto ao dispensado aos migrantes de baixa renda.

O migrante pobre é quem sofre todo tipo de discriminação, e a seu respeito é comum se perguntar: “porque não voltam para o campo?” O mesmo não se diz do migrante rico, que compra apartamento na Beira Mar. Não existe banquinha no aeroporto com assistentes sociais pedindo aos migrantes que voltem para suas cidades de origem, tal qual acontece em muitas rodoviárias com as famílias de baixa renda. (MIRANDA: 2001, p. 30)

Sugai complementa esta análise circunscrevendo este comportamento dentro de um movimento de venda de uma imagem de cidade, visando justamente à atração de investimentos internacionais e fortalecimento do turismo. Assim, “Floripa”, ou a “Ilha da Magia”, como começou a ser chamada, foi divulgada para conquistar o papel de polo internacional de turismo, o que tem contribuído para tornar Florianópolis o local escolhido por setores da classe dominante para turismo, lazer ou para estabelecer residência.” (SUGAI: 2009, p. 164)

Assim é engendrado o ciclo: investimentos do Estado em infraestrutura favorecendo a acumulação de poucos proprietários de terra, constituindo uma rede que proporciona uma aparente qualidade de vida para a cidade. Proporciona a difusão de uma imagem de cidade livre das contradições típicas dos grandes centros e atrai um fluxo migratório de população de mais alta renda. “Por fim” este fluxo migratório obriga o Estado a reverter novos recursos para atender às novas demandas geradas por este segmento que vem para a cidade a busca daquela qualidade propalada. E assim o processo reinicia, e tem sido assim desde a década de 70.

A consequência mais visível deste movimento já foi mencionada anteriormente quando se falava das 171 áreas vulneráveis na região conurbada, mas aqui é que se pode encontrar o nexo de todo o esforço desenvolvido pelos representantes dos setores de mais alta renda que estão à frente do Estado e que continuam mantendo seus interesses à frente de todas as ações concernentes à organização da cidade, apesar das consequências: as nefastas invisibilidades.

Os autores referidos anteriormente obtiveram suas conclusões analisando dados sobre o fluxo migratório e de investimentos que foram angariados ao longo da década de 1990 do século passado, porém

olhando os dados de/sobre Florianópolis deste início de século XXI, pode-se constatar que os mesmos mecanismos que engendraram as distorções que a cidade vive hoje, continuam em pleno funcionamento e tendem a gerar novas e mais complexas consequências no futuro. Será apresentada adiante uma série de dados obtidos de diversas fontes que visam demonstrar esta tendência.

Será apresentada adiante uma série de dados obtidos de diversas fontes que visam demonstrar a tendência de organização do espaço da cidade, porém de antemão crê-se ser interessante, como resultado do processo de organização dos dados como descrito, apresentar como ficaram distribuídas as localizações, já que foi necessário agrupar nas regiões da cidade as mais de 90 localidades descritas nas planilhas obtidas.

É importante ressaltar que aqui se considera como pertencentes às regiões não apenas as localidades presentes em suas áreas de influência direta, mas também aquelas que sofrem influência das vias principais que levam às respectivas regiões, por exemplo a Trindade e Agrônômica que sofrem influência direta da Beira Mar Norte foram identificadas como estando no eixo de crescimento da região Norte, o mesmo se definiu para o Saco dos Limões em relação à região Sul.

Crê-se ser importante ter uma primeira noção da evolução demográfica da cidade. Para tal, salvaguardo-se a distância temporal dos dados, as bases mais sólidas, são as obtidas no levantamento censitário do IBGE de 2010 em comparação ao de 2000.

É importante ressaltar que as previsões de Campanário por mais que não tenham sido exatas, pois a diferença do que ele previu para Florianópolis em 2010 (525.719 habitantes), com o registrado pelo IBGE (421.203 habitantes) ser relevante, seus estudos apontaram acertadamente para um movimento que envolveu toda a região. Ele apontou em seu texto que os municípios conurbados seriam um importante polo de atração na região e que teriam um papel no amortecimento do crescimento desordenado da capital, mas que a região cresceria a taxas superiores às demais, similares no Estado. Fato este comprovado quando observado a evolução demográfica dos demais municípios, como visto anteriormente.

Considerando também os ajustes metodológicos de computação dos dados e de outras variáveis não analisadas, por exemplo: a elevação do valor do imóvel e da terra na cidade por um lado como uma barreira a entrada de migrantes em condições de vulnerabilidade e de assalariados de nível médio, por outro lado, como fator de expulsão de

habitantes, tão vulneráveis quanto, da ilha para o continente e para os municípios vizinhos, pode-se afirmar com certo grau de confiabilidade que o alerta dado por Campanário foi validado pelo tempo.

A tabela abaixo nada mais é que um fotografia do censo de 2010, mas reflete como em certa medida as cidades que rodeiam Florianópolis serviram de colchão de amortecimento migratório, em especial São José ao se observar o dado referente a densidade demográfica das cidades.

Tabela 1 - Núcleo Metropolitano

Núcleo metropolitano					
Município	População (hab.)	Área (km ²)	Densidade dem. (hab/km ²)	Produto Interno Bruto (PIB) ⁶ (2008)	PIB per capita
Florianópolis	421.203	433	972	R\$8,1 bilhões	R\$25,1 mil
São José	210.513	113	1.860	R\$4 bilhões	R\$20,5 mil
Palhoça	137.199	395	348	R\$1,4 bilhão	R\$11,4 mil
Biguaçu	58.238	303	192	R\$1 bilhão	R\$19,6 mil
Santo Amaro da Imperatriz	19.830	352	56	R\$174 milhões	R\$9,5 mil
Governador Celso Ramos	13.012	106	123	R\$104,8 milhões	R\$8,3 mil

Fonte: IBGE, Censo de 2010

3.2 DOMICÍLIO, POPULAÇÃO E RENDIMENTO

Segundo levantamento feito junto ao IBGE, comparando dados de rendimento domiciliar no mesmo período, identifica-se que há fundamento nas observações feitas pelos autores e, como será visto adiante, gerou-se um impacto considerado nas definições dos gestores públicos.

Observando a necessidade de se entender a distribuição deste movimento por toda a ilha, optou-se por analisar a dinâmica de ocupação do espaço da cidade através dos dados disponíveis “Domicílios Particulares Permanentes e Moradores em Domicílios Particulares Permanentes por Situação e Condição de Ocupação do Domicílio” e “DRP - Domicílios Regulares Permanentes”, pois permitem que se observe tanto as variáveis rendimento, população, ocupação e produção do espaço.

É importante ressaltar que o IBGE, entre os dois períodos avaliados, ajustou uma das variáveis observadas no sentido de aperfeiçoar as conclusões decorrentes de suas análises. Em 2000, o quesito rendimento, presente na variável DRP, abordava apenas a

situação do responsável pelo domicílio, porém esta situação gerou questionamentos por parte dos informantes e por parte dos usuários da pesquisa, proporcionando mudanças na formatação do questionário de 2010.

Para o Censo 2010, levando em conta as mudanças estruturais da sociedade brasileira, incluindo o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e as alterações nos arranjos familiares, foi reavaliada a investigação do rendimento no Questionário Básico apenas para o responsável do domicílio. Em função disso e da forte demanda dos usuários, foi decidido investigar o rendimento mensal para todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade. (IBGE: 2013, p. 289)¹⁹

Assumindo que o rendimento do responsável corresponde a 70% do rendimento do conjunto presente no domicílio, segundo o IBGE e de que as amostras foram disponibilizadas em números de domicílios, pode-se auferir algumas análises a partir da comparação entre os dois censos, de 2000 e de 2010, usando como referência os dados sobre rendimento e número de domicílios por bairro e região da cidade.

Outra questão a ser ressaltada é de que o número de habitantes da cidade que aparece nas duas variáveis não corresponde à população total auferida pelo censo, devido à opção metodológica do IBGE de não computar, para estas variáveis, indivíduos com menos de 10 anos.

3.3 POPULAÇÃO E DOMICÍLIO

A população da cidade vem crescendo a taxas médias de 33,92%, entre os censos, nos últimos 50 anos segundo os dados do IBGE, tendo como mediana a taxa de 34,06% correspondente ao período entre 1991 e 2000. Apesar de se ter identificado que este crescimento esteja ocorrendo a taxas decrescentes com tendências à estabilização, em especial nos períodos entre 2000 – 2010 e 2010 - 2014, ainda assim a questão da ocupação e da produção do espaço em Florianópolis é intrigante e elucidadora, especialmente se observamos as variáveis domicílio, população e rendimento, por bairro e região da cidade.

¹⁹ IBGE. Metodologia do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2013.

Gráfico 1 - Evolução da população de Florianópolis, de 1960 a 2014/01

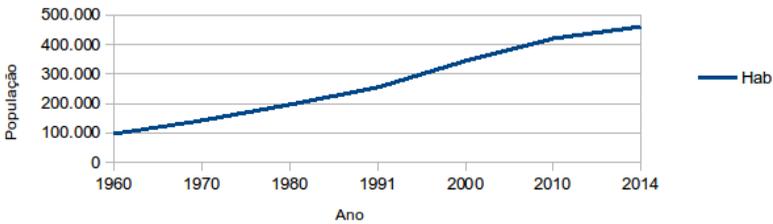


Tabela 2 - População de Florianópolis de 1960 a 2014/01

População Florianópolis	
Ano	Hab
1960	98.520
1970	143.414
1980	196.055
1991	254.941
2000	341.781
2010	421.240
2014	461.525
Fonte: IBGE; El. Própria	

Tabela 3 - Taxa de crescimento da população de Florianópolis de 1960 a 2014/01

População Florianópolis	
Ano	Taxas
1960 – 1970	45,57%
1970 – 1980	36,71%
1980 – 1991	30,04%
1991 – 2000	34,06%
2000 – 2010	23,25%
2010 – 2014	9,56%
Fonte: IBGE; El. Própria	

A curiosidade aflorada ao analisar os dados obtidos e que retrata a evolução em números de domicílios, habitantes e rendimentos, bairro a bairro da cidade, confrontando os censos de 2000 com o de 2010, levou a constatar um crescimento do número de domicílio, na ordem de 40,75%, enquanto a população registrada neste levantamento cresceu na ordem de 22,27%.

Ao se abrirem mais os dados para se identificar em que localidade este movimento se fez mais percebido, deparou-se com a intensificação de uma tendência histórica e que contribuirá significativamente para a análise dos demais dados a serem demonstrados ao longo desta etapa do trabalho: a região norte da ilha foi a que mais cresceu entre os dois períodos. Proporcionalmente não era a que possuía o maior número de domicílios em 2000, porém em 2010

alcançou este posto e distanciando-se consideravelmente das demais, como está retratado na tabela e no gráfico abaixo.

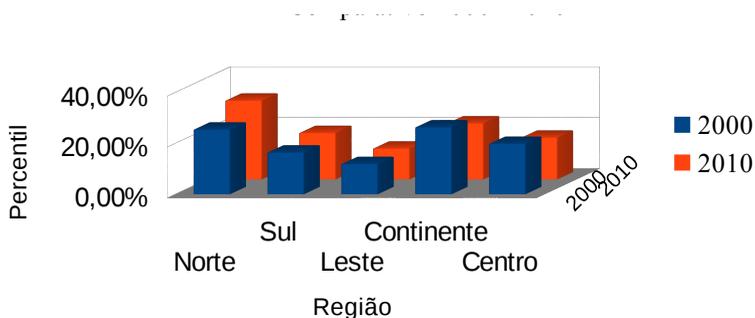
Tabela 4 - Domicílios por região da cidade, em relação ao total, 2000 – 2010

Domicílios por região em relação ao total da cidade				
Região	2000		2010	
Norte	25671	25,45%	44004	31,00%
Sul	16591	16,45%	25977	18,30%
Leste	12026	11,92%	17317	12,20%
Continente	26548	26,32%	31319	22,06%
Centro	20029	19,86%	23347	16,45%

Fonte: IBGE; Elaboração: Própria

Tabela 03

Gráfico 1 - Domicílios por região da cidade, em relação ao total, 2000 – 2010



A região norte foi onde mais se percebeu tanto o aumento do número de domicílio, quanto de habitantes, uma variação de 71,42% e 48,98% respectivamente. A região sul da ilha ficou em segundo lugar, com 56,57% e 35,74%; em seguida vem a região leste, com 44% e 22,05%; o continente com 17,97% e 2,17%; e por último, o centro da cidade com 16,87% e 1,91%. Destacando que existe uma relação direta entre as duas variáveis, domicílio e habitantes, é interessante assinalar que as regiões alcançaram patamares semelhantes na redução da média de habitantes por domicílio entre os dois períodos analisados, de 13,52%.

3.4 DOMICÍLIO POR RENDIMENTOS

Ao se avaliar os dados sobre o rendimento, salvaguardando os aspectos metodológicos expostos acima e incluindo a variável PIB, a tendência enunciada anteriormente ganha novo reforço, como será demonstrado.

Os dados mostram a distribuição do número de domicílio, por classes de rendimento e bairros da cidade, com base no salário mínimo (SM). Obviamente outras variáveis são importantes e devem ser consideradas, dentre elas: a evolução do valor nominal do salário mínimo no período, que foi da ordem 237,75%; a inflação acumulada no mesmo período, pelo IPCA- Geral, que foi de 89,94%; redução do índice de Gini, que passou de 0,61 em 2001, a 0,527 em 2011; e o aumento da renda média do trabalhador, que foi de 2,66% ao ano, de maio de 2002 a maio de 2010 e a valorização m² construído na cidade, que foi de 13% nos últimos 12 meses, segundo o FIPE-ZAP. Indicadores que influenciam diretamente na decisão das famílias, em especial em sua propensão a consumir.

A unidade de referência para mensurar o rendimento será o SM, em razão de demonstrar de forma direta, através de apenas um parâmetro a dinâmica demográfica e de produção/ocupação do espaço. As classes²⁰ de rendimento trabalhadas pelo IBGE são: de 0 a 2 SM; 2 a 5 SM; 5 a 10 SM; mais de 10 SM e sem rendimento. Segundo a FGV²¹, em valores de 2011, o perfil das Classes Sociais é definido pelos seguintes parâmetros: Classe A: Acima de R\$9.745,00; Classe B: de R\$7.475,00 a R\$9.745,00; Classe C: de R\$1.734 a R\$7.475,00; Classe D: de R\$1.085,00 a R\$1.734,00; Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.085,00.

Desta forma pode-se dizer que Florianópolis possui um contingente relativamente equilibrado de domicílios distribuídos pelas 5 classes de rendimento. Na média dos rendimentos, em 2010 era uma cidade situada na classe de 5 a 10 SM, ou na Classe C. Mas uma análise pela média não demonstra com fidelidade os dados. Como poderá ser visto no gráfico abaixo, há um bom contingente presente na classe de 2 a 5 SM, 30,14% dos domicílios da cidade, ou seja, na Classe D e na zona inicial da Classe C, logo na camada de baixa renda.

²⁰ Classe, com c minúsculo é a categoria estatística, que serve para reunir grande massa de dados e limitá-los para análise. Ao usar-se Classe, com c maiúsculo, estar-se-á mencionando as classes sociais.

²¹ Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/node/3999>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Gráfico 3 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar
Florianópolis SM – 2010

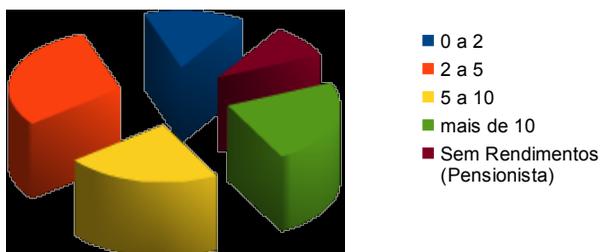


Tabela 5 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar
Florianópolis SM – 2010

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar Florianópolis SM - 2010	
0 a 2	14,57%
2 a 5	30,14%
5 a 10	22,37%
mais de 10	23,71%
Sem Rendimentos (Pensionista)	9,21%
Fonte: IBGE; El. Autor	

Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010

Domicílios particulares permanentes (Unidades)						
Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio – 2000			Classes de rendimento nominal mensal domiciliar – 2010			2000-2010
2000			2010			
0 a 2	15461	15,52%	0 a 2	20856	14,57%	34,89%
2 a 5	27367	27,47%	2 a 5	43147	30,14%	57,66%
5 a 10	21793	21,88%	5 a 10	32017	22,37%	46,91%
mais de 10	24159	24,25%	mais de 10	33938	23,71%	40,48%
Sem Rendimentos (Pensionista)	10835	10,88%	Sem Rendimentos (Pensionista)	13183	9,21%	21,67%
Total	99615	100,00%	Total	143141	100,00%	43,69%

Fonte IBGE; Elaboração: Autor

O crescimento da quantidade de domicílios também se deu de forma aparentemente equilibrada ao longo do período analisado, algo em torno de 40,32%. Porém, quando se observa mais detalhadamente identifica-se um maior crescimento na classe de 2 a 5 SM, onde o montante ampliou em 57,66%; quando que na classe com mais de 10 SM este crescimento foi na ordem de 40,48% e na de 0 a 2 SM, foi de 34,98%. Como apresentado na tabela.

No entanto quando se desmembra esses dados por região da cidade, os desequilíbrios, tanto regionais, quanto sociais tendem a ficar mais expostos. Lembrando que os dados foram disponibilizados pelo IBGE por bairro, a distribuição por regiões da ilha foi baseada na distribuição desses bairros pelos distritos, da forma como PMF subdividiu a cidade para se debater o plano diretor.

A primeira percepção é a diferença de rendimentos informados pelos ocupantes dos domicílios localizados na porção continental da cidade, em relação aos informes oriundos da porção insular. Há nitidamente uma concentração das camadas mais baixas de renda na porção continental, perfazendo em 2000, 51,26% nas classes de 0 a 2 e de 2 a 5 SM, e apenas 21,01% nas que compreendem rendimentos entre 5 e mais de 10 SM. Curiosamente, quando comparados os dois períodos na região continental, identifica-se uma elevação de 38,22% no quantum de domicílios que informaram perceber renda entre 0 a 2 SM e uma redução, na ordem de -60,36%, nos da classe de mais de 10 SM. O continente só perde para o centro em termos de elevação do número de domicílios entre os dois períodos, foi da ordem de 17,26% no Continente, quando no Centro esta elevação foi de 16,57%.

Tabela 7 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, Continente

Domicílios particulares permanentes (Unidades) – Continente						
Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio – 2000			Classes de rendimento nominal mensal domiciliar – 2010			2000-2010
2000			2010			
0 a 2	5087	24,52%	0 a 2	7031	28,90%	38,22%
2 a 5	5548	26,74%	2 a 5	6349	26,10%	14,44%
5 a 10	3972	19,15%	5 a 10	4162	17,11%	4,78%
mais de 10	386	1,86%	mais de 10	153	0,63%	-60,36%
Sem Rendimentos (Pensionista)	5753	27,73%	Sem Rendimentos (Pensionista)	6631	27,26%	15,26%
Total	20746	100,00%	Total	24326	100,00%	17,26%

Fonte IBGE; Elaboração: Autor

Nas demais regiões da cidade, encontram-se realidades distintas em relação à região continental e entre si. Por exemplo, quando se compara a evolução do número de domicílios entre as regiões, identifica-se que o norte da ilha foi a que proporcionalmente mais cresceu, 20,34%; enquanto o centro e o continente cresceram menos, ou seja, tiveram seu peso em relação ao todo da ilha diminuído em -18,88% e -18,40%, respectivamente. E isso pode significar, a depender da metodologia de distribuição de recursos, ter uma porção menor do disponível a ser aplicado na localidade.

Tabela 8 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, peso por região em relação à cidade

Domicílio particulares permanentes – peso proporcional			
Região/ano	2000	2010	2000 – 2010
Norte	25,36%	30,52%	20,34%
Sul	22,27%	24,71%	10,96%
Leste	11,44%	11,47%	0,25%
Continente	20,83%	16,99%	-18,40%
Centro	20,11%	16,31%	-18,88%

Fonte IBGE; Elaboração: Autor

Gráfico 4 - Domicílios particulares permanentes (unidades), 2000 – 2010, peso por região em relação à cidade



O aspecto interessante encontrado no levantamento dos dados está relacionado à questão da divisão espacial do trabalho e sua evolução, representada pela variação do número de domicílios, por classe de rendimentos, nas regiões da cidade, como vimos a princípio com a exposição da situação do continente.

A região que, a princípio, obteve a maior variação no número de domicílio que informaram obter rendimentos acima dos 10 salários mínimos foi a região sul da ilha, com uma evolução na ordem de 78,44% em 2010, sendo que no norte foi na ordem de 64,52%; enquanto no leste e centro foi de 45,44% e 4,6% respectivamente. Inclusive foi na região sul da ilha que a camada de mais alta renda obteve a maior elevação de seu peso proporcional em relação ao conjunto da população da região, passando de 26,34% em 2000, para 29,48% em 2010, uma variação de 11,92%.

Tabela 9 - Domicílios particulares permanentes (unidades), variação entre 2000 – 2010, Sul

Domicílios particulares permanentes (Unidades) – Sul						
Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio – 2000			Classes de rendimento nominal mensal domiciliar – 2010			2000-2010
2000			2010			
0 a 2	1680	7,57%	0 a 2	2294	6,49%	36,55%
2 a 5	7132	32,15%	2 a 5	10953	30,97%	53,58%
5 a 10	4723	21,29%	5 a 10	7195	20,34%	52,34%
mais de 10	5843	26,34%	mais de 10	10426	29,48%	78,44%
Sem Rendimentos (Pensionista)	2803	12,64%	Sem Rendimentos (Pensionista)	4497	12,72%	60,44%
Total	22181	100,00%	Total	35365	100,00%	59,44%

Quando se avalia as classes de 2 a 5 SM e de 5 a 10 SM, a região que apresentou a maior variação no número de domicílios a informar rendimentos nestas classes foi a região norte da ilha, com uma taxa de 98,30% e 98,56% respectivamente. E consequentemente com uma

elevada variação no peso proporcional dessas classes na região, com uma variação de 14,67% e 14,82% respectivamente.

A região norte ao lado da região central foram as únicas que obtiveram uma variação positiva do peso proporcional nas duas classes, já que no centro as variações foram na ordem de 19,90% para a classe de 2 a 5 SM e 13,03% para a de 5 a 10 SM. No leste houve uma variação positiva na classe de 2 a 5 SM, na ordem de 11,71%, mas foi negativa na de 5 a 10SM, obtendo uma redução de seu peso em relação ao todo da região na ordem de -14,64%. Todas as demais obtiveram uma variação negativa no peso dos domicílios que informaram pertencerem a estas classes em relação ao todo, foi de -2,4 e -10,64 para continente e -3,68% e -4,45% para o sul.

A única região que obteve uma expressiva elevação no peso de domicílios pertencentes a classe de 0 a 2 SM foi a continental, na ordem de 17,87%, como visto na tabela acima. No leste esta variação foi de 0,34%, podendo ser considerada como estável. Nas demais regiões: sul, norte e centro, a variação levou a redução do peso desta classe em relação população geral da região, foi de -14,36%, -18,42%, -8,56% respectivamente.

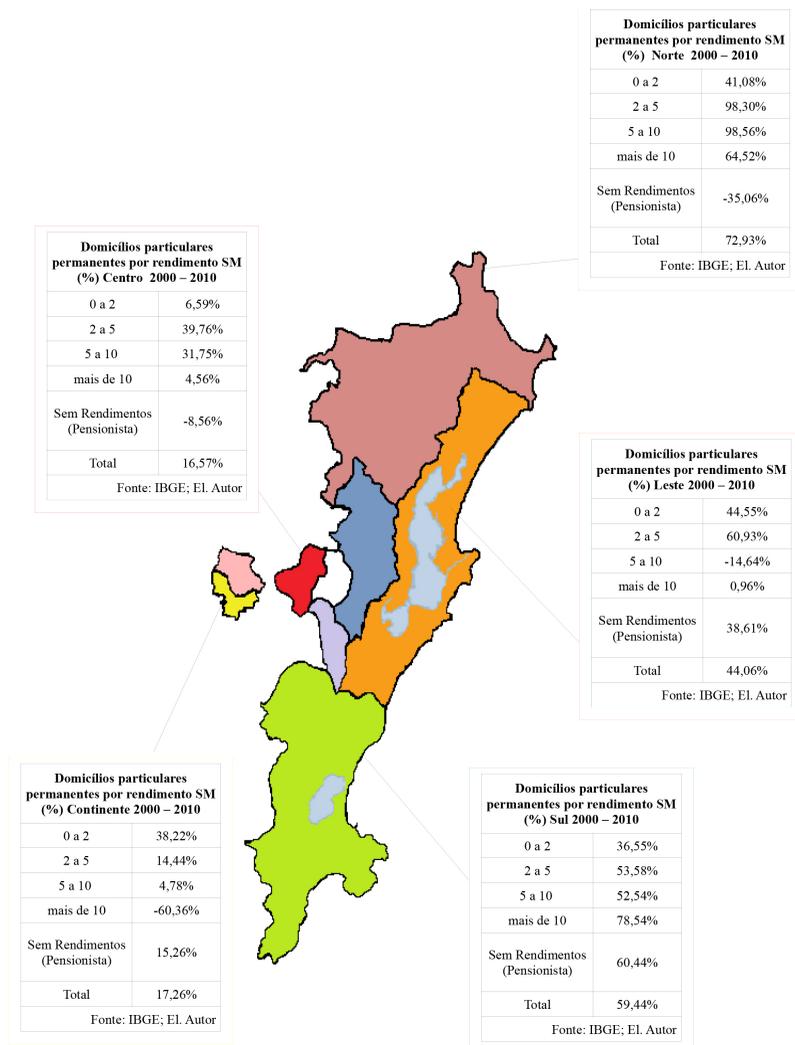
O levantamento destas informações traz como reflexão sobre a eficácia dos mecanismos de contenção da população de renda mais baixa na porção continental da região metropolitana, como preconizado pelo Floripa 2030. A manutenção da tendência por opção de residência das Classes de mais alta renda pelo norte se confirma quando se amplia o espectro da análise para a classe de 5 a 10SM, somando-a com a de mais de 10SM. Mesmo comparando com a região sul, onde houve um aumento absoluto e relativo da presença desta última classe, pois este deve ser ponderado com a redução do peso relativo das demais classes de rendimento.

A situação da região sul, que obteve uma elevação na ordem de 78,44% do número de domicílios que informaram pertencerem à classe de mais de 10 SM é sui generis, pois não está diretamente relacionada com a reformulação urbana pela qual vem passando o bairro Campeche como podem especular alguns, pois a elevação do peso dessa classe na população da região foi espalhada pela maioria dos demais bairros, excetuando o Campeche, onde houve um aumento absoluto na ordem de 58,75%, mas uma redução relativa na ordem de -15,27%.

É prudente interpretar esta situação como sendo resultado da somatória entre a elevação da renda das famílias já instaladas, com a opção por irem morar na região sul de um contingente de famílias de

alta renda que não enxergaram na região norte a qualidade de vida que almejavam. Esta interpretação ganha reforço quando comparamos a taxa de 78,44% decorrente da elevação do número de domicílios que informaram pertencerem à classe de mais de 10 SM com a do geral da região, que foi de 59,44%.

Mapa 2 - Domicílio particulares permanentes por rendimento em SM



3.5 ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO.

Segundo levantamento feito junto à Câmara municipal de Florianópolis, ao longo de período compreendido entre 2000 e 2013 foram aprovadas 118 leis, realizando 166 alterações no zoneamento urbano da cidade. De acordo com o apurado, após análise de cada uma das leis pode-se obter algumas conclusões preliminares, que terão suas bases apresentadas em seguida.

Primeiramente, é importante lembrar que serão mantidos os critérios de distribuição das localidades pelas regiões que compõem a cidade. Segundo, foi necessário estabelecer parâmetros para que se pudesse entender a qual propósito serviu aquela alteração no zoneamento. Esses parâmetros levaram em consideração o uso anterior do espaço e para o qual ela estava sendo destinada com o novo zoneamento; proximidade com aparelhos urbanos de uso coletivo; se era área pública em ambiente privado, caso condomínios horizontais sem muros; interesse público ou privado; produção, exploração e ocupação do espaço e a localidade da cidade na qual estava se propondo perpetrar a alteração, dentre outros critérios mais subjetivos.

Esses parâmetros levaram à necessidade de se elaborar uma tabela de referência com 9 indicadores chaves para se interpretar cada lei e ordená-las atribuindo-lhes parâmetros, no caso as letras do alfabeto, são estes:

Tabela 10 - Parâmetros para análise das alterações de zoneamento ²²

Parâmetros de análise	
Produção do Espaço – PE	a
Redução Área Verde – RAV	b
Valorização Imobiliária – VI	c
Interesse Privado Explicito – IPE	d
Interesse Público – IP	e
Aumento de Área Verde – AAV	f
Demanda Comunitária – DC	g
Área em Disputa – AD	h
Zona de Interesse Social – ZEIS	i
Elaboração: Autor	

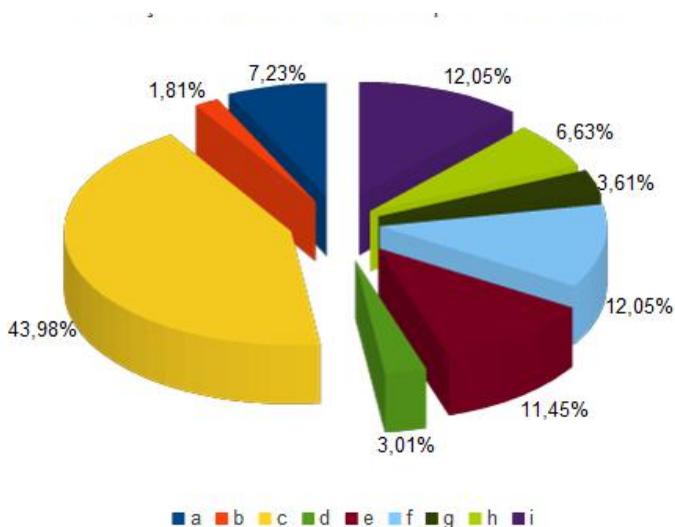
Com base nestes parâmetros, pôde-se identificar que toda a cidade foi alvo de alterações por parte dos legisladores municipais e do poder executivo, porém, observa-se que dependendo da região o perfil das alterações sofriam pequenas variações. E o que prevaleceu, no geral, foram alterações que privilegiaram a valorização imobiliária, como se vê na tabela e no gráfico abaixo.

²² As definições usadas para parametrizar as principais características das alterações de zoneamento possuem como critérios a percepção advinda da leitura do objeto da lei e de seu conteúdo, não há necessariamente relação com alguma categoria, ou conceito acadêmico. Para melhor compreensão será identificado o perfil da cada um e sua sigla usada nas tabelas e no mapa. a) Áreas que obtiveram permissão para construção, ou aumento de área construída, mesmo que fossem identificadas incompatibilidades, como a questão ambiental; b) Mudança no zoneamento das APP, APL, AVL dando permissão para que nelas fossem construídas, alterando o uso; c) Aumento de gabaritos, ou inclusão elementos que valorizem a área via alterações no zoneamento, como AVL em condomínios “fechados”; d) Pequenos lotes que possuíam zoneamentos restritivos, ou passíveis de tributação, ex. Lojas Maçonicas, clínicas particulares; e) criação de áreas de interesse do município, ou de empresas públicas, ex. Estação de tratamento, subestação elétrica; f) criação de APP, APL, AVL públicas, ex. Parque da luz; g) Áreas demandadas pela comunidade para que nelas fossem desenvolvidos projetos habitacionais, ou serviços públicos, como postos de saúde, parques, creches; h) Áreas do Estado em que está se planejando a alteração de seu uso, porém estão em áreas de com forte interesse especulativo, ex. Penitenciária da Trindade; i) Áreas que foram transformadas em ZEIS para receberem projetos habitacionais.

Tabela 11 - Alteração do zoneamento de Florianópolis. 2000 – 2013

Alteração de Zoneamento – Florianópolis 200 – 2013		
Produção do Espaço	a	7,23%
Redução Área Verde	b	1,81%
Valorização Imobiliária	c	43,98%
Interesse Privado Explicito	d	3,01%
Interesse Público	e	11,45%
Aumento de Área Verde	f	12,05%
Demanda Comunitária	g	3,61%
Área em Disputa	h	6,63%
Zona de Interesse Social	i	12,05%

Gráfico 2 - Alteração do zoneamento de Florianópolis. 2000 – 2013



No que tange às regiões da cidade, o que se percebeu foi que a região norte foi a que proporcionalmente mais recebeu alterações, seguida pelo continente, leste, sul e centro. Nesta ordem.

Tabela 12- Alteração do zoneamento por região da cidade . 2000 – 2013

Alterações por região 2000 – 2013		
Regiões	Alterações	%
Norte	64	38,55%
Continente	35	21,08%
Leste	30	18,07%
Sul	25	15,06%
Centro	12	7,23%
Total	166	100,00%

Fonte: CMF; Elaboração: Autor

Do ponto de vista das intervenções que visavam à valorização imobiliária em relação ao conjunto das intervenções na cidade, a região norte também foi a que mais teve alterações em seu zoneamento, com 33,78%; seguida pelo continente com 29,73%; sul, com 16,22%; leste, com 10,81%; e centro, com 9,46%.

Gráfico 3 - Alteração do zoneamento por região da cidade. 2000 – 2013

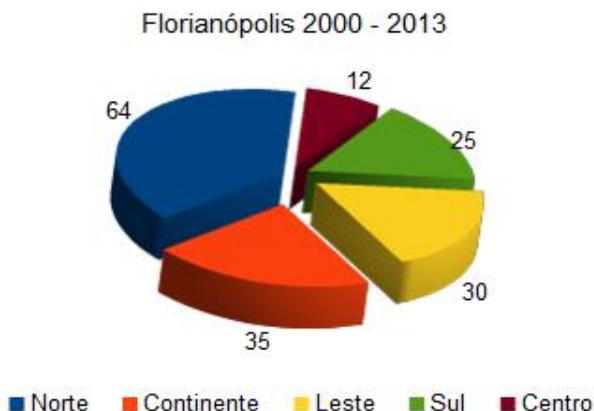
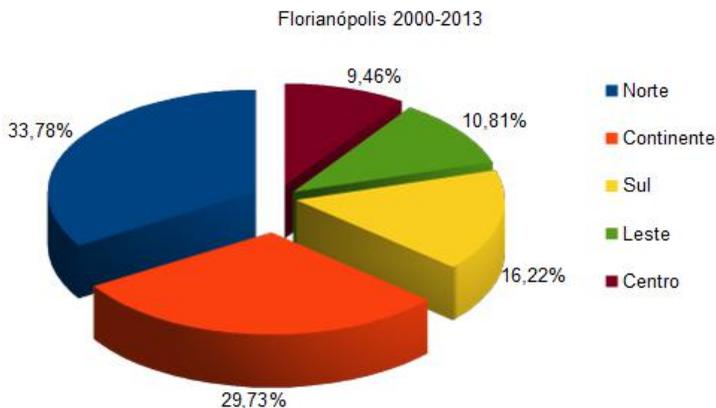


Gráfico 4 - Valorização imobiliária, Florianópolis 2000 – 2013



Nos demais aspectos as regiões receberam as alterações de zoneamento da seguinte forma:

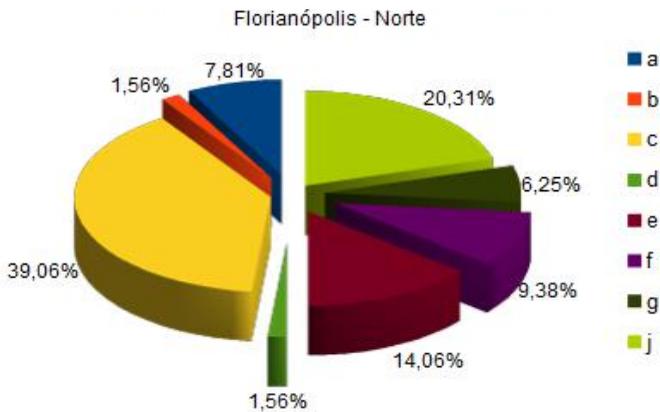
Norte:

Tabela 13 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Norte. 2000 – 2013

Alteração de Zoneamento – 2000 – 2013 Florianópolis Norte			
a	Produção do Espaço	5	7,81%
b	Redução Área Verde	1	1,56%
c	Valorização Imobiliária	25	39,06%
d	Interesse Privado Explicito	1	1,56%
e	Interesse Público	9	14,06%
f	Aumento de Área Verde	6	9,38%
g	Demanda Comunitária	4	6,25%
i	Área de Interesse Social	13	20,31%
Total		64	100,00%

Fonte: CMF; Elaboração: Autor

Gráfico 5 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Norte. 2000 – 2013

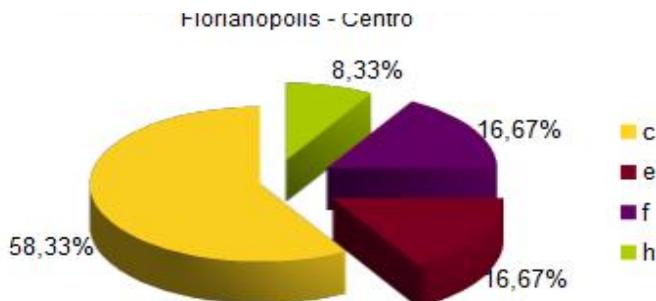


Centro:

Tabela 14 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Centro. 2000 – 2013

Alteração de Zoneamento – 2000 – 2013 Florianópolis Centro			
c	Valorização Imobiliária	7	58,33%
e	Interesse Público	2	16,67%
f	Aumento de Área Verde	2	16,67%
h	Área em Disputa	1	8,33%
Total		12	100,00%
Fonte: CMF; Elaboração: Autor			

Gráfico 6 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Centro. 2000 – 2013



Leste:

Tabela 15 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Leste. 2000 – 2013

Alteração de Zoneamento – 2000 – 2013 Florianópolis Leste			
c	Valorização Imobiliária	8	25,80%
d	Interesse Privado Explicito	1	3,23%
e	Interesse Público	4	12,90%
f	Aumento de Área Verde	7	22,58%
g	Demanda Comunitária	1	3,23%
h	Área em Disputa	9	29,03%
Total		30	100,00%

Fonte: CMF; Elaboração: Autor

Gráfico 7 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Leste. 2000 – 2013

Continente:

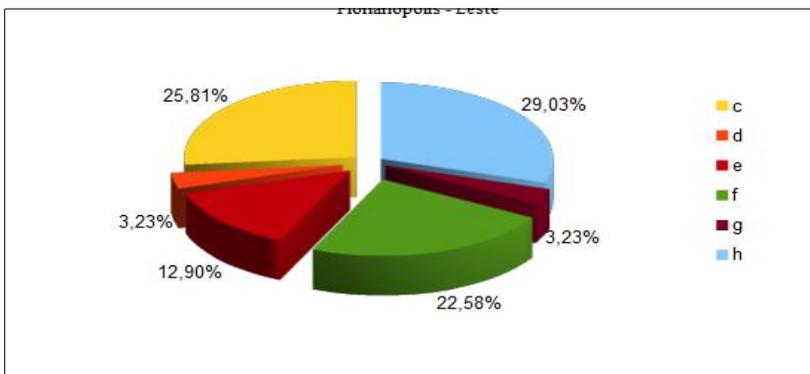
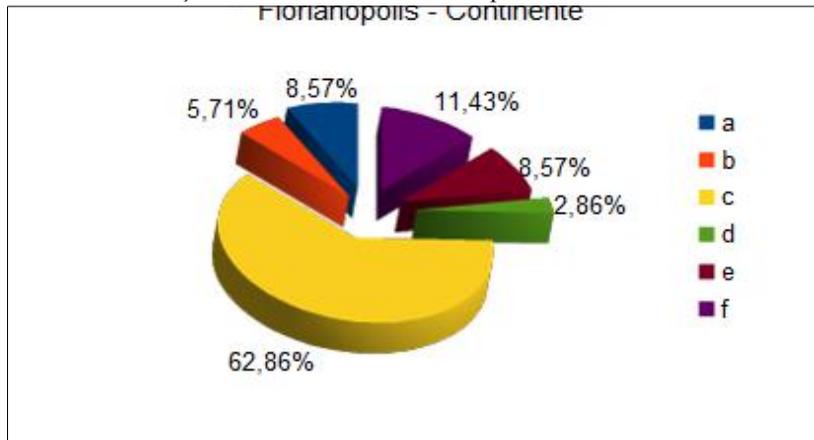


Tabela 16 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Continente. 2000 - 2013

Alteração de Zoneamento – 2000 – 2013 Florianópolis Continente			
a	Produção do Espaço	2	8,57%
b	Redução Área Verde	2	5,71%
c	Valorização Imobiliária	22	62,86%
d	Interesse Privado Explicito	1	2,86%
e	Interesse Público	3	8,57%
f	Aumento de Área Verde	4	11,43%
Total		35	100,00%
Fonte: CMF; Elaboração: Autor			

Gráfico 8 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Continente. 2000 – 2013



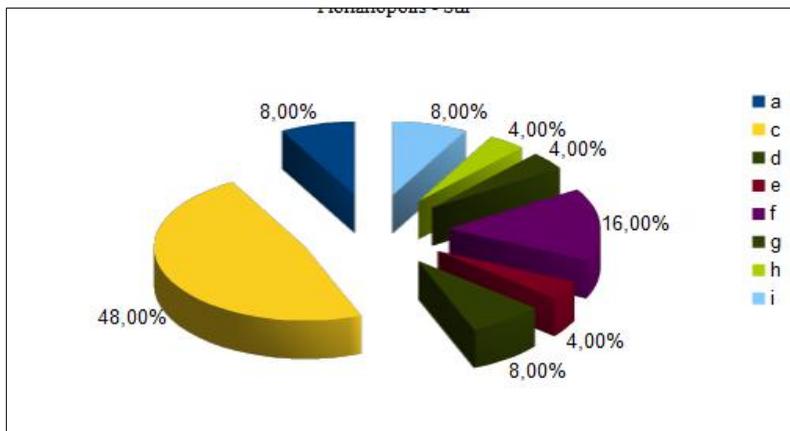
Sul:

Tabela 17 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Sul. 2000 - 2013

Alteração de Zoneamento – 2000 – 2013 Florianópolis Sul			
a	Produção do Espaço	2	8,00%
c	Valorização Imobiliária	12	48,00%
d	Interesse Privado Explicito	2	8,00%
e	Interesse Público	1	4,00%
f	Aumento de Área Verde	4	16,00%
g	Demanda Comunitária	1	4,00%
h	Área em Disputa	1	4,00%
i	Área de Interesse Social	2	8,00%
Total		25	100,00%

Fonte: CMF; Elaboração: Autor

Gráfico 9 - Alteração do zoneamento de Florianópolis - Sul. 2000 - 2013



Como se pode observar, toda a cidade foi sofreu com as recorrentes mudanças no uso do solo em determinadas áreas através de adequação da legislação urbanística aos interesses privados e corporativos, ao longo dos anos. Esta prática é uma constante no legislativo da maioria das cidades e está diretamente vinculada aos interesses que disputam as zonas de poder disponíveis. Poder este que vai desde a capacidade de alterar bairros inteiros, não apenas em seu nome, como nominar a ruas abertas irregularmente, legitimando-as, obrigando dispêndio de recursos para que estas sejam atendidas com a infraestrutura básica, sendo que os mesmos não estavam previstos no orçamento municipal aprovado pelos legisladores. O SECOVI – Sindicato da Habitação, fez um levantamento em junho de 2014 em que mapeou o alarmante dado: nos últimos 7 anos a câmara aprovou a criação de 500 ruas que haviam sido abertas de forma clandestinas.²³

Tabela 18 - Origem das propostas de Alteração de Zoneamento

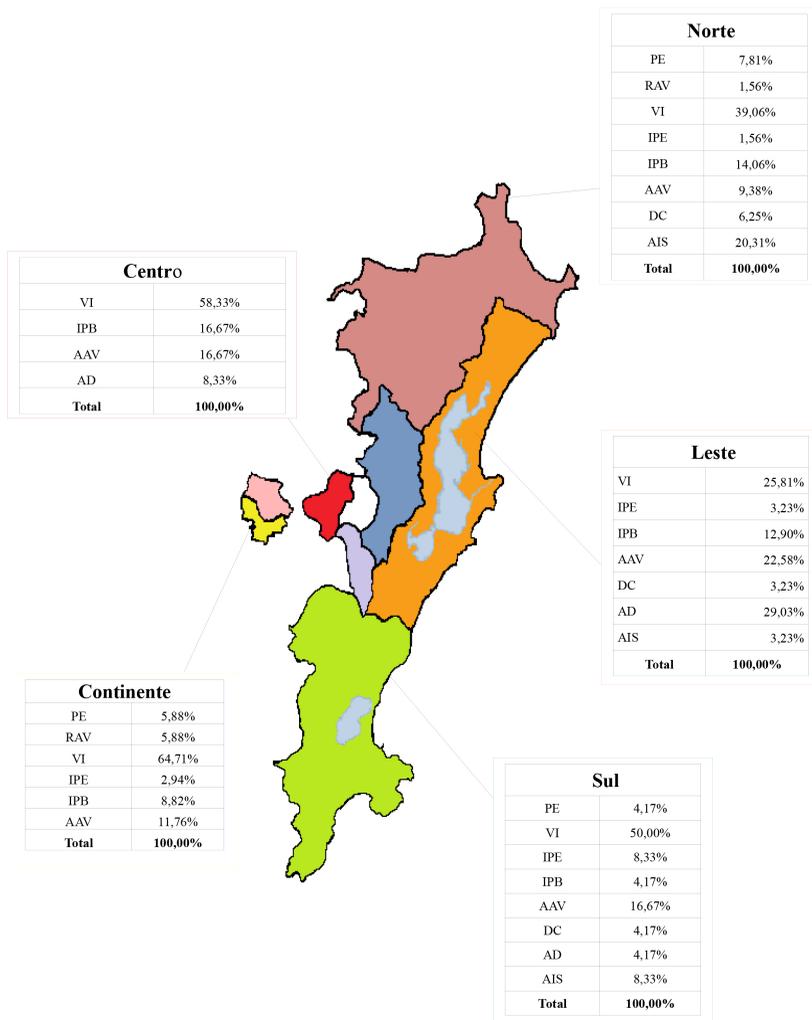
Origem das alteração no zoneamento		
Partidos	Quantidade	Proporção
PFL	36	30,51%
PP	49	41,53%
DEM	3	2,54%
PSDB	21	17,80%
PCDOB	1	0,85%
PT	3	2,54%
PSL	1	0,85%
PMDB	2	1,69%
PTB	2	1,69%
Total	118	100,00%
Fonte: CMF; Elaboração: Autor		

Curiosamente, a prática de produção espontânea de legislação urbanística desconsiderando um prévio planejamento, tem sua origem conhecida. Analisando os dados das alterações de zoneamento pode-se mapear o autor de cada uma das leis e seus partidos. Constatou-se que 96,61% das 118 leis aprovadas, que perpetraram as 166 alterações no

²³ Estudo realizado pelo SECOVI em parceria com o Escritório Piloto de Engenharia Civil da UFSC. Os dados foram publicizados pelo comunicador Cacao Menezes pelo periódico Diário Catarinense, cuja matéria foi reproduzida no site da ONG FloripaAmanhã, no dia 29/08/2014, com título de Ruas Clandestinas. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2014/08/ruas-clandestinas/>>.

zoneamento no período analisado, foram apresentadas pelo Bloco Hegemônico no poder da cidade, sendo que 41,53% apresentadas por um único partido: o PP (antigo PPB, PDS e Arena). Os mesmos que faz um discurso tecnicista, com base no planejamento, mas de fato subvertem suas próprias pregações.

Mapa 3 - Alteração de zoneamento – Parâmetros em %



3.6 OBRAS DA PMF

A segunda série de dados são as intervenções da Prefeitura na cidade através da SMO – Secretaria Municipal de Obras, ressalva-se que os dados disponibilizados possuem algumas inconsistências decorrentes da não preocupação por parte da PMF em sistematizar as informações com fins de formulação de políticas e mecanismos eficazes de controle orçamentário; em nível de exemplo, as informações sobre obras públicas eram todas de “propriedade” da SMO até o final de 2004, quando da mudança da gestão com a descentralização das responsabilidades de execução do orçamento, os dados também foram descentralizados e não há nenhum órgão que os centralize e sistematize.

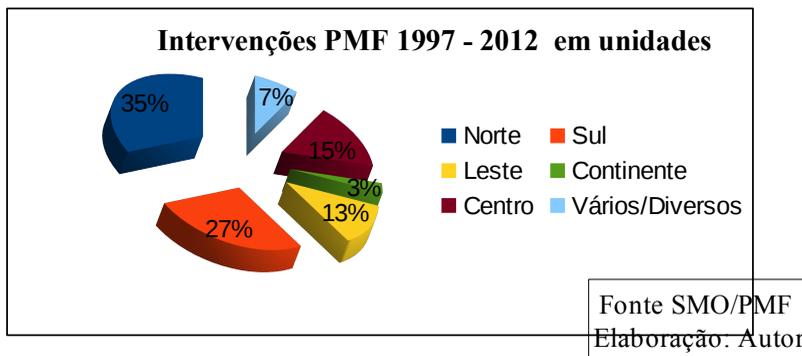
Os dados obtidos serão apresentados em duas dimensões: do ponto de vista quantitativo, ou simplesmente quantas intervenções a cidade sofre por parte da prefeitura e do ponto de vista do montante de recurso dispensado. Não será feita aqui nenhuma distinção sobre o tipo de intervenção, se viária, equipamentos públicos, ou manutenção; também não distinguiremos a fonte do recurso, se próprio, repasse de projeto ou programa, ou contrapartida de empréstimo. O período avaliado foi o de janeiro de 1997 a 2012 e foram levantadas 1870 intervenções, sendo que do ponto de vista do recurso efetivado avaliar-se-á apenas o período de 1997 a 2004, pelo fato dos dados dessa fase, sobre essa ótica serem mais detalhados.

Para a efetivação dessas 1870 intervenções, segundo os dados disponibilizados, foram dispendidos R\$127.329.592, 68 (Cento e vinte milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos), sendo que 653 no norte da ilha, 35%; 500 no sul, 27%; 284 no centro, 15%; 244 no leste, 13%; 140 diversos, 7% e 49 no continente, 3%. Lembrando que as informações referentes ao continente tendem a estarem defasadas em razão de a SMO não dispor delas e de não terem sido disponibilizadas pela Secretaria do Continente, sendo que naquela porção da cidade habitam 21,05% da população (IBGE: Censo 2010). O item “Vários e diversos” está se referindo a intervenções por toda a ilha, como limpeza de vias, troca de lâmpadas, etc.

Tabela 19 - Intervenções da PMF no período de 1997 a 2012

Intervenções da PMF no período de 1997 a 2012					
Norte	Sul	Leste	Continente	Centro	Vários/Diversos
653	500	244	49	284	140
Fonte: SMO. Elaboração: Autor					

Gráfico 10 - Intervenções da PMF no período de 1997 a 2012

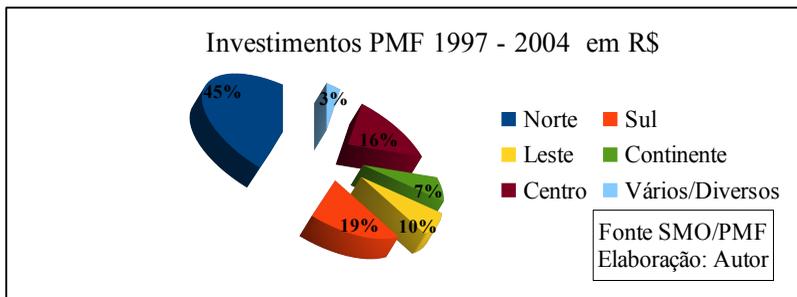


Os dados sobre as intervenções da PMF na cidade ficam mais ilustrativos, quando observados os valores dispendidos para cada região. No período de janeiro de 1997 a dezembro de 2004, foram dispendidos para o norte a maior parte dos recursos, 45% do total, R\$ 57.853.624,39, sendo que o continente ficou com 7% do total. O restante foi distribuído pela ordem da seguinte forma: sul com 19%; centro com 16%; e o leste com 10%, sendo 3% distribuído por toda a ilha.

Tabela 20 - Investimentos da PMF no período de 1997 a 2012

Investimento da PMF entre 1997 e 2004					
Norte	Sul	Leste	Continte	Centro	Vários/Diversos
R\$ 57.853.624,39	R\$ 24.247.177,56	R\$ 12.813.603,70	R\$ 9.290.940,62	R\$ 19.932.350,21	R\$ 3.492.617,03

Fonte: SMO. Elaboração: Autor

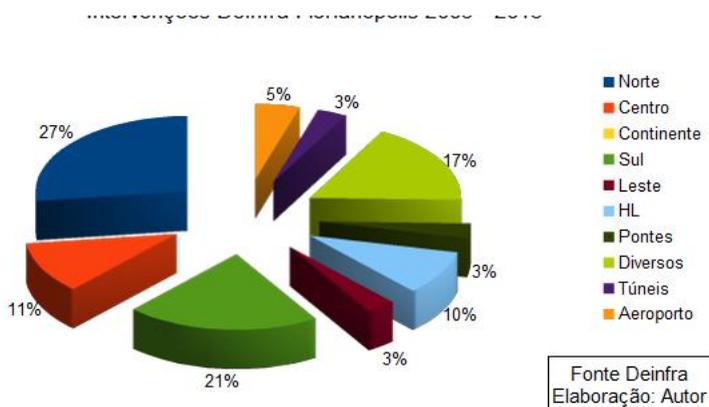


3.7 INVESTIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO NA CIDADE

Para melhor compreender a dimensão do papel do Estado no que está se detectando como sendo um comportamento típico dos agentes produtores do espaço em Florianópolis, consolidando o que Sugai 1994 descreveu como sendo parte do projeto das camadas de alta renda da cidade, entende-se como de grande valia também identificar a tendência de investimento do Governo do Estado de Santa Catarina na cidade. Neste caso, optou-se por limitar o escopo dos dados a investimento no sistema de rodovias estaduais, sejam novas vias, ou manutenção e ampliação das vias em operação e ao período compreendido entre 2003 e 2013, isto se dá sem prejuízo no quesito gestões, apesar da que está em vigência poder ser considerada continuidade da anterior, mesmo com diferenças no tocante ao controle das finanças públicas, já que a atual segue com mais rigor a cartilha neoliberal de Estado mínimo, não se furtando em usar sua capacidade de endividamento para realizar obras, em especial adquirindo empréstimos junto ao governo federal.

Sobre esses dados também foi necessário ampliar as variáveis de observação por haver dentre os investimentos montantes consideráveis de recursos destinados a equipamentos públicos específicos, o túnel, a ponte Hercílio Luz, o Aeroporto Internacional e manutenção das pontes que fazem a ligação ilha-continente, mas foi mantido o critério geográfico de dispersão como forma de ponderar a distribuição dos recursos nas regiões da cidade.

Gráfico 11 – Intervenções Deinfra em Florianópolis. 2003 – 2013



Está se analisando um montante de R\$228.537.885,83 em sessenta e três intervenções. O curioso nesses dados é não ser indicada diretamente nenhuma obra no continente, ou seja, apenas a ilha é contemplada. Em compensação, aqueles investimentos que favorecem direta e indiretamente as atividades do Trading Turístico receberam 48% do total dos recursos, ou seja, R\$109.701.966,62 nos últimos 10 anos.

Tabela 21 – Investimento do Governo no Estado 2003 - 2013

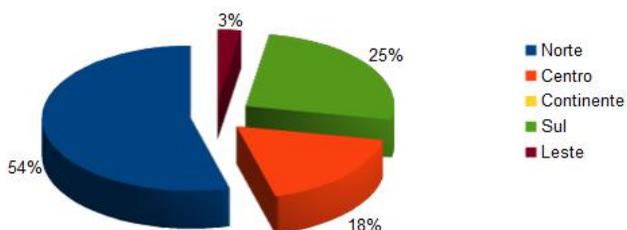
Investimentos do governo do Estado de 2003 a 2013.				
Norte	Centro	Continente	Sul	Leste
R\$ 46.337.330,29	R\$ 15.209.855,26	R\$ 0,00	R\$ 21.759.564,66	R\$ 2.180.746,42
HL	Pontes	Diversos	Túneis	Aeroporto
R\$ 48.182.584,68	R\$ 197.577,35	R\$ 19.068.699,01	R\$ 14.082.146,22	R\$ 61.519.381,94

Fonte: DNER; Elaboração própria

Curiosamente ao abstrair-se das planilhas os dados pertinentes aos equipamentos mencionados anteriormente, observa-se o fortalecimento da tendência histórica de investimento público na região norte da ilha, sendo destinados a esta 54% do montante restante,

R\$46.337.330,29 ficando o sul em razão da Expressa Sul, com 25%; o centro com 18%; e o leste com 3%.

Gráfico 12 – Investimento do Governo do Estado em Florianópolis. 2003 – 2013



3.8 CONSULTA PRIVADA DE VIABILIDADE

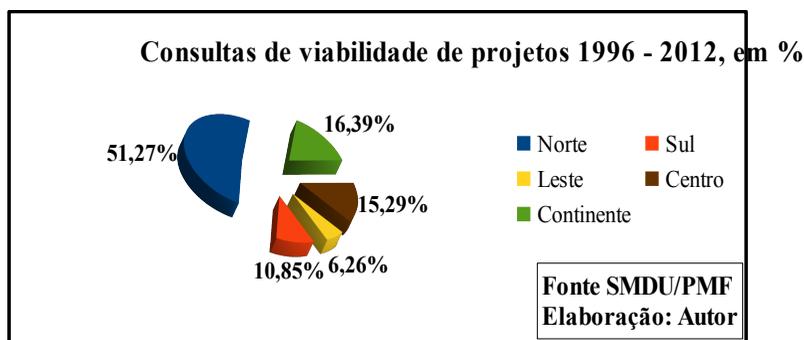
O que justifica todo este processo de investimento, alteração de zoneamento e que suporta a migração para a cidade é a produção do espaço construído da cidade que se dá através de liberação pelo Estado de licença para se construir muitas delas, como visto no início de 2013, sem condições para serem erguidas, ou erguidas em áreas irregulares.

Aqui será apresentado o quantum de solicitações é impetrado na PMF, via SMDU. A análise será restringida às edificações comerciais e/ou multifamiliares formais. Ao longo de 1996 a 2012 foram feitas 1373 consultas junto à PMF, sendo que o Centro, individualmente, obteve maior número, com 210 consultas, 15,29% do total. Porém o norte da ilha, com 704 solicitações, 51,27%, foi a região mais demandada. Seguido pelo continente como 225 solicitações, 16,39%; sul com 113 solicitações, 10,85%; e leste com 85 solicitações, com 6,26%. Demonstrando que a iniciativa privada ainda tem o eixo norte da ilha como horizonte de valorização de seus investimentos.

Tabela 22 - Consulta de Viabilidade de Projetos 1996 – 2012, em %

Consulta de viabilidade de projetos				
Norte	Sul	Leste	Centro	Continente
51,27%	10,85%	6,26%	15,29%	16,39%
Fonte: SMDU/PMF; Elaboração: Autor				

Gráfico 13 - Consulta de Viabilidade de Projetos 1996 – 2012, em %



O que se constatou das análises e estudos feitos ao longo deste capítulo é que Florianópolis ao longo da história, em especial a mais recente, recebia um grande continente migratório, tanto é que no censo de 2010 constatou-se que havia morando na cidade mais migrantes e imigrantes do que pessoas nascidas na cidade (IBGE, Censo 2010). Contudo, da década de 70 do século 20 até os dias de hoje a camada de mais alta renda da cidade, em especial aquela ligada ao setor privado, tem se preocupado em responder aos desafios criados pelo fracasso do modelo econômico que sustentou a cidade até aquele momento.

Despontam então, com alternativa, outros setores da economia. A construção civil, o turismo e mais tardiamente o setor de tecnologia, vêm responder as necessidades da elite local e são os exemplos mais proeminentes, pois trazem consigo uma série de outros ramos ligados direta ou indiretamente, tais como o comércio, a hotelaria, a gastronomia, a produção de equipamentos náuticos e de tecnologia, etc

Contudo a propaganda gerada por esse novo impulso de desenvolvimento, pautado primeiramente pela construção civil e turismo, intensivos em mão de obra, gerou uma intensificação da migração. Somados a outros fatores exógenos, como a desruralização, as inúmeras incertezas causadas pelas crises econômicas um grande contingente populacional enxergou na capital de Santa Catarina a oportunidade de emprego que suas cidades de origem já não lhes oferecia, como bem retratou Miotto. A consequência, como abordou Miranda e Sugai foi a crescente favelização da periferia da cidade e região metropolitana, esgarçando o já frágil serviço público disponibilizado pelas prefeituras.

Porém, a cidade também experimentaria a migração de um contingente populacional com um perfil diferente: o do setor de mais alta renda. Este atraído pela instalação na cidade de Estatais como a Eletrosul, CELESC, TELESC e da expansão da UDESC e UFSC. Contudo, mais recentemente, esse perfil de migrante aumentaria, em decorrência da propaganda feita por todo o país a respeito da qualidade de vida conquistada pela cidade e das belezas naturais existentes. Nesse contexto o que mais chamaria a atenção é prontidão do poder público local em preparar a cidade para receber o migrante de mais alta renda e o mesmo empenho em conter o migrante trabalhador, na parte continental da cidade, quiça fora dela. E aqueles que conseguiram cruzar a ponte, sujeita-los a humilhação de viver em condições precárias.

A distribuição desigual dos investimentos públicos, as alterações de zoneamento feitas a revelia de um planejamento e em consonância

com os interesses privados ligados a construção civil e a especulação imobiliária, quando comparados com os dados referentes a alocação da camada de mais alta renda e a alocação da camada de mais baixa renda, ao longo do território da cidade, apresentaria um cenário de desigualdade e de intencionalidade. Permitindo que se afirme que houve por parte do poder público, em conluio com o setor privado especulador um nítido projeto de segregação sócio espacial, aonde o preço do solo é usado como mecanismo de exclusão.

Somando a isso à reiterada argumentação de que não se amplia programas habitacionais destinados a camada mais vulnerável da cidade, em áreas também menos vulneráveis em razão da preço dos terrenos na ilha serem elevados, conclui-se que a ideia seria realocar essa camada da sociedade fora da cidade, senão apenas fora da ilha. O Floripa 2030 teria a função de ordenar, do ponto de vista urbanístico e ideológico esse projeto.

No próximo capítulo serão apresentadas às bases conceituais que sustentam as hipóteses até aqui apresentadas, especialmente a de que o intento principal da camada de mais alta renda e seu braço que hegemoniza na política da cidade, é a de alçar Florianópolis a uma condição de cidade atraente para investimentos estrangeiros e para isso moldam-na às exigências do mercado global, inclusive moldando o perfil de sua população.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O conteúdo até então exposto possui o intento de demonstrar as características do Floripa 2030 e de como ele representa o que pensa e como age a camada de mais alta renda, que hegemoniza o poder político e ideológico local. Tanto a descrição do objeto de estudo, quanto a análise dos dados buscaram demonstrar que o construído na cidade visa garantir um crescente processo de acumulação e concentração, segregando cada vez mais aqueles que não se enquadram no modelo de cidade preconizada. E que esse movimento, por mais que seja apresentado como espontâneo e intrínseco ao desenvolvimento da cidade, foi pensado para que atingisse as metas pré estabelecidas.

Deste ponto em diante irá se tentar consubstanciar as análises proferidas ao longo das etapas anteriores. Será feita uma revisão bibliográfica abarcando os principais conceitos e categorias trabalhadas, além de tentar aprofundar a análise sobre as razões que levaram a camada hegemônica da cidade a optar pelos caminhos que conduziram à cidade, debatendo a reestruturação imobiliária, crise do capitalismo, modelo de cidade e o Plano Diretor da capital.

4.1 CIDADE E A LUTA DE CLASSES

O entendimento da cidade como um processo, ou seja, em constante mutação, deriva especialmente da fala de Santos quando questiona “se vão reconstruir a federação para servir melhor ao dinheiro ou para atender à população?” (SANTOS: 2000) Esse questionamento, especialmente considerando a conjuntura, está longe de ter sua essência respondida. As principais correntes de opinião mencionadas anteriormente em seus arcos de atuação e de confronto continuam a fazer história, apesar de ter uma delas anunciado prematuramente seu fim.

Rezende afirma que:

a cidade é a resultante, inacabada em transformação, de intervenções reguladas por diferentes sistemas de valores sociais e econômicos [e que no] modo de produção capitalista [...] a cidade surge como local de reprodução dos meios de produção, local de reprodução da força de trabalho e, também, fator

de acumulação de capital (REZENDE: 1982, p. 24).

Rezende coloca a cidade como palco privilegiado da luta de classes, onde a história, dentro de uma perspectiva marxista, é construída e não um fenômeno em si. E como tal, a urbe é cenário privilegiado das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. Um cenário não passivo, pois no mesmo instante em que acolhe essas mutações, as reproduz nas mais diversas dimensões.

O resultado dessa luta pode ser, como Santos anuncia, a de um ajustamento necessário vislumbrando ao funcionamento conjunto, “Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos” (SANTOS: 2005, 111). Porém, esses acordos têm limites, especialmente quando os interesses relacionados ao capital encontram-se em meio a uma crise global e precisam aportar em localidades aprazíveis, que propiciem inversões que gerem retorno relativamente rápido, seguro e que estejam alinhados com o que já está sendo praticado em outras localidades pelo mundo, ou seja, que não tragam surpresas.

Para tal resultado, essas forças não se furtam em exercitar toda sua capacidade homogeneizadora e hegemônica, cooptando atores locais: governos frágeis, meios de comunicação, técnicos desprevenidos, etc., “agravando heterogeneidades e aprofundando dependências”. (SANTOS: 2005, p. 104). As cidades, para estas forças “são máquinas de fazer dinheiro”.

Tais forças se mascaram com o discurso tecnocrático do planejamento urbano (LINHARES: 2008), mas não conseguem realizar o papel ao qual se propõem: o de resolução dos problemas urbanos e, por outro lado, acabam “garantindo a proteção dos valores imobiliários e dos interesses da minoria rica, contribuindo assim para o processo de segregação socioespacial” (SOUZA & SUGAI: 2009)

4.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A segregação socioespacial gerada pela intervenção do capital dinheiro²⁴ é parte/consequência de uma estrutura socioeconômica e

²⁴ Capital Dinheiro: Quando o dinheiro funciona como capital significa que ele abandonou sua forma e função original de equivalência e meio de troca e está posto como instrumento da produção no circuito de acumulação, assumindo sua natureza capitalista de forma geral de valor e riqueza. (BELLUZZO: 2012, p. 63)

política desigual e gera uma profunda desigualdade de seu espaço intraurbano na mesma dimensão. (VILLAÇA:1997, 2001, p. 55)

Essa desigualdade pode ser identificada pela ocupação e uso do espaço pelas classes sociais, sendo que a classe que orienta essa razão, invariavelmente, é a que detém o poder político, econômico e ideológico. Em compensação, o empobrecimento de segmentos da sociedade determina seu deslocamento socioespacial e, conseqüentemente, a transformação dos espaços de partida e de chegada. (VILLAÇA:1997, 2001, p. 57)

O processo de empobrecimento de um segmento da população, mesmo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento é consequência da aplicação de um projeto ou proposta que não considera, subestima e pretende conter a importância desse contingente no contexto sociopolítico e econômico de uma cidade. Ou é a variável aceitável da necessária acumulação em favor da classe de mais alta renda.

Em Florianópolis o processo de segregação socioespacial é historicamente vivenciado, como brilhantemente descreveu Sugai em sua dissertação de mestrado, em tese de doutorado e em pesquisa que culminou em artigo na publicação Favela Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres.

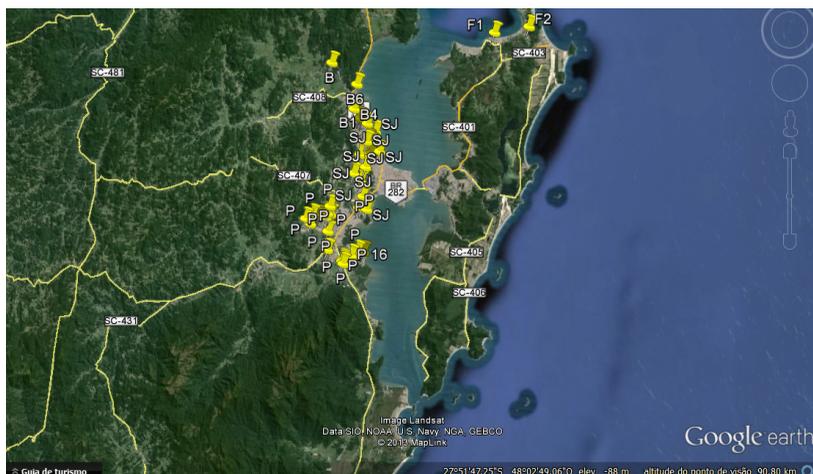
Mais recentemente tal característica do processo de produção do espaço da cidade pode ser melhor visualizada através da escolha para localização dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida do governo federal. Programa este que em essência visa facilitar o acesso a casa própria, por via de financiamento subsidiado aos mutuários, em parceria com Estados, municípios e empreiteiras.

Segundo a recém-defendida dissertação de mestrado de Margaux Hildebrand, uma das grandes barreiras à entrada do programa MCMV na cidade de Florianópolis foi o preço da terra. Esta variável inviabilizaria os empreendimentos, já que estes possuem um preço pré-fixado, a ser financiado. A saída foi distribuí-los pela região, onde as terras são mais baratas. Contudo, uma das consequências mais sentidas foi a atração de um grande contingente para localidades mais distantes do centro da capital, mesmo desenvolvendo suas atividades laborais na cidade, ou seja, segregando-os espacialmente, tendo como corte a renda, já que para ser proprietário de uma unidade habitacional do programa o fator renda é determinante.

Hildebrand (2015) mapeou os 50 empreendimentos contratados para a região. A imagem que apresenta sua localização, por si só demonstra a tendência a segregar por renda o espaço urbano na região

da Grande Florianópolis. Curiosamente os dois empreendimentos localizados no norte da ilha, os únicos na camada insular da cidade são destinados à faixa da população de mais alta renda prevista pelo programa, aquela que percebe rendimentos entre 6 e 10 salários mínimos.

Imagem 9 - Localização dos Empreendimentos MCMV GF



Esse mapeamento demonstra a tendência segregadora na aplicação das políticas públicas voltadas a camada mais vulnerável na cidade, ou melhor àquelas camadas que não compõem a de mais alta renda, pois como apresentam os dados transcritos anteriormente, toda a forma de investimento público na cidade privilegia a camada insular da região e sabe-se que esse investimento tem como objetivo precípua valorar a terra, por conseguinte garantir a renda proveniente de sua exploração e consequentemente segregar pela impossibilidade de acesso a ela.

Não que o mesmo mecanismo não afetariam os demais municípios da região e que mecânicas similares de segregação também não se desenvolveriam naquelas cidades, contudo, no caso de Florianópolis essa medida ficou mais latente por ser a ilha o espaço privilegiado para inversões de recursos e projetos mais afeitos aos interesses do capital especulativo, que tem como cliente a camada de mais alta renda. Aquele capital que se posiciona para lucrar com a política pública direcionada a camada mais popular, como será visto

mais adiante, na região da grande Florianópolis optou por instalar seus empreendimentos e parcerias na periferia dos municípios periféricos a Capital.

Gerando dois movimentos aparentemente contraditórios: o deslocamento da camada considerada popular, por auferir uma renda média mensal inferior a 5 SM, residente na Ilha para Continente; de Florianópolis para os demais municípios da região; e das áreas consideradas nobres desses municípios, para a periferia dos mesmos, um efeito em cascata. E paradoxalmente valorizando os terrenos, imóveis e alavancando o comércio no entorno das localidades aonde seriam implantados esses empreendimentos considerados populares, demonstrando que a lógica de investimento público como fator de valorização se perpetua e a terra é, antes de qualquer coisa (valor de uso), capital (valor de troca).

4.3 O ESPAÇO-MERCADORIA

O espaço urbano é uma variável dinâmica, está em constante processo de transformação. E é na dimensão econômica da vida material e sua territorialização que se encontra a base para se entender o porquê das cidades serem organizadas da forma como são.

Lefebvre lembra que o espaço é antes de mais nada um espaço da prática social, “entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso” (LEFEBVRE: 2006, p. 08)

Seguindo este entendimento, Lefebvre avança e afirma que o espaço escapa das meras classificações hierarquizadas de base, estrutura e superestrutura. E que o espaço é também o espaço social são:

a) figura entre as forças produtivas da mesma maneira que a natureza inicial, que ele desloca e suplanta; b) aparece como um produto privilegiado, ora simplesmente consumido (deslocamentos, viagens, turismo, lazeres) como uma vasta mercadoria, ora consumido produtivamente da mesma maneira que as máquinas, nas aglomerações urbanas, como dispositivo produtor de grande envergadura; c) demonstra-se instrumental politicamente permitindo o controle da sociedade, e ao mesmo tempo meio de produção por seu “ordenamento”

(a cidade e a aglomeração urbana não sendo mais, somente, obras e produtos, mas meios de produção pelo habitat, pela manutenção da força de trabalho, etc.); d) sustenta a reprodução das relações de produção e de propriedade) propriedade do solo e do espaço, hierarquização dos lugares, organização das redes em função do capitalismo, estruturas de classe, exigências e práticas); e) equivale praticamente a um conjunto de superestruturas institucionais e ideológicas não apresentadas como tais: simbolismos, significações e sobre-significações — ou ao contrário neutralidade aparente, insignificância, espoliação semiológica e vazio (ausência); f) contém virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação, sobre o modo da arte primeiro, mas sobretudo segundo as exigências do corpo, “deportado” para fora de si no espaço, resistindo e em consequência impondo o projeto de um outro espaço (seja espaço de uma contra-cultura, seja contra-espaço ou alternativa primeiro utópica ao espaço “real” existente) (LEFEBRVE: 2006, p. 473)

Milton Santos afirmava que “A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital. Este [o capital] destrói autarquias regionais ao penetrá-las e provoca uma especialização especulativa de acelerar as operações monetárias, as quais crescem em consequência das necessidades do capital.” (SANTOS: 2003, p. 23)

Para Harvey a acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico e político. (HARVEY: 2011, p. 193)

O capitalismo tem na indústria seu palco natural e nas urbes seu leito de desenvolvimento predominante. É das contradições intrínsecas ao processo produtivo geograficamente determinado que se extrai o entendimento de como funciona o sistema. Marx identificou na mercadoria a síntese desta dinâmica e nela o trabalho humano corporificado como fonte geradora de valor. Essa resultante só atinge sua plenitude em consequência da alienação do trabalhador de parte considerável dos frutos de seu trabalho, propiciando uma segunda

dimensão, dialeticamente constituída, do mesmo movimento, o trabalho socialmente dispendido e a acumulação capitalista. (ALBUQUERQUE: 2003, p. 3).

As contradições do sistema levam as partes diretamente envolvidas a se digladiarem na luta por seus interesses, ou seja, na luta de classes. É nesse campo que, também por Marx, é identificado o motor da história. Não uma história narrada à distância, mas construída cotidianamente a partir da tomada de consciência de seus atores acerca de seus interesses e da percepção de seus papéis na transformação dos fatos e do ambiente onde estão inseridos.

Hobsbawm apresenta como sendo na Europa do século XIX, mas de fato começou no séc., XVIII, o surgimento da chamada cidade industrial. Momento decorrente da substituição do regime feudal monárquico por uma nova ordem política e econômica. Novidade esta que gerou uma nova sociedade fundada e forjada pela indústria, a chamada sociedade industrial.

Fenômenos semelhantes às cidades absorvidas pela sociedade industrial da época de seu surgimento, também se fazem perceber mais recentemente. O aumento rápido do contingente populacional; a diversidade de atividades atratoras subsidiárias à industrial (comércio, transporte, trabalhos domésticos); o êxodo rural e outros fatores são condições que fazem com que os trabalhadores componham a maioria da população dessas cidades, fazendo, dessa forma, com que cresçam e na mesma proporção suas contradições e problemas a serem resolvidos. (HOBSBAWM, 1975: 129)

É neste contexto e em conformidade com o escrito por Rezende sobre as cidades que se encontra a assertiva de Correa sobre as características do espaço urbano: o “Espaço Urbano Capitalista – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheios de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.” (CORREA: 2003, p.11)

Ou seja, o espaço urbano é um produto historicamente constituído e, como tal, tem seu papel no processo de acumulação historicamente determinado. Está em consonância com a intensidade da luta de classes; com a correlação de força vigente nas mais diversas escalas de análise - da local à mundial- e com o momento histórico da acumulação capitalista: industrial/concorrencial, imperialista/monopolista e neoliberal/financeira.

Com o avanço do capitalismo, o espaço passa por mutações em seu uso e consequentemente em seu valor. Deixando de ser apenas um lugar onde se assentam os meios de produção de mercadorias, para vir a ser a própria mercadoria e, como tal, possuir um valor de troca e sendo alienado em prol dos interesses hegemônicos de cada época.

O preço do espaço passa então a ser uma variável fundamental no controle da horda de trabalhadores e do equilíbrio das finanças. Desde como parte da composição do minimamente remunerado ao trabalhador pelo emprego de sua força de trabalho; do tempo/custo do deslocamento deste ao local de trabalho; como mecanismo de controle ideológico e policialesco; e como ativo a ser liquidado em momento de desequilíbrio das contas, ou como garantia de empréstimos. (OLIVEIRA, 2006: p.3)

4.4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO.

Na condição de produto da história, o movimento de conformação do espaço não é espontâneo, pelo contrário, é fruto direto das contradições sistêmicas do capitalismo²⁵. Portanto, as reflete, tornando-as perceptíveis e consequentemente sujeitas a críticas e a intervenções.

Correa identifica como sendo os agentes produtores do espaço urbano aqueles que intervêm e o modifica de acordo com seu papel no processo de produção e reprodução do mesmo, enquadrando-os da seguinte forma: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes industriais; c) os proprietários fundiários; d) os promotores imobiliários; e) o Estado; f) os grupos sociais excluídos.

São agentes sociais concretos [...] A ação desses agentes é complexa derivada da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classes que delas emergem (CORREA: 2003, p. 11)

Fix afirma que esse conjunto de agentes faz da cidade uma máquina de crescimento. (FIX; 2007, p. 2); ou seja, a necessidade constante de se manter os níveis de acumulação requer dos agentes

²⁵ As principais contradições do capitalismo a que está se referindo o texto são: apropriação privada do trabalho coletivo, tendência decrescente da taxa marginal do lucro, irracionalidade da produção, as crises cíclicas e a financeirização do processo de valoração do capital.

indutores da produção do espaço - promotores imobiliários e seus parceiros institucionais, financeiros e o setor público - posturas necessariamente segregadoras e excludentes, tal como é em todo o processo de produção capitalista.

É importante ressaltar que os agentes produtores não são homogêneos em seus interesses. Essa busca incessante por garantir a acumulação inspira-os a intensificar a luta pela ocupação e exploração do espaço e conseqüentemente geram conflitos já que há concorrência interestor e entre as frações do capital. E aos setores sociais "excluídos" do processo de produção do espaço urbano resta fazer pressão pela garantia de seus direitos e interesses. Ao Estado, por sua vez, mediar e garantir os interesses dos agentes produtores. (CORREA:2003, p. 23)

4.5 O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

No capitalismo, é através da posição do Estado como mediador de conflitos de classe, que os agentes produtores definem quais áreas da cidade serão valorizadas em detrimento das demais e qual o ritmo dessa valoração.

Correa entende que o "Estado é o grande industrial; consumidor do espaço urbano e de localizações específicas; proprietário fundiário e promotor imobiliário; agente de regulação do uso do solo; e alvo dos chamados movimentos sociais" (CORREA: 2003, p. 24).

Ferreira vai mais além:

A participação do Estado como um agente central da dinâmica de produção urbana é certamente o elemento mais característico da "máquina de crescimento". Para Logan e Molotch, "estruturas políticas são mobilizadas para intensificar o uso do solo em benefício do setor privado" (1987:16). Isto porque as intenções das classes rentistas se harmonizam com as necessidades do poder público, ambas interessadas no "crescimento" da cidade. Esta é a essência da questão: a "máquina de crescimento" é, antes de tudo, um fantástico instrumento de canalização dos fundos públicos em favor de uma apropriação privada dos ganhos que o espaço propicia. (FERREIRA:2003, p. 210)

O Estado, na condição de garantidor da acumulação capitalista, atua nas mais diversas dimensões: é investidor, consumidor, legislador e repressor. Tais características são efetivadas em período de expansão da economia, mas com mais ênfase em períodos de crise.

O Estado, a depender de suas ações, fortalece ou desarticula áreas produtivas. Determina o tipo de investimento que poderá ser alocado nos espaços disponíveis, seja através de alterações de leis urbanísticas, de renúncia fiscal, de investimento direto, de parcerias com a iniciativa privada ou outros tipos de posicionamento. (BOTELHO: 2002, p. 04)

Para Lojkine esses atributos fazem parte da essência do Estado e que essa compreensão permite que se perceba o verdadeiro alcance das políticas por ele implementadas na garantia de perenidade do sistema a qual pertence.

O Estado [...] torna-se uma forma social histórica intimamente ligada ao modo de produção que a gerou; é assim que o Estado capitalista aparece como expressão acabada e condensada da principal contradição que caracteriza o modo de produção capitalista, a saber, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas – sua “socialização” - e a natureza mesma das relações de produção – a separação entre produtores e seus meios de produção, a exploração do trabalho assalariado pela classe dos proprietários do capital. (LOJKINE: 1981, p. 92)

Lojkine vai mais além, tem como uma de suas hipóteses sobre o papel do Estado no processo de urbanização que “as formas de urbanização são, antes de mais nada, formas de divisão social (territorial) do trabalho.” Atribuindo-lhes assim, em seu ponto de vista, que para o capital a urbanização possui uma importância superior ao aumento de produtividade. Análise esta acertada quando se inclui no debate a formação e apropriação da renda da terra e o capital financeiro. (LOJKINE: 1981, p. 121).

4.6 A RENDA COMO FATOR ESTRATÉGICO

O fator que ameniza o conflito de interesses existente entre os agentes imobiliários produtores do espaço é a maximização da renda a ser obtida com o processo de produção e ocupação do espaço urbano. Há entre os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, uma aliança que permite que a renda da terra seja privadamente apropriada.

Essa apropriação serve aos interesses diretos dos segmentos detentores dos meios de produção, tanto do ponto de vista da acumulação propriamente dita, quanto também em uma dimensão política e ideológica de caráter estratégico: a manutenção e reprodução das relações de produção, visando à perpetuação da acumulação capitalista e também ao apaziguamento dos conflitos de classe intrínsecos ao sistema.

O desenvolvimento do capitalismo, no presente atingiu sua fase mais avançada, historicamente falando, na forma do capital financeiro de conteúdo neoliberal. Ele inda tem na propriedade da terra e na apropriação da renda obtida através de sua exploração, um dos principais caminhos da perpetuação do ciclo de acumulação.

A apropriação da renda não apenas socialmente necessária ao capitalismo, como também os proprietários precisam assumir um papel ativo em busca da elevação de renda, de acordo com Harvey, ao situar o papel assumido pelo proprietário e pela apropriação da renda no ciclo completo de acumulação. É esse o comportamento esperado quando a terra é tratada como mero ativo financeiro, uma forma de capital fictício aberta a todos os investidores. (FIX: 2007, p.135)

Nessa fase a posse da terra gera títulos que são ofertados na forma de valor mobiliário²⁶, que por sua vez são integrados na chamada ciranda financeira, passando a serem comercializados mundialmente, descolando-se cada vez mais da produção de mercadorias para

²⁶ São valores mobiliários, quando ofertados publicamente, “quaisquer títulos ou contratos de investimento coletivo que gerem direito de participação, de parceria ou remuneração, inclusive resultante da prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros”. http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobilarios/introducao.html

valorarem artificialmente no mercado de derivativos²⁷. São títulos emitidos pelos agentes produtores do espaço-mercadoria ou para capitalizar recursos para investimentos diretos, ou como garantias de créditos obtidos junto a outros agentes financeiros. Esses créditos são os almejados pelos atuais mandatários de Florianópolis e pelo bloco de poder que atua na cidade há décadas e que se mantém subserviente ao capital imobiliário local.

No entanto, boa parte desses ativos possui garantias diretas, sendo o Estado o principal avalista dessas transações como um dos parceiros do empreendimento através empréstimos subsidiados, renúncia fiscal, dentre outros mecanismos, ou como garantidor da valorização da localidade onde serão erguidos os empreendimentos, via investimento público.

O aspecto determinante para a efetivação da renda, quando se apresenta o espaço urbano como ativo, é a localização que não é obra do acaso e não tem como ser reproduzida de forma idêntica em localidades diferentes.

Lojkin considerava que este valor de uso (capacidade aglomerativa de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social) reside na [...] propriedade que o próprio espaço urbano tem de fazer com que os diferentes elementos da cidade se relacionem entre si. Esse valor de uso é a localização. (VILLACA: 2011, p. 31)

Sobre a localização Singer diz que:

Quase sempre a propriedade imobiliária é dotada de benfeitorias [...], o que dá a impressão que seu valor resulta das inversões feitas nestas benfeitorias. Mas, na realidade, as influências de tais inversões sobre o valor do imóvel muitas vezes são negligenciáveis. Para perceber isso, basta lembrar que imóveis com as mesmas benfeitorias podem ter preços completamente diferentes, conforme sua localização. (SINGER in: MARICATTO: 1979, p. 22)

²⁷ Mercado de Derivativos: Aquele no qual são negociados contratos referenciados em ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, moedas ou mercadorias, com vencimento e liquidação estabelecidos para uma data futura e por um preço determinado. *Ibidem*, Op. Cit.

Villaça esclarece que não existe uma renda diferencial de localização e sim que o valor que é extraído de:

uma parcela da sociedade pela outra é constituído de quatro partes: a) A renda propriamente dita (renda absoluta) [...]; b) Juro e amortização do capital investido na ou sobre a terra [...]; c) Juro e amortização da terra-localização, usada como capital [...]; d) a valorização da terra, parcela que o proprietário da terra sutilmente subtrai da sociedade, sob a forma de uma parte do valor criado pelo trabalho socialmente necessário, dispendido na produção do ambiente construído (VILLAÇA: 2012, p.35)

Dentro do marxismo é recorrente e amplo o debate para se atualizar a teoria da renda da terra desenvolvida por Marx, principalmente, porque quando desenvolveu as bases da teoria, a distinção entre proprietários de terra e industriais era bem definida, tanto quanto era nítida a compreensão da diferença entre meios de produção produzidos e não produzidos.

Flichman apresenta uma compreensão sobre o tema renda da terra, a partir de Marx que traz uma luz sobre o que está se procurando desenvolver neste trabalho. “A terra é um meio de produção não produzido e relativamente não reprodutível. Esse fato é o que determina certas especificidades do desenvolvimento das atividades econômicas para as quais este meio de produção seja essencial.” (FLICHMAN: 1977, p. 29)

Flichman está focado no entendimento de como os grandes proprietários de terra argentinos obtinham seu poder e fortuna ao modo da burguesia industrial, sendo que esse rendimento se dava a partir da produção agropecuária e de que não se pode colocar como igualdade a renda e o lucro. Porém, percebe que em certos níveis no mundo dos negócios não se tem como distinguir “um moderno proprietário de terras” de um capitalista e conseqüentemente a terra passa a ser vista como capital.

No texto, o autor apresenta uma formulação que corrobora com a que vem sendo apresentada até o momento neste trabalho acerca do processo de valoração do espaço e sua ascensão à condição de mercadoria. Ao reforçar que para Marx o mais importante é a análise da renda do solo em sua forma capitalista e que o tema só se torna relevante

“na medida em que uma parte da mais-valia produzida pelo capital vai para as mãos dos proprietários fundiários”, considerando como válida o pressuposto que no espaço urbano o agente que mais investe a mais-valia socialmente produzida de forma desigual é o Estado, reforça-se a compreensão de que a valorização do espaço-mercadoria tem no Estado seu agente principal. (FLICHMAN:1977, p. 30)

É na inversão de investimentos públicos em áreas politicamente determinadas, através do deslocamento da mais-valia socialmente produzida, que se geram as localizações apazíveis aos olhos do capital e assim garantindo a efetivação dos interesses dos demais agentes produtores do espaço, a realização da renda-localização. (VILLAÇA: 2012, p. 25-39) O Estado é a chave para se garantir a obtenção dos dividendos oriundos da exploração capitalista da terra, percebendo-a como o espaço-mercadoria.

Ao longo do tempo e em consequência do movimento do próprio avanço/evolução do capitalismo, a forma com se obtém o rendimento advindo da comercialização do espaço-mercadoria também avançou. Adiante tratar-se-á dos mecanismos que atualmente os agentes produtores do espaço usam, no afã de lograrem êxito em suas empreitadas e será traçado paralelos com o passado.

5 REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA, CRISE FINANCEIRA E PLANO DIRETOR DE/EM FLORIANÓPOLIS.

A tese de Doutorado de Rizzo joga uma luz no debate desenvolvido sobre o planejamento urbano de Florianópolis, em especial o elaborado para a Planície do Campeche, desnuda o modelo globalizante que está sendo aplicado na cidade. Um modelo que visa antes de qualquer elemento de ordem urbanística, estética, ambiental e cultural, fazer com que toda e qualquer variável necessária à vida na cidade ser percebida e transacionada na forma de mercadoria possuidora de um valor de troca. O Floripa 2030 é consequência desta proposta para a cidade.

O Floripa 2030, apesar de não receber as luzes merecidas, foi a mais bem sucedida proposta de reordenamento do uso do solo da cidade²⁸. O constructo de ideias e de organizações da sociedade civil que o compuseram esteve presente e atuante em todas as etapas do processo de debate do plano diretor de Florianópolis, posteriores a 2008. Independentemente de quem estivesse à frente do paço municipal, estavam munidos de uma proposta concreta, enfrentando a oposição e lograram êxito em materializá-la na forma de lei.

É correta a iniciativa de se pensar a cidade globalmente, se for ponderado que até aquele momento o plano diretor de Florianópolis nada mais era que a somatória de duas leis que abrangiam áreas diferentes da cidade: a Lei 2193/85 o plano dos balneários e a Lei Complementar 01/97, o plano do distrito sede. Além de mais de duas centenas de leis de alteração de zoneamento, criadas no período entre 1985 e 2013. Pode-se dizer que era uma colcha de retalhos.

Dito isto, que se pesem as justas críticas aqui levantadas sobre o Floripa 2030, ele ganhou as proporções de tema pesquisa de pós-graduação em razão de ser a síntese de um pensamento sobre o futuro da cidade, adaptada à realidade de Florianópolis.

Contudo, as principais questões levantadas ao longo deste trabalho foram: quais os interesses que estão subjacentes ao Floripa

²⁸ Ao se afirmar que o Floripa 2030 foi mais bem sucedida proposta de reordenação do uso do solo de Florianópolis, não está negando a importância das propostas anteriores, desde daquelas que redundaram em lei, quanto aquelas foram palco de intensos debates por décadas a fio. Mas sim reafirmando que a força do bloco de poder que o organizou e assumiu como plataforma foi bem sucedido, menos pela sua coerência técnica e contextual, mas mais pela representação sintética de um modelo de cidade segregada e segregadora que este bloco hegemônico tanto almeja construir e explorar.

2030, como se materializaram nas propostas de plano diretor e como se conectam com o que está se organizando em termos de produção do espaço em escala global? Crê-se que uma das possíveis respostas a essas questões passa pelo entendimento da atual fase do capitalismo e sua crise mais recente, pelo processo de reestruturação do mercado imobiliário global que a antecedeu e seus pontos de convergência e divergência com o Brasil e Florianópolis.

Aqui será traçado, em linhas gerais, este percurso, com o cuidado de não fugir do foco da pesquisa atual, mas certamente deixando a indicação para novas pesquisas a este respeito. Principalmente por não ter-se conseguido acesso a dados que seriam importantes para se comprovar algumas hipóteses levantadas, como as fontes de financiamento das empreiteiras operantes na cidade e o montante arrecadado por cada uma, ao longo dos últimos 10 anos e suas estratégias de mercado.

5.1 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS CRISES

A reestruturação do mercado imobiliário está diretamente relacionada com a recente crise do capitalismo. Esta por sua vez possui lastros históricos, que remetem os olhares à quebra do acordo de Bretton Woods, na década de 70, quando os EEUU unilateralmente romperam a paridade dólar/ouro em 71; permitiram a flutuação cambial em 73, desencadeando a flutuação geral das paridades e contribuindo significativamente para o aumento do preço do petróleo fixado em dólar em 74; desencadeando a primeira grande crise do pós-guerra e fim do ciclo de prosperidade global, que durou de 68 a 73. (BELLUZZO: 2009, pg 286)

Porém, o efeito mais sensível do fim do acordo de Bretton Woods está na premissa de que os Estados deveriam reduzir o controle de suas contas de capitais, sendo que este controle permitia aos mesmos maior autonomia na fixação das políticas fiscais e monetárias. Políticas estas que, na maioria dos Estados nacionais, salvaguardavam o mínimo de controle sobre a entrada e saída de capitais e garantiam uma certa proteção contra ondas de especulação e de volatilidade.

Harvey traça uma cronologia das crises do capitalismo no pós-guerra e localiza dois momentos distintos. O primeiro de 1945 a 1973, quando afirma ter havido crises, porém poucas, de curta duração e localizadas. E um segundo momento, após 1973, essas mais caracterizadas por seu viés financeiro, sendo que várias e as mais

contundentes estavam relacionadas às questões de propriedade e desenvolvimento urbano, negando a originalidade da crise atual, mas afirmando que esta pela qual passa o mundo deve ser considerada a mãe de todas e o auge de um padrão das frequentes crises financeiras. (HARVEY: 2011, 12)

A economia global segue nas últimas décadas em uma sequência de crises e de baixo crescimento. Tendo como centro da turbulência o mundo paralelo²⁹ do mercado de capitais norte americano. Os créditos hipotecários e seus derivativos, vilões da última crise do sistema, na essência, são apenas produtos tidos como inovadores deste mercado que se renovou e se expandiu ao longo das últimas 4 décadas. Porém, são os que mais aproximaram as pessoas comuns da origem da crise atual, que foi o mecanismo encontrado pela economia estadunidense de financiar seu déficit externo através do endividamento das famílias.

As famílias viviam em uma ilusão de riqueza por balizarem seu potencial de consumo no montante de ações e títulos que vorazmente adquiriram, sendo que na realidade estes não necessariamente significavam liquidez e sim promessa de: “exprimem a riqueza fiduciária que as famílias e as empresas pensam ter”.

Na medida em que as ações se valorizam, famílias e empresas adquirem mais papéis e ações; imaginando que sua riqueza patrimonial se elevou, elas se endividam ainda mais– com as ações servindo como garantia (mais recentemente o mecanismo se transferiu para a valorização do mercado imobiliário). Bancos livres das regras prudenciais acumulam ativos de empréstimos a famílias ancoradas em uma base patrimonial anabolizada especulativamente.

Quando ocorre a correção de preços e o valor das ações cai, quem tem dívida em dólares vê seu patrimônio murchar drasticamente – diz desinflou o patrimônio. A poupança das famílias norte-americanas hoje é igual a zero (não poupam nada da sua renda); seu patrimônio líquido perde valor; os ativos que eles possuem estão se

²⁹ Enquanto a economia no setor produtivo, gerador de empregos segue em declínio, como demonstram os dados do PIB dos EEUU e da Comunidade Europeia, o volume acumulado nas finanças crescem vertiginosamente, em um processo autonomista, que, como diz Belluzzo “uma realidade que Marx jamais imaginaria, nem em seus piores pesadelos”

desvalorizando e o passivo fixado em dólares cresce e engorda. Essa, na verdade, é a raiz da crise norte-americana presente desde 2001. Na medida em que as empresas veem que a relação dívida/patrimônio aumentou muito, elas cortam investimento, e as famílias, seu consumo. Na ponta dessa convergência salta o desemprego, que tende a se agravar com a contração do crédito e da renda. Na medida em que o desemprego aumenta a tendência é um novo degrau de corte de gastos, o que leva a uma nova rodada de demissões... (BELLUZZO: 2009, p. 288)

A origem das hipotecas subprimes se deu na década de 1980, quando da completa desregulação do mercado habitacional estadunidense, promovida pela Comissão sobre Habitação do presidente Ronald Reagan. A proposta consistia basicamente em apresentar a população, como sendo o único meio viável de se adquirir a casa própria à reestruturação do sistema de poupança, através das hipotecas com taxas reajustáveis, por meio da redução das restrições em relação aos títulos lastrados em hipotecas, com crescente ênfase no mercado secundário. (FIX: 2011, p. 23).

As “inovações” no mercado financeiro e em especial as ligadas ao setor imobiliário, antes de causarem os efeitos vividos na crise que eclodiu em 2008, inundou o mundo. Seguindo os rastros da reestruturação produtiva das décadas de 70 e 80, que por sua vez seguiu as migalhas de pão deixadas por ora da expansão das empresas norte americanas, no pós-guerra; que sucedeu a expansão imperialista do fim do século XIX; que substituiu a expansão do capitalismo concorrencial, mercantil e colonial dos séculos precedentes. Ou seja, o que se vê hoje é parte intrínseca do desenvolvimento do capitalismo, só que em sua nova fase, a financeirização da economia é um dos ingredientes da chamada globalização neoliberal.

Harvey aponta que a melhor forma de compreender este processo de expansão e de mutação do capitalismo é através da teoria da acumulação capitalista e de sua dimensão espacial, especialmente através da real inovação propiciada por Marx, ao desenvolver uma nova abordagem da teoria da localização. Abordagem esta que “propicia, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista”. (HARVEY: 2005, p. 45)

Este elo está calcado na propensão capitalista a contradições e às crises devido à “natureza espontânea e caótica da produção de

mercadorias sob o capitalismo competitivo”. As crises no capitalismo podem advir de inúmeras possibilidades, como também as tensões inerentes às tendências que caracterizam e desenvolvem o sistema produtor de mercadorias. Para Harvey “poderemos entender essas tensões mais facilmente se reconhecermos que o progresso da acumulação depende e pressupõe:

a existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção (...); 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido; 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista. (HARVEY: 2005, p. 45)

As crises no capitalismo são um fenômeno endêmico. O próprio capitalismo cria os mecanismos que o leva a uma crise. Faz parte de sua contradição, o impulsiona, e permite com que se desenvolva em um outro patamar de acumulação. Estas crises se manifestam de muitas formas e possuem a função de arrumar a desordem causada pelo processo de acumulação, ou superacumulação precedente. “Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção de mercadorias” (HARVEY: 2005, p. 47)

Na expectativa de ajustar o modelo a um novo patamar de demanda efetiva, que eleve a capacidade de absorção de produtos, mas fundamentalmente, que garante a ascensão da rentabilidade do capital, Harvey compreende que há uma mistura de quatro elementos sobrepostos, destacando o último item – “A expansão geográfica para novas regiões incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou mercado mundial” - que “suscita a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação” (HARVEY: 2005, p. 48)

A expansão geográfica, por sua vez, leva a necessidade de se revolucionar as questões de comunicação, de transporte e do crédito, pois os fatores tempo e espaço ganham outra perspectiva dentro da acumulação. Há a necessidade de se reduzir os custos de produção e o tempo circulação das mercadorias, para que o mais rapidamente possível o capital empregado nelas seja remunerado. É justamente para reduzir estas barreiras que se intensificou o sistema de crédito.

O comércio a longa distância, em que produtos e a realização estão separados por um longo intervalo de tempo, caracteriza-se ainda por um longo período de giro e pela falta de continuidade no emprego do capital. Esse tipo de comércio e o “comércio exterior em geral”, constitui “uma das bases materiais [...] uma das fontes do sistema de crédito (HARVEY: 2005, p. 51)

5.1.1 Marx e o papel do crédito para as crises do capitalismo

Marx foi inspirador ao descrever a importância do crédito para a expansão do capital comercial e industrial, e para a expansão geográfica do processo de acumulação, especialmente quando esta é falaciosa e leva o sistema a crises de superprodução.

Quanto maior a facilidade com que se pode obter adiantamentos sobre mercadorias não vendidas, tanto mais esses adiantamentos são tomados e tanto maior a tentação de fabricar mercadorias, ou lançar as já fabricadas em mercados distantes, somente para se obter sobre elas de início adiantamento em dinheiro. Como todo o mundo de negócios de um país pode ser tomado por tal embuste, e como acaba isso a história do comércio inglês de 1845 a 1847 dá um exemplo contundente. (MARX: VIII-T1, 1983, p. 307)

Mas foi também no sistema de crédito que Marx percebeu o embrião da fase financeira do capitalismo e é nesse imbróglio que detecta a raiz das crises próprias do capitalismo, pois o sistema de crédito e sua evolução, no capitalismo é paradoxalmente o seu fim.

O Sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e

a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção. [...] As características dúplices imanentes do sistema de créditos: por um lado desenvolver a mola propulsora do capitalismo, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; por outro lado, porém, constituir a forma de passagem para um novo modo de produção. (MARX: VIII-T1, 1983, p. 335)

Com a crescente importância do sistema de crédito para a expansão do capitalismo em escala mundial, os bancos passam a compor o centro do sistema, apesar de ser na indústria e nas relações de produção que estão assentadas a real geração de riqueza. Esta centralidade foi conquistada devido ao vultoso processo de oligopolização e monopolização propiciado pelo crédito industrial. Como são os bancos os agentes controladores do sistema, estes passam então a determinar o ritmo, os juros e os lucros.

Os bancos, segundo Marx, compunham seu capital de duas formas, primeiro por dinheiro em espécie, ouro e notas, e também por títulos. Os títulos eram subdivididos em outras duas formas:

Títulos comerciais, letras de câmbio que são flutuantes, vencem de tempo em tempo e cujo desconto constitui o verdadeiro negócio do banqueiro; e títulos públicos de valor, como títulos de Estado, títulos do tesouro, ações de todas as espécies, em suma, títulos portadores de juros, mas que se distinguem das letras de câmbio. Entre elas também podem ser incluídas as hipotecas (MARX: VIII-T2, 1983, p. 09)

Marx adentra no debate sobre a forma como o sistema bancário funciona, a partir sistema de crédito e de uma mais acurada definição da

natureza do capital³⁰, o capital portador de juros. Este pode arrastar o Estado e os trabalhadores para sua rede. Afirmando que o capital portador de juros é “a matriz de todas as formas alucadas” de capital, pois nesta forma e sob a gestão dos banqueiros, “dívidas podem aparecer como mercadorias”. (MARX: VIII-T2, 1983, p. 10)

Esta nova mercadoria vem a gerar o capital fictício, que é assim denominado por ter sua origem na capitalização decorrente dos juros sobre os títulos, tanto os lastreados em dívidas, públicas e/ou privadas, quanto de ações que representam uma mais valia a ser realizada.

A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada e se a calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a esta taxa de juros, proporcionaria;(…) Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autônomo que se valoriza por si mesmo se consolida. (MARX: VIII-T2, 1983, p. 11)

E segue descrevendo o processo de ascensão deste capital:

O movimento autônomo de valor desses títulos de propriedade ... confirma a aparência, como se eles constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem título. É que se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares. Seu valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal, sem que o valor (ainda que a valorização) do capital real se altere. (MARX: VIII-T2, 1983, p. 12)

Contudo, esse mecanismo possui vida curta e tende à queda. Esta queda não é apenas a do quanto se arrecadará com o capital-portador de juros, mas de todo o sistema erguido sobre ele, porém a consequência

³⁰ Ao longo do Tomo 1 do Livro 3, Marx e Engels travam um importante debate com os que eles denominaram de economistas vulgares sobre as diferentes formas do capital. Apontam que o capital-dinheiro, o capital monetário, o capital mercadoria, capital produtivo e o capital portador de juros se diferem em sua essência pelo papel que jogam na formação da riqueza.

desta queda será socializada com toda a população e sua superação será capitaneada pelos mesmos poucos que se mantém no controle do sistema, aumentando ainda mais a concentração, sem afetar o montante correspondente à riqueza da nação. A esta crise Marx chama de estouro de uma bolha de sabão de capital-monetário-nominal.

Em tempos de aperto no mercado de dinheiro, o preço desses títulos caíra de dupla maneira; primeiro, porque a taxa de juros sobe e, segundo, porque são lançados em massa no mercado para serem realizados em dinheiro. Essa queda de preço ocorre independentemente da circunstância de que o rendimento que esses papéis asseguram ao seu possuidor, seja constante, como no caso dos títulos da dívida pública, ou de que a valorização do capital real, que se representam, como no caso das empresas industriais, seja possivelmente atingida pela perturbação do processo de reprodução. Neste último caso, acrescenta-se à desvalorização mencionada ainda uma outra. Passada a tempestade esses papéis voltam a subir ao nível anterior, à medida que não representam empresas falidas ou fraudulentas. Sua desvalorização na crise atua como meio poderoso para a centralização das fortunas em dinheiro (MARX: VIII-T2, 1983, p. 12)

Por fim, o sistema se retro-alimenta com esta ficção, formando uma bolha, até o ponto de seu estouro, não há, e nunca existiu um mecanismo seguro contra este processo especulativo.

Com o capital portador de juros e do sistema de crédito, todo o capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte deste “capital monetário” é puramente fictício. Todos os depósitos, “excetuando os fundos de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. À medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois destes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos

recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos. (MARX: VIII-T2, 1983, p. 14)

5.2 CAPITAL FINANCEIRO E A BOLHA

Aparenta estar-se descrevendo os acontecimentos mais recentes da economia mundial, mas é relevante relembrar, que está se relatando a análise feita por Marx dos rumos da economia mundial a partir da realidade inglesa da primeira metade do século XIX. Curiosamente para os incautos, mas de certa forma previsto por Marx, a história se repete hoje, contudo em patamares mais sofisticados.

Já naquele momento da história, o capital fictício compunha boa parte do capital bancário. Já, naquela época, os bancos forjavam em suas entranhas novos mecanismos para que este capital se valorizasse independentemente da chamada economia real. E cada vez mais e com mais sofisticação, os banqueiros engendram novos produtos lastreados não em seu próprio capital, “mas no do público, que o deposita com ele, com ou sem juros”, para serem distribuídos facilmente na sociedade, como se fossem doces, na forma de crédito. As consequências são as crises do capitalismo.

Mas recentemente, em entrevista dada à revista Carta Capital, Harvey afirmou que para se entender a verdadeira razão da crise mundial atual é necessário localizá-la espacialmente e nos processos que envolvem a produção do espaço urbano. “Mais do que uma crise das hipotecas subprimes, “David Harvey prefere falar de “crises urbanas”, provocadas por uma febre da construção, “sem importar o quê” “(ARUGUETE: 2011 p.01).

Porém, essa crise que se dá de forma mais aparente nas/pelas cidades tem no processo de superacumulação do capitalismo em sua fase mais avançada de financeirização, seu mecanismo dinamizador e sua face mais perversa, pois a lógica é a de extrema e acelerada valorização – produção de mais-valia e consequentemente de sua concentração.

A dinâmica do capitalismo visa acima de qualquer outra coisa a constante crescente das taxas de lucro. Na dinâmica capitalista, produtora de mercadorias essa missão é:

[...] produzir em larguíssima escala, implicando superproduzir capital. Quer dizer sobreinvestir para fazer crescer a produtividade social do trabalho e suplantando a concorrência, superproduzir para superlucrar, e superacumular capital em

excesso e em todas as formas, referenciando-se numa dada taxa média de lucro (BARROSO: 2013, p. 78)

Na dimensão onde as finanças preponderam há uma nova institucionalidade. Uma dinâmica onde a interligação global dos mercados determina a velocidade e o padrão de acumulação capitalista “voltado para a acumulação financeira”, como preconizou Marx no descrito acima.

A financeirização do capital é um fenômeno concreto. Hoje as chamadas “finanças diretas”, ou seja, investimento direto em títulos no mercado de capitais, preponderou sobre a antiga função intermediadora do sistema financeiro, colocando o sistema em cheque.

a crescente integração dos mercados financeiros em cada país e a interligação global entre as praças financeiras são necessárias às operações da gigantesca riqueza financeira atual... aumentaram os episódios das crises financeiras, como os anos 1990 e 2000 demonstraram” (SOUZA: 2008, p. 49)

Barroso sintetiza como sendo três as questões centrais da dinâmica do regime capitalista em nosso tempo: “a) a fixação da categoria financeirização da riqueza capitalista; b) a ideia de uma interligação sistêmica dos mercados financeiros nacionais e internacionais; c) o visível aumento da sequência de crises (detonadas nas esferas) financeiras, notadamente, desde os fins dos anos 1980, tipificando assim uma particularidade dessa dinâmica.

A relação entre o processo de financeirização e as cidades dá-se diretamente pelo setor imobiliário e na infraestrutura. O crédito e a desregulamentação desse mercado são as variáveis que levam até a crise de 2008. Harvey afirma que essa relação se fortalece a partir de 1980, e a busca é sempre a de uma taxa de retorno dos investimentos cada vez mais alta.

Até os 80, colocar dinheiro na produção dava mais dinheiro que colocá-lo no negócio imobiliário. A partir dali, começou-se a pensar onde colocar o dinheiro para obter uma taxa de retorno mais alta. Os mercados imobiliários e da terra são muito interessantes: se eu invisto, o preço sobe, como o preço sobe mais gente investe

e, então, o preço segue subindo. Em meados da década de 70, em Manhattan (Nova York), podia-se vender por 200 mil dólares um tipo de edifício que agora custa 2 milhões de dólares. (HARVEY Apud ARUGÜETE: 2011, 02)

A questão colocada é que a espiral de valorização imobiliária é finita - a bolha de sabão de Marx - porém a crise decorrente do processo especulativo revelou, mais uma vez, a fragilidade estrutural do sistema e amplificou seus efeitos no espaço e no tempo.



A bolha imobiliária parece encobrir uma transferência real de recursos. Além da transferência entre setor produtivo e financeiro, como reconhece parte da literatura, também há transferência entre diferentes classes sociais, aspecto menos discutido, apesar de grande relevância. No caso, por meio da incorporação do patrimônio imobiliários – que nada mais é do que o trabalho de gerações acumulado – aos circuitos centrais de acumulação de riqueza, na forma financeira: pelo aumento da transferência de parte do rendimento do trabalhador obtidos na esfera produtiva, por meio do pagamento das prestações das hipotecas (além de outras dívidas com cartões de crédito, automóveis, estudos, etc.). Ou seja, esse sistema compromete a uma só tempo trabalho passado (cristalizado nos imóveis) e futuro (forçando o trabalhador a se submeter a formas ainda mais brutas de exploração (FIX: 2011, p. 33)

Os eventos mais significativos da segunda fase da economia capitalista do século XX que demonstram a relação crise/cidades com efeitos globais. Segundo Harvey aparecem pela primeira vez em 1973, pouco antes da crise do petróleo e teve sua origem em um “crash” imobiliário que levou a prefeitura de Nova York à falência técnica; em 1980 foi no Japão onde o colapso da economia teve no mercado de terras seu maior reflexo derrubando os preços, situação que até o presente perdura, ou seja, o preço das terras não consegue valorizar-se no mesmo ritmo de antes. De 1984 a 1992 houve crises prolongadas nas poupanças e no crédito ligado ao setor imobiliário comercial dos EEUU “que levaram mais de 1.400 companhias de poupança e empréstimo e 1.860 bancos a fecharem as portas, com um custo de cerca de 200 bilhões de dólares para os contribuintes do país”; em 1992 foi a vez do paraíso nórdico – Suécia, Noruega e Finlândia, quando uma crise no mercado imobiliário derrubou as finanças dos principais bancos a ponto de nacionalizarem a principal instituição financeira da Suécia; o desenvolvimento urbano excessivo foi o gatilho da crise do leste e sudoeste asiático em 1997 e 98 “alimentada por um influxo de capital estrangeiro especulativo”. (HARVEY: 2011, págs. 14 e 15)

A crise atual, bem antes de ela eclodir em escala global, já emitia seus sinais no mercado norte americano. Estima-se que no período entre 1998 e 2006, 71 bilhões de dólares em ativos foram perdidos por estarem envolvidos nos subprime, porém como os mais afetados neste primeiro momento foram os negros, hispânicos e mães solteiras, os primeiros na linha de fogo, nada foi feito. (HARVEY: 2011, p. 08)

Foi somente em meados de 2007, quando a onda de despejos atingiu a classe média branca, nas áreas urbanas e suburbanas dos EUA outrora crescentes e significativamente republicanas no Sul (em particular na Flórida) e Oeste (Califórnia, Arizona e Nevada), que as autoridades começaram a levar em consideração e a grande imprensa, a comentar. Projetos de novos condomínios e comunidades fechadas (muitas vezes em “bairros dormitórios” ou atravessando zonas urbanas periféricas) começaram a ser afetados. Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas

casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. (HARVEY: 2011, 08)

Em 2008 os efeitos reverberaram-se por todo o mundo e foi devastador tanto do ponto de vista da velocidade com que as instituições quebraram, quanto pela dimensão do buraco que a cada dia ficava maior. A onda foi tão violenta que países que estavam saindo de suas crises no setor imobiliário, como o caso da Inglaterra, foram arrastados para o fundo sem piedade. “No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todos tinham agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre.” (HARVEY: 2011, p. 09)

Apesar de afirmarem que com a crise o projeto neoliberal implodiu³¹, Harvey afirma que não. Este é um projeto de classe que surgiu como resposta à crise dos anos 70, envolto em um sofisticado discurso que vai de liberdades individuais à minimização do Estado na vida econômica e do indivíduo, mas que no fundo serve para legitimar e intensificar a extração da mais valia produzida social e globalmente. “Esse projeto tem sido bem sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto.” (HARVEY: 2011, 15)

5.3 A REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E O MODELO DE CIDADE

Como exposto acima o processo de financeirização da economia, que segue seu curso desde o século XIX e que atinge seu ápice nas últimas décadas do século XX e na primeira dos anos 2000, tem na produção do espaço urbano um de seus principais palcos de sua reprodução. Esta “opção” do sistema trouxe inúmeras consequências para as cidades, como também foi visto quando do rastro de crises que se sucederam nas últimas 4 décadas.

³¹ Alguns autores estão trabalhando o conceito de pós-neoliberalismo, como se a crise de 2008 sacramentasse o fim deste modelo de acumulação do capitalismo, tais como Jamie Peck; Nik Theodore; Neil Brenner no texto *Mal estar no pós-neoliberalismo*, publicado no *Novos estud. - CEBRAP* no.92 São Paulo Mar. 2012.

Porém, este capital para se reproduzir em escala global necessitou colocar os Estados Nacionais em uma posição de extrema fragilidade e submissão. Isto se deu pela desregulamentação das movimentações de capitais relacionados ao mercado de dinheiro, como também das demais regras que protegem a vida cotidiana: as leis trabalhistas, as regras de exploração das florestas e do subsolo, pertinentes aos direitos humanos, da saúde e também a tentativa de desmontar as leis que regulam a produção e ocupação do espaço urbano. “Para compreender esta realidade, é necessário coordenar os agentes, os produtos e a segregação que está sendo gerada pela estreita relação entre os negócios imobiliários com o capital financeiro.”(PEREIRA: 2011, p. 32)

Entende-se que abordar o processo de expansão das finanças sobre “território através da abertura de capital das grandes incorporadoras imobiliárias na produção capitalista da habitação”(CARVALHO: 2011, p. 12), em sua busca por intensificar a extração de mais valia através da aplicação de novas técnicas e tecnologias no processo construtivo, além de procurar interagir processos locais com globais em termos de ofertas de produtos imobiliários, através do conceito de reestrutura imobiliária, atendeu a procura até então empreendida, para se entender as raízes das opções feitas pelos agentes imobiliários locais, ao empreenderem esforços em fazer valer a proposta do Floripa2030 na elaboração do Plano Diretor de Florianópolis.

O conceito de reestruturação imobiliária, segundo Pereira é um conceito mediador

no sentido de identificar a mediação global-local como processo sócio-espacial do momento atual da globalização ou da metropolização recente. [...] abrange, de um lado, com a noção de reestruturação produtiva, entendida como mudança dizendo respeito à produção imobiliária, introdução de elementos novos e reorganização da incorporação imobiliária determinante da indústria da construção civil e, do outro lado, estaria se afinando com produtos arquitetônicos e urbanos, como artefatos novos e determinantes da reestruturação urbana introduzindo, por exemplo mudanças na habitação” (PEREIRA: 2010, p. 04)

A reorganização da incorporação imobiliária possui uma relação direta com a abertura de capital das empresas do setor, através das

bolsas de valores. O mercado comandado pela bolsa de valores não é uma novidade, no geral. O próprio Marx já relatava o papel das sociedades anônimas na acumulação capitalista, contudo neste setor da economia, o imobiliário, o passo foi dado mais recentemente.

Nos EEUU data do final de década de 80 o processo de desregulamentação financeira, que abordamos anteriormente. Contudo, no resto do mundo ganhou força no início dos anos 2000, sendo que até 2006 a capitalização em bolsa de empresas imobiliárias dobrou, ou seja, após a chamada revolução conservadora³² promovida por Reagen e Thacher é que se deu esta inovação no mercado financeiro e imobiliário. (CARVALHO: 2011, p. 158)

Essas empresas, antes de se abrirem ao capital financeiro, na sua grande maioria foram constituídas a partir da organização familiar, com fortes vínculos nas localidades e de capital fechado. Ao passarem por um processo de abertura de seu capital, “tornam-se estruturas públicas de capital aberto. O novo perfil de gestor dessas corporações é o de adequar-se ao molde das finanças e explora a liberdade permitida pela virtualidade dela” (CARVALHO: 2011, p. 151)

A liquidez do mercado mundial de títulos, a baixa inflação e a necessidade crescente de obtenção de lucros independentemente do risco que se está correndo, atraíram a grande maioria das empresas do ramo imobiliário para o mercado de títulos. O fator de não ter que ter os bancos e suas regras, como intermediador de suas operações também foi um dos elementos motivadores para esta conversão.

O aumento da mobilidade financeira acelerou o tempo de rotação da mercadoria imóvel, liberando mais capitais, antes atrelado ao tempo de circulação dessas ou de outras mercadorias articuladas entre si no mercado financeiro. A liquidez alcançada, ao permitir o adiantamento do capital de giro para o ramo de construção civil e circuito imobiliário, por exemplo, funcionou como uma via de escoamento para o capital

³² Revolução conservadora foi o termo utilizado para retratar o ascenso do conservadorismo neoliberal personificado nas figuras de Ronald Reagan e Margath Thacher. Momento este que simboliza a vitória das concepções neoliberais sobre as políticas Keynesianas que perduravam desde o fim da segunda guerra e utilizado por Michel Albert no seu livro *Capitalismo x Capitalismo* para retratar que o conservadorismo promovido pelos dois atores citados trouxeram coisas boas para a humanidade, diferente das que assolaram o mundo depois da primeira revolução conservadora alemã pós primeira guerra, que deu origem ao nazismo.

acumulado nos setores primários, indústrias e terciário, tornando assim, o processo de produção da cidade num meio e produto da autovalorização financeira. (AMORIM: 2012, p. 4)

Na fase de euforia do mercado, não bastava às empresas abrirem seus capitais, elas necessitavam para atrair investidores se apresentarem como capazes de garantirem o prometido no ato de lançamento de seus papéis no mercado. Para isso atuavam firmemente no mercado de terras e na produção do ambiente construído. Não há uma coordenação desta intervenção entre as empresas, mas há a identificação e a seleção para onde deve, ou não ser aplicado os investimentos, onde estes darão maior retorno e por isso devem ser mobilizados todos os esforços, especialmente aqueles advindos dos cofres públicos, para que determinada localidade atenda aos interesses das incorporadoras, enquanto outra é relegada ao abandono. Esta lógica se dá em diversas escalas, seja em regiões metropolitanas, no perímetro intraurbano, nas grandes metrópoles, ou em cidades médias.

Ao intervir junto aos órgãos que regulam o uso e ocupação do solo, e junto aos agentes públicos que definem as regras e a aplicação dos recursos, os agentes produtores do espaço, interferem diretamente no processo de segregação socioespaciais e a divisão espacial do trabalho.

A produção do espaço urbano na lógica da valorização fundiária, da diferenciação de áreas/bairros, tipos de qualidades de produtos imobiliários, na seletividade de investimentos privados, seja na abertura de novos loteamentos, na verticalização, oferta de condomínios/ loteamentos fechados, as variações de preços da terra e da habitação, as permanentes transformações de usos do solo etc. produzem processos de ampliação das desigualdades sociais e de diferença socioespacial.(MELLAZO: 2010, p. 3)

É certo afirmar que houve resistência por parte dos atores locais a esta avalanche, mas também é certo dizer que a resistência se deu mais no plano das condições com que estes capitais aportariam em localidades já tuteladas, do que no de negá-las. Do ponto de vista dos Estados nacionais, está se falando de regras que envolvem as contas nacionais, processos regulatórios complexos e toda uma reorganização

do sistema financeiro, além das políticas específicas já desenhadas e historicamente constituídas para o setor, pelo Estado.

No âmbito local e regional, há também que se considerar o histórico de atuação dos atores preexistentes, sua dinâmica de produção do espaço, os acordos tácitos e explícitos entre as empresas e destas com o setor público, a propriedade do estoque de terras nas localidades mais valorizadas e nas de maior risco.

Cada cidade é um mercado e como tal requer uma estratégia específica para que se rompam as barreiras à entrada, inclusive associando-se com empresas locais, mas tendo como horizonte a homogeneização das mesmas. Assim se dá na relação de grandes investidores mundiais com cada Nação em que aporta, e na relação de grandes empresas nacionais de capital aberto, com as diversas localidades dentro do país.

[...] estes capitais, que têm na terra e na reprodução territorial da cidade um meio de acumulação e de valorização, estão estruturados de distintas maneiras, embora haja uma tendência à homogeneização de tais práticas (...) Por essa razão pode-se compreender a centralização da gestão dos negócios imobiliários e com terras urbanas em torno de determinadas empresas e/ou grupos de empresas, do mesmo modo que se verifica a concentração da valorização da terra urbana em determinadas áreas da cidade, isto é, nas áreas de maior interesse dos agentes de ponta deste mercado.(AMORIM: 2012, p. 8)

Está na necessidade de homogeneizar suas práticas, para ampliar e garantir sua capacidade de acumulação a raiz do discurso proferido pelos ideólogos do neoliberalismo sobre a desregulamentação da economia e de diminuição do Estado, por mais que seja este o refúgio em última instância.

Na lógica do capital não pode haver barreiras à entradas e a otimização dos recursos empreendidos em algum projeto sempre será a meta a ser perseguida, não importando o necessário fazer e suas consequências na localidade. Mas para que tal feito logre êxito, é fundamental que seus representantes nas localidades estejam à altura de seus interesses, em especial possuírem o poder de convencimento sobre os incautos.

A importação de modelos e as estratégias de sua implementação, sejam eles macroeconômicos, sejam urbanísticos, é uma consequência desta relação entre o capital financiador/exportador do modelo com seus sócios menores nos países e/ou nas localidades.

[...] a homogeneização destas estratégias traz implícita a lógica de uma cidade em que vigem práticas excludentes e segregadoras, pois o acesso à mercadoria espaço urbano torna-se cada vez mais objeto de especulação, extração de lucros e rendas fundiárias, intermediação financeira etc., do que decorre a necessidade de promoção pública da habitação de interesse social aos segmentos menos favorecidos” (AMORIM: 2012, p. 8)

5.4 O BRASIL, SUA INTEGRAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E A IMPORTAÇÃO DE MODELOS.

A ideologia da casa própria, propalada pelo mundo todo a partir do modelo americano, fez da posse de um lugar para se viver como representação de sucesso, tranquilidade futura e um investimento seguro, pois espera-se que sempre valorize ao longo do tempo.

Mais recentemente imóveis comerciais e residências passaram a compor os portfólios de importantes fundos de investimentos globais, já que a regra do mercado é diversificar as carteiras e sempre possuir ativos promissores. Com a entrada no mercado financeiro de grandes empresas ligadas ao mercado imobiliário, a partir do início dos anos 2000, nada mais coerente que os papéis lastreados em títulos hipotecários suprissem os desejos dos investidores.

Contudo, cada país é um mercado e cada qual possui regras próprias, constituídas ao longo de sua história. O Brasil, pode-se dizer que, historicamente, produz soluções acomodatócias, especialmente para a questão habitacional, ou seja, sempre buscou responder com soluções paliativas às demandas da população, garantindo pelo Estado os interesses das empresas. Faz pouco tempo que a habitação tornou-se um direito social, através da Emenda Constitucional 26, de 14 de fevereiro de 2000.

As ações pertinentes à habitação no Brasil estão diretamente relacionadas à formação de uma população de trabalhadores nas cidades em meados do século XIX. Foi apenas no primeiro governo de Vargas (37-45) que o Estado assumiu para si a responsabilidade sobre a

questão. Criou o IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensão, que possuía em seu portfólio empreendimentos habitacionais para associados; a FCP - Fundação Casa Popular e instituiu a primeira lei do inquilinato no país regulamentando o reajuste dos aluguéis, procurando assim diminuir as esdrúxulas relações entre inquilinos e proprietários.

Essas primeiras experiências de políticas públicas voltadas para a habitação popular, somada às crescentes lutas dos trabalhadores do campo e da cidade pelos seus direitos na década de 50 e 60, fizeram surgir o importante movimento da reforma urbana nas décadas seguintes. Este movimento inspira à luta até os dias de hoje, tendo em vista que suas principais bandeiras nunca foram efetivadas na totalidade e com a extensão pretendida.

Contudo, a força deste movimento era tamanha, por possuir uma base concreta, que as reivindicações transcenderam a escala do operariado e alcançou a classe média. Compôs tanto as chamadas reformas de base de João Goulart e como também esteve presente no programa do governo ditatorial instalado pela derrubada de Jango pelos militares.

Inclusive foi durante a ditadura militar (64 - 85) que o país assistiu às primeiras iniciativas de se ordenar a questão habitacional através de um Plano Nacional de Habitação, que tinha como meta “sanear a questão habitacional, dinamizar a economia, controlar as massas e garantir a estabilidade social”; proliferação de Planos Diretores e obras de infraestrutura para a cidade formal, relegando para a informal a polícia e medidas de controle. (MOTTA: 2010, p. 04)

Foi nesse período que se fundou a primeira experiência de um sistema que organizasse o financiamento da casa própria e da implantação de infraestrutura nas cidades, com a constituição do Banco Nacional de Habitação – BNH, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU e do Sistema Financeiro da Habitação. Neste período também ocorre a proliferação de COHAB – Companhias de Habitação, pelo país todo, inspiradas na COHAB do extinto Estado da Guanabara. Também nasceram neste período as da SCI – Sociedade de Crédito Imobiliário e as APE – Associações de Poupança e Empréstimo. O sistema era alimentado com recursos oriundos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e pelo SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

O atendimento era diferenciado por três faixas de rendimento, cada uma delas a cargo de um agente específico: popular, econômico e médio. O

segmento popular, atendido pelas Companhias de Habitação (COHAB), era constituído inicialmente por famílias com até 3 salários mínimos, (...) O mercado econômico, atendido pelas cooperativas habitacionais, era voltado a famílias com renda de 3 e 6 salários mínimos, limite também ampliado depois. O mercado médio deveria atingir famílias com renda maior que 6 salários, atendido pelos incorporadores, operava por meio dos agentes financeiros que compunham o SBPE, as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), as Associações de Poupança e Empréstimo (APE) e as Caixas Econômicas. A construção, nos três segmentos, ficava a cargo de empresas privadas contratadas pelo agente promotor, mediante licitação, no caso das COHAB. (FIX: 2011, p. 96)

O recém-criado sistema trazia consigo o DNA acomodaticio que vislumbrava, em decorrência da origem de seus modelos, o sistema estadunidense e o programa do governo golpista, atender plenamente ao empresariado e banqueiros, além de apresentar um alento à população que se via, de certa forma, aviltada com mais aquele golpe. Porém foi este arranjo que permitiu o crescimento de uma indústria nacional de edificações que, diferentemente do setor de infraestrutura, relativamente monopolizado, permitia um alto grau de competitividade e de heterogeneidade em termos de porte, afugentando temporariamente o capital internacional, que se interessava mais pela indústria de material e de componente, por esta ser mais homogenia e um maior grau de concentração. (FIX: 2011, p. 100)

Contudo, essa postura gerou também muitos conflitos, para além das respostas às demandas dos agentes envolvidos. Turbulências estas agravadas pelas seguidas crises econômicas mundiais, que afetaram o Brasil em seu cerne – a crise do petróleo em 74 e a da dívida externa da América Latina, em 1983. Tudo isso culminou com o esvaziamento do SFH e extinção da SEFAHU em 1974 e do BNH em 1986.

A década de 1980 foi particularmente complicada, tanto do ponto de vista econômico pois o país ficou estagnado em razão da crise financeira global, quanto político em decorrência do processo de redemocratização pelo qual passava o Brasil. Com o fim da ditadura uma série de demandas reprimidas ao longo dos anos vieram à tona e foram canalizadas para a Constituinte de 1988 que, por sua vez cumpriu um importante papel na consagração dos direitos sociais, tanto que foi

batizada de Constituinte Cidadã. Contudo, não abarcou todas as reivindicações do MRU – Movimento de Reforma Urbana, deixando para o futuro novas lutas e conquistas, tais como o Estatuto da cidade e a condição de direito social para a habitação.

Com a fragilização do SFH, consequência da fragilidade financeira do Estado brasileiro, os agentes tiveram que encontrar outros mecanismos para financiarem seus projetos. Com isso a tendência que já se fazia sentir nos estertores do período anterior, ou seja de aumento da dificuldade dos setores mais vulneráveis da sociedade de obterem financiamentos, em boas condições, para adquirirem a casa própria, nesta fase, praticamente extinguiu e mesmo para a classe média as condições não eram favoráveis, considerando a crescente deterioração da renda.

Havia escassez de unidades disponíveis, em função das dificuldades geradas pela instabilidade econômica e política; dos altos custos do solo urbano; da queda do poder aquisitivo da classe média, devido à desvalorização da poupança e à elevada inflação; da queda do preço dos imóveis pela baixa liquidez, que desestimulava a produção. (FIX: 2011, p. 119)

Com a estabilização da moeda, o plano real e o período neoliberal (90 - 02), a modalidade de autofinanciamento toma corpo e passa a ser a opção para os agentes presentes no mercado habitacional. Incorporadoras, sindicatos e empresas de assessoria técnica passam a organizar associações ou cooperativas, congregando interessados em participar do empreendimento, proporcionando a estes adquirir seus imóveis já na planta. Cada promotor imobiliário possuía seu perfil de gestão e de empreendimento. Porém, aproximavam-se nas estratégias de edificação, procurando construtoras com experiência prévia de execução de serviços com agilidade, baixo custo e a preço fechado.

A política de estabilização do plano real deu continuidade às políticas de abertura comercial, privatizações e de desregulamentação do mercado interno iniciadas pelo governo Collor, porém com estabilidade da moeda, que se pese o preço pago pelo brasileiro para tal feito. Esta política fez parte de uma orquestração mundial, encabeçada pela tríade que sedia os grandes conglomerados financeiros e formuladoras do chamado consenso de Washington³³: EEUU, Japão e Europa

³³ O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de

Já foi discutido o caráter predatório do capital financeiro, seus mecanismos de apropriação da mais valia produzida localmente passam necessariamente pelas estratégias que usam para aportarem nos países que o hospeda. No Brasil esta hospedagem se deu de forma segmentada, ou seja, a cada setor da economia diferente era o grau de integração com este capital.

No ramo imobiliário devido em parte pelo descrito acima sobre as características do mercado e da heterogeneidade e dispersão das empresas que atuam nele, somando às características e perspectivas do sistema de financiamento, a integração entre o capital financeiro e o sistema construtivo já instalado não se deu na mesma velocidade e no mesmo momento histórico dos demais setores, demorou um pouco.

Contudo, as empresas que vieram para cá, em decorrência da desnacionalização dos demais segmentos, trouxeram também suas demandas para o setor, pois para aportarem aqui exigiam elementos que os remetessem às suas matrizes, desde o modelo de escritório de arquitetura, engenharia e advocacia, passando pela habitação e lazer para seus executivos, até um aparato institucional e jurídico que salvaguardassem seus investimentos. Esta demanda obrigou os promotores locais a se ajustarem, movendo toda a rede de relações que possuíam, para atenderem o exigido. Desde mudanças da legislação sobre o uso e ocupação do solo, até mecanismos mais ousados de financiamento.

Esta movimentação foi mais sentida em São Paulo,

Onde o resultado foi uma articulação entre promotores imobiliários locais e investidores nacionais – típica do funcionamento de uma máquina imobiliária de crescimento – para a construção de novas torres de escritórios e complexos multiusos, que seriam alugados por empresas multinacionais. [...] fenômeno diferente daquele que caracterizou a globalização do imobiliário nos Estados Unidos, quando investidores estrangeiros passaram a comprar

instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas "regras" que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual.

edifícios em cidades como Los Angeles, além de recebíveis imobiliários com a securitização da moradia. (FIX: 2011, p. 122)

Esta situação se inverte com a crise da bolsa de alta tecnologia, deixando o mercado mundial mais refratário a riscos. Os imóveis já erguidos amargaram uma taxa de desocupação na casa dos 70%³⁴. Com a redução dos investimentos públicos decorrentes dos cortes promovidos pelo governo, que seguia a cartilha neoliberal, ficou ainda mais complicado qualquer espécie de investimento público, salvaguardando aquelas grandes obras que já estavam reservadas para as grandes empreiteiras.

O governo FHC, seguindo a cartilha de desmonte do aparato público, para o setor de habitação, aplica uma série de cortes de financiamento. O fato da questão urbana ter ficado a cargo da SEPURB - Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, já indicava esta intenção. Contudo a SEPURB desenvolve um conjunto de programas, com intenção de abarcar os diferentes segmentos, porém, dentro da mesma lógica, a de atender a demanda direta do mutuário privilegiando a aquisição de imóveis usados e trazendo o setor privado para a intermediação das operações. “Parte de uma estratégia cujo objetivo era introduzir mecanismos de mercado na geração de políticas de desenvolvimento urbano [...] mais um esforço para preservar a dominância do mercado privado de habitação.” (FIX: 2011, p. 123)

Em meio à avalanche neoliberal, o governo brasileiro dá mais um passo para alinhar o país às novas regras do mercado mundial e cria em 1997 o SFI - Sistema Financeiro Imobiliário, como uma evolução dos FII - Fundos de Investimento Imobiliário, criado em 1993, criado pela Lei 9514.

O SFI em sua origem já traz a necessidade de estar calçado a fundos de investimentos para que possa operacionalizar a mediação do crédito. No primeiro artigo da lei que cria esta premissa, está expressa da seguinte forma: “promover o financiamento imobiliário em geral, segundo condições compatíveis com a formação dos fundos respectivos”. A lei não impõe limites de financiamento, taxas, valor dos imóveis, ou qualquer outro tipo de impedimento para que sejam realizadas as operações, desde que estas estejam dentro das condições de

³⁴ Para mais detalhes ler FiX, São Paulo: Cidade Global.

salvaguarda do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e do sistema como um todo. (ROYER: 2009, p. 96)

O SFI procura construir, dessa forma, um sistema financeiro que dê segurança aos agentes envolvidos no processo do crédito imobiliário, especialmente aos investidores, ponto central da lógica do funcionamento do sistema, procurando fomentar um mercado de crédito imobiliário baseado, a princípio, na lei da oferta e da procura (ROYER: 2009, p. 97)

O SFI vem para suprir a carência de crédito para os empreendimentos imobiliários no geral, sejam estes no âmbito da habitação, ou para escritórios. As estratégias de autopromoção e do autofinanciamento foram eficazes, porém limitadas perto do montante necessário para que o sistema girasse na velocidade e no quantum almejado pelos investidores.

O novo sistema foi considerado um avanço em relação ao SFH, por parte dos investidores. Porém as críticas não se deram pelo viés das falhas em termos de aporte de recursos, ou excesso de burocracia, mas pelo que são suas qualidades, dentre elas a de não estar vinculado ao mercado financeiro.

A formulação SFI se deu com base no modelo norte americano e passa a orientar a nova política de financiamento imobiliário no Brasil, a partir dos interesses do mercado. Mas um novo perfil de mercado, que decorre da aproximação do mercado imobiliário com o de capitais.

O modelo contido no SFI não tem dependência de funding direto ou de direcionamento obrigatório, como o SFH, e procura captar fundos junto ao mercado de capitais. O SFI prevê, em seu modelo teórico, que o coração do sistema seja a captação de recursos em um mercado secundário de títulos de créditos e recebíveis imobiliários. (ROYER: 2009, p. 100)

Essa captação se dá através de novos instrumentos lançados no mercado, são as versões brasileiras de títulos lastreados em imóveis. São eles:

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) (criados pela mesma lei que instituiu o SFI), as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), instituídas pela Lei

de Patrimônio e Afetação, de 2004. Outros, já existentes, foram reformulados com a criação do SFI, como as Debêntures, as Letras Hipotecárias e as Cédulas de Crédito Bancários (FIX: 2011, pg 179)

Com esses novos produtos, novos atores passam a assumir um papel importante no “novo mercado”, os gestores dos fundos de pensões; consultorias e analistas especializados na gestão de portfólios tiveram que aprender sobre esta novidade, para aconselharem seus clientes; empresas de assessoria técnica e incorporadores passam a lidar com esta nova possibilidade para financiarem seus empreendimentos. Com isso as cidades brasileiras passam a estar sujeitas às oscilações do mercado financeiro, pois cada tomada de decisão de um desses novos agentes gerará um impacto no território.

Essas decisões estão pautadas no potencial de rentabilidade do investimento, logo, são avessas a riscos, fortalecendo a ideia de homogeneização do modelo de intervenção urbana, do processo de segregação, através da seletividade das áreas a receberem as intervenções e do ajustamento do regramento local para que se tornem atraentes a estes investimentos, em especial os Planos Diretores e o zoneamento urbano.

Adentrando a fase dos governos Lula e Dilma, iniciada em 2003, de vertente neodesenvolvimentista e já sobre os auspícios do Estatuto da cidade – Lei 10257 de 10/07/2001, um novo marco institucional foi apresentado com a criação do Ministério das Cidades. A prerrogativa das políticas apregoadas visavam estender a todas as classes as condições para adquirirem a casa própria, sendo que para tal usariam das estruturas já montadas, mas segmentando-as.

A estrutura da tese é relativamente simples e óbvia apesar de original: ampliar o mercado privado (restrito ao segmento de luxo) para que este atenda a classe média e concentrar os recursos financeiros que estão sob gestão federal nas faixas de renda situadas abaixo dos 5 salários mínimos onde se concentra 92% do déficit habitacional e a grande maioria da população brasileira. (MARICATTO, apud FIX: 2011, 133)

A primeira consequência disso foi o aumento real do montante arrecadado e distribuído pelas diversas formas de crédito imobiliário,

especialmente o montante de recurso público destinado às Habitações de Interesse Social.

Estes novos arranjos e aportes financeiros fizeram com que as grandes empresas repensassem suas estratégias e agissem de forma mais agressiva, desenvolvendo produtos para o chamado segmento econômico – classes C, D e E; constituição de parceiras com empresas médias nas localidades viáveis, como apontado anteriormente no debate sobre a reestruturação imobiliária. Expandiram seu alcance geográfico, atuando também em cidades médias e fora do eixo Rio-São Paulo e abriram seu capital na Bolsa de valores, partindo assim para a captação direta de recursos para os novos projetos. Em síntese, as empresas se ajustaram para poder garantir sua rentabilidade por qualquer que fosse o caminho a ser percorrido pelo dinheiro até o empreendimento.

A abertura de capital das grandes empresas brasileiras foi o passo que coroou a ânsia do setor imobiliário brasileiro em integrar-se ao circuito mundial. Esta iniciativa, concretizada em 2005, apresentou-se como sendo a salvação do setor, que a fundamentou no discurso clássico neoliberal de falência do Estado, apesar deste último estar garantindo todas as condições para que o sistema de financiamento, para todos os segmentos e setores da sociedade, não ficasse desprotegido. Um dos exemplos é a Lei 10.931/04.

o sistema financeiro imobiliário ganha espaço, enfim, para decolar, sustentado por um arcabouço jurídico seguro apoiado em três pilares, definidos pela Lei no. 10.931. Estes pilares são o patrimônio de afetação, a alienação fiduciária de bem imóvel e a regra do incontroverso. Sem estas garantias, temia-se que o SFI, criado no final da década passada pela Lei no. 9.514, de novembro de 1997, continuasse relativamente travado, em especial por causa da insegurança jurídica que afastava agentes financeiros, incorporadoras e mutuários. (Ibid, p. 121)

Contudo, a realidade do mercado, mais uma vez, teima em contrariar as vontades idealizadas pelos agentes que se lançaram no circuito das finanças imobiliárias. Diversos fatores concorreram, desde a desconfiança dos investidores internacionais acerca das metas apresentadas pelas empresas nacionais, até as típicas instabilidades do mercado acionário.

Um aspecto interessante a ser ressaltado é o fato de que mesmo não atingindo as expectativas de captação, as empresas conseguiram, em média, multiplicar seu capital de giro por quatro. (Ibid, p. 128). Outro ponto é de que os CRI's mais demandados foram os lastreados em créditos comerciais, em detrimento dos lastreados em recebíveis residenciais. Demonstrando que o mercado mundial optou por uma tipologia construtiva para o Brasil e conseqüentemente exercera pressão sobre as opções de modelo de uso e ocupação do solo.

Os prospectos de CRI que estão publicados para consulta na CETIP, balcão eletrônico de transação de títulos mobiliários, demonstram que boa parte das ofertas públicas de CRI se dão sobre empreendimentos imobiliários comerciais. [...] os CRI's financiam, em sua quase totalidade, a construção de centros de distribuições e unidades fabris, terminais logísticos, prédios de escritórios comerciais, shopping-centers e hospitais – ou seja, financiam a componente imobiliária puramente comercial e industrial de projetos de investimento de qualquer espécie. (Ibid, p. 130)

A crise de 2008 chegou e fez tremer as bases do modelo de financiamento desenvolvido até então, mas não o derrubou. A crise não afetou o Brasil nas mesmas proporções que no resto do mundo. Mas isto só se deu pelo fato do país ter um arranjo de mercado diferente do estadunidense, em especial o papel do Estado, tanto pelo arcabouço jurídico, institucional e financeiro que regula o mercado e a oferta de financiamento, quanto pelo lado da demanda, através dos programas relacionados à habitação de interesse social, com especial referência o Minha Casa Minha Vida.

O MCMV em sua primeira fase recebeu a 34 bilhões de reais, a maior inversão feita pelo governo brasileiro para o setor de habitação e direcionada para a população das classes C e D. Alimentou o circuito imobiliário por completo, pois as unidades são construídas em escala industrial por construtoras privadas, mediante contrapartida dos Estados e Municípios. A cadeia produtiva da construção civil também foi contemplada com isenção de impostos, até a rede do comércio varejista foi beneficiada com subprogramas que permitiam aos clientes do MCMV mobiliário e equipar toda a casa, através de créditos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, gerando o impacto na geração e manutenção do nível de empregos.

O programa articula um problema social real e importante, a falta de moradias dignas, à mobilização conformista de imaginário popular e aos interesses capitalistas. Responde, a um só tempo, a problemas de acumulação, por meio da injeção de recursos no circuito imobiliário (construção de edificações e construção pesada, indústria de materiais e componentes, mercado de terras) e legitimação ao responder à pressão das lutas sociais do ponto de vista da demanda por habitação e por emprego. (FIX: 2011, p. 179)

Por fim, pode-se perceber que a estrutura do circuito imobiliário evoluiu no Brasil estritamente calçado nas garantias dadas pelo Estado ao mercado privado. Desde o arcabouço jurídico e institucional, até o aporte direto de recursos que alimentaram e sustentaram o processo de acumulação e apropriação da riqueza socialmente produzida, pelas grandes construtoras e incorporadoras, incluindo a garantia de posse da terra. Por mais que o mercado brasileiro seja heterogêneo e que mais recentemente tenham sido criados mecanismos mitigadores desse processo histórico, a essência do modelo continua patrimonialista, nacionalista, segregador e concentrador.

O aspecto que chama atenção neste momento após o ápice da crise, é a pressão que exerce o setor da incorporação imobiliária para que as ditas “barreiras” que dificultam a integração do SFH com o SFI e com o mercado de capitais sejam derrubadas. Porém o SFI é incapaz de atender ao déficit habitacional que tem 97% de sua composição nas classes C e D. Sua estrutura não é de caráter redistributivo e sim concentrador.

Royer (2009) aponta que na essência, a necessidade de se debater qual o melhor modelo para o mercado brasileiro e suas peculiaridades.

A confusão entre o SFH e o SFI expõe, neste sentido, uma contradição da própria matriz teórica do SFI quando aplicada em um país periférico, extremamente desigual, onde o desafio das políticas econômicas sempre foi mais a criação de condições para a existência dos mercados do que a correção de falhas de um mercado imperfeito. Ora, se por estes lados o fundo público sempre foi condição indispensável para a formação dos mercados, se a acumulação de capital sempre teve

a atividade estatal como alavanca, como apostar no protagonismo do mercado para a solução do déficit habitacional? Como recorrer à racionalidade econômica das instituições como antídoto à ineficiência da política? Como acreditar na universalização do direito à moradia a partir da criação de um ambiente de negócios seguro e favorável à acumulação de capital? Como compatibilizar o atendimento a uma demanda incapaz de arcar com os custos de aquisição de uma unidade habitacional nas condições de mercado com a necessidade de proporcionar aos investidores do setor imobiliário uma remuneração não inferior à taxa de lucro média do mercado financeiro? (Ibid, p. 134)

Há neste debate uma demarcação eminentemente ideológica e esta acaba por ser plasmada também no zoneamento das cidades e nos investimentos do setor público local, no afã de contribuir para a valorização da terra a ser ocupada por empreendimentos considerados modernos, garantido a apropriação da renda obtida através de sua exploração.

Para esse segmento do mercado imobiliário, o estoque de terra funciona como capital fictício, através deles garantem ganhos futuros em troca de adiantamento de crédito, contudo imobilizam capital que pode não ser efetivado, gerando um problema de insolvência dos títulos emitidos. E para se diminuir os riscos, as alianças locais com empreiteiras, incorporadoras e agentes públicos são determinantes.

As alianças muitas vezes passam despercebidas, ou por estarem salvaguardadas nas estratégias de mercados das empresas, que não são divulgadas; ou por estarem revestidas por um discurso ideologicamente constituído e mercadologicamente formatado.

São Condomínios fechados para todas as classes sociais, cada uma com o seu. Novas centralidades, incorporando “harmoniosamente” torres de escritórios, comércio, habitação e lazer, em único projeto, assentado numa operação urbana consorciada, a versão para o urbanismo das PPP - Parcerias Público Privadas.

Vendem, cada um a seu modo, a forma-condomínio para os grupos sociais mais díspares. De um lado, a ostentação exacerbada que se seguiu à abertura comercial, nos anos 1990, no governo Collor, aumentando o padrão de consumo

das chamadas classes A e B; de outro, a expansão do consumo popular para as classes C e D, na era Lula, indícios de que a restauração do poder de classe característica do neoliberalismo avançou e manifesta-se em produtos imobiliários que acentuam a mercadificação da experiência urbana. (FIX: 2011, p. 208)

Para eles a venda da cidade é, necessariamente a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança ... (BORJA & FORN, Apud ARANTES & VAINER: 2002, p. 79)

Contudo o aspecto ideológico se faz presente com mais força no processo de ordenamento do solo por parte dos agentes públicos. É neste momento, que em tese, a população deveria estar presente, como preconiza o Estatuto da Cidade, que se percebe a faceta das finanças operacionalizando seus interesses. O discurso da revitalização e/ou requalificação urbana, acompanhado do tecnicismo presente nas formulas miraculosas dos planejamentos estratégicos, é o dourado dado à pílula, para que esta seja mais palatável ao árido gosto do “populacho”. É por este caminho que às cidades são impostos os modelos preconizados pelo capital.

O reconhecimento do tamanho das carências urbanas e do montante de recursos necessários para enfrentá-las, combinado ao discurso do Estado mínimo, fortaleceu um modelo de planejamento urbano que aproxima o Estado do promotor imobiliário [...] No Brasil, o pensamento único das cidades tomaria a forma de instrumentos urbanísticos como as operações urbanas consorciadas, os projetos de - revitalização das áreas centrais e, de modo geral, o receituário do planejamento estratégico de cidades e das - cidades globais (FIX: 2011, p. 80)

Rizzo (2013) ao discorrer sobre a chegada em Florianópolis do modelo de cidade que visa engajá-la o movimento global das finanças, trava um debate com as premissas apresentadas por Castells & Borja sobre quais seriam as características de uma cidade apta a sobreviver às novas regras preconizadas pela Globalização Neoliberal. Considera estranha a nova posição dos referidos atores ao abandonarem as opiniões críticas ao capitalismo, que os notabilizaram ao longo da década de 1970 e aderirem, quase que acriticamente, ao discurso pós-moderno.

No que concerne a dinâmica das cidades o centro da crítica levantada por Rizzo a Castells e Borja, está no conteúdo empresarial defendido por ambos e que deve ser assumido por qualquer cidade que almeje fazer parte da nova rede constituída pela “etapa informacional do Capitalismo”. Não apenas pelo discurso da eficiência empresarial e estratégica da gestão público, mas por ser este modelo pautado na subserviência das cidades ao receituário imposto pelas instituições “multilaterais” que dão a permissão para que obtenham o crédito necessário para edificação de seus projetos, o chamado ajuste estrutural. (RIZZO: 2013, p. 163)

O ajuste estrutural, por sua vez, põe fim a autonomia de gestão da cidade. Obriga o poder público local a organizar toda e qualquer ação com o objetivo de atender às novas regras, que na essência é garantir que cada recurso aplicado possua algum retorno no curto prazo e que esse esteja dentro das metas estabelecidas pelo Capital que aportou na cidade. Reportando ao conceito desenvolvido por Arantes (2002) de cidade unidade de negócio e como consequência uma cidade competitiva que visa estar bem posicionada no mercado global, seja com uma marca aprazível aos investidores, seja com novos produtos urbanos possuidores de um alto grau de liquidez, contudo segregadora e violenta. Situação vivida por Florianópolis hoje.

Foi a a partir da década de 1970, motivados pelo crescente fluxo de turistas e pela chegada de importantes estatais à cidade que despertou a necessidade por se buscar um nova vocação econômica para a cidade, visto que a camada de maia alta renda estava órfã de um ideário de desenvolvimento que pudesse materializar no cenário nacional aquilo que idealizavam ser a cidade de Floriano.

Ao fina da década de 80 técnicos do IPUF viajaram pelo mundo a busca de modelos que pudessem colocar Florianópolis em um patamar que ela “merecia” estar e então trouxeram da Inglaterra o modelo de Cidades Novas e do Japão modelo de Tecnópolis, crendo que assim poderiam amalgamar em um único projeto, uma cidade nova,

dinamizada pela riqueza advinda da indústria da tecnologia, tanto a riqueza material e monetária, quanto a riqueza cultural propiciada pelos novos trabalhadores altamente qualificados que viriam morar em Florianópolis e para tal conceberam a Cidade Nova Campeche, ou Tecnópolis Campeche. (Ibid, 2013, p. 178)

A proposta dos técnicos era a de organizar um processo intensivo de urbanização que permitisse adensar 450 mil pessoas na planície do Campeche. Argumentavam que as condições topográficas facilitaria a instalação de um sistema de vias largas e de transporte sobre trilhos que ligariam todos os bairros da planície, “algo que não existe nem nos países mais ricos”.

Porém, o projeto foi barrado, foi recusado pela população. A população percebeu que os interesses que ali estavam sendo materializados não se coadunavam com os seus anseios. As mudanças que propunham negariam a essência do que concebiam como sendo típicos da cidade e assim se organizaram e montaram uma proposta diferente, almejando garantir uma real qualidade de vida. (Ibid, 2013, p.180)

Porém, mesmo derrotados neste primeiro intento, os interesses despertados permaneceram latentes e ao longo dos anos, a cada ciclo de poder a frente do passo municipal o discurso que promete a constituição de uma nova época de prosperidade, desenvolvimento e qualidade de vida para os florianopolitanos é entoado e no Plano Diretor da cidade é depositado os anseios de integração da cidade ao “prospero” circuito das cidades globalizadas.

Como foi visto ao longo desse capítulo: os mecanismos desenvolvidos pelo capitalismo até o momento identificaram no mercado imobiliário e na renda da terra uma fonte importante de sustentação do atual estágio de acumulação, preferencialmente pelo viés do crédito obtido no mercado financeiro. Marx apontou o papel do crédito no mecanismo exportador de modelos e de instabilidade e ao longo do capítulo foi demonstrado como o Brasil se enredou e se encontra inserido no processo.

Contudo, mesmo passando pelo o que aqui se procurou sintetizar, tendo ciência das controvérsias descritas por Rizzo a cerca do modelo de cidade competitiva, sabendo que o cenário internacional é instável do ponto de vista do acesso ao crédito e da possibilidade de sua realização no curto prazo, conforme experiências nacionais bem demonstram³⁵, cientes que tal perfil de cidade segrega um contingente importante da

³⁵ Mais uma vez, sobre isso ler Fix em São Paulo: O mito da cidade Global.

população, restringindo seu acesso a terra, a moradia, ao lazer e ao trabalho, o que motiva os agentes produtores do espaço locais insistir em um projeto de cidade com esse perfil? É o que irá ser analisado adiante.

5.5 PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS 2013: BREVE ANÁLISE DO DISCURSO.

Pelo exposto acima, pode-se dizer que o Plano Diretor de Florianópolis, além de todos os percalços já consagrados na/pela cidade (anti democrático, tecnicamente falho, desrespeitoso à lei), ele também é obsoleto do ponto de vista de sua matriz de financiamento.

Mas em que aspectos podem-se fundamentar esta hipótese? Bem! Na expectativa de sanar tal questão, daqui em diante, irão se pontuar alguns elementos presentes no discurso que apresenta a peça do Plano Diretor composta pela Prefeitura à apreciação da Câmara de Vereadores e a toda a cidade o texto intitulado Florianópolis: Síntese do Plano Diretor Participativo, assinado por Dalmo Vieira, o então Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Superintendente do IPUF .

Uma panorâmica sobre este documento de apresentação do plano se justifica, neste momento do debate, por ele, como o próprio título o anuncia, ser a síntese concreta do percurso feito pelo pensamento hegemônico da/para a cidade. Um pensamento que entende a cidade como “uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (VAINER: 2002, pg 78).

Sobre o plano em si ainda residem controvérsias que dificilmente serão sanadas a curto prazo, seja entre os agentes produtores do espaço que compõem a máquina de crescimento florianopolitana, seja destes com a população no geral, seja com a justiça, seja com mercado imobiliário global. Contudo, passada a contenda jurídica, será o instrumento norteador dos rumos da ocupação e uso do solo da cidade e consequentemente, o palco dos embates políticos.

O texto começa com uma mensagem do prefeito Cezar Souza Jr e outra do secretário Dalmo Vieira Filho. Nas duas mensagens está presente a necessidade da cidade ser preparada para o futuro que lhe é demandado em razão de suas qualidades imanentes, pois ela “está fadada a ser uma daquelas cidades que fazem diferença no mundo” e que o novo Plano Diretor só chegará ao patamar no qual se encontra

naquele momento, 21 de outubro de 2013, “graças à determinação da chefia do executivo municipal e a um grupo pequeno de colaboradores extremamente dedicados” (VIEIRA: 2013, pg 07)³⁶

Ao longo da primeira parte do texto, quando este apresenta a Síntese e a Proposta do plano, é explicitado que um dos objetivos do mesmo é levar a cidade à condição de vanguarda do urbanismo praticado no Brasil e para tal a palavra-chave será o equilíbrio; o meio ambiente será considerado o compromisso basilar, sendo a capital com maior área de preservação ambiental, resgatando parcialmente o discurso da Reserva de Biosfera Urbana; e este mesmo compromisso será estendido ao patrimônio cultural da cidade, tanto o material quanto o imaterial alçados à condição de vocação econômica, lembrando o descrito por Yúdice sobre o uso da cultura como recurso.

A introdução segue sendo conduzida até o ponto onde as reais pretensões são apresentadas: a cidade deve manter-se como centro das decisões políticas do Estado, mas também “consolidar-se como polo empresarial, de negócios, cidade universitária e incentivar ainda mais a produção tecnológica e a vocação turística”. E encerra o introito com um discurso de preservação dos “valores verdadeiros, universais e atemporais” e que estes darão base às ações de controle e desenvolvimento da cidade, preconizando a qualidade de vida da população.

Essa introdução remete o pesquisador ao pensamento de Arantes expressos no texto “uma estratégia fatal”, já citado anteriormente, por apresentar uma série de passagens ideologicamente construídas para servirem de instrumento ao convencimento, tanto da população local quanto dos potenciais investidores, sobre as atuais vocações da cidade, potencializadas por meio de um planejamento estrategicamente formatado, chamar a atenção para aquilo que realmente interessa ao capital: a terra e a renda a ser obtida de sua exploração.

A “tese” em questão nada mais é portanto do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. (ARANTES: 2002, 26)

³⁶ VIEIRA, Dalmo. Florianópolis: Síntese do Plano Diretor Participativo. IPUF/PMF. Florianópolis, 2013.

Primeiro ponto a ser ressaltado é a pretensão de fazer da cidade parte do conjunto das cidades conhecidas como globais, pois “é sua sina fazer diferença no mundo”. O segundo ponto é o de fazer da cidade uma referência brasileira de urbanismo, tendo a qualidade de vida de sua população resultado; e por fim os aspectos relacionados à questão ambiental e cultural, que soam mais como um elemento de marketing da unidade de negócios que se pretende fazer da cidade.

A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias (...) Mas sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos movimentos urbanos: incorporadores, corretores, banqueiros, etc. escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e promotores culturais [...] (ARANTES: 2002, p. 27)

E para embolar de vez as pretensões expressas no texto, Arantes lembra que “cidades mundiais demandam longos ciclos históricos de polarização sistêmica, não são geradas por pacotes de vantagens competitivas planejadas em agências de consultorias.” (ARANTES: 2002, pg 29)

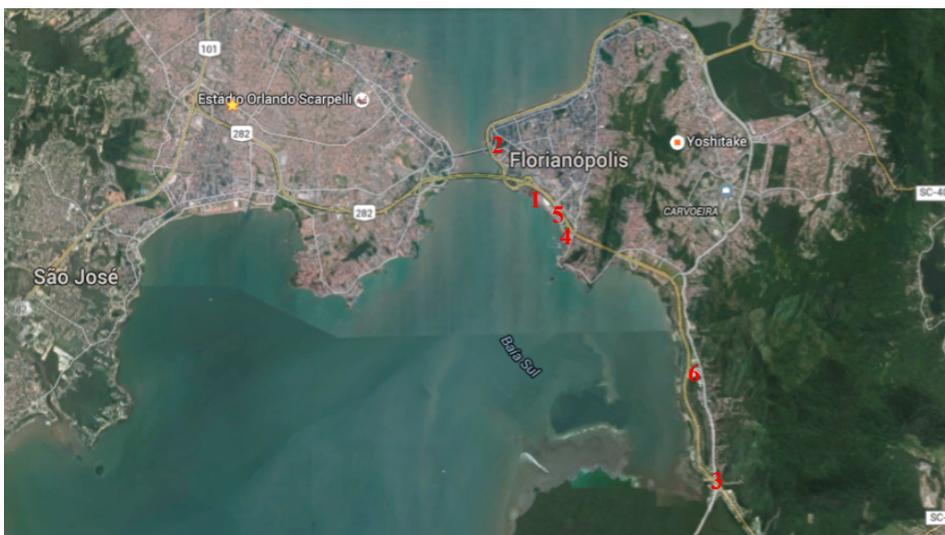
O texto que apresenta o Plano Diretor é sinuoso, divaga entre meras pretensões e estratégias. Rebuscado no trato daquilo que se entende como próprio da história da cidade, tanto da construída pelo homem, quanto da história natural. Embalado por um discurso de inovações que, vislumbra a cidade como um todo complexo, não passível de intervenções, fragmentada, típica do pensamento neoliberal, aparentando rechaçá-lo através de um conjunto de intervenções que

consolidaria uma integração com toda a região metropolitana através de novos canais comunicantes e revitalização dos já existentes.

Há um conjunto de intervenções. Elas estão presentes em quase todas as falas, de todos os segmentos da cidade que se reportam ao tema. Tais como a otimização do transporte de massa, investindo em infraestrutura que dê suporte a um modelo multimodal, com ênfase na questão náutica, vislumbrando “as necessidades cotidianas de habitação, trabalho, lazer e educação”; aborda o sistema viário da ilha como sendo um nó em si e, portanto, incompatível com uma quarta ponte e defendendo o não alargamento das vias, contendo o aprofundamento da ocupação comercial ao longo das principais vias da cidade, constituindo áreas de preservação ao setor habitacional e potencializando os aspectos paisagísticos e comunicantes nas/das mesmas.

Outros pontos do texto são controversos, mas plausíveis de serem debatidos, como o caso dos aterros da baía sul (1), da cabeceira das pontes (2) até o trevo da seta (3). Propõe tirar o sambódromo(4), deixando o desfile das escolas de samba em espaços temporários; deslocar o centro de convenção (5) para a expressa sul (6) e instalar no lugar a sede permanente da prefeitura, erguendo um “extraordinário complexo de lazer e negócios” com parques e edifícios, um “shopping a céu aberto”.(VIEIRA: 2013, pg 23).

Imagem – 10 – Intervenções nas OUC's centrais.



E há aqueles pontos que explicitam qual o viés que de fato determina o conteúdo da proposta e que se escamoteiam pela fraseologia pós-modernista. A começar pelo discurso de revitalização da cidade, do centro e da cultura da/na/para a cidade. Revitalização para segregar os tidos como indesejáveis; renovação para a comercialização e exploração de uma história a ser vendida para os turistas, que por ventura venham à cidade e queiram conhecê-la. Parte importante de um planejamento estratégico que pode, segundo Arantes, ser um eufemismo para gentrificação. (ARANTES: 2002, pg 31)

Um discurso de respeito à diversidade cultural presente na constituição do povo de desterro, que migra para a apologia ao multiculturalismo, como passe de mágica, como se possuíssem semelhanças conceituais, enevoando a conotação homogeneizante e hegemônica do segundo.

Na cidade “comunicante” (para alguns este é novo paradigma), a pluralidade acaba reduzida a *décor* cultural. Ao lado da tradicional especulação imobiliária, temos agora fisionomias urbanas definidas por uma nova estratégia empresarial que assumiu a função de estimular as “identidades locais”, através da criação de imagens enfáticas de um mundo higiênico e livre do fantasma da anomia social. (ARANTES:1998, pg 14)³⁷

Segundo o texto, a proposta de novas centralidades parte de uma visão metropolitana de planejamento urbano, onde os demais municípios serão chamados a debater soluções conjuntas para diversos problemas além da polaridade urbana, tais como: abastecimento de água, destinação de resíduos, mobilidade, densidade populacional, turismo, pesca artesanal, cabendo a este conjunto a busca de investimento para efetivar o proposto, contudo, isto se dará sob a coordenação da capital dos catarinenses.

Na perspectiva do executivo municipal, o estímulo para a constituição dessas novas centralidades será dado pela prefeitura, através do plano diretor. Estas serão planejadas para se tornarem mais inclusivas, “modelos menos segregados de organização territorial” (VIEIRA, 2013, pg. 23), contudo o que se tem assistido é o inverso em várias partes da cidade como com grandes áreas vazias à espera de

³⁷ ARANTES, Otília. Urbanismo em Fim de Linha. EdUSP. São Paulo, 1998.

empreendimentos imobiliários como a gleba em Ratoles, destinados à população de alta renda; ou o Jurerê Internacional e outras.

Segundo Vieira, no novo Plano Diretor será diminuído ao mínimo o número de categorias de uso do solo, mesclando no tecido urbano os usos e funções. Serão constituídas zonas mistas que também atendam aos que não podem arcar com todos os custos, contendo a verticalização que terão de comportar os modelos tradicionais de ocupação e que será destinada grande parcela do território para zonas predominantemente de moradia. Os bairros e distritos que comporão estas novas centralidades estarão sujeitos “aos aspectos do planejamento urbano da cidade” e todo o processo de densificação deverá ser dotado de transporte coletivo. A intenção presente no discurso é de fazer das centralidades espaços de convivência e integração. (VIEIRA: 2013, p. 24)

Mantendo o discurso, os gestores do município entendem que este modelo de organização do espaço facilita a execução dos diversos serviços fornecidos pelo Estado, tais como saneamento e abastecimento de água, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica e até a mobilidade. Será necessário, no entanto, que ocorra um processo de adaptação cultural e econômica aos novos preceitos.

Por fim, os dirigentes defendem que as regiões norte e continente possuam índices maiores de crescimento e as regiões leste, sul e a região central recuem seus índices, este processo sempre ocorreu de concentração dos investimentos para o norte insular, como se frisou nos itens 3.4 e 3.5. No texto são elencados alguns bairros e sugerido seus ritmos de crescimento, como se estes estivessem sob controle do gestor municipal.

À primeira vista o discurso é realmente inovador, inclusivo e com boas intenções. Ledo engano! Além de contemplar os interesses que permitiram a desordem que caracteriza a cidade, a tese de redução do número de categorias para adequar a cidade real e ideal, nada mais é do que uma anistia aos grandes especuladores e grileiros, que usam do estoque de terras como fator de pressão contra o poder público, elevando o preço do solo e inviabilizando investimentos de caráter mais plural e social

Do ponto de vista da formulação das leis, as novas centralidades terão nas áreas destinadas às Operações Urbanas Consorciadas, seus leitos de incubação, como também o serão as Áreas Urbanas Especiais. Contudo as OUCs, segundo FIX(2000), são comumente apresentadas como “fórmula mágica para viabilizar intervenções urbanas em tempos de crise fiscal do Estado”, contudo nada mais são do que a

materialização do pensamento único neoliberal encravado na cidade. (FIX, 2011. p. 55)

Na lei 482 de 17 de Janeiro de 2014 estão plasmadas ao todo 07 Áreas Prioritárias para Operações Urbanas consorciadas. São elas: OUC 01 – Distrito de Canasvieiras; OUC 02 – Distrito do Ribeirão da Ilha; OUC 03 – Distrito de Ratonés; OUC 04 – Continente; OUC 05 – Centro; OUC 06 - Aterro da Via Expressa Sul; OUC 07 – Saco dos Limões.

Peres & Andrade (2013) abordam outro aspecto relevante pertinente às OUCs e aos moldes com que elas veem sendo apresentadas à cidade, pelo viés da mobilidade urbana analisando a proposta de PD de 2010. A análise dos autores coadunam com a realidade atual do PD de Florianópolis e com o formulado no Floripa 2030, pois como está sendo tentado provar até então por este trabalhos, todas essas propostas pautam-se pelo conceito da multacentralidade, seu fortalecimento e expansão³⁸.

Os autores compreendem que mantida a proposta de mobilidade no formato que vem sendo desenvolvida, tendo o carro como centro ao invés do transporte público , aliando-a ao modelo de descentralização que vislumbra principalmente a parte insular da cidade e com base nas OUCs, o que será assistido é “um forte adensamento e concentração de edificações para o interior da ilha.”.

Implementar um sistema de mobilidade urbana que percorra toda a ilha , não se diferenciado os tipos e modalidades de modal e sem levar em conta o grau de adensamento pretendido, a multacentralidade de centros de serviço e habitação pode tornar-se multiconcentração de investimentos privados principalmente pela acessibilidade que permite a proposta de mobilidade do projeto. (PERES & ANDRADE: 2013, p. 215)

Há no meio acadêmico e entre os urbanistas, o debate sobre as tendências de tipologias das cidades contemporâneas, compreendendo-as como fenômenos urbanos. Uma delas segue a esteira do monocentrismo, quando a cidade se organiza em torno de apenas uma grande centro dinâmico, “sendo este de alta densidade, agregador de grandes edifícios, circundado por extensas rodovias” e a outra segue na

³⁸ Há na Lei 482/2013, que institui o Plano Diretor de Florianópolis, a figura das Áreas Urbanas Especiais – AUE. De princípio deveriam ser áreas destinadas exclusivamente públicas, contudo, que se pese o perfil do Bloco Hegemônico a frente da gestão municipal, as AUEs tendem a possuir o mesmo destino das OUCs e serem ocupadas por parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, através de PPPs.

linha das cidades policentristas, de fragmentação da cidade, sendo esta a tendência mais em voga no momento, permitindo inclusive que haja quem postule a existência de cidades sem centro. (LIMA: 2007, p. 54)³⁹

Arantes ensina que a forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações do conflito insolúvel entre o valor de uso e o valor de troca da “pseudomercadoria” solo. E é este paradoxo que o novo plano, pretensamente, tenta solucionar através do fortalecimento do modelo de póli/multicentralidade.

Por mais que seja um dos instrumentos urbanísticos presentes no estatuto da cidade e que tenha como função o estabelecimento de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, as OUCs, no Brasil, são apresentadas ao capital como arenas destinadas as suas inversões e que criam nas cidades “áreas em ampla competitividade, onde fatores como dinâmica econômica, empresas instaladas, ações de poder público e dos diferentes grupos sociais se tornam importantes pontos de superação e hegemonia dentro da área cidadina”. (LIMA: 2007, p. 54)

Implanta-se uma lógica anárquica de organização do espaço da cidade, onde o que passa a prevalecer é a capacidade competitiva da máquina urbana de crescimento. Competitividade entre as áreas demarcadas, da cidade com as demais que se dispõem a entrar na competição e conseqüentemente entre as pessoas que vivem nesta cidade competitiva. Ou seja, a pretensa proposta de solução do conflito entre o valor de uso e de troca presente no solo da cidade, na verdade reforça os mecanismos de mercantilização e produção do espaço enquanto mercadoria a ser trocada.

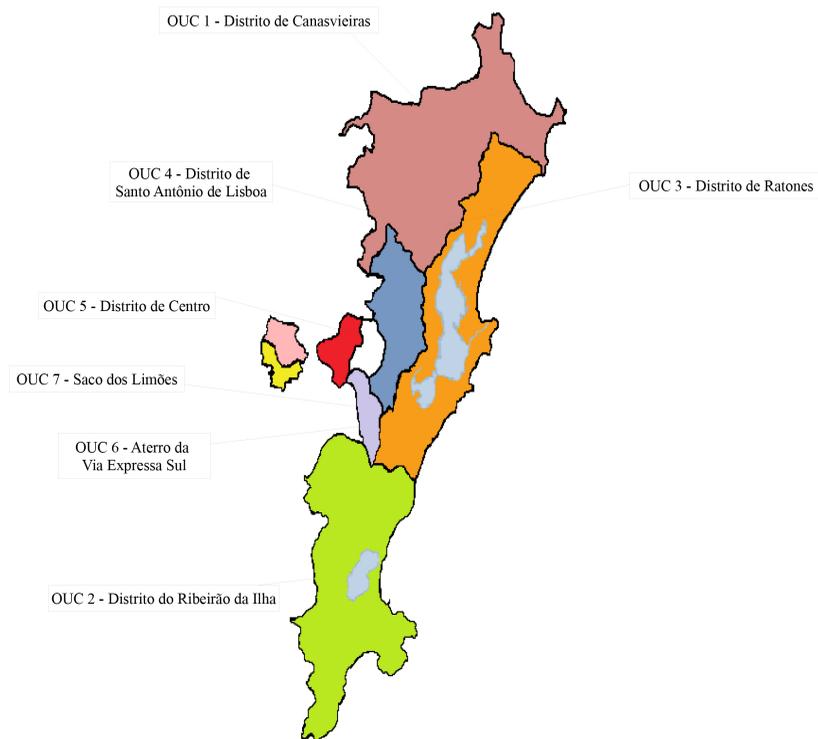
Trata-se de criar as condições para competir permanentemente, frente outras cidades, pelos investimentos de capital, tecnologia e competências, atração de novas indústrias e negócios, preços e qualidade dos produtos, serviços e atração de consumidores e força de trabalho qualificada. Essas tendências de intervenção tem se apropriado de visões pós-modernas, passando a ter na cultura e o marketing como elementos centrais na estratégia de

³⁹ LIMA, Elaine F.. Velhos centros, novas centralidades: política de enobrecimento urbano e usos do espaço público. Scientia Plena, Vol.3, Num5, 2007.

construção das condições, materiais e imateriais de competitividade. (MACHADO: 2008, p. 99)

Na essência o que este novo plano diretor traz, seguindo o formulado no Floripa 2030, é a criação dos mecanismos para que Florianópolis se engaje em boas condições na lógica da competitividade urbana. Já se convive na cidade, como já visto, com a valorização inflacionada do preço do espaço construído e do solo, contudo este processo que até o momento se dava de forma desordenada e amadora, precisa ser ordenado para que seja potencializado e este é o papel do Estado, no caso em questão, tem sido o papel da prefeitura de Florianópolis.

Mapa 4 - Operações Urbanas Consorciadas



A grande questão é que para uma cidade do porte da Florianópolis, média se for observada apenas suas fronteiras, mas que catalisa boa parte da responsabilidade dos rumos a serem tomados em

toda a região, o montante de investimento público necessário para que o projeto logre êxito não está facilmente disponível, ainda mais depois da crise global que afetou as estratégias de boa parte dos investidores privados e também das finanças públicas.

Segundo Hélio Bairros em entrevista concedida para este trabalho, os cálculos iniciais beiravam a 1 bilhão de reais em termos de obras públicas. Contudo para que o Estado capte este recurso, ele necessita ter contrapartidas suficientes que convençam aos emprestadores a liberarem os recursos e aos avalistas, no caso do Brasil, o Senado e o Governo Federal, de que o município terá como pagar. Além do mais este recurso precisa estar disponível, por um bom preço.

Sabe-se que desde 2007 há uma carência de liquidez no mercado internacional. O período batizado por Belluzzo de “grande moderação” perdurou de 2003 a 2007, quando o mundo viveu uma fase de inflação baixa, liquidez abundante e grande propensão ao risco por parte dos investidores internacionais. (BELLUZZO: 2009. p. 297)

Perseguindo este fluxo, como já dito anteriormente, em 2005 as grandes empresas imobiliárias brasileiras se lançaram no mercado de ações, abrindo seus ativos na bolsa de São Paulo, mas não lograram o êxito esperado, vendo seus ativos definharem já em 2007, antes mesmos da crise. Situação esta, somada com as medidas de salvaguarda partidas do Estado, paradoxalmente resguardaram as empresas e o país da grande tormenta de 2008. (FIX, ROYER, BELLUZZO).

Bem! Se era notório a fragilidade do mercado de crédito mundial; se a principal política pública de aporte ao setor imobiliário estava atrelada à habitação de interesse social e mesmo com incentivo estatal para o segmento de alto padrão, este passava por dificuldades nos grandes centros urbanos do país, com uma alta taxa de desocupação e administrando um movimento especulativo em torno do preço do m² construído, que chegou a causar um certo desconforto em parte do setor com o vislumbre de uma bolha similar à norte-americana, por que o poder público local perseguiu incansavelmente a possibilidade de implantar em Florianópolis um modelo de ocupação e produção do espaço que favoreceria a entrada da cidade neste circuito altamente contaminado?

A resposta é relativamente simples, o Capital. E esta foi dada, mas uma vez pelo representante do SINDUSCON Sindicato, Hélio Bairros quando questionado sobre as razões das multacentralidades ser um dos traços comuns a todas as propostas de planejamento urbano e de

plano diretor para a cidade desde 2006, ele diz que esta proposta partiu do SINDUSCON e que se sente orgulhoso dela.

Ou seja, o representante das empresas de construção da região da Grande Florianópolis, responsável pelo cálculo e divulgação do CUB – Custo Unitário Básico Médio, ratifica que é de interesse do capital local, que também segundo ele, esteve em busca de parcerias nacionais para intensificar os investimentos na cidade, o modelo de cidade que segrega pelo preço da terra e que se rende à especulação.

Certamente a constituição desse “consenso”⁴⁰, em que pese as atuais rugas em torno da lei de Plano Diretor aprovada em dezembro de 2013, é característica de um bloco de poder hegemônico, que exerce suas expectativas sobre a cidade, influenciando os agentes públicos e os cidadãos comuns, vislumbrando a conservação de sua posição na dinâmica de acumulação.

Essas expectativas conduzem toda percepção sobre a cidade e seu papel no cenário nacional e internacional. Justifica a criação de uma mítica em volta de seu povo, de sua cultura, de suas características naturais e de uma pretensa qualidade de vida esplanada por muitos, contudo vivida por poucos, conforme explanamos das p. 75 a p. 83 a respeito do processo segregador que vem ocorrendo em Florianópolis principalmente em sua parte insular. Ao contrário da suposta “Ilha da Magia” com os melhores IDH do país, contrastando com a condição de ser uma das cidades mais segregadoras.

Arantes entende este processo de construção da hegemonia como parte inerente à estratégia do marketing no planejamento. E se reporta a algo semelhante ter acontecido com a formulação do Plano Barcelona 2000, referindo-se à fala de um dos conselheiros da cidade ao afirmar que aquilo era necessário.

Apostar fortemente na autopromoção publicitária [...] explorar e potencializar aquelas características pelas quais a cidade é prontamente identificada [...] das gentrificações de praxe, às exortações cívicas, endereçadas aos atores urbanos, que de recalcitrantes se tornariam cada vez mais cooperativos em torno do objetivo comum do *city marketing* [...] desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua

⁴⁰ A tabela da página 66 deixa claro os que compõem as agremiações partidárias que representam os que constroem o consenso, entre si e com a “cidade” através de seus aparelhos propagadores do discurso hegemônico.

inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais. (ARANTES: 2002, p. 54)

No caso de Barcelona o separatismo, no caso de Florianópolis o apartheid social.

Gramsci conceitua a hegemonia como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, “mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. Gruppi compreende que para Gramsci a hegemonia tem que ser entendida “não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica” e continua “A hegemonia se realiza enquanto descobre mediações ligações com outras forças sociais, enquanto encontra vínculos também culturais e faz valer no campo da cultura as próprias posições” (GRUPPI: 1980, p. 63)

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise de ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI: 1980, 70)

É pela hegemonia que se pode compreender o esforço de uma classe que se diz responsável pela edificação da cidade, mas que a montou de acordo com seus planos há mais de um século com o aval da maioria de sua população.

Classe esta que vem segregando, grilando terras, explorando a força de trabalho menos organizada, seja a local ou a forâneos que aqui aporta, cultiva em seu povo um sentimento de docilidade, passividade e de afeição a um perfil de cidade idealizada, como se este fosse típico do verdadeiro Florianopolitano e que teve como grande vitória a consolidação e expansão da camada de mais alta renda da cidade.

6. CONCLUSÕES

O Floripa 2030 certamente é a mais completa proposta elaborada para a cidade pela camada de mais alta renda. A mais completa não por se a mais fundamentada técnica e politicamente, nem por ser a síntese dos anseios de toda a cidade, muito pelo contrário, mas por ter sido a mais bem sucedida. Ela nasce de um desejo de cidade formulado na década de 70 e 80 do século passado e que ganhou novos contornos políticos e ideológicos ao passar dos anos, adaptando-se à nova situação global que decorre da hegemonia do neoliberalismo, que é sintetizada pelo conceito de globalização e de sustentabilidade ambiental. E chega a 2014 sendo a espinha dorsal do Plano Diretor de Florianópolis.

O Floripa 2030 é resultado de anos de amadurecimento e de formulação de um projeto de cidade que atendesse aos interesses da elite Florianopolitana e assim que foi lançado, as forças que o constituíram souberam utilizá-lo como parâmetro para impor seu projeto à cidade. Seu conteúdo direta ou indiretamente fez parte dos discursos proferidos pela maioria dos que disputaram o comando do Passo Municipal e aquele que melhor o representou foi vitorioso. Foi assim no processo eleitoral de 2008 e no de 2012.

O trabalho que aqui se encerra procurou evidenciar que o Floripa 2030 é a expressão local e conjuntural de um movimento de longa duração próprio da camada de mais alta renda e que tem na promoção imobiliária o canal que conectará a cidade ao circuito mundial das cidades globais que, como afirmou o Secretário da SMDU, é a verdadeira vocação de Florianópolis.

No início do percurso feito até este momento, foram propostos alguns objetivos. Crê-se terem sido cumpridos, sendo que o principal deles foi: a partir dos documentos que compõem o Floripa 2030 destrinchá-lo a ponto de desnudar sua essência, desvendando as reais pretensões dos que o elaboraram e seu reflexo na produção e ocupação do espaço na cidade. Objetivou-se, de forma secundária, identificar o que nele era apenas uma retórica ideológica e o que era um projeto de cidade; identificar as tendências segregadoras de ocupação do espaço na cidade e o que do Floripa 2030 compõe o atual PD de Florianópolis.

A essência do Floripa 2030 é o de preparar a ilha para uma profunda transformação em suas características historicamente constituídas a ponto de torná-la aprazível a investidores internacionais. Ao propor o modelo de multacentralidades, usando-se dos artifícios das Operações Urbanas, pretende-se garantir a fragmentação da cidade em

áreas mercantilizáveis, ou seja, cada uma das partes seria alvo de um esforço para sua comercialização.

Garantindo padrões das tipologias construtivas, seria permitido o uso misto de determinadas áreas, mesclando de forma “ordenada” o comercial com o habitacional e o lazer, tendo ao centro grandes torres de escritórios, sendo radialmente cercadas por edificações com gabaritos menores e usos diferentes, até chegar a um modelo mais horizontalizado. Cada novo centro, disperso pela superfície de Florianópolis, receberia um ordenamento adequado aos interesses do investidor.

Cada centralidade seria planejada de forma a atender a maior parte das necessidades cotidianas da população que ali optasse em viver. Trabalho, lazer, educação, cultura e moradia, tudo perto e interligado por uma malha viária bem planejada, atendendo ao pedestre, ciclista e aqueles que optarem pelo transporte público, praticamente eliminando a necessidade cotidiana de carro. Para tal, a cidade via prefeitura, seria responsável, seguindo o novo modelo de gestão, por garantir os investimentos necessários que convenceriam os parceiros privados a aportarem seu capital naquela localidade que por ora esteja em evidência.

As diversas centralidades seriam interligadas por uma rede de grandes vias paisagisticamente planejadas, com um recuo em sua margem bem delimitado até que edificações comerciais possam ser erguidas. As vias respeitariam um modelo de duplo H, conforme exposto anteriormente e irrigados por um novo sistema de transporte público, multimodal. Tais premissas permitiriam que o fluxo de pessoas que optem por morar em Florianópolis cresça, sem que cause grandes congestionamentos na parte central da cidade.

A proposta em si, considerando os propósitos que buscam alcançar, é interessante! Contudo, há dois problemas que não parecem ter sido considerados: a elevação do preço do espaço construído a patamares limitadores e a indisponibilidade de recursos para que o Estado invista o montante necessário para que sua parte seja efetivada.

A questão é: esses fatores foram sim considerados e opções foram feitas. Optou-se pela segregação pelo sistema de preço, dificultando o acesso à ilha do contingente trabalhador e morador da cidade. Até mesmo a classe média, como categorizada pela FGV e descrita anteriormente, terá dificuldades em habitar na porção insular da cidade. O preço do metro quadrado construído em Florianópolis já está entre os mais caros do Brasil, como demonstrado pelo índice Fipe-Zap, já

limitando o acesso do cidadão trabalhador a morar na ilha. Situação identificada nos dados apresentados e analisados no quarto capítulo: Migração investimento, produção do espaço e organização espacial.

Neste capítulo uma série de dados demonstrou a forma como o Estado, seguindo a tendência histórica da cidade em privilegiar a camada de mais alta renda, destinou no período compreendido entre 1997 e 2004, ou seja nas gestões de Ângela Amim e a primeira de Dário Berger, a maioria de seus investimentos à região norte da porção insular de Florianópolis. Região que não por coincidência é a mais procurada por investidores imobiliários, como demonstrados nos dados referentes a demanda por projetos e conseqüentemente por grande parte da população de alta renda da cidade, situação demonstrada no item 4.3 e 4.4, quando são analisadas a variação populacional da cidade por localidade dos domicílios e destes por renda das famílias.

Somado a isso, identificar que a porção Continental da cidade é a região menos abastecida por investimentos públicos, permitiu compreender o porque que é ela, mesmo sendo a mais densa populacionalmente falando com cerca de 30% da população da cidade em apenas 3% de área, recebeu apenas 16% das demandas construtivas enquanto o Norte da ilha recebeu 51,27%, lá houve um decréscimo da população com rendimento acima de 10 SM na ordem de 60,36% e um crescimento na ordem de 38,22% de domicílio em que foi declarado por seus ocupantes perceberem renda entre 0 e 2 SM. O fato de que a maior parte das OUC e AUE estarem nas partes norte e leste insulares reforça este quadro de demandas construtivas e dos investimentos públicos.

Por mais que para a população de baixa renda haja políticas públicas do modelo do MCMV e PAC, entre outros, que vislumbram a alocação de habitação social em Zonas e/ou Áreas de Interesse Social, como mencionado, muitas vezes esses projetos são barrados. sendo alegado que o preço da terra na ilha não permite tais iniciativas, logo só resta à porção continental da cidade e aos municípios vizinho receberem tais empreendimentos, como foi demonstrado. No entanto não são apresentadas propostas que respondam aos impactos gerados pelo deslocamento, rumo ao continente, dessa grande parcela da população, em especial no tocante à geração de emprego, renda e mobilidade urbana, já que grande parte continua trabalhando na ilha. Essa questão do preço da terra na ilha, como fator inibidor de alocação de empreendimentos habitacionais de caráter social, certamente é merecedor de um tratamento mas aprofundado em outra pesquisa.

Quanto aos dados analisados sobre a alteração do zoneamento, promovida pelo bloco hegemônico no poder municipal, explícita a intensa relação (eufemisticamente falando) entre o poder público e os promotores imobiliários da cidade. Uma Prefeitura e uma Câmara Municipal que se propõem a repaginar a cidade através de intervenções aparentemente casuísticas no regramento urbano, em princípio merecem ser consideradas suspeitas, mas quando essas modificações são promovidas na sua quase totalidade, 96,6% por um único bloco político, sendo que 41,53% do total por apenas um único partido, pode-se concluir que o poder público local está a serviço do capital imobiliário, com isso entende-se que a cidade é refém desse Capital. Reforçando o caráter intencional das medidas executadas pela PMF e CMF no que diz respeito à segregação no curso na cidade.

Outra opção feita, mas essa com maior dificuldade em ser implantada por contradições presentes no bloco hegemônico da cidade, é a de gestão empresarial. Contudo é forte o anseio desse bloco para que a cidade seja vista pelo circuito mundial das finanças imobiliárias e para tal apostam na propaganda entorno das reais potencialidades ligadas ao turismo e às empresas de tecnologias instaladas na capital. No capítulo 02, ao apresentar o projeto de desenvolvimento presente no Floripa 2030, abordou-se que esse projeto transcendeu a condição de pretensão e passa a fazer parte da política cotidiana da cidade e a análise do discurso do atual PD evidencia tal tendência.

A economia criativa e do conhecimento e a cultura como parte de um novo modelo de desenvolvimento, tal como abordado anteriormente requer, aprioristicamente, um pacto entre todos os atores envolvidos, direta e indiretamente. Requer que o planejamento envolva a cidade e a perceba de forma integrada e integral. Que a diversidade que a constitui seja sistematizada e refletida em todo sua riqueza, em todos os aparelhos públicos e privados que venhas a ser construídos, ou seja diferente do que vem acontecendo em Florianópolis.

Mesmo aí, há barreiras à entrada e uma delas é a característica familiar e localista do segmento da construção civil florianopolitana, que não está disposto a ceder espaço pacificamente a investidores forâneos e muito menos a serem sócios menores nas parcerias que são formalizadas. Outra barreira é que após a crise dos subprimes em 2008, esse capital está cada vez mais avesso a riscos e não basta as poucas garantias expressas pelo poder público local, para que eles se sintam confiantes em aportar na ilha. Eles querem as condições concretas que

garantiriam o retorno de seus investimentos e a aprovação do Plano Diretor de 2013 foi um passo nesta direção.

A reestruturação imobiliária promovida pelo Capital (agentes imobiliários locais e forâneos) tem como um dos pilares a estabilidade jurídica, política econômica e social da localidade aonde os investimentos aportariam. Querem ter a certeza que poder local terá condições de realizar o cronograma de investimentos públicos dentro dos prazos difundidos e quer que a legislação local esteja adequada à flexibilidade que seus investimentos requerem, além da garantia dos ingredientes relacionados à qualidade de vida necessária a seus executivos, que irão operacionalizar daqui a aplicação dos recursos.

Também é importante que o arcabouço ideológico esteja preparado para suprimir toda e qualquer espécie de movimento social que se contraponha a este ideário, pois na mesma proporção que será intenso o processo de intervenção na cidade, tão intenso tende a ser a reação da população caso os aparelhos ideológicos não tenham sido anteriormente ajustados no sentido de controle das massas e da estabilidade social.

No processo de aprovação do atual Plano Diretor de 2013, pôde-se observar que o bloco hegemônico esteve disposto a resolver grande parte das exigências do Capital e colocar a cidade em condições de receber os parques recursos que ainda podem estar disponíveis no mercado global. Lançaram mão, de forma orgânica, de todos os instrumentos ideológicos que estavam disponíveis e sob controle do bloco, repetiram de forma uníssona o mesmo discurso: de que a cidade não poderia parar no tempo e que teria que se desenvolver. Foi pela mídia tradicional, pelos órgãos oficiais, pelos aparelhos tácitos e explícitos reprodutores e formadores de opinião, que se ouviu a mesma fala.

A força mobilizada para que lograssem sucesso só é percebido quando se olha em uma perspectiva histórica e compara o empenho empreendido em 2013 com o ocorrido anos antes. Quando a luta popular conseguiu se mobilizar e montar um processo relativamente democrático e apresentar propostas concretas ao PD, 2006; a resistência ao golpe dado pelo PMF em 2008 que desconsiderou o debatido anteriormente e desmontou o Núcleo Gestor; o Levante do Tac em 2010, quando a população deu uma resposta contundente a PMF, se negando a corroborar com a falsa audiência pública, montada para que se legitimasse a proposta elaborada pela CEPA, que conquistou a reorganização do Núcleo Gestor, em 2011.

E neste contexto, destaca-se a histórica luta entorno da Ponta do Coral é um dos símbolos dessa história. Referência de luta contra a expansão imobiliária e pela preservação do meio ambiente, paradoxalmente, para os promotores imobiliários, conseguir fazer valer ali suas intenções, servirá de exemplo de sua força e seu poder. Cada momento da contenda envolvendo a Ponta do Coral é preenchido por inúmeras falas que defendem que ali seja erguido um empreendimento que simbolize a “nova era” na qual a cidade está entrando, mesmo que para isso algumas leis sejam burladas.

Foi nesse aspecto que se viu qual o real projeto de cidade que está subjacente ao discurso. Uma cidade que está à venda, em partes ou no todo, depende de como o investidor queira. Porém essa negociação tem que ser boa para quase todas as partes, pelo menos para aquelas que estão diretamente envolvidas, a população pode ficar de fora.

O projeto de cidade defendido, prevê a ilha para os poucos que possuam condições de aqui viver, conviver e reproduzir-se, sem demandar políticas públicas dispendiosas e inútuas, do ponto de vista dos que comandam a cidade. É um projeto que tem como cerne o que está descrito no Floripa 2030, ao se referir sobre o cenário desejado: “crescimento moderado, direcionando o RESTANTE do aumento populacional esperado para o continente, com base em medidas de promoção, estímulo e acompanhado por investimento em infraestrutura e habitação social”.

Ora! O que define esse restante do aumento populacional? Como separar uma parte do todo? Como impedir que morem na ilha, os que assim desejam? A resposta é dada na mesma frase, ao dizer que haverá investimento em infraestrutura e habitação social, ou seja, quem tem que ficar de fora da ilha é quem precisa de incentivo “especial” ou políticas públicas de caráter social: a camada mais vulnerável da população, o trabalhador assalariado.

Essa tendência segregadora não é recente. Florianópolis já segrega sua população trabalhadora através de muitos mecanismos explícitos e tácitos, tais como: o deficiente transporte coletivo, o preço dos imóveis, pouco investimentos em habitação de interesse social, a qualidade dos serviços como saúde, segurança, saneamento, etc.

Porém, até então tais práticas não haviam recebido nenhuma espécie de ordenamento político ou jurídico, no entanto, o atual PD, aprovado depois de anos de muita luta entre o movimento social e os promotores imobiliários que comandam a PMF, teve como grande vitoriosa a camada de mais alta renda da cidade. Depois de anos

tentando organizar um instrumento jurídico que atendesse a todas suas demandas, enfim conseguiram. Para a grande maioria da população restou reorganizar-se no afã de pontualmente resistir aos impropérios que se seguirão.

Crê-se que os desafios que se erguerão para aqueles que ainda optarem por construir suas vidas em Florianópolis serão gigantescos, pois serão pautados por sua restrição orçamentária e capacidade de resiliência, perante à adversidade em viver numa cidade onde a maioria da população, por ser considerada parte do extrato inferior da sociedade, não está no centro do planejamento e das ações do poder público.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia B.F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: **ARANTES, Otilia B.F., VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Urbanismo em Fim de Linha.** EdUSP. São Paulo, 1998,

ARUGUETE, Natália. A crise capitalista também é de urbanização. Entrevista à Carta Maior, em 17/01/2011. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/-A-crise-capitalista-tambem-e-de-urbanizacao-/7/16219>>. Acessada em 25/11/2012.

AMORIM, Wagner V. Reestruturação imobiliária e reestruturação das cidades médias brasileiras: os exemplos de Londrina e Maringa – PR/Brasil. UNESP -Presidente Prudente. 2012.

_____. **Urbanismo em fim de linha. E Outros Estudos Sobre O Colapso Da Modernização Arquitetônica.** São Paulo: EDUSP, 1998.

ALBUQUERQUE, Maria Z.A. O espaço-mercadoria: objeto político e estratégico na reprodução do capital. Disponível em www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acessado em 22/01/2013.

BARBOSA, Gabriel B. et al. Tecnologia integrada às áreas para o desenvolvimento da cidades inteligentes. RESIGET/UNIFACF. v. 3, nº 01, 2013.

BARROS, José Márcio. A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão: por uma cultura de mudança. In: **BARROS, José Márcio (org.) As mediações da cultura: Arte, Processos e Cidadania.** Ed. PUC Minas. Belo Horizonte, 2009.

BARROSO, A. Sergio. Marx, teorias e crises do capitalismo contemporâneo: parte 1. Revista Princípio; nº 124, pg 77 a 83, São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

BELLUZZO, Luiz G. **Os Antecedentes da Tormenta: Origem da crise Global**. São Paulo. 3ed. UNESP, 2009.

_____. **O Capital e suas metamorfoses**. São Paulo. Edt. UNESP, 2012.

BOTELHO, Adriano. **Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil**. Disponível em <www.geografia.ffe.ch.usp.br/publicacoes.Pdf> Acessado em 12/02/2013.

CAMPANÁRIO, Paulo. **Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050)**. IPUF: Florianópolis, 2007.

CASTRO, Matheus F. **Capitalista Coletivo Ideal: O Estado e o Projeto Político de Desenvolvimento Nacional na Constituição de 1988**. Tese do Doutorado obtido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/.../265728.pdf?..>>

CÁRIO, Silvio A.F.[et al]. **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau. Nova Letras, 2008.

CARVALHO, Higor **A cidade como um canteiro de negócios: a produção da habitação e do espaço urbano pelos grandes promotores imobiliários no Brasil e na França**. O caso das aglomerações urbanas de São Paulo e de Paris. São Paulo FAUSP, 2011.

CHAUI, Marilena, 1981, O que é ideologia, São Paulo, Brasiliense, 2a. ed.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo. Editora Ática, 1989. 95p.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: O mito da cidade global**. Universidade de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2003. 336p.

FLICHTMAN, Guillermo. **Sobre a teoria da renda fundiária**. In: A renda do solo e o desenvolvimento agrário argentino. Mexico: Siglo veintiuno Editores, 1977.

FIX, Mariana. **A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo**. Cadernos de Urbanismo, n. 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo. Boi Tempo, 2007. 191p.

_____. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia/Unicamp. Campinas, 2011.

FLORIPAMANHÃ. **Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.floripa2030.com.br/>>. Acessado em 15 de agosto de 2010.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 3 ed. Graal. Rio de Janeiro, 1991.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annblume, 2005. 252p.

_____. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2011.

HILDEBRAND, Margaux. **“O programa minha casa minha vida e as repercussões na dinâmica socioespacial e sua inserção no contexto urbano na área conurbada de Florianópolis”**. PGAU/UFSC, dissertação defendida em Florianópolis, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. 3ed. 1975. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 343 p.

IRAZÁBAL, Clara. **Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo: Qual seu significado para a América Latina?** IN: Vitruvius, 019.3. Ano 2, dezembro de 2001. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821>>. Acessado em 21/08/2013.

IPUF- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Sínteses das Diretrizes do Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/?cms=etapa+conclusiva+pdp>>. Acessado em 16 de outubro de 2010.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LIMA, Clóvis R.M. et al.. Trabalho Imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva. In: Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Vol XIII, n.1, Ene. - Abril de 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/40/20>> Acessada em 20/11/2013.

LIMA, Elaine F.. Velhos centros, novas centralidades: política de enobrecimento urbano e usos do espaço público. Scientia Plena, v. 3, n. 5, 2007.

LINHARES, Lucas. Do Economicismo Moderno à Dialética Socioespacial. IN: R.B. Estudos Urbanos e Regionais v. 10, nº 01, Maio de 2008, p. 29 a 48.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, Rafaella. Trabalhadores do turismo em Florianópolis ameaçam a paralisar em dezembro. Notícias do Dia, 13/06/2013. Disponível em <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/78912-trabalhadores-do-turismo>>. Acessado em 20/12/2013.

MACHADO, Eduardo G.. Planejamento e agentes urbanos no Brasil. Revista Pensar, v.13, jan/jun. Fortaleza, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Supervisão Editorial: Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano C. Martorano. BoiTempo: São Paulo, 2007.

_____. O Capital. v. III, t.1e t.2. Abril Cultural. São Paulo, 1983.

MELAZZO, Everaldo S. **Dinâmica imobiliária e processos de estruturação interurbana em cidades de porte médio: hipóteses e propostas de trabalho.** ENG 2010. Porto Alegre, 2010.

MENDES, Luís. **O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação.** Disponível em <http://www.emetropolis.net/edicoes/n01_mai2010/e-metropolis_n01_artigo2.pdf>. Acessado em 01/08/2013.

MIOTO, Beatriz. **As migrações internas em Santa Catarina no período 2000 – 2007.** Anais da ANPEC 2008. Disponível em, <http://www.apec.unesc.net/III20EEC/sesoes_tematicas/Demografia/Artigo%201.doc>. Acessada em 07/07/2014

_____. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. IN: Revista NECAT - Ano 1, nº 1, p. 31-36. Florianópolis, 2012.

MIRANDA, Rogério. **Habitação popular e favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José.** Dissertação de Mestrado UFSC. Florianópolis, 2001.

MOTTA, Luana D. **A Questão da Habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.** Núcleo de Estudos Urbanos Na Margem, 2011.

OLIVEIRA, Marcelo F. **Uma Contribuição à Crítica das Arenas Multiuso em Santa Catarina, Estudo da Localização do Centro Multiuso em São José – SC.** Dissertação de Mestrado do PGAU-Cidades, UFSC. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.pgaucidade.ufsc.br/site/index.html>>. Acessada em 07 de novembro de 2010.

OLIVEIRA, Márcio P. **Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do o espaço metropolitano no Rio de Janeiro.** Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-51.htm>>

OURIQUES, H. R. . Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna". 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. v. 1. 150 p.

_____. Turismo em Santa Catarina: notas sobre o mercado de trabalho no setor. Cadernos de Economia (UNOESC), v. 21, p. 7-22, 2007.

_____. O desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá, v. Ano V, n. 61, p. 01-06, 2006.

PEREIRA, Moacir. Inovar é preciso. IN: INOVA@SC. Disponível em < www.inovasc.org.br/inovacao/inovar-e-preciso/> Acessado em 11/12/2012.

PEREIRA, Paulo. **Negócios Imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina.** São Paulo. FaUSP, 2011.

PEREIRA, Paulo. **Negócios Imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina.** São Paulo. Fausp, 2011, 368p.

PERES, Lino F. B., ANDRADE Jr. , Manoel A. C.. Para além da retórica oficial, o que realmente é formulado? In: PERES, Arlis B. et al.. Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis. EdUFSC. Florianópolis, 2013.

PIMENTA, Luiz H. F. . **Reserva da Biosfera Urbana e o Plano Diretor de Florianópolis.** In: PERES, Arlis B. et al.. Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis. EdUFSC. Florianópolis, 2013.

PIMENTA, Margareth C. A.. **O Plano Diretor e a construção do espaço social em Florianópolis.** IN: PERES, Arlis B. et al.. **Reconstruindo Paisagens: desafios socioespaciais para a Grande Florianópolis.** EdUFSC. Florianópolis, 2013.

REIS, Ana C.F. IN: Economia criativa : como estratégia de desenvolvimento : uma visão dos países em desenvolvimento / organização Ana Carla Fonseca Reis. – São Paulo : Itáú Cultural, 2008.

RIZZO, Paulo M. B.: O Planejamento Urbano no Contexto da Globalização: Caso do Plano. Diretor do Campeche em Florianópolis, Santa Catarina. Disponível in: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101054>>. Acessada em 20/06/2014

REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1982.

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da Política Habitacional: Limites e perspectivas. FAUSP. São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. Economia Espacial: Críticas e Alternativas. 2ª ed. EdUsp. São Paulo, 2003.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** 12ª. edição. Ed. Record: São Paulo, 2005.

SILVA, Gilcéia P. A. O discurso do modelo no contexto local: parquestecnológicos e projetos urbanos. IN: Simpósio a arquitetura da cidade nas Américas. Diálogos contemporâneos entre o local e o global, 52 . ICA: Sevilha, 2006 .

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **MARICATTO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (da cidade) no Brasil Industrial.** 2ed. Editora Aslfa Omega. São Paulo, 1982. 167p.

SILVA, Gilcéia Pesce do Amaral e. O discurso do modelo no contexto local: parques tecnológicos e projetos urbanos. IN: Simpósio a arquitetura da cidade nas Américas. Diálogos contemporâneos entre o local e o global, 52 . ICA: Sevilha, 2006

SOUZA, Jessica P. , SUGAI, Maria I. Um Plano Modernista para Florianópolis. IN: 8º Seminário DOCOMOMO/Brasil Rio de Janeiro, de 01 a 04 de setembro de 2009. Disponível em : <<http://www.docomomo.org.br>>. Acessado em 18 de novembro de 2010.

SOUZA, Marcelo L. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. Ática. São Paulo, 1996.

SOUZA, Renildo. **Dominação global, neoliberal, e financeira.** Revista Princípios; nº 108, São Paulo: Anita Garibaldi, 2008.

SQUERA, Jorge Rebollo. Índices de ocupação de praias e densidade populacional: caso da ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1994.

_____. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis.** Tese de Doutorado. FAU-USP, 2002.

_____. **Há favelas e pobreza na Ilha da Magia?** In: **ABRAMO, P. Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras.** Coleção Habitare/FINEP. Porto Alegre, 2009.

TEIXEIRA, J. P. e SILVA, J. E. **O futuro da Cidade. A Discussão Pública do Plano Diretor.** Florianópolis. Florianópolis, CECCA/Instituto Cidade Futura, 1999.

UNESCO, MAB. **Urban Biosphere Reserves in the context of the Statutory Framework and the Seville Strategy for the World Network of Biosphere Reserves** . Paris, Outubro de 2004.

VIEIRA, Dalmo. **Florianópolis: Síntese do Plano Diretor Participativo.** IPUF/PMF. Florianópolis, 2013.

VIEIRA, Sheila. **A indústria de alta tecnologia em Florianópolis.** Dissertação Mestrado. Florianópolis. PPGE/UFSC, 1995.

VILLÇA, Flávio. **Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira,** IN: VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997.

Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p2.html>.
Acessado em 18 de novembro de 2010.

_____. **Metodologia de Pesquisa**. PUC-Campinas, 1997.
Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p2.html>
Acessado em 10 de novembro de 2010.

_____. **Espaços intra-urbanos no Brasil**. 2 Edição. Studio Nobel:FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 295pág.

YÚDICE, Geoge. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Tradução de Marie-Anne Kremer. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2004

ZOUAIN, Desirée Moraes. **Parques Tecnológico: Propondo um modelo conceitual para regiões urbanas: o parque tecnológico de São Paulo**. IPEN/USP. São Paulo, 2003.

APÊNDICE 1 - Entrevista com Elizenia Prado Becker, Presidente do Floripa Amanhã.

1. Como e porque surgiu o Floripa 2030 e sua relação com o papel do Floripa Amanhã para a cidade? Ele é síntese do que a entidade pensa para Florianópolis?
2. Nos diversos temas que o Floripa Amanhã debate com a cidade, o Planejamento Estratégico (Floripa 2030 usa a SWOT - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) se faz presente, seja na questão urbanística, ambiental e de inovação. O uso desta ferramenta se dá por entenderem que ela consegue contemplar toda a diversidade de opiniões presente nos debates e anseios de um organismo tão complexo quanto uma cidade, sistematizando-os, ou por que ela permite ao longo de sua aplicação orientar esta diversidade para um ponto convergente, anteriormente vislumbrado?
3. O Floripa 2030 se apresenta como sendo a resposta necessária, ao fluxo inexorável de novos habitantes à cidade. Fluxo este decorrente das características atratoras de Florianópolis. Porém, propõe um sistema de organização urbana que paradoxalmente potencializa estas características. Como então minimizar as consequências deste previsto impacto demográfico na já frágil capacidade de carga da ilha?
4. A CEPA já possuía um histórico de debates cerca das RBUs e de implantação de propostas urbanística (Nuevo Leon 2030, México, 2010), sendo que boa parte inspirada em modelos Europeus, tendo Barcelona como sua principal referência. Como a Sra entende que esses modelos possam ser adaptados a Florianópolis, já que possuímos aspectos próprios e distintos da realidade daquelas cidades?
5. Na formulação do Floripa 2030 qual o papel e o empenho das instâncias governamentais, GSC e PMF?
6. O Floripa 2030 inspirou nitidamente a proposta de PD apresentada pelo Prefeito Dário em 2010. Porém houve contratempos e o projeto não foi encaminhado a tempo. Em 2013 o Prefeito Cezar apresentou

uma outra proposta de PD e mesmo com contratempos esta foi aprovada pela câmara, mas ainda não entrou em vigor. O que do Floripa 2030 está na proposta de 2013 e o que não está? Quais foram os prejuízos e os ganhos para a cidade neste processo?

7. A nossa câmara possui um histórico de alteração de zoneamento feito sem critérios e que na sua grande maioria reduz as áreas verdes e de lazer, segundo levantamento feito por mim, foram 166 alterações em 12 anos. Além disto, legitima a abertura irregular de ruas, foram 500 desde 2007, segundo levantamento feito pela Floripa Amanhã. As emendas apresentadas pelos legisladores ao PD de 2013, seguem a mesma lógica. Como a Sra crê que a se possa conter, ou redirecionar esta cultura presente em nossa casa legislativa?
8. A quem avalie o PD aprovado em 2013 com sendo satisfatório por apresentar mecanismos de contenção a verticalização e ao inchaço da cidade. A aqueles que creem que os mesmos sejam uma contenção do crescimento e desenvolvimento de Florianópolis. Como a Sra. entende esta contenda e como poderemos chegar a um entendimento para que se destrave o nosso plano?
9. Das 84 entidades que participaram do momento inicial da formulação do Floripa 2030, quantas delas e quais ainda se fazem presentes no cotidiano do debate sobre o futuro da cidade, tendo o documento como referência? É possível diagnosticar isso?
10. Em boa parte dos documentos que o Floripa Amanhã divulga sobre o PD e sobre as necessárias intervenções na cidade é expressamente colocado a necessidade de participação da população na construção das soluções. Porém é perene a crítica feita a PMF de que não respeitou os espaços de troca de saberes e as opiniões dos diretamente interessados, a população, tendo como consequência disso o imbróglia jurídico que cerca o processo de constituição do PD. Como o Floripa Amanhã enxerga esta prática do poder público local e quais as ações que veem tomando para superar tal contradição?

Respostas

Pergunta 1 - Na verdade o floripa2030 surgiu de um grupo de trabalho que vinha discutindo a cidade de forma segmentada. Discutia-se

educação, cultura, mobilidade e se percebia que há muitos anos não se tinha uma visão de futuro para a cidade. Então, este grupo decidiu se reunir e agregar todas as outras pessoas e entidades que fazem parte do documento, para pensar a cidade hoje e visualizar o futuro. Tendo como base o estudo demográfico, de densidade demográfica que o IPUF tinha recém-feito. E como nós percebemos que em 2030 esta população vai dobrar, não só a população residente como também a população flutuante. A flutuante também não é só o turista, é o turista, a pessoa que vem trabalhar aqui, são as pessoas que vêm do estado inteiro nos órgãos do poder público e principalmente as pessoas que vem em busca de saúde, pois aqui temos os hospitais de referência. Então, nós temos uma população flutuante muito grande. Daí que vem os problemas de mobilidade, abastecimento de energia, rede de esgoto de saneamento, enfim, principalmente de resíduos sólidos. Com todas essas necessidades, foi então que este grupo disse assim – agora é hora de a gente pensar Florianópolis até 2030, ou seja agora já está na hora de pensarmos 2050.

Pergunta 2: Não tenha dúvida que juntar todos os setores, todos os segmentos e todos os seus atores com objetivo único: de crescimento sustentável. Se eu não estudo a cidade hoje e se eu não planejo o futuro, usando todos os seus atores respeitando – quando eu digo “chegar junto”, não significa que eu tenha que unificar esta cidade. Tenho que respeitar as culturas locais, que isso é muito importante; trabalhar as centralidades, quer dizer: começar a trabalhar a mobilidade, mas sempre visando o futuro e integrar, para que no chegemos todos juntos e bem.

(Intervenção do entrevistador: Quer dizer que o planejamento é uma ferramenta de síntese?)

- De síntese. Indispensável e de síntese! Não tem como eu trabalhar uma cidade, uma região, ou um país se eu não juntar as peças. Sabe quando eu vou fazer quebra cabeça? Eu preciso de diversas peças para montar aquela figura! Se eu for levar aquelas peças individualmente, eu não sei como eu vou chegar lá depois! Será que vou conseguir juntar depois? Eu não acredito.

(Intervenção do entrevistador: eu identifiquei que a ferramenta usada foi a SWOT, ou a Fofa. Está correto isto? Pois não está expresso no documento?)

- Exato! O que acontece: a metodologia adotada foi estudar os conflitos e as potencialidades. Depois de estudar isso. Por exemplo: pra Florianópolis, ou para a região da grande Florianópolis, o turismo é um conflito, ou uma potencialidade? O que você acha? Ele é um conflito. Infelizmente ele é um conflito. Mas olha só a disparidade: ele é um conflito gerador de renda. O que eu preciso fazer? Avaliar estes conflitos, ou seja, este conflito e verificar quais os benefícios que ele vai trazer para a região e para a cidade. Bom! Este conflito para nós é importante. Porque ele traz renda, ele gera emprego, ele traz lazer, qualidade de vida, etc. Eu preciso transformar isso em potencialidade. De que maneira? Melhorando a infraestrutura básica; estimulando o morador da cidade a receber bem o turista; estimulando a capacitação de quem trabalha no turismo. Eu passo a transformar isso em potencialidade. Mas para isso eu preciso trabalhar todos aqueles eixos que estão discutidos no 2030. E para isso é preciso fazer uma série de diagnósticos, para depois cada segmento trabalhar os seus conflitos. Entres estes conflitos, ou outras potencialidades. Aquilo que se pensa potencialidade pode não ser. É preciso avaliar toda a parte náutica. Será que tem todo este potencial que a gente descreve? De que maneira essa estrutura náutica, que a gente busca no planejamento não vai prejudicar o meio ambiente? Então eu preciso ver essas potencialidades, medir e assim fazer. Esta foi a metodologia que na época consideramos muito competente para o nosso tipo de vida, principalmente para respeitas as individualidades e a diversidade. Temos uma diversidade de cultura muito rica. Você está nos ingleses, extremamente desenvolvida, que é um tipo de centralidade, daqui a pouco você vai a Santo Antônio, no Ribeirão da Ilha, vai na costa da lagoa. Tudo bem bucólico. Esta riqueza não é qualquer lugar que tem.

Pergunta 3: Foi feito um estudo de capacidade de carga pela FAPEU e neste diz que ainda temos uma boa capacidade para chegar a 800 mil habitantes residentes em Florianópolis. Desde que eu tenha bem claro em que setor eu preciso crescer, aonde eu posso adensar, aonde eu não devo adensar para não destruir o meio ambiente. O 2030 diz o seguinte: hoje nós ocupamos um X de hectares e preservamos 50% de nossa área. Se eu conseguir fazer estas centralidades, esta concentração aonde eu possa levar esta infraestrutura adequada, desde a mobilidade, saneamento básico, etc. Eu vou ocupar 34 mil hectares e vou ter quase 80% da ilha preservada. O planejamento urbano entra muito forte nesta estratégia porque eu preciso definir

aonde eu pode e deve adensar e aonde não pode e não deve. Com isso e olhe que eu faço planejamento, como falamos anteriormente para saber aonde eu quero chegar, vou baratear todos os custos em infraestrutura, a rede de esgoto precisa se ramificar demais, a mobilidade é um problema. Todo mundo fala em modal x, modal y. É VLT, BRT, Teleférico, mas antes disto é básico a distribuição adequada do solo. Na hora que eu distribua adequadamente eu vou definir os eixos. Principalmente em Florianópolis que tem uma geografia complicada, então tem lugares, morros aonde sobem os ônibus. Poderiam ser micro ônibus que passariam e não atrapalhariam tanto o tráfico, que dariam mais agilidade. Hoje tem pesquisa sobre a BR101, pois trabalhamos também com a questão da alça de contorno, que diz o seguinte: a alça vai tirar 18 mil veículos pesados da BR101, parece pouco, só que 1 caminhão equivale a dez carros.

(Intervenção do entrevistador: uma coisa que chama a atenção no Floripa 2030 é a escala com que ele se propõe, e o montante de recursos ao longo dos anos tem como consequência a valorização do solo da cidade. Com isso, mesmo que involuntariamente, não estaríamos dificultando o acesso a ilha de moradores pertencentes a uma faixa de renda, que não consiga ter acesso à terra, obrigando os outros municípios a absorverem este contingente populacional?)

- Por isso a importância da região metropolitana e da integração dos municípios da região. Tem certos passos no mundo, como tem em Paris, Cannes, Saint Tropez. Que foram regiões que foram supervalorizadas exatamente por aquilo que tu falaste. Hoje não dá mais para ter residências com o custo mais baixo na ilha. Eu preciso estimular o crescimento do continente, para me dar este equilíbrio. Isso não é anormal! Desde que eu crie este equilíbrio no continente, se possível nos municípios vizinhos. Levando grandes empreendimentos, estimulando o crescimento, lá também, para me dar esta base. Eu não posso fechar a cidade e desmanchar o que já está construído. Posso pensar daqui para frente, não deixar as ocupações irregulares continuarem, as de qualquer nível social – isto é muito sério. Não dar para deixar de pensar seriamente no transporte coletivo. O mundo inteiro vive este conflito, isso não é privilégio só de Florianópolis. Nos melhores países! A mobilidade se inicia pela distribuição adequada do solo e políticas públicas. Não dá mais para

estimular a compra de veículo particular, sem estimular o empresário a investir no transporte público como contrapartida. O que falta a nosso país hoje é fazer o que a Floripa Amanhã está tentando fazer. Vamos pensar no amanhã, para ver o que a gente tem resolver hoje. Como a gente pode iniciar isso? Já se chegou à conclusão que para se crescer de forma sustentável temos de fazer diversas ações que estão pensadas aqui. E infelizmente uma das políticas é diminuir o transporte individual e investir no transporte público.

(Intervenção do entrevistador: A Sra. levantou o quão importante é o investimento público na região continental. Fiz um levantamento pegando todos os investimentos públicos (prefeitura, governo do Estado) e detectamos que 48% dos investimentos na cidade de Florianópolis é destinado ao norte da Ilha. Isso estaria ligado àquele esforço do Floripa 2030 que a Sra. Levantou, de que o poder público tenta levar e pensar planejadamente a cidade?)

- Exatamente. Quando eu não planejo, vejo que de repente a população levou o crescimento para aquele lugar, ai eu tenho que sair correndo, acudindo e desapropriando para poder fazer uma rede de esgoto ou duplicar alguma rodovia. Se eu já tivesse planejado antes, não teria o crescimento desordenado que tem no Campeche hoje. Não precisava aqueles loteamentos tão espalhados que encarece para ter uma creche, uma escola, para levar ônibus até o final da rua que muitas vezes tem pouca população, ai o empresário não quer porque não justifica economicamente esse ônibus ir até lá. Se eu tivesse planejado antes e adensado um pouco mais, não teria que sair correndo atrás do prejuízo, que é o crescimento desesperado que está o norte, ainda pouco acudido pelo empresário que tem feito alguma infraestrutura e outro pouco o que a prefeitura e o poder público está tentando fazer, que é agora com todo esse sufoco, inclusive perdendo turistas com a duplicação do acesso aos Ingleses, podia estar pronto há muito tempo, por incompetência de gestão. A legislação das licitações está destruindo o país, porque faz com que uma “Espaço Aberto” ganha 6 propostas e não executa nenhuma. Faltou o que? Planejamento, visão de crescimento demográfico. O gráfico está aqui, o estudo foi feito pela Prefeitura, só que não é usado.

(Intervenção do entrevistador: Ainda estamos na era do improviso. A Sra. tocou num ponto que vou antecipar uma pergunta.

Caindo na questão do imprevisto, a nossa Câmara possui um histórico de alteração de zoneamento sem critérios, que na sua grande maioria reduz as áreas verdes e de lazer... Pergunta 7)

Pergunta 7: Primeiro, o ex-Plano Diretor já estava muito desatualizado para a realidade do crescimento (o de 1997). Se nós tivéssemos gestores públicos com visão de planejamento e de economia, eles teriam feito uma revisão do Plano e definido aonde daria para fazer alguma emenda ou não. Você sabe, quando a gente faz um planejamento estratégico, com certeza tem que ser readequado pelo crescimento ou por uma intempérie ou por uma, sei lá, qualquer outra coisa que pode acontecer, vem os planos de contingência. É normal em administração, em planejamento. Mas olha só, o normal não é contingência, não é fazer as emendas de acordo com a minha necessidade. Foi absurdo o que fizeram! O atual Plano Diretor cometeu um grave erro de ir para a Câmara antes de estar completamente pronto. Ele precisava ter tido mais um ajuste. Acho que é um Plano bom, é bem restritivo, existe diversas críticas em relação ao Plano, principalmente do setor econômico, porque ele restringe um pouco, mas acho que está na hora de restringir um pouco mesmo. Portanto, ele não estava completamente pronto. Isso fez com que o prefeito imediatamente fizesse emendas para ajustar e a bancada também se sentiu no direito de fazer essas emendas. Errado, erradíssimo! Se tivesse feito com bastante antecedência, pensando em que local precisava crescer ou que já está crescendo, hoje não tem muito o que planejar porque já está a olhos vistos, não teria acontecido isso. É lamentável que ele já vá para a Câmara com tantas emendas. E ainda vai mais no final do ano, tá?

Pergunta 4: Na verdade, as Reservas de Biosfera são reconhecidas pela UNESCO no mundo inteiro (São Paulo tem o cinturão verde, etc.) Estive, inclusive, num evento no México, onde fui apresentar o Floripa 2030 estavam, se não me engano, 22 países. Realmente, Florianópolis, qual era a metodologia que a Fundação CEPA adotou? A RBU era uma metodologia de classificação do solo, moderna, que a UNESCO (2004 – 2005) usa no mundo inteiro, e a UNESCO adotou a idéia de que Florianópolis teria todas as condições de ser a primeira cidade no mundo a ter essa mesma RBU. De forma que o homem pudesse conversar com a natureza e com a biosfera sem agredi-la, ao contrário, preservando, criando os cinturões de preservação, criando os grandes parques (que até hoje nenhum saiu

do papel), jardim botânico. Valorizando todas as espécies da biosfera, tanto animal quanto flora e etc, mostrando quem nem só preservar, ou melhor, RESERVAR, preserva. Às vezes eu preciso ocupar para ajudar a preservar. Infelizmente, diversos projetos aqui foram feitos com a RBU, a UFSC por exemplo, era parceira. O Sapiens parque foi todo planejado em cima da metodologia da RBU e não agrediu nada ao Meio Ambiente, ao contrário. O que a gente fica muito triste é quando quer ter uma cidade criativa, inovadora, tentando mostrar para o mundo que eu posso fazer algo diferente, preservando e reservando o que eu tenho de bom, não temos gestores com essa visão e não quiseram realmente absorver. Mas a Floripa Amanhã não desistiu ainda não, tá? Tudo é uma grande guerra política, inclusive, do MMA com o governo do Estado que aprovou o Plano florestal e ambiental e aí teve guerra política partidária que não deixou avançar.

(Intervenção do entrevistador: Quando cita o modelo de Barcelona, tem um... Barcelona é notoriamente conhecida justamente por ser diversa culturalmente e por, naquele processo da década de 90 ter conseguido numa lógica multicentralizada, como também a proposta do Floripa 2030 e como a CEPA propõe em algumas outras cidades (e como diversos urbanistas no mundo inteiro estão propondo) é uma lógica que permeia e que estas multicentralidades elas se interconectam por vias rápidas e outros mecanismos de mobilidade. Porém, discute-se um termo que apresente e que no Floripa 2030 não é aprofundado, mas está no atual Plano Diretor, que é ao se trabalhar a diversidade cultural, histórica como a Sra. Bem levantou, buscar a multiculturalidade, através destas multicentralidades. A questão é: segundo o conceito de multiculturalidade nós estaríamos fazendo daquilo que é próprio da cultura “manezinha” (a pesca, o pirão, a renda) como parte de agregação de valor a um produto que seria o turismo e não potencializando enquanto diversidade?)

- Nós já estamos perdendo uma característica que são os nossos traços típicos, como o pirão, o peixe frito, a sequência de camarão... é uma coisa muito pequena, mas que precisa ser resgatada urgentemente. Nós estamos trabalhando há dois anos numa certificação junto à UNESCO, chamada “Cidade UNESCO na gastronomia”, só existem 4 no mundo, Florianópolis é a quinta candidata. Já nos candidatamos

no ano passado, já recebemos o “ok” da candidatura, já fizemos todo o trabalho, já mandamos para a UNESCO e até Novembro eles devem vir aqui para trazer a certificação e claro, verificar se tudo que eu falei é verdadeiro! Isso é uma forma do resgate cultural e a manutenção de uma cidade criativa, que busca esse resgate para que ele não se perca e que também não fique só em gueto. Queremos que não se perca, que todos tenham acesso, mas que tenha aquela referência que Santo Antônio tem a via gastronômica, que Ingleses é uma centralidade, etc.

Pergunta 5: O governo na época foi fundamental. Luiz Henrique tinha uma visão a longo prazo, tanto que através do FunTurismo ajudou a patrocinar, reuniu o grupo de empresários que consta aqui, que também ajudaram financeiramente, e a prefeitura ajudou com diversos materiais, principalmente os técnicos. Porque todas as pessoas que estavam aqui eram técnicos. Fui em diversos órgãos públicos dizendo o seguinte: “Senhor presidente: o senhor pode ir na abertura das oficinas, ver os objetivos e depois, por favor, deixe o seu técnico.” O que a gente queria é que saísse um trabalho que mesmo que os anos fossem passando ele servisse sempre de base e conteúdo para outros trabalhos. Isso tem acontecido bastante. Por isso que ele deixou muito claro: não é um estudo político e muito menos partidário. É um estudo da cidade, feito pela cidade, por 158 técnicos, com o objetivo de deixar um histórico, porque hoje ele é futuro, daqui a pouco ele passa a ser um histórico. Então a participação pública foi muito importante, difícil de convencer alguns setores de que tinha que mandar os técnicos, na oficina seguinte a gente ia de novo: “precisamos de técnicos da CASAN, da CELESC, do DETER...” Mas vieram e depois que se integraram acho que a metodologia foi boa. A Fundação CEPA, você mesmo falou no começo, tem no-hall, tem conhecimento, tem conteúdo, acho que foi um grande trabalho.

Pergunta 9: A gente conseguiu criar uma cultura de conversa, que não se tinha. Sempre que nós queremos discutir qualquer assunto: mobilidade, planejamento urbano, ou a parte cultural, que agora tem o projeto da gastronomia, sempre a gente busca os parceiros daquele setor, muitos do poder público como o SEBRAE, os órgãos municipais, estaduais e muitos federais, sempre estão dispostos. O que a gente percebe é que falta gestão destes trabalhos. Ele tem tido sim uma participação muito boa, o Floripa Amanhã não pode se

queixar. O Floripa 2030 continua sendo um agregador. Para você ter uma ideia, no ano passado a gente resolveu reunir 30 técnicos para discutir um pouco “a cidade que queríamos”, digamos assim, se a gente queria com grandes transportes públicos ou se não queria, mais ou menos o que a gente queria. E conseguimos. A gente passou o dia inteiro no Costão do Santinho, bem longe pra ninguém fugir no meio e tal. De repente tivemos problemas porque vieram diversos órgãos (veio gente do BNDES do Rio, do PLAMOS aqui do SDR, da Secretaria da Educação) que queriam inscrição e já não tinha mais espaço. Acabamos trabalhando com 70 pessoas. Ai um grupo que era muito grande e se elegeu mobilidade, que aquele grupo seria um cobrador das ações de mobilidade do poder público e da iniciativa privada e ali tinham todos os órgãos municipais, estaduais e federais e arquitetos e urbanistas voluntários (a gente convida as entidades IADEA, DEIA, CORECON, CREA para montar esse trabalho e a gente não ter dificuldade nenhuma. Hoje qualquer segmento que nós vamos discutir, o poder público e o gestor que está naquele momento não dá a devida sequência.

(Intervenção do entrevistador: A senhora então percebe que na cidade, nas ações destas entidades, tem ali, digamos que subjetivamente orientando as ações, de pensar aquilo que o Floripa 2030 se propõe que é justamente estar ordenando esse planejamento?)

- Tem, eu tenho percebido. Porque quando eu repito que tinham técnicos, os técnicos absorveram isso. (O papel dos técnicos). Era o que a gente queria, porque o político passa, o técnico está ali. Esse livro aqui, por exemplo, é muito usado nas Universidades. (Floripa de frente pro mar, resgate da orla). Na parte do discurso de arquitetura e urbanismo, todas as universidades têm usado. Muitos alunos já fizeram trabalho de graduação ou de pós-graduação e mestrado. Inclusive, até já teve uma Universidade do Rio Grande do Sul que uma pessoa fez doutorado sobre isso.

(É preservação da história)

- Às vezes alguém pode até questionar: porque fizemos uma encadernação, por exemplo, dos estudos sobre o Plano Diretor? A profa. Dora, que é da UFSC especialista em mobilidade, já é aposentada, mas quando eu a convidei para dar um parecer sobre o

PD ela disse: “Ah, eu não tenho tempo... dessa vez eu vou, mas não tenho muito tempo”. Quando nós terminamos o trabalho, fizemos o lançamento e ela deu um depoimento extraordinário, ela disse: “Eu vou arrumar tempo! Porque aqui eu vi técnico trabalhando, que produziram e que saiu o trabalho e que está sendo usado”.

Pergunta 6: Acho que o primeiro prejuízo é que faltou um pouco mais de sensibilidade da prefeitura em aproveitar o que já estava pronto. O grande prejuízo, na nossa opinião, é não ter continuado a metodologia da Reserva da Biosfera, uma vez que é uma metodologia nova, moderna, que iria dar um grande avanço como cidade criativa. Isso foi um grande prejuízo. Mas se você prestar bem atenção, até os mapas são os que estão no Floripa 2030. O conceito, com outras palavras, é o mesmo que está, que são as centralidades, o adensamento do continente, o adensamento de determinadas regiões para facilitar o transporte público, o “agá” do transporte, o duplo agá, para poder ter os eixos de mobilidade mais rápido e de massa. Discute-se agora com o secretário Dalmo (ele tem uma visão mais ampla, ele chama) como criar modais menores para ir para determinadas regiões, que a gente já prevê no Floripa 2030, que mobilidade não se faz com modal como muitos prefeitos às vezes dizem: “agora vou implantar o brT e resolvido!” Tu tens que ter calçada larga para o pedestre (sem poste no meio do caminho), tens que ter... começa por ai, começa pela valorização do pedestre a mobilidade. Quando já está tudo planejado. Aí você tem que ter a ciclovia, depois tem que ter o ônibus... a LT de acordo com a geografia, com a demanda. Para viabilizar tudo isso teria que ter uma pesquisa de demanda origem – destino para ver se teria outra ponte ou outro túnel ou outra qualquer ligação. Nós estimulamos tanto, brigamos tanto com o governo do estado que até o Conde disse: “nós vamos pagar uma pesquisa!” Nisso o BRDE veio, o BNDES veio, ficou estimulado pela proposta e claro a SC parcerias tá fazendo, já começou em janeiro, terminou em junho a pesquisa e dali vai sair um plano de mobilidade para treze municípios da Grande Florianópolis, como modelo no Brasil e sempre muito bem reconhecidos pela SC parcerias dizendo que tudo isso aconteceu graças a pressão que o Floripa Amanhã fez nos órgãos públicos, na iniciativa privada e na própria sociedade civil. Hoje nós temos uma sociedade civil muito organizada! Muito atenta! Em poucos lugares do Brasil eu vejo isso. Então a gente é procurado direto pelo processo do “adote uma praça” diversos estados já me procuraram; pelo Condes, que foi uma

iniciativa nossa de congregar essas entidades, dizer: “gente vamos trabalhar em conjunto! Essa alça só vai sair... (Hoje tem um grupo em Brasília brigando com a INFRAERO pelo aeroporto, mobilizado também pelo Condes).

Pergunta 10: Primeiro, eu considero incompetência! Mas, agora vou te falar uma coisa: a gente tem realmente a sociedade civil extremamente organizada, levamos acho que uns oito anos para conscientizar. O poder público está começando a absorver aos poucos, por exemplo, nessa reunião do Condes os prefeitos de vez em quando vão, quando eles têm uma necessidade vão lá para discutir, quando tem um problema como houve ali com o prefeito de Biguaçu lá com o Hospital, ele foi lá se explicar. Então ele tá buscando apoio? Perfeito! A gente quer apoiar mesmo! A gente não quer só fazer crítica. E o prefeito Cesar Souza no início errou mesmo e feio! Porque ele ouviu, ouviu, ouviu e não acatou. Quando digo ele, digo todo o staff, né, não é pra ele. Só que hoje essa realidade está mudando. Depois que nós (as entidades) estramos na justiça contra o aumento abusivo do IPTU, o prefeito se deu conta e o Floripa Amanhã conversou pessoalmente com o prefeito, assim: “ponha todos na mesma mesa e vamos discutir!” Isso está acontecendo, pela terceira vez consecutiva, uma vez por mês, um grande fórum, olha que avanço, em torno de umas 20 entidades, elegemos 3 assuntos: 1. A regularização das construções, porque hoje mais de 80% das construções em Florianópolis estão irregulares; 2. A regularização de cadeia econômica, que daí: “como o meu prédio não tem habite-se, eu não consigo alvará, daí eu vou no ex-ofício, vou vivendo no exofício...” Não gero renda para a prefeitura, porque não pago o alvará, ou eu fico totalmente informal e nem pago imposto e não gero renda para o estado através dos alvarás de habite-se dos bombeiros; 3. O IPTU. Então, a gente costuma muito falar da possibilidade de discutir com o prefeito a lei 374. O prefeito assinou um decreto, prorrogou isso e eles estão regulamentando o máximo que der nestas construções em parceria com o corpo de bombeiros. Olha que coisa extraordinária: sentamos ontem na mesma mesa novamente, para definir os detalhes, todas as construções irregulares como vão ficar, se tiver que derrubar, vamos derrubar! Mas tudo construído até 2013 o bombeiro quer regularizar. Que é dizer pra você: “você tem que fazer isso, isso e isso. Senão você realmente não vai mais habitar. E vai te dar uma oportunidade de regularizar. Em paralelo, o SESCON com o CDL e a ACIF e mais algumas entidades

(sempre a Floripa Amanhã coordenando) eles estão fazendo o processo junto com a Secretaria de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico da regularização de toda a cadeia econômica, porque só na SMDU tem 520 processos solicitando alvará de funcionamento. Aí o bombeiro não deu o habite-se, a prefeitura não pode dar o alvará e a prefeitura vai lá e multa o sujeito. Aí a cadeia econômica começa a fechar. Teu negócio... tu não alugas o teu imóvel, eu não monto uma loja, enfim. A vigilância sanitária não recebe também... Com isso criou-se uma cultura extraordinária na discussão. O IPTU tem um outro grupo sentado com o secretário da fazenda discutindo e entendendo a tal da planilha, a PGV, para ver como a gente pode ter algum reajuste ou escalonado, a proposta não foi feita ainda, a gente sabe que a tabela está desatualizada, a prefeitura precisa atualizar, a gente também tem que ser realista! Precisa atualizar, só que não pode aumentar 200%! Certo? Então tá sentado, negociando, agora dia 25 será a terceira reunião geral e os grupos então levam os trabalhos. As entidades estão trabalhando com o poder público por causa da carência de mão de obra de tudo, acho que é obrigação do empresariado também participar, contribuir, se precisar pagar um técnico deles para fazer a análise da planilha, por exemplo, que faça! As entidades têm que fazer e o poder público vai poder regularizar para evitar que a partir de 2014 tá irregular, não teve! Não é passar a mão na cabeça de quem errou, só que chega um momento em que você tem que dar um basta! Tem que reverter a cultura. Daí eu diria que tanto a gente tem debatido em cima disso, foi uma mudança de cultura que tá começando a criar esse ambiente de trabalho integral e trabalho em rede. Mas não foi fácil! Aí quando termina a reunião o prefeito diz: “isso é que é bom! Tá todo mundo seguindo...” Aí vai lá, dá uma coletiva pra imprensa, conta tudo que aconteceu ali.

(Essa é a grande pergunta que vou tentar tirar do Dalmo! Vamos ver se vou conseguir.)

- Ele vai te responder que ouviu muito.

(A preocupação não é nem ouvir...)

- Tanto que eles ganharam na justiça o embargo do Plano Diretor porque realmente, eu disse pro SINDUSCON: “você entraram de maneira errada! Dizer que não ouviu não é verdade, tem milhões de atas!

(O problema é que a forma como foi feita a escuta não está dentro do procedimento...)

- Exato! Talvez ele até tenha coletado as informações, mas ele não soube levar o retorno para a comunidade.

(Eu lembro do ... PD 2010, estava até revendo hoje, ele resgata todas as 200 e tantas audiências, os três mil e tantos relatórios, as não sei quantas milhares de propostas, etc, etc. Só que ele fala no Documento Síntese, quando você vai ler, você que participou de tudo isso não se enxerga, você fala assim: “olha, diz que ouviu, mas cadê o que eu disse? Cadê o que o Floripa Amanhã disse?” E quando você pega o atual PD você encontra exatamente aquilo que a senhora disse, a multicentralidade tá ali, a redução das nomenclaturas para ter um melhor entendimento está ali, ou seja, você percebe que aproveitou! Mas, porque não ouviu?)

Quando a Fundação CEPA pegou o processo, tinha 3700 estratégias que foram coletadas, Não existe! Tu és economista, tu vais entender! Então eles pegaram essas 3700 estratégias e “transformaram” em 2700 estratégias, que também não existe! Enxugando, condensaram o que é da educação, da saúde, do Meio Ambiente, a mobilidade urbana... condensaram todas as demandas, que não eram estratégias, eram demandas! Aí quando chegou em 270 eles disseram: “vamos agrupar por interesse, vamos ver! Mobilidade, saúde, educação, acho que oito grupos, se não me engano, eles juntaram e trouxeram pra cá. Isso já deu uma planilha, congregando isso tudo. Se eu tivesse feito isso em planilhas e mapas, voltado pra comunidade e mostrado: “olha, a rua, a creche que você quer, o posto de saúde que você quer ou a área, a praça pública que você quer, está contemplada aqui”. “Ah, mas eu quero só 2 ou 4 andares e o Plano diz é 6!” Aí já é uma discussão técnica, vamos sentar e vamos discutir tecnicamente. E nem sempre vamos agradar 100%, certo? Não tem como. Só que não havia os retornos. Então escutava, escutava e não trazia os retornos. Aí faz uma audiência pública. Como que numa audiência pública vai discutir o que tem no teu bairro? Não tem como!

(A senhora aceita que o “tempo político” nosso, da estrutura política brasileira foi um fator que agravou essa situação do não retorno?)

- Não tenha dúvida!

(Porque você demora tanto para escutar, mas quando for retornar tem eleição! Será que esse tempo político foi... a preocupação do gestor com a eleição suplantou a preocupação desse mesmo setor com a cidade?)

- Acho que o maior agravante ainda é o descrédito na classe política. Esse descrédito é muito sério! E as eleições também viraram balcão de negociação. Ontem fui recebida pelo candidato Paulo Bauer e ele insistiu muito e eu fui muito chata quando cobrei bastante dele sobre... “e as coligações? Como é que o senhor vai fechar a CODESC? Vai fazer o que com aqueles colaboradores?” A máquina vai continuar inchada! Porque ele é concursado... Então vai botar pra rua? Vai fazer o quê?

(Vai continuar pagando e ficar à disponibilidade em casa?)

- É, então tem coisas que não dá para ficar jogando na imprensa que vai fazer porque tem todo um processo judicial por trás. Então essa descredibilidade no político é que gera, com certeza, esse fator. Já começa ali no PD. Outra coisa que tem que ser criado urgentemente, pra dar um pouquinho de credibilidade pro PD são os Planos Setoriais, que o prefeito já tá fazendo alguns. É importantíssimo! Aliás, alguns deles já estão até com o prazo vencido...

(O de saneamento, por exemplo).

- Exatamente, a lei existe na Câmara, foi aprovada, mas nunca foi regulamentada. É a mesma coisa que nada!

(E a regulamentação nada mais é do que o detalhamento).

- Na hora em que tu regulamenta, tu crias conflito. E o poder público tem um “câncer” que não consegue administrar o conflito! Como que nós administramos um conflito aqui? Tem que administrar! Isso é um problema bem sério!

(Dá fôlego para muito debate ainda, né?)

**APÊNDICE 2 - Entrevista com Sr. Helio Bairros
presidente do SINDUSCON, em 11 de setembro de 2014.**

1. O Floripa 2030 inspirou nitidamente a proposta de PD apresentada pelo Prefeito Dário em 2010. Porém houve contratempos e o projeto não foi encaminhado a tempo. Em 2013 o Prefeito Cezar apresentou uma outra proposta de PD e mesmo com contratempos esta foi aprovada pela câmara, mas ainda não entrou em vigor. Quais foram os prejuízos e os ganhos para a cidade neste processo?
2. A nossa câmara possui um histórico de alteração de zoneamento feito sem critérios e que na sua grande maioria reduzido as áreas verdes e de lazer, segundo levantamento feito por mim, foram 166 alterações em 12 anos. Além disto legitima a abertura irregular de ruas, foram 500 desde 2007, segundo levantamento feito pela Floripa Amanhã. As emendas apresentadas pelos legisladores ao PD de 2013, seguem a mesma lógica. Como a Sr. e o segmento enxergam esta cultura de nosso legislativo? Como esta prática impacta no setor? E o que o Sr espera daqui para frente?
3. Em um levantamento feito por mim para este trabalho identifiquei que 45% do investimento público dos últimos 18 anos teve a região norte da ilha como destino. Na mesma direção foi a construção de novos empreendimentos, já que no mesmo período 51,27% das solicitações feito a prefeitura também teve a região norte da ilha como objeto. Esta concentração, tanto de investimento, quanto de empreendimento contribui para o atraso de outras regiões da cidade, inclusive para as ocupações precárias e irregulares?
4. Segundo o índice FIPE-ZAP a variação no valor do m² em Florianópolis acumulou uma variação de 13,8% nos últimos doze meses, enquanto a inflação acumulou uma variação de 6,2% no mesmo período. O valor do m² em Florianópolis cresce acima da inflação há quase 2 anos. Porém, temos grandes contradições na cidade: temos o centro com uma valorização de 123% e Canasvieiras com uma valorização de -32% no preço do m² para a venda de apartamento. Em sua opinião, a que se deve esta diferença de preços e de variação dentro da cidade, considerando que a maior queda que identifiquei na análise bairro a bairro foi justamente Canasvieiras – grande vitrine turística do Norte, onde tudo começou? Como o senhor

compreende, a que devemos isso? Como a gente pode encontrar um equilíbrio?

(Como sou economista sempre busco o equilíbrio)

5. Alguns autores afirmam que o setor imobiliário, globalmente falando, passa por uma reestruturação aos moldes da reestruturação produtiva da década de 80 e 90, desde aspectos gerenciais, até mecanismos de capitalização. Como o senhor compreende que o setor imobiliário brasileiro está se inserindo neste processo mundial? (Li ali uma revista do 83º Encontro Nacional da Construção Civil e isso, inclusive, foi um dos temas. Então eu queria ouvir do senhor como enxerga nossa inserção, já que o Brasil é o país das oportunidades).
6. Das 34 empresas ligadas ao setor imobiliário/ construção civil que possuem capital na Bovespa, desde o gerenciamento de imóveis, construtoras, etc. Destas, 15 possuem alguma ação em Florianópolis, desde a que construiu apenas o Shopping Iguatemi até aquela que está aqui apenas para ajudar no gerenciamento do Shopping Floripa, a CIRELLA que construiu o empreendimento, a RODOBENS e por ai vai. Quinze estão aqui na redondeza, porém a grande maioria não entra na Ilha, poucas estão entrando (pelo menos pelo levantamento e as informações que tenho até o momento). Em sua opinião quais são os principais atrativos para essas empresas atuarem em Florianópolis e quais são as principais barreiras à entrada de forma mais definitiva na cidade? Sabemos que a capacidade já instalada é um fator determinante, temos grandes empresas já instaladas em Florianópolis e isso gera um certo temor. Como o senhor enxerga isso?
7. Uma das propostas presentes no Floripa 2030, no PD 2010, na proposta do PD 2013 é a questão da organização de novas centralidades, justamente com essa perspectiva de potencializar as que já existem (desenvolver mais o Campeche, Jurerê, Ingleses, etc) mas criar outras novas para, justamente, fazer com que haja uma redução da dinâmica do deslocamento pendular dos moradores e discutindo inclusive ali como sendo estas centralidades, também contendo seus locais de trabalho e moradia. Na perspectiva do Sindicato isso também é uma alternativa para a dinâmica de Florianópolis?

Respostas

Pergunta 1: Bem, os ganhos, ainda não dá para mensurar, não dá para avaliar porque nós estamos a nove meses da aprovação do novo PD e ele ainda não deu “sinal de vida”. Ele está sem condições se dar as respostas anunciadas pelo governo como a ferramenta que ia diminuir os problemas da cidade, ia resolver praticamente os problemas da cidade. Na época nós alertávamos que o PD poderia ser escrito com “letras de ouro”, “ser a melhor peça do mundo” e ele por si só não dá as respostas, é preciso investimento dividido entre a iniciativa privada e o poder público. Antes, seria oportuno fazermos um breve resgate histórico pra gente entender melhor esse processo: em 2005 o SINDUSCON, juntamente com outras entidades, pressionou o governo municipal para abrir o processo de adequação, atualização do PD, por determinação do Estatuto da Cidade. À época já estava atrasado o processo. Deu início então a instalação do núcleo gestor e o processo foi deflagrado na metade de 2007-2008, o professor e urbanista Rubens Pech apresentou um mini projeto do que deveria ser o PD com linhas estruturais e conceituais do que se imaginava para uma cidade para os próximos 10, 15, 20 ou 30 anos. Ou até mais, a ideia era 50 anos, era um PD que tinha essa visão, mas não basta só ter visão, é preciso criar as condições. Infelizmente o processo não foi avante, parou em véspera de eleição, ficamos uns dois anos fora de discussão do Plano, depois foi retomado e logo em seguida veio a notícia de que o PD seria encaminhado nos próximos 15 dias para a Câmara, isso já no ano de 2013. Nós ficamos surpresos, porque nós não tínhamos conhecimento de uma linha sequer do que seria, do que viria o PD, tínhamos mal concebido as diretrizes do PD, nisso sim o núcleo gestor teve uma certa atuação e a sociedade de modo geral, nas diretrizes do PD, que é importante mas não materializa, instrumentaliza mas não materializa. Ai começou uma série de reuniões e começou um debate de acusações de que houve falha, de que o processo estava demorado por culpa das entidades (o SINDUSCON faz parte do núcleo gestor), claro que havia uma certa demora, os debates as vezes demorados sobre determinados temas, sobre a representatividade, sobre o próprio regimento interno, que demandou um longo tempo, mas a presidência do núcleo gestor sempre foi do governo municipal. Então, quem preside manda, os outros obedecem. Se ele não impõe uma agenda, as coisas se perdem. A presença também da representatividade pública era nula, zero, nunca tinha quórum. A verdade é essa, fomos surpreendidos,

enquanto nós estávamos reunidos os técnicos faziam o PD, sem a nossa participação, sem o nosso aval. Porque é um tripé: a sociedade é representada pelo núcleo gestor e os poderes são o legislativo e o executivo. A sociedade não participou do processo, a bem da verdade. Diante da informação de que o PD seria encaminhado para a Câmara em outubro de 2013, se não me falha a memória acho que 14 ou 15 de outubro, nós pedimos então um pouco mais de paciência, uns 15 dias no mínimo, para poder ler, para saber, para ajudar, não para parar! As entidades, a sociedade não quer conviver com o anacronismo, com a insegurança. Não tivemos força para mudar essa determinação e se produziu essa peça aí que é uma coisa que não tem definição ainda, excessivamente extensa, com quase 340 artigos, que não deu “sinal de vida” ainda, ela existe, não se sabe se vai ter condições, a notícia que nós temos é de que já estamos revisando o PD, que é considerado o mais breve de todos, porque nasceu e já vai para reforma, já vai para a oficina. O próprio poder público acusava que o outro era uma “colcha de retalhos”, só que o outro teve vida de quase 20 anos. Bem ou mal... grande parte dele não foi cumprido pelo próprio poder público que não respeitava as regras do PD, principalmente na questão do sistema viário. Esse (PD) não tem uma linha sobre o sistema viário, está tudo remetendo aos complementares. O projeto do Rubens Pech que previa todo o sistema, não só o sistema de uso e ocupação, mas também o sistema viário, de questões maiores para a cidade. Estávamos estimando a parte do poder público, o investimento que teria que fazer em 1 bilhão de dólares... quando o governo soube disso, ele retirou isso do projeto! Então é um projeto que é só para construção, só pra quem tem terra. Não está sinalizando uma coisa maior para a cidade... vamos ver os complementares, quem sabe aí possa realmente acontecer! Então será um PD, talvez o maior PD para uma cidade, porque só ele tem 340 artigos mais os complementares, que são em torno de 5 ou 6 e terão também um número grande de artigos, então vamos chegar perto de 1000 artigos com toda certeza, o que é um absurdo! Mas o que é mais preocupante é que temos ainda um conjunto de leis ainda em vigor, que não foram revogadas: são mais de 200 leis. Então uma consulta de viabilidade que for expedida com esse complexo de normas, é a consulta mais insegura que pode existir.

Pergunta 2: O que é terrível nesse processo, é que o poder público não dá o melhor exemplo! Ele é o primeiro a desrespeitar o PD. Então o

PD só vale pro cidadão comum, pro empresário, para a sociedade privada? E o poder público, como fica? Temos visto agora o exemplo de que funcionários que fiscalizam obras irregulares estão sendo penalizados. Isso é mal, é ruim, é um péssimo exemplo! Pra quem acredita no sistema ordenado, no sistema a lei está acima das pessoas. O nosso temor é que o PD continue sendo desrespeitado. Daqui há dez anos nós vamos fazer uma revisão e não vamos encontrar grandes ganhos para a sociedade. E Florianópolis não merece isso! Há muito tempo está clamando, está gritando por investimento, por controle das ocupações irregulares e clandestinas, por punição àqueles que transgredem a lei, por investimento em infraestrutura, um transporte público de qualidade, a questão da moradia. É um negócio... são temas altamente relevantes para uma cidade que vai crescer, mas esse crescimento tem que ser planejado, ordenado, sustentável, tem eu está calcado em cima das questões sócias, econômicas e ambientais, senão não adianta criar regras e esse sacrifício da sociedade de reuniões, de debates, de confiança, que depois se quebram e quem acaba sofrendo as consequências são as pessoas, o cidadão que está investindo na cidade, tá apostando, quer ter seu investimento no seu imóvel valorizado, quer abrir um negócio e sabe que ninguém vai molestar, que não vai ser penalizado, porque mudam-se as regras... no caso agora o poder público está regularizando em torno de 60 mil imóveis que estão irregulares. Então é uma anistia, isso também deseduca. Tá certo que tem que encontrar uma solução, mas é a mesma coisa o contribuinte que paga os seus impostos em dia e de repente aquele que não paga, o mal pagador, vai lá e recebe uma anistia! O cara fica com cara de bobo! É isso que nós temos que evitar, porque senão a pessoa fala: “não vou construir desse jeito aqui porque sei que depois vai ter outro benefício, outra anistia!”

Pergunta 3: Agora posso te dizer que os dados que você tem em teu poder vai acentuar! Por exemplo, a região sul, principalmente a região do Campeche, ela se isolou do resto da Ilha. Porque ali o gabarito baixou bastante e os investimentos do poder público vão desaparecer porque não tem obras, não há demanda, a cidade pára, naquela região de certa forma há um congelamento, então não vai ter investimento no sistema viário, não vai ter investimento em nada. Quem é que vai investir numa região que não aflora riqueza? Então o cara vai abrir um supermercado: “mas isso aqui não vai crescer!?” É aquele círculo vicioso, aquele dinheiro que todo mundo já sabe, aquela riqueza que está mais ou menos programada, aquele

PIBizinho ali que não se desenvolve, não tem perspectiva porque não vai haver grandes investimentos na região! O potencial ali ficou muito reduzido. Forma-se uma espécie de gueto urbano. Investimento em infraestrutura... a demanda já existe, não vai aumentar, não vai haver cobrança, então pára! É muito confortável, de certa forma para o poder público isso, fica numa zona de conforto. O continente obrigatoriamente vai ter que receber alguma demanda adicional, porque não se tem outras regiões para crescer. Então, a nossa preocupação é esse equilíbrio que nós estamos agora aqui exercendo uma tentativa de fazer uma proposta mais adequada desse PD, não querendo “puxar brasa pro assado” de ninguém, mas equilibrando os potenciais de cada região para que todas recebam o investimento e possam continuar com seu ativo mais importante, que é o imóvel, a terra, valorizada. Eu acredito muito na solução dos problemas da cidade encontrados pela própria sociedade. O adensamento inteligente é a salvação da cidade! Porque quando você mora próximo do teu trabalho, da tua área de lazer, tudo fica mais econômico para o cidadão e para o poder público. Porque transporte quase que não existe, porque as pessoas são muito próximas, você não precisa de carro, a infraestrutura é concentrada, é muito mais barato atender a essa população. O ser humano tem que parar de ser hipócrita! Quando você descentraliza, está dando um tiro no próprio pé porque a prefeitura tem que aumentar impostos, a infraestrutura é mais cara porque é mais longo o trajeto dos canos da rede de esgoto, o solo fica comprometido porque há uma impermeabilização, a vegetação também porque tem que desmatar mais para construir mais casas, mais habitação. Em Florianópolis as pessoas não pensam economicamente, as pessoas pensam de forma até a prejudicar a própria sobrevivência e aumentando os custos da própria pessoa, porque o ônibus com essa distância é mais caro! As pessoas são obrigadas a comprar carro para se mover. Quem mora no centro e trabalha no centro, não reclama porque não pega carro! Eu posso dar um exemplo: tenho minha casa no centro e não preciso de carro, faço tudo a pé... Já para vir de bicicleta para o centro nossa geografia é muito complicada

(e não temos cinturão de ciclovias que nos permita...)

Pergunta 4: Um raciocínio muito sensato, muito inteligente! Em primeiro lugar, em todas as cidades no mundo existe essas disparidades, mas Florianópolis em particular, por ter um apelo muito

forte nas belezas naturais, praias, mulheres bonitas, não se justifica essa disparidade tão acentuada. Temos que reconhecer aqui que o desenvolvimento em Florianópolis começou a aparecer, a aflorar, foi a partir de Canasvieiras na década de 80. Canasvieiras atingiu um momento de extrema valorização na década de 90, com uma vida agitada, comercio, turismo, hotelaria e tal, Depois ela entrou em declínio por falta da mão do Estado, que deixou a "coisa correr meio solta". Agora, está tendo uma nova possibilidade que é o Projeto Sapiens Park, de investimento que está ocorrendo, temos visto empresas desenvolvendo seus estabelecimentos ou transferindo para aquela região. Já temos sinais de mudança novamente da valorização, tanto é que as nossas pesquisas, tanto no salão do imóvel, que nós promovemos há 21 anos, como pesquisas de projetos, alvarás e habite-se, e também acompanhando essa pesquisa ai que você citou, já está "ombreado" com as regiões mais valorizadas, o centro de Florianópolis tradicionalmente, mas já está com muitas limitações em função da falta de terrenos, de áreas; a Beira-mar Norte não tem mais pra onde ir, é aquilo ali. As regiões que teriam potencial ainda com possibilidades seriam a região continental, a região sul – mas agora com essa limitação, não sabemos como é que vai ficar, porque ainda tem a possibilidade de áreas grandes, maiores, para alguns projetos – e a região norte, como você citou, mas temos regiões com limitações ambientais como reserva (Carijós), temos outras questões que impactam nessa tomada de decisão e na demanda e ampliação dos investimentos. Acredito que esse cenário se altere quando se estabilizar e tiver em pleno funcionamento, acredito que tem projetos interessantes para aquela região, como uma pista de pouso para jatinhos, que hoje temos um custo bastante grande, executivos que em função da taxa são obrigados a voltar, não podem pernoitar porque o custo é muito elevado. Há um projeto bastante interessante para aquela região, então ai seria a redenção e a consolidação de uma região das mais bonitas da nossa Ilha, volte realmente a patamares ai muito interessantes para investimento. Então seria uma pista, um condomínio com hangar, residências, oficinas de reparos, um negócio muito bacana para aquela região. Tô te passando isso agora em primeira mão, porque estaria realmente junto com o Sapiens e traria muita gente de fora, muitos técnicos, muitos especialistas e teria que vir de avião, de jatinho

(porque o deslocamento do aeroporto até lá, pelas nossas vias é quase uma viagem de volta para São Paulo).

Pergunta 5: Estive na Europa na crise brava do Subprime nos Estados Unidos e pude constatar o interesse do pessoal em se instalar no Brasil pelo potencial que ele apresenta em termos de possibilidades de investimento na construção. É um grande mercado, não tenha dúvida. Temos um déficit habitacional bastante grande, apesar dos esforços dos últimos governos, principalmente o governo Lula e de certa forma o da presidente Dilma, estimulando um Projeto que no primeiro momento quando foi anunciado em 2009 nós aplaudimos, que foi o “Minha casa minha vida”, que seria a possibilidade de trazer dignidade e cidadania a milhões de brasileiros que não tinham acesso à moradia, o DNH não tinha dado solução e outros instrumentos, outros órgãos do governo não tinham realmente como atender, principalmente os na faixa de 0 a 3 (salários), que ainda não está dando os resultados esperados, mas pelo menos nós temos alguma coisa, não é uma política, é um Projeto, um Programa, mas enfim, está acontecendo! E isso naquele momento de crise, e dificuldade, foi o que alavancou a construção civil, senão estaria quebrada. Veja só que contraste, era Programa para pessoas com baixa renda mas foi o que manteve o “de luxo”, era uma coisa meio paradoxal! E a classe média, porque a classe média sempre “pagou o pato”, é a que mais paga, a que de certa forma menos reclama, e o reclame não tem eco. Então nós conseguimos atravessar esse momento, 2010 já estava dando sinal de uma certa recuperação, 2011 novamente sofreu nova acomodação, 2012 foi meio que no solavanco, não melhorou; 2013 foi ruim, a SELIC já começou também em 2012 a aumentar e os juros... Agora nós estamos com um mercado extraordinário, a construção civil agora está entrando num processo, isso que você coloca, em um processo de industrialização, de maquinaria, porque também o ciclo da mão-de-obra farta e barata acabou e tem gente que ainda não acredita nisso, mas está com os dias contados! A construção civil tá cara, a nível internacional ela não é cara, ela é muito barata, mas para a renda do brasileiro ela de certa forma é cara. Os terrenos também aumentaram de preço, a mão-de-obra hoje está em torno de quase 50% do custo, é um mão-de-obra cara e isso eleva, claro, no final o custo do produto. Então é parte da solução que nós estamos encontrando é a tecnologia, a industrialização em série, para você ter um custo menor, se tornar mais competitivo e também trazer a questão ambiental no pico da discussão, no centro do debate. O que já estamos fazendo com muita dedicação, porque o consumidor também está muito atento, muito ligado, não compra qualquer coisa,

tem todo um avanço, a sociedade acompanhou, os empresários também estão acompanhando, acredito que temos um país que tem uma das melhores construções do mundo, não perdemos pra país nenhum, você que estuda o assunto sabe que estamos muito bem, a gente quando viaja é para conhecer construção, tecnologia, produção, inovação, estão a gente está atento a isso aí, pode ver que na Europa se levanta um prédio como se fosse uma obra fantasma, ela cresce mas não se vê gente, só máquina... são os pré-moldados, os dry-wall, são uma série de produtos que estão aparecendo no mercado. A gente fica feliz, é claro, que o brasileiro ainda quer bater na parede e quer ter a segurança de bater e quase quebrar a mão! Nos Estados Unidos não tem mais isso, se tivesse esse tipo de construção lá, quando tivesse um furacão a mortalidade de pessoas seria absurda. Por que que eles têm madeira em dry-wall, papel, papelão? Porque não mata pessoas. A casa voa, mas a pessoa fica. Aqui não, no concreto, cai em cima e acabou o negócio!

Pergunta 6: São várias as razões. A primeira delas é uma questão de disponibilidade de terrenos, é uma barreira, um limitador. A outra são as questões ambientais. Temos essas empresas de capital aberto, elas não podem se demorar na aprovação ou ter um embargo da obra porque os acionistas estão no mundo todo, são poupadores que compram ações dessas empresas e querem/ esperam o resultado. Ninguém que colocar o dinheiro no banco e chegar lá o banco dizer: "olha meu filho, esse mês não vou pagar juros porque acabaram de embargar uma agência nossa aqui!" ou "vão demolir um prédio nosso porque é irregular". O poupador não quer nem saber, ele quer o esperado, o contratado, o combinado. Então esses fatores são os básicos, além da insegurança jurídica, porque você começa uma obra e tá tudo certo, de repente embarga e leva algum tempo para desembargar, então as razões... é claro que seriam sempre bem-vindas, porque essas empresas têm uma tecnologia, uma prática diferenciada porque eles produzem em escala e nós poderíamos de certa forma tirar proveito desses ensinamentos, dessa maneira de construir em determinado ponto, não há diferença acentuada. Mas a gente sempre aprende com quem constrói com esse volume de obra, principalmente em termos de velocidade de produção. Então as barreiras basicamente seriam essas três: insegurança jurídica, questões ambientais e falta de terrenos. Já estiveram aqui, mapearam, levantaram, pesquisaram, bem no início começou em 2006, tivemos reuniões com os empresários, anunciaram o mercado, que iam

comprar tudo que era empresa, estavam com os cofres cheios de dinheiro. Todo mundo apostou que o mercado era excepcionalmente atrativo, então os acionistas compram ações, pequenos e grandes investidores apostam. "As empresas estão cheias de dinheiro!" As empresas não têm mais dono! Os donos são acionistas, é quem tem ação. O cara tá lá na China, lá na Ásia, nos Estados Unidos, na própria América e o brasileiro ou não brasileiro compra uma aposta vendo a possibilidade de um ganho. Como você mesmo está dizendo os resultados da construção civil, a valorização é acima da inflação. Qual é o investimento hoje que remunera como a construção? Não existe! Já passou aquela época do over night. Já faz um tempinho que as pessoas ganhavam seu salário e imediatamente tinham que comprar, o cara pegava um produto e já tinha outra mão em cima do teu produto, disputavam quase a tapa, porque duas horas depois já mudava, não sei se tu pegou essa época, eu peguei. O dólar tinha 4 cotações no dia: abria com uma, ao meio-dia outra, às duas da tarde e às quatro da tarde. Então era aquela correria por dólar, enfim, muita gente ganhou dinheiro, muita gente perdeu dinheiro, mas isso é o mercado! São as possibilidades.

(O imóvel é o mais seguro sempre)

- Sempre mais seguro porque quem compra terra, não erra! O ditado é antigo mas atual, a terra é cada vez mais valorizada, mais disputada, mais desejada. Principalmente naqueles locais onde ela tem uma valorização maior em termos de infraestrutura pública, tendo escola, posto policial, universidade. Tem alguns requisitos, alguns atributos que fazem essa diferença, então o poupador, o investidor, aquele que quer morar tem que olhar para esses critérios para melhor fazer sua opção de compra, seu investimento. Hoje se olha muito para a questão da dualidade trabalho/moradia, se esses pontos se cruzam ou se encontram, estão próximos. Porque isso pesa no bolso do trabalhador. Hoje em dia não é como há um tempo atrás: tomava um ônibus, era pobre! Hoje está todo mundo no trânsito, seja rico ou pobre. Todo mundo emaranhado numa rede.

(O senhor tocou num ponto interessantíssimo: São Paulo fez um estudo agora colocando que quem está no transporte coletivo é justamente o indivíduo de classe média e quem está usando carro é o indivíduo de classe C, que agora teve acesso ao carro. Quem

usa metrô ou ônibus em São Paulo já é o cara que tem carro, mas não quer usar o carro porque o metrô “pega aqui, leva ali”)

- Está tão estressado que entra num carro, enfarta!

(A pesquisa foi feita agora, há 4 ou 5 meses).

Pergunta 7: Não sei se a história vai fazer justiça, espero que sim porque isso tá gravado, nós fizemos vídeo, mas quem trouxe essa questão das multacentralidades e transversalidades como um recurso possível de ser executado em Florianópolis foi o SINDUSCON no debate já em 2006. Nossas reivindicações caminhavam nessa direção. E nós ficamos felizes, não importa a esta altura “quem é o pai da criança”, que esse PD tenha essa conotação, não sei se é possível materializar porque ele ainda é tímido, mas tem esse espírito das centralidades, mas das transversalidades não conseguiu ainda definir. Porque o que é a transversalidade? É você começar a construção de baixo potencial na orla e ir aumentando na medida em que vai se afastando e interiorizando, para você manter a vista do mar, para não criar esses paredões que existem em muitas cidades do mundo, não é uma característica nossa. Então essa seria uma inovação que a gente viu em alguns locais da Europa e achou interessante porque você no interior pode elevar o gabarito porque está longe, deixa o mar livre, arejado, todo mundo recebe o sol, todo recebe a brisa com tranquilidade, sem problemas. E as centralidades é você pensando nesse movimento pendular e na sobrecarga do sistema viário você evitar o deslocamento: para comprar um pão você tem que ir de um distrito a outro e vai de carro, para você ir ao açougue, ao supermercado, tudo com longas distâncias... esse pensamento que pode, se for viabilizado, criando as condições de estímulo, de incentivo, não é para curto prazo, é para longo prazo. Mas nós temos que desenhar agora o futuro! E que os outros prefeitos venham seguindo essa carta, esse PD, para poder viabilizar e no futuro as pessoas, se tiver que deslocar de um distrito para o outro, é por alguma razão que não prejudique a locomoção daqueles que efetivamente precisam, para comprar qualquer coisa, um supérfluo, alguma coisa pessoal, não importa. Criam-se as condições de aproximação das pessoas, de convívio que a gente precisa, porque criou-se um modelo em que as pessoas não se encontram mais, tá todo mundo longe. A insegurança também é outro fator para impedir que as pessoas saiam de suas casas. Nas centralidades o próprio

cidadão é o policial de sua rua, seu quarteirão. Todo mundo se conhece, todo mundo sabe então o “vagabundo” (desculpe a força de expressão) não vai aparecer nisso. É o que a gente vê em outros países: no centro onde está todo mundo a marginalidade não tem espaço! Porque todo mundo se conhece, eu sei quem mora naquele prédio porque todos os dias a gente se vê, a gente sai para trabalhar, a gente se encontra, a gente toma café no próprio prédio... então o desenho urbano da ocupação das construções, as atividades comerciais e empresariais foram criando guetos: “a zona de não-sei-o-quê”, o bairro comercial, o outro “não-sei-o-que”... isso não deu certo! Está aí o exemplo, com o crescimento e enriquecimento da sociedade as pessoas querem ter carro e elas foram obrigadas a ter carro para ir lá nos setores, como tem em Brasília: setor bancário, setor “não-sei-o-quê”... em Brasília ninguém se cumprimenta, nem no prédio. Você não sai, não tem como ir pra rua, você vai pra rua de carro. Então é uma cidade de pessoas sem rosto, sem face. E Florianópolis, infelizmente, está caminhando... se não for estancado urgentemente esse processo, por ela está com a “carinha” de uma cidade em que as pessoas estão se distanciando, por que ela toda “desverticalizada”.

(Ela está se cosmopolizando, você tem uma dinâmica cosmopolita da cidade, tem pessoas que moram longe do seu trabalho, deslocam-se por muito tempo, não se encontram, não sociabilizam, por um lado e por outro lado, você não tem os elementos criativos da cidade cosmopolita).

- A questão de ser cosmopolita é interessante porque também tem o sentido das possibilidades, estou em Florianópolis há 35 anos e na época que cheguei aqui, para conseguir emprego era o famoso QI – “quem indicou”. Ou você trabalhava no comércio ou no poder público, só tinha essas duas alternativas. Hoje diversificou-se, nós temos oportunidades diferentes daqueles tradicionalmente históricas. Agora no aspecto urbano de ocupação e uso do solo é que nós temos que clarear isso, definir, como tem em outras cidades - você é um estudioso, um cientista – a gente vê governos investindo bilhões de dólares ou euros para dar uma definição sobre o caráter da atividade que a cidade tenha mais vocação, sem a interferência violenta do Estado. Então se identifica qual é o perfil que ela já tem e ali de apura, se detalha, se amolda, incentiva, estimula. Florianópolis é eminentemente turística, ninguém pode fugir disso aqui, ninguém

podem ignorar isso. Então, se é turística, nós temos que estimular hotéis, e é uma grande perda para a cidade não ter saído o Ponta do Coral conforme o concebido pelos arquitetos que seria um empreendimento que irradiaria projeção para a cidade, para outras cidades mundo afora, é um farol que estaria aceso mostrando: venham pra cá que nós temos um hotel de qualidade, que nós temos marina e uma estrutura para receber. Esse seria o dinheiro novo que a cidade clama, que a cidade deseja. Porque nós estamos trabalhando com o mesmo "dinheirinho" que circula do poder público, do comércio, da construção civil e de outras atividades que nós temos aí. Esse dinheiro não modifica mais a vida de ninguém, porque ele sai da tua mão, vem para a minha, volta pra tua e fica ali, mas ninguém mais cresce! Como é que se cresce uma cidade? A partir do momento em que ela tem potencial de riqueza, tem as condições de base e tem dinheiro circulando. Você ganha dinheiro, ele sai da tua mão e vem pra minha, mas já vem com um potencial adicionado, agregado, que eu posso aumentar o meu negócio e não vem em "mão dupla", não pode, esse dinheiro não dá resultado, não agrega e não promove o desenvolvimento sustentável da cidade.

ANEXO 1 – FOLDER FLORIANÓPOLIS: CAPITAL DA INOVAÇÃO



FLORIANÓPOLIS
The Innovation Capital



SANTA CATARINA STATE



FLORIANÓPOLIS MUNICIPAL GOVERNMENT

Welcome to an island
where technology and
nature live in harmony











FLORIANÓPOLIS MUNICIPAL GOVERNMENT

Welcome to an island
where technology and
nature live in harmony



FLORIANÓPOLIS
The Innovation Capital

Municipal Secretariat of
Science, Technology and
Sustainable Economic Development
<http://portal.pmf.sc.gov.br/secretarias/secretades/>

PMF - SMCDES
Rua Frenete Silveira, nº160 - 3 andar
63019-900 Florianópolis, SC - BRASIL
Phone: + 55 48 3211-6063
E-mail: smcides@pmf.sc.gov.br

GUIDELINES

People Attract, select, develop, attract and retain talent for exchange of talents.	Technology Stimulate development and apply innovative solutions based on science & technology to achieve sustainability
Networks Connect and articulate public and private sectors to promote innovation and sustainable development.	

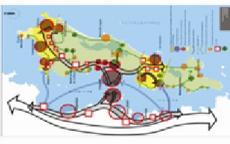


FLORIANÓPOLIS
The Innovation Capital

Greater Florianópolis Technology Pole - TECNÓPOLIS
Considered in the city's new Master Plan



The Florianópolis 2030 planning initiative



The project has proposed a new Urban Master Plan to simultaneously attend development of the tourism and technology sectors. Initiatives such as the Sípries Innovation Park, the Florianópolis Movement, the Sípries Innovation Hub, the Sípries Innovation Reserve Program, offer urban design concepts that support quality of life, sustainability, innovation and internationalization. Florianópolis has been creating a new paradigm in the development of the city. Innovation that is ideal for companies and institutions dedicated to accessing Brazil, Mercosul and the world market.



The Sípries Parque









Design by UFFRS Foundation



Plano Diretor Participativo

Florianópolis, Santa Catarina – BRAZIL

A Historic City

Florianópolis, which was discovered in the early 15th Century, is home to the city of Florianópolis, which was founded in 1726 and settled predominantly by Acorian immigrants. Historic forts, buildings, museums and monuments offer visitors culture and heritage.



City of Sun and Sea

Over 40 beaches, 42 beaches, each with special charms, and another dozen beaches with stunning natural beauty in the nearby continental region, Florianópolis is the annual destination of more than a million Brazilian and foreign tourists who appreciate the summer, sun and sea.



City of Innovative and Business Tourism

Associated to the development of the science, technology and innovation segments, business tourism has grown intensely in Florianópolis, a result of the combination of attractions in entertainment, natural beauty and good food with a technological environment and liberal infrastructure for events that promote knowledge and business.

Innovation Clusters

The cluster of companies working with sectors of information and communication (IWI and SWI) was a pioneer in Brazil and is now supported by countless research groups at universities and research centers that stimulate innovation.

Strengthened by large electrical energy companies, the cluster of companies producing innovative products is already significant. Planned by research groups from the 10 university centers in Florianópolis, by R&D institutes, by the Incubators at Sapere Parque, the technology clusters in the NABC technologies (Nano, Bio, Info and Cognitive) rapidly.

A reference in technological development



Fostering innovative entrepreneurship

In the 1990s, Florianópolis initiated 61 research centers. Thanks to the cluster of public business research groups formed and strengthened on a national level. In the mid 1980s, the CERT Foundation was created with the mission of supporting Brazilian companies through innovation and promoting innovative entrepreneurship in the city. With a profusion of scientific and technological knowledge and entrepreneurial initiatives for the creation of companies, through incubators and technology parks was highly motivated. In 2007, the creation of the Sapere Parque, a 100-hectare area, was a landmark. In 2010, the city of Florianópolis has more than 500 technology-based companies that provide Brazilian and foreign markets with highly innovative products.

ANEXO 2 –SANTA CATARINA: REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

A RESEARCH AND ANALYSIS SERVICE FROM THE FINANCIAL TIMES

BRAZIL

CONFIDENTIAL

CONTENTS

15.09.11

EDITORIAL

02 A private equity signal

FINANCING BRAZIL

04 Santa Catarina: revitalising and modernising

BUSINESS BRAZIL

10 Logistics helps reduce 'Custo Brasil'

RESOURCE BRAZIL

16 Interlocking futures: the North Sea meets pre-salt

GUEST COLUMN

21 Exploiting the deep sea connection

THE BEST OF LOCAL COMMENT

22 Selic rate cut surprises

BULLS AND BEARS

23 Rates fall, so does the Real

AGENDA

24 Economic indicators robust as Dilma heads to NYC

INTERLOCKING FUTURES

Aberdeen firms target Brazil's pre-salt business
p16



PDF distributed to jinessh.parekh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. 'Brazil Confidential', 'FT' and 'Financial Times' are trade marks of The Financial Times Limited.

FINANCING BRAZIL

4 BRAZIL CONFIDENTIAL
SEPTEMBER 15-28 2011

PRIVATE EQUITY: SANTA CATARINA: REVITALISING AND MODERNISING

SUMMARY

► **Santa Catarina's** long established manufacturing sector has been hard hit by the appreciation of the Real and competition from China. Family-owned companies in sectors such as ceramics have been slow to adapt.

► **The state government** is identifying areas that it wants to target for investment offering incentives to stimulate activity in especially depressed areas. The heartlands of Joinville and Blumenau have been most hit.

► **Private equity inflows** have been limited in manufacturing and agriculture, but there has been a flurry of activity around the relatively strong IT sector. State government promotion could accelerate development.



Florianópolis, the state capital, is a centre for tourism, IT and telecoms

Industry in Santa Catarina is under threat from Chinese competition but the state is capitalising upon its highly educated population to build a vibrant IT sector.

Small and tidy Santa Catarina in some ways bears closer resemblance to the Germanic countries, to which much of its population traces its ancestry, than many of its fellow Brazilian states.

It has some of the best socio-economic indicators in the country – illiteracy rates are low at 4.4% and GDP per capita stood at R\$20,369 (\$12,155, £7,663, €8,919) in 2008, compared with the national average of R\$15,240. This contributes to a relatively high quality of life and means that executives from São Paulo often prefer to base their families in smaller, more manageable Florianópolis and commute back and forth.

The state's higher standard of living is based upon a diverse industrial and manufacturing base, which extends from furniture, textiles and ceramics sectors to metallurgy and engine manufacturing, together with the presence of a small, but sophisticated agricultural sector. But the ability of the Chinese to undercut on pricing together with a mixed picture on local infrastructure – the state has good ports but poor hinterland links – means that the sector is experiencing a decline. As a result the administration of Governor Raimundo Colombo (of the Social Democratic Party (PSD)) has been capitalising upon a highly-educated local popu-

lation and a strong entrepreneurial culture, which has spawned large, niche companies such as electric engineer WEG (WEGE3:SAO) and agro-industrial Duas Rodas, to push the information technology sector, and this has seen considerable investment from seed and venture capital firms.

Transition state

Despite having industrialised earlier than much of Brazil, increased competition from the far east is of major concern, particularly in the industrial heartland around Joinville, the state's largest city, and Blumenau, in the north-east of the state. Industry declined from 42% of state GDP in 2004 to 33% in 2010. A recent survey by **The Federation of Industries of the State of Santa Catarina (FIESEC)** found that 41% of the state's companies believe they are facing Chinese competition and 29% are losing space in their home market.

Glauco José Corte, president of FIESEC, acknowledges the depth of the challenge. The strong Real, tough competition from overseas, higher wages and government

Santa Catarina in figures

Population (2010)	6.3m
GDP per capita (R\$, 2008)	20,369
Minimum monthly wage (R\$)	545
Governor (party)	Raimundo Colombo (Democrats)

Note: R\$1=016, 0337, 0343
Sources: IBGE, Brazil Confidential, CEPA

PDF distributed to jinesh.parekh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. "Brazil Confidential", "FT" and "Financial Times" are trade marks of The Financial Times Limited.

FINANCING BRAZIL. SANTA CATARINA: REVITALISING AND MODERNISING

6 BRAZIL CONFIDENTIAL
SEPTEMBER 15-28 2011

© The proportion of roads considered to be "terrible" has increased from 4.6% to 7.1% from 2009 to 2010, while over the same period those rated "excellent" have fallen from 13.1% to 9.6%, according to the **National Confederation of Transport**.

Given the state's important role as an exporter – it exported \$7.58bn in 2010, or 3.8% of the country's total, including 25% of national pork production and 14% of chicken production, despite having less than 3% of the national population, there is an urgent need for infrastructure upgrade.

Santa Catarina has excellent and well-developed ports, but they suffer from poor road access

Private equity is stepping into the gap. São Paulo-based **BRZ Investments** has invested heavily in port logistics, spending some

R\$500m across the state since 2007. The firm has made three port investments. The first is a greenfield container terminal project in Itapoá, in which it co-invested with Grupo Batistella, alongside Hamburg Süd and its subsidiary Aliança, in 2007. The project, which was inaugurated at the end of last year, takes advantage of a deep port and has tied in clients through long-term commercial contracts, says Ricardo Propheta, manager and co-head of private equity at BRZ.

In the port of São Francisco do Sul, BRZ invested initially in 2008 in a container and general cargo terminal and has more than doubled its capacity to 600,000 20-foot equivalent units per year. It is also working on a greenfield private grain terminal that will have eight million tonnes per year capacity to be located alongside the public terminal, although the final licenses for this project are still pending.

The investments come from the firm's logistics fund, Brasil Logística FIP, and are contained in a holding company. The exit strategy is to grow the portfolio of assets within the holding company and IPO the latter when critical mass is reached, which will probably be in the next four years.

Agriculture: small is beautiful

Lacking the cheap land and territorial size of the states of the centre-west and north-east, Santa Catarina nevertheless has some strengths in niche areas. It has outstanding pork and poultry farming and processing, says José Pedrozo, president of the state federation of agriculture and cattle. It is also the only Brazilian state to be internationally accredited as foot-and-mouth disease free. This has been attracting Italian and Japanese investors. Mr Pedrozo was recently visited by an Italian delegation interested in exporting live cattle to Turkey and the Middle East, while the Japanese are looking at importing poultry and pork.

The state's agribusinesses has piqued the interest of specialist private equity fund **Mercatto Alimentos**, which has a total of some R\$2.7bn in assets under management. It bought 40% of Indaiá-based **Villa Germania Alimentos**, the largest producer of duck meat in the country, for an undisclosed sum last year. Villa Germania exports close to 70% of its production and will look to increase slaughter capacity from 7,500

Exports inching towards 2008 levels

Total exports, 2008-2010



Source: MDIC

Food companies dominate exporters

Top five exporting companies, 2010 (FOB)

Company	Total value per company (\$m)	Share of total state exports (%)
Seara Alimentos (food)	646.9	8.5
Weg Equipamentos Elétricos (electrical)	581.5	7.7
Sadia (food)	549.8	7.3
Whirlpool (domestic appliances)	524.9	6.9
BRF – Brasil Foods (food)	524.4	6.9

Source: MDIC

US the biggest export market

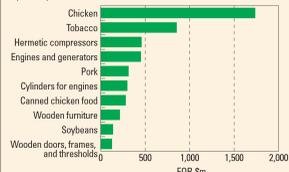
Top ten export markets, 2010



Source: MDIC

Chicken the biggest export product

Top ten exports, 2010



Source: SEEC

PDF distributed to jinesh.parskh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. "Brazil Confidential", "FT" and "Financial Times" are trade marks of The Financial Times Limited.

FINANCING BRAZIL SANTA CATARINA: REVITALISING AND MODERNISING

7 BRAZIL CONFIDENTIAL
SEPTEMBER 15-28 2011

ducks per day to 25,000 by 2013 with the money. But agro expansion is more restrained than in other states. "We don't have the space to increase our production significantly. Productivity and efficiency gains will be the solution for us," says Mr Pedrozo.

Information technology

The greatest flurry of investment activity is around the state's nascent IT sector. It is noted for its flexibility and client-orientation since it grew on the back of the strong industrial demand for IT solutions to specific problems. Conscious of the potential of the sector to fill a gap generated by the decline of traditional industry, the government is promoting this sector. Under its SC@2022 Plan, the government aims to make the state the most innovative in Brazil within ten years.

Mr Bornhausen says that the new government, which came to power at the start of this year, has been mapping out the most promising locations in which to develop technology clusters and put the state's 4,000 PhDs to work. It has plans to support the development of such clusters, with the largest of these Sapiens Park, in the capital Florianópolis, having recently secured a commitment from the state's largest IT company Softplan/Poligraph to invest R\$23m in a new building there.

The IT sector has also been attracting venture capital and seed money. The largest local fund, **CVentures Innovative Ventures and Holdings**, is a for-profit spin-off from the innovation technology centre CERTI, located on the state's federal University campus in Florianópolis. CVentures works in partnership with private sector firms CRP Participações of Porto Alegre and BR Investimentos of São Paulo to identify, negotiate and manage investments. CERTI has a 49% stake, Instituto Sapiência holds 30% while Instituto Certi Amazônia has 21%.

Last year, CVentures started raising cash for two funds, an R\$80m seed fund, which will invest only in south and south-eastern Brazil, and a R\$200m early stage venture capital fund, which can invest throughout the country, says Felipe Mattos, CIO. Investors include high net worth individuals, family offices, pension funds and development agencies such as the Brazilian Innovation Agency FINEP.

In Santa Catarina, the funds will focus on IT, telcoms, digital media including gaming, clean energy and life sciences. "After São Paulo, Santa Catarina is probably the most developed state for IT and many funds are realising just how many opportunities there are here," says Mr Mattos.

He is keen to avoid some common pitfalls of the venture capital industry in Brazil. He intends to provide more capital per company than the norm and to offer longer-term support through further rounds of investment, as many companies find the first round of investments insufficient for sustained growth. "We realised from our experience that to really help companies to

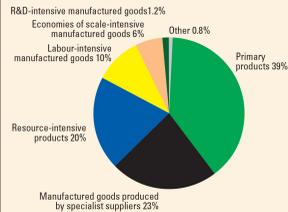
succeed, you need to put in a decent amount of cash. Most seed funds invest just half a million Reais and that's not enough."

The longer-established **Criatec**, funded via the National Economic and Social Development Bank (BNDES) and Banco do Nordeste do Brasil (BNBR), also

The new government has been mapping out the most promising locations in which to develop technology clusters and put the state's 4,000 PhDs to work

Primary products dominate exports

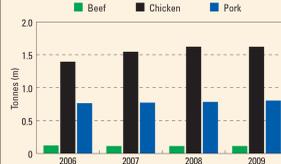
Technological Intensity of Santa Catarina's exports, 2010



Source: FIESC

Chicken dominates local meat production...

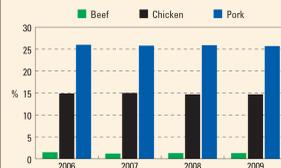
Meat production, 2006-2010



Source: Capa

... and state is major pork producer

Santa Catarina's meat production as proportion of Brazil's, 2006-2010



Source: Capa

PDF distributed to jinesh.parekh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. "Brazil Confidential", "FT" and "Financial Times" are trade marks of The Financial Times Limited.

FINANCING BRAZIL. SANTA CATARINA: REVITALISING AND MODERNISING

8 BRAZIL CONFIDENTIAL
SEPTEMBER 15-28 2011

"Santa Catarina is the regional leader. There is a real cluster of quality businesses here"

uses an outside fund manager, Antera Gestão de Recursos, to help select investments for its existing R\$100m fund. Ciatec focuses on innovation technology and Reinaldo Coelho, manager for the fund's southern region says, "Santa Catarina is the regional leader. There is a real cluster of quality businesses here."

The fund, with a mandate to invest across the south is heavily skewed towards Santa Catarina. Of the five investments made, or underway, in the region, four are in the state, which has the region's smallest geographic area and population. Very small IT companies in the state are growing fast and looking to exploit windows of opportunity to grow organically and acquire competitors. Mr Coelho notes. Two of these local companies, Arvus Tecnologia and Cianet, received second rounds of financing, which Ciatec provides only for a very select handful of companies. Arvus has received a total of R\$3.5m and Cianet R\$4m.

Bernardo de Castro, director at Arvus, sees a growth of demand for his precision agriculture technology. This helps farmers control application of fertiliser and pesticide through the use of on-board tractor computers. Arvus counts some of the largest forestry companies as its clients including Fibria (FIBR3:SAO) and Grupo Suzano (NEMO3:SAO) who use the technology for planting eucalyptus.

The company more than doubled sales last year from R\$1.1m in 2009 to R\$2.4m and expects to repeat that feat this year with predictions of R\$7.2m in profits. As well as growth in existing forestry and agro sectors, Mr de Castro sees opportunities in sugar cane, mining, and construction and may create spin-offs in those sectors. Today, Ciatec has 40% of the firm and the firm's partners 60%. Future investments will come mostly from government financing, although if the firm does spin off subsidiaries, they may involve funds.

Cianet produces home phone-line networks and fibre-optic solutions in broadband, working with internet service providers and telecoms operators. Billing has moved from R\$5m in 2009 to R\$8m last year and José Francisco dos Santos, president, estimates sales of R\$16m this year. Cianet posted profits of 9.8% of sales in 2009 and 12.1% last year. Brazil is expanding broadband penetration, particularly among low-income groups in metropolitan regions as a result of the National Broadband Plan, leading to an increase in broadband availability of some 170% in the next four years, according to Mr dos Santos. "This is the era of Brazilian broadband and we need to exploit it now and become a mid-sized firm. We cannot wait," says Mr dos Santos. The company is looking at expansion into the rest of Latin America next year, he adds.

Until six years ago, Cianet had not sought external investments. Today, Mr dos Santos is speaking to two funds that are keen to invest as well as a Colombian company that is looking to gain a foothold in Brazil's subscriber TV market.

Ciatec also invested R\$1.5m in Welle Laser, which

uses laser technology to engrave metals and polymers, and is working to close a deal in the nanotechnology sector in Florianópolis, which is pending approval.

Other funds focused on the IT sector include **DLM Invista**, headquartered in São Paulo but with a small office in Santa Catarina. The firm recently bought a 20% stake in Chaordic Systems, which develops software that helps select commercial real estate, for an undisclosed sum. The money will be used partly to help increase staffing levels.

Santa Catarina is a particularly attractive state for IT, believes Paulo Caputo, partner at DLM. 

Air travel on the rise

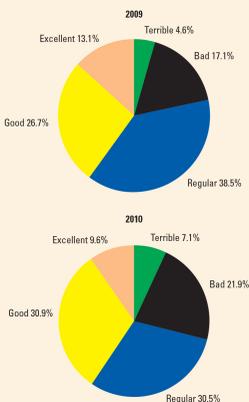
Total passengers Florianópolis International Airport, 1H09-1H11



Source: INFRATER

Road conditions worsening

General condition of the roads, 2009 and 2010



Source: CNT

PDF distributed to jinessh.parskh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. "Brazil Confidential", "FT" and "Financial Times" are trade marks of The Financial Times Limited.

FINANCING BRAZIL SANTA CATARINA: REVITALISING AND MODERNISING

9 BRAZIL CONFIDENTIAL
SEPTEMBER 15-28 2011

There are a large number of companies in the state that specialise in business-to-business (B2B) applications, which he believes have better growth prospects than more established business-to-consumer (B2C) companies.

DLM is finishing fundraising for a new R\$200m venture capital fund and sees Santa Catarina as a prime focus, particularly for businesses developing software as a service, cloud computing and e-commerce applications. The plan is to invest in some ten companies and the firm is in talks with two foreign partners as co-investors. Providing financing will also help accelerate rapid consolidation in the IT industry in the

state, which is highly fragmented, and that should produce companies with the critical mass to compete, Mr Caputo says.

Smaller funds are here too. BZPlan was founded in 2003 as a consultancy in the IT sector, but Marcelo Wolowski, a founder of the Florianópolis-based company, quickly realised the best opportunities lay in running funds. The company raised R\$12m for a technology fund, with support from FINEP and the state government. Mr Wolowski has already identified four companies in areas including e-commerce, logistics tracking, virtual publishing and e-procurement. "The greatest difficulty is in fundraising, not in spotting opportunities in tech-rich Santa Catarina," he says.

Investors in the south, including FINEP, the state government of Paraná and the regional Development Bank of the Extreme South (BRDE), are interested in putting together another fund similar to Criatec, which may have more to play with at R\$200m. The BNDES is also looking to set up a new Criatec-style fund in 2012 with capital in excess of R\$250m.

Despite excellent prospects, a shortage of talent limits the speed of growth in the IT industry. While the federal university is seen as one of the best in the country in many engineering and computing fields, companies are already finding it tough to find qualified staff. Mr de Castro notes that finding workers, even in Florianópolis, is a headache and the most significant constraint on his company's growth. That means state government plans to woo international players – it is courting Philips (PHG:NYSE), which may build a light factory in the state – are not welcomed by local players who fear these large companies will sap the talent pool further.

Moreover, there is often a mismatch between expectations from seed and venture capital firms and IT companies. Rui Gonçalves, president of the Association of Technology Companies of Santa Catarina, says that many funds want to take a very large stake for little money and offer little commitment to the development of the businesses in which they invest. ■

ACTION POINTS

01 Outside São Paulo, few states offer as much potential for investors in information technology as Santa Catarina. New technology funds, such as those run by CVentures, provide more capital per company than the norm elsewhere in the country and are prepared to offer long-term support.

02 A relatively large number of technology companies specialise in B2B applications, which have relatively good growth prospects.

03 BRZ Investments is investing in the state's port infrastructure and aims to launch an IPO for a specially dedicated holding company within the next four years.

Paper, food and metals take lion's share of investment

Amount invested in different types of industries, 2010

	Investment (R\$m)	Share of total (%)
Pulp, paper and paper products	183.4	18.1
Food and beverage	163.4	16.1
Basic metallurgy	153.1	15.1
Clothing	98.9	9.8
Machinery, equipment and electric materials	76.0	7.5
Machinery and equipment	71.6	7.1
Textiles	53.6	5.3
Non-metallic mineral products	51.8	5.1
Furniture	32.5	3.2
Electronic materials and communication equipment	30.9	3.0
Publishing and printing	29.0	2.9
Rubber and plastic	23.4	2.3
Metal products, except machinery	11.0	1.1
Leather and leather products	9.3	0.9
Wood products	6.9	0.7
Technology and IT	6.4	0.6
Vehicles	6.4	0.6
Chemical products	4.0	0.4
Others	1.0	0.1
Total	1,012.4	100.0

Note: R\$1=40.8, £0.37, €0.43
Source: FIESC

Who's who in Santa Catarina

Organisation	Contact	Job title	Telephone no.	Email
Agricultural and cattle federation of the state of Santa Catarina	José Zeferino Pedrozzi	President	(+55) 48 3333 0322	pedrozzi@faesc.com.br
Brazilian association of private equity & venture capital (ABVCAPI)	Monique Azeredo	Communications officer	(+55) 21 3970 2432	mazeredo@abvcap.com.br
BRZ Investments	Ricardo Progheta	Manager, co-head private equity	(+55) 11 3538 8080	ricardo.progheta@brzinvestimentos.com.br
BZPlan	Marcelo Wolowski	Founder	(+55) 48 3333 2374	marcelo@bzplan.br
Cianet	José Francisco dos Santos	President	(+55) 48 2106 0144	joaofrancisco@cianet.ind.br
Criatec	Reinaldo Coelho	Fund manager	(+55) 48 3238 2225	reinaldo@fundocriatec.com.br
CRP Participações	Clovis Meurer	Fund manager	(+55) 51 3211 0777	clovis@crp.com.br
CVentures	Felipe De Mattos	CIO	(+55) 48 3238 2150	marcondes@ventures.com.br
DLM Investa	Paulo Caputo	Partner	(+55) 11 3963 0059	paulo@dlminvesta.com.br
Federation of industries of the state of Santa Catarina (FIESC)	Glauco José Corte	President	(+55) 48 3221 4110	presidente@fiescnet.com.br
Government of Santa Catarina, secretariat of sustainable economic development	Paulo Bonihausen	State secretary for sustainable economic development	(+55) 48 3221 3313	bonihausen@sds.sc.gov.br
Santa Catarina association of technology enterprises	Rui Gonçalves	President	(+55) 48 2107 2700	—
Softplan/Poligraph	Moacir Antônio Marafon	Founder	(+55) 48 9982 8284	marafon@softplan.com.br
Pixeon	Fernando Peixoto	Technology director	(+55) 48 9911 4759	fernando.peixoto@pixeon.com.br

Source: Brazil Confidential

PDF distributed to jinesh.parekh@FT.com

The material in this publication is protected by international copyright laws. Our Subscriber Agreement and copyright laws prohibit any unauthorised copying or redistribution of this publication or parts of it, including forwarding by email, to any individual or other third party. Any violation of these restrictions may result in personal and/or corporate liability. © The Financial Times Limited 2010. "Brazil Confidential", "FT" and "Financial Times" are trade marks of The Financial Times Limited.

